

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE HUMANIDADES

MESTRADO EM ECONOMIA RURAL

**UM SISTEMA DE FINANCIAMENTO DAS
ATIVIDADES RURAIS ADAPTADO A
PEQUENA PRODUÇÃO DA REGIÃO DE
MASSAROCA, JUAZEIRO-BA**

PEDRO CARLOS GAMA DA SILVA

CAMPINA GRANDE - PB

MARÇO DE 1994

**UM SISTEMA DE FINANCIAMENTO DAS
ATIVIDADES RURAIS ADAPTADO À
PEQUENA PRODUÇÃO DA REGIÃO DE
MASSAROCA, JUAZEIRO-BA**

PEDRO CARLOS GAMA DA SILVA

**UM SISTEMA DE FINANCIAMENTO DAS
ATIVIDADES RURAIS ADAPTADO À
PEQUENA PRODUÇÃO NA REGIÃO DE
MASSAROCA, JUZEIRO-BA**

Dissertação apresentada ao Curso de
MESTRADO EM ECONOMIA da Universidade
Federal da Paraíba, em cumprimento
às exigências para obtenção do Grau
de Mestre.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ECONOMIA RURAL

ROBÉRIO FERREIRA DOS SANTOS

Orientador

CAMPINA GRANDE - PB

MARÇO DE 1994



S586s Silva, Pedro Carlos Gama da
Um sistema de financiamento das atividades rurais adaptado a pequena producao na regio de Massaroca, Juazeiro-BA / Pedro Carlos Gama da Silva. - Campina Grande, 1994.
260 f.

Dissertacao (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraiba, Centro de Humanidades.

1. Economia Rural 2. Pequena Producao (Massaroca) - 3. Financiamento - 4. Sistema Alternativo - 5. Politicas de Desenvolvimento Rural (Regional) 6. Credito Agricola 7. Dissertacao I. Santos, Roberio Ferreira, Prof. II. Universidade Federal da Paraiba - Campina Grande (PB)

CDU 338.43.01(043)

**UM SISTEMA DE FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES RURAIS
ADAPTADO À PEQUENA PRODUÇÃO
NA REGIÃO DE MASSAROCA, JUAZEIRO-BA**

PEDRO CARLOS GAMA DA SILVA

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 30/03/94

ROBÉRIO FERREIRA DOS SANTOS

Orientador

GHISLAINE DUQUÉ

Componente da Banca

JOÃO OTÁVIO PAES DE BARROS JÚNIOR

Componente da Banca

ERIC SABOURIN

Componente da Banca

CAMPINA GRANDE - PB

MARÇO DE 1994

Aos produtores de Massaroca,
cujo exemplo nos ensina como
se empenhar na solução dos
problemas da região semi-
árida do Nordeste.

AGRADECIMENTOS

- À EMBRAPA-CPATSA, pela oportunidade de realização do curso e apoio à pesquisa;
- A Patrick Caron, pela sugestão do tema, interesse e disponibilidade para discutir o trabalho e pelos comentários críticos;
- Ao meu orientador Robério Ferreira dos Santos, pela oportunidade de suas observações, sugestões apresentadas e o constante incentivo para a conclusão do trabalho;
- A Jucélio, pela colaboração na coleta e tratamento dos dados;
- Ao Setor de Informação e Documentação - (SID) do CPATSA, especialmente Maristela, Edineide, Sônia e Francisco, pelo trabalho dedicado de normatização bibliográfica e de digitação;
- A Eduardo Menezes e Maria Emília, pelo empenho e pelo trabalho minucioso de revisão final; e a Clétis, pelas ilustrações do trabalho;
- Aos professores e funcionários do mestrado, pelos ensinamentos e apoio durante a realização do curso;
- A Filipe e Mateus, pela (in)compreensão da minha ausência; a Gislene, pelo apoio companheiro, colaboração, e incentivo; e aos meus pais, Camilo e Ziza, pelo carinho durante a minha permanência em Campina Grande.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1: MARCO TEÓRICO	09
1.1. Introdução	09
1.2. Conceito de pequena produção	09
1.3. Pressupostos do desenvolvimento da pequena produção	14
1.4. Conclusão	25
CAPÍTULO 2: CONTEXTO DA REGIÃO OBJETO DE ESTUDO	27
2.1. Introdução	27
2.2. O processo de colonização do Sertão	27
2.3. Espaço agrário do Sertão da Bahia	33
2.4. A região de Massaroca	35
2.4.1. O surgimento da pequena produção em Massaroca	36
2.4.2. Uma relação privilegiada com Juazeiro	38
2.4.3. Utilização do meio natural numa região marcada pelo risco	40
2.4.4. Os produtores e suas lógicas de produção	44
2.4.5. Sistemas de produção e estratégias dos produtores numa economia em mutação	47
2.4.6. A evolução recente	54
2.4.7. Um passado de intervenção num contexto institucional regional de desenvolvimento pouco propício	56
2.4.8. Um projeto de desenvolvimento local	60
2.5. Conclusão	61
CAPÍTULO 3: CRÉDITO RURAL NO BRASIL	64
3.1. Introdução	64

3.2. Crédito agrícola e modernização da agricultura	64
3.3. Crédito agrícola cooperativo no Brasil	71
3.4. Crédito rural e desenvolvimento	72
3.5. Crédito rural alternativo	78
3.6. Conclusão	82
CAPÍTULO 4: A EXPERIÊNCIA DE UM SISTEMA DE FINANCIAMENTO PARA PEQUENOS PRODUTORES NA REGIÃO DE MASSAROCA	84
4.1. Introdução	84
4.2. Contexto da proposta do sistema de financiamento	84
4.3. Características e evolução do sistema de financiamento	85
4.3.1. Participação dos produtores	86
4.3.2. Pressão social para o reembolso	87
4.3.3. Apoio técnico-econômico	90
4.3.4. Finalidades e condições gerais de financiamento	92
4.3.5. Etapas de um processo em evolução	93
4.4. Financiamentos realizados	99
4.4.1. Financiamento de animais	99
4.4.2. Financiamento para áreas forrageiras	101
4.4.3. Financiamento para construção de cercas	104
4.4.4. Financiamento de custeios agrícolas	106
4.4.5. Financiamento de atividades diversificadas	109
4.5. Conclusão	113
CAPÍTULO 5: UM BALANÇO DOS RESULTADOS DO SISTEMA DE FINANCIAMENTO DOS TRÊS ANOS DE FUNCIONAMENTO	114
5.1. Introdução	114
5.2. Abordagem metodológica	114

5.3. Análise das operações de financiamento	125
5.3.1. Atividades financiadas e valorização dos recursos naturais	125
5.3.2. Atividades financiadas e produtores beneficiados	130
5.3.3. Atividades financiadas e objetivos e estratégias dos produtores	175
5.4. Exequibilidade do sistema de financiamento	200
5.4.1. Desempenho financeiro do sistema de financiamento	201
5.4.2. Distribuição dos recursos dos financiamentos	219
5.4.3. Organização do sistema de financiamento	223
5.5. Conclusão	230
CONCLUSÕES	236
RÉSUMÉ/ABSTRACT	241
ANEXO	242
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	243
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	255

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1-	Localização da Região de Massaroca	37
FIGURA 2-	Mapa das unidades geoambientais. Região de Massaroca	43
FIGURA 3-	Trajectoria de evolução dos produtores. Região de Massaroca	48
TABELA 1-	Dados sobre a região de Massaroca	50
FIGURA 4-	Ciclo de reprodução da pequena produção familiar nas regiões semi-áridas	57
TABELA 2-	Operações de crédito contratadas entre novembro de 1989 e dezembro de 1992. Distribuição do número e valor das operações por atividades financiadas e por etapas de implementação	95
FIGURA 5-	Financiamento no ciclo de reprodução da pequena produção familiar nas regiões semi-áridas	111
FIGURA 6-	Empréstimo para aquisição de animais-Produtor R.N.P	134
FIGURA 7-	Empréstimo para áreas forrageiras-Produtor R.N.P.	139
FIGURA 8-	Empréstimo para áreas forrageiras-Produtor J.L.S.	141
FIGURA 9-	Empréstimo para áreas forrageiras-Produtor V.L.	144
FIGURA 10-	Empréstimo para áreas forrageiras-Produtor J.N.S.	148
FIGURA 11-	Evolução do preço da melancia em Massaroca-Período: janeiro de 1990 a dezembro de 1992.	153
FIGURA 12-	Evolução do preço de mamona em Massaroca-Período: janeiro de 1990 a dezembro de 1992.	155
FIGURA 13-	Empréstimo para custeio agrícola-Produtor P.D.C.	159
FIGURA 14-	Empréstimo para custeio agrícola-Produtor F.P.	160
FIGURA 15-	Empréstimo para custeio agrícola-Produtor F.S.	163
FIGURA 16-	Empréstimo para custeio agrícola-Produtor F.V.	164

FIGURA 17- Empréstimo para atividades diversificadas- Produtor V.L.S.	166
FIGURA 18- Empréstimo para atividades diversificadas- Produtor V.S.D.	168
FIGURA 19- Empréstimo para aquisição de animais-Produtor G.N.C.	181
FIGURA 20- Empréstimo para custeio agrícola-Produtor A.N.S.	188
FIGURA 21- Empréstimo para atividades diversificadas- Produtor A.N.S.	191
TABELA 3- Recursos mobilizados pelo fundo de financiamento até dezembro de 1992	203
TABELA 4- Recursos mobilizados e taxa de reembolso das opera- ções de financiamento já liquidadas até dezembro de 1992	204
FIGURA 22- Evolução dos preços de carne, pele e leite em Mas- saroca. Período: janeiro a dezembro de 1990	209
TABELA 5- Recursos mobilizados e taxa de reembolso das opera- ções de financiamento em andamento até dezembro de 1992	213
TABELA 6- Operações de créditos irregulares até dezembro de 1992	218
TABELA 7- Distribuição dos financiamentos por comunidades	220
TABELA 8- Distribuição dos financiamentos por tipo de produtor	222

LISTA DE ABREVIATURAS

- ADAC-SF - Associação de Desenvolvimento e Ação Comunitária da
Região do São Francisco
- ASSESSOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Técnica
- BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A.
- CAAM - Comitê das Associações Agropastoris de Massaroca
- CIRAD - Centre de Cooperation International de Recherche
Agronomique pour le Développement.
- CPATSA - Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido
- EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
- EMATER-BA - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- FAO - Organizacion de las Naciones Unidas para la Agricultura y la
Alimentacion
- FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
- IBB - Instituto Biológico da Bahia
- INRA - Institut National de la Recherche Agronomique
- INTERBA - Instituto de Terras da Bahia
- PAPP - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
- POLONORDESTE - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do
Nordeste
- SAD - Systèmes Agraires et Développement
- SAR - Département Systèmes Agro-alimentaires et Ruraux
- SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

RESUMO

O trabalho avalia a experiência de um sistema alternativo de financiamento das atividades rurais, para os pequenos produtores da região semi-árida do Nordeste brasileiro, como instrumento de mutação técnica, econômica e social, e de promoção do desenvolvimento local. O tema é examinado visando: estudar a organização e a evolução do sistema de financiamento; avaliar as atividades financiadas e as consequências dos financiamentos sobre os sistemas de produção, e estudar a exequibilidade do sistema de financiamento proposto. A experiência é avaliada no seu terceiro ano de funcionamento junto aos pequenos produtores da região de Massaroca, município de Juazeiro (BA). Ressaltam-se o grande número de ajustes e adaptações que são necessários a um sistema de financiamento para torná-lo acessível a esta categoria de produtores e a flexibilidade das modalidades de financiamento, que oferecem, a este público, o apoio financeiro às diversas oportunidades de exploração dos recursos produtivos disponíveis. Conclui-se que a inovação de um sistema de financiamento, contando com uma participação efetiva dos produtores, é um instrumento incitativo das dinâmicas de desenvolvimento local e pode constituir-se num componente importante de apoio às políticas de desenvolvimento rural regional. Mas, a extensão de uma experiência microlocal a uma dimensão regional necessita de estudos complementares mais aprofundados. A valorização das experiências locais, uma vez analisados os seus resultados, é o primeiro passo nesse sentido.

INTRODUÇÃO

As pequenas unidades de produção agrícola configuram um dos setores mais pobres e marginalizados do Nordeste. Trata-se de pequenos produtores com limitações de terra, sem acesso ao crédito rural e que, em sua maioria, utilizam sistemas de produção rudimentares com baixos rendimentos. Utilizam intensamente o trabalho familiar na produção direta dos meios de subsistência da família, oferecendo seus excedentes a preços menores do que aqueles que predominam no mercado, pois quase sempre estão submetidos a uma cadeia de intermediação na sua comercialização. Nessas condições, esses produtores pouco conseguem prosperar e melhorar sua condição de vida e de suas famílias.

As medidas governamentais apresentadas nas últimas décadas, para superar os obstáculos que limitam o desenvolvimento da pequena produção, através dos programas regionais de desenvolvimento e políticas setoriais diferenciadas para a região, não têm sido capazes de melhorar a situação dos agricultores. Os benefícios reais produzidos em favor dos pequenos produtores e de suas famílias, foram muito modestos em termos econômicos e sociais, e reconhecidamente insuficientes para solucionar os problemas mais prementes da maioria deles (SAMPAIO et al., 1979; CHALOULT, 1985; CASTRO & SOBRAL, 1985).

Esses resultados, proporcionados pelos esforços do Estado, têm chegado a uma minoria dos pequenos produtores e não têm sido capazes de promover um desenvolvimento equitativo, pois apenas poucos têm acesso aos recursos e serviços governamentais.

(BURSZTYN, 1984; SOUZA et al., 1985; SAMPAIO et al., 1980).

No conteúdo das propostas contidas nos planos e programas de desenvolvimento, a pequena produção sempre aparece entre as prioridades, quando não significa a própria justificativa para formulação desses programas. Entretanto, as evidências empíricas demonstram que existe uma grande defasagem entre as intenções manifestadas nas propostas e os resultados concretos de implementações das ações de desenvolvimento (CHALOULT, 1988; SAMPAIO et al., 1979).

Conforme PINTO, J.B.G.(1981), a origem do fracasso de muitos programas já implementados deve-se, precisamente, ao não reconhecimento da existência de uma racionalidade própria da pequena produção, que difere da empresa capitalista, e da necessidade de se contar com medidas e instrumentos específicos para promover o seu desenvolvimento. Nessa perspectiva, os instrumentos de políticas existentes e empregados na implementação desses programas são considerados inadequados.

Nesse contexto, destaca-se um componente importante do desenvolvimento agropecuário - o crédito agrícola - que tem se mostrado inacessível e inadequado aos pequenos produtores da região semi-árida do Nordeste brasileiro, conforme revela SOUZA et al. (1985), nos estudos realizados no Alto Sertão de Pernambuco.

O crédito rural, como o principal instrumento que viabilizou o modelo adotado para promover o crescimento da agricultura brasileira a partir dos meados dos anos 60, caracterizou-se, principalmente, pela sua natureza concentradora e excludente. O

programa de crédito rural, que acompanhou o modelo de crescimento adotado, foi marcado pela ampla dotação de recursos com taxas de juros subsidiadas, desigualdade da distribuição do crédito entre os produtores ou entre os estabelecimentos e, também, pela desigualdade da distribuição entre as regiões e entre os produtos (HOFFMANN & KAGEYAMA, 1987; PINTO, 1981; CARDOSO, 1988; SANTOS, 1988).

Como principal instrumento de modernização da agricultura, o crédito rural, ao contribuir para o avanço de formas de produção tecnologicamente mais avançadas em detrimento e abandono das formas tradicionais, acentuou os desníveis entre as regiões e, também, dentro da própria região, concorrendo para uma crescente diferenciação entre os produtores mais subsidiados e equipados com tecnologias modernas e a grande massa de pequenos produtores não tecnificados, cuja produção se destina ao autoconsumo e ao mercado interno.

As alterações que ocorrem com freqüência nas normas referentes à sistemática de crédito rural e os reflexos de tais mudanças, muito pouco se fazem sentir na distribuição dos financiamentos. Elas não conseguem minimizar as distorções do programa de crédito brasileiro, e não são capazes de beneficiar as categorias de produtores mais necessitados.

Estudos recentes sobre crédito, entre eles os realizados por SOUZA et al. (1985) e CARDOSO (1988), mostraram que as mudanças, efetivadas na sistemática de crédito rural, desacompanhadas de outras medidas, não vão melhorar a situação dos pequenos

agricultores, pois o crédito é um componente de um problema complexo. Estes estudos revelaram problemas que têm relação com as características técnicas, estruturais e de apoio financeiro dos sistemas creditícios que, em lugar de beneficiar, trazem prejuízos aos agricultores.

Esse quadro se torna mais complicado quando se passa de uma situação de recursos abundantes e de altos subsídios para uma de recursos escassos e encargos reais, sem um efeito compensador sobre a renda dos produtores, como ocorre num contexto político de liberalização da economia.

Isto é mais grave ainda quando se trata da pequena produção nordestina, especialmente a situada na zona semi-árida, cujas atividades não apresentam vantagens comparativas em relação à de outras regiões, e enfrenta uma situação de crise¹, que deixa dúvidas quanto à sua capacidade de sobrevivência.

Nesse contexto de crise, o nível dos recursos naturais e o mercado econômico não garantem mais o acesso aos meios de produção necessários à reprodução das unidades produtivas e à renda indispensável à sobrevivência de uma parte significativa dos pequenos produtores. As possibilidades de intensificação da produção agropecuária são limitadas pelas características agroclimáticas e pelo baixo nível dos investimentos realizados e realizáveis.

¹A região semi-árida do Nordeste brasileiro é essencialmente marcada, ainda, pela crise do sistema tradicional algodão-gado-produtos alimentares, que se estabeleceu na medida em que os principais produtos agropecuários da região perderam paulatinamente seus mercados para as regiões Centro-Sul e Sudeste (COHN, 1976; FURTADO, 1977). Essa situação de crise tende a se agravar, como será comentado posteriormente, com o processo de modernização da agricultura brasileira, a partir de meados da década de 60.

Nesse sentido, é que se justifica um estudo do crédito rural como instrumento de apoio à pequena produção e capaz de contribuir para o desenvolvimento da região semi-árida do Nordeste brasileiro de forma coerente e equilibrada, considerando as adversidades e diversidades dos contextos físico e econômico.

Ultimamente, tem-se estimulado a análise crítica do modelo de desenvolvimento, no sentido de repensar as políticas e serviços de apoio, adequando-os às necessidades da maioria das famílias rurais.

Algumas experiências têm demonstrado ser possível promover o desenvolvimento da pequena produção a partir de modelos alternativos que conferem ao agricultor o papel de protagonista do seu próprio processo de desenvolvimento. Esses novos modelos se centram em desenvolver as potencialidades dos agricultores e elevar a capacidade dos membros das comunidades rurais para que, de forma organizada, constituam os seus próprios serviços, e, deste modo, diminuam a sua dependência das decisões, serviços e recursos externos que são insuficientes, inadequados e, muitas vezes, ineficientes (FAO, 1988a; FAO, 1991).

Nessa orientação, muitas instituições nacionais e internacionais, principalmente as Organizações Não Governamentais (ONGs), que trabalham diretamente com a pequena produção, têm levantado a bandeira do crédito agrícola alternativo, que normalmente aparece como sistemas informais de financiamento rural, corroborando com as dinâmicas de desenvolvimento local. São sistemas de financiamento implementados, principalmente, através

dos chamados fundos rotativos.

Muitas experiências de financiamento agrícola estão sendo conduzidas segundo essa orientação. Entre estas, podem ser citadas a do Grameen Bank de Bangladesh (NOWAK, 1988), a da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Técnica - ASSESSOAR, no Sudeste do Paraná (LANNOY, 1990) e a experiência da EMBRAPA no Sertão da Bahia, que foi objeto desta pesquisa².

O tema de pesquisa será examinado, portanto, a partir da investigação desse estudo de caso com o objetivo de avaliar um sistema de crédito alternativo voltado para a pequena produção, como instrumento de mutação técnica, econômica e social, e de promoção do desenvolvimento local.

Para consecução do objetivo proposto, definiu-se que a situação investigada será analisada através de quatro abordagens, que constituem objetivos específicos de estudo e avaliação, quais sejam: 1) estudo da evolução e da organização do sistema de crédito; 2) avaliação dos projetos (atividades) financiados; 3) avaliação das conseqüências dos financiamentos sobre o sistema de produção dos agricultores, e 4) estudo da exequibilidade do sistema de crédito proposto.

O estudo pretende comprovar a hipótese de que o

²A EMBRAPA, através do Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido (CPATSA), vem desenvolvendo um projeto de pesquisa-desenvolvimento na região de Massaroca, município de Juazeiro, no Sertão da Bahia. O projeto, que conta com o apoio do Centre Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (CIRAD), tem como principal objetivo desenvolver e implementar instrumentos e métodos de intervenção que favoreçam a utilização de inovações técnicas, econômicas e sociais, que permitam o desenvolvimento da pequena produção agropecuária do Nordeste semi-árido. Nesse projeto, contando com a oportunidade de apoio de uma instituição do exterior, vem sendo experimentado, durante mais de três anos, um sistema de financiamento para melhoria dos sistemas de produção dos agricultores da região.

financiamento de atividades diversificadas de rápido retorno e de elevada rentabilidade proporciona o aumento das disponibilidades financeiras da unidade de produção e permite aos pequenos produtores melhorarem as suas condições gerais de vida, e que a adoção de um sistema organizacional e institucional, de apoio técnico-econômico adequado e adaptado à pequena produção agropecuária, permite o acesso do crédito rural aos pequenos produtores e a extensão das operações de financiamento a uma escala mais ampla.

O trabalho está organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo, apresenta-se o marco teórico do trabalho e discute-se o significado que assumem as alternativas e os instrumentos de desenvolvimento da pequena produção segundo a percepção do enfoque teórico adotado e a perspectiva em que será abordado o crédito rural.

No segundo capítulo, descreve-se a região em estudo, mas conforme estabelecido no plano teórico, esta descrição vem precedida da análise do contexto histórico em que se deu o processo de formação da pequena produção agropecuária na região e sua evolução recente.

No terceiro capítulo, abordam-se os programas e políticas creditícias utilizadas no processo de expansão e modernização da agricultura brasileira a partir da década de 60 e o papel coordenador do Estado como agente financiador e controlador dessas políticas e programas. E, também, como a ruína da estrutura oficial de financiamento da agricultura, resultante da

crise econômica que assolou o país nas décadas seguintes, favoreceu ao aparecimento de vários mecanismos alternativos de financiamento para a agricultura.

O quarto capítulo relata a experiência do sistema de financiamento objeto de investigação: o contexto de estudo na qual foi realizada, suas características, sua evolução e as modalidades de crédito. Contempla, ainda, a análise dos financiamentos realizados no que se refere aos seus objetivos, finalidades e condições dos empréstimos.

Finalmente, o quinto capítulo encerra uma avaliação da experiência do sistema de financiamento, verificando de que maneira este responde aos objetivos dos produtores e analisando a exequibilidade do sistema de financiamento em termos financeiros e de organização. Toda esta avaliação e análise são precedidas da abordagem metodológica que foi utilizada na investigação.

CAPÍTULO 1: MARCO TEÓRICO

1.1. INTRODUÇÃO

Procura-se, inicialmente, delimitar o conceito de pequeno produtor rural adotado no estudo, a partir da abordagem de vários autores que tratam do assunto segundo o enfoque teórico de pequena produção camponesa. Em seguida, discute-se qual o significado que assumem as diferentes alternativas de desenvolvimento para esse segmento de produtores, em particular, quando se aceita o enfoque acima mencionado.

1.2. CONCEITO DE PEQUENA PRODUÇÃO

Toma-se como ponto de partida teórico o conceito de pequena produção camponesa. A associação da pequena produção agropecuária com o conceito de economia camponesa, em linhas gerais, significa que se reconhece, na sua estrutura organizacional interna, elementos geradores de uma conduta específica que não correspondem à racionalidade capitalista. Isto equivale reconhecer que a economia camponesa tem uma racionalidade própria, que difere qualitativamente da que caracteriza o modo de produção capitalista, ao qual se encontra subordinada.

O caráter específico da produção camponesa pode ser melhor compreendido a partir das diferenças qualitativas existentes entre ela e a forma de produção capitalista, onde a origem da força de trabalho empregada, o objetivo da produção, o destino do

produto obtido e as estratégias de sobrevivência dos produtores, aparecem como elementos-chaves para examinar e caracterizar a lógica da economia camponesa. Na medida que se detém sobre esses elementos, é possível entender o funcionamento interno dessa forma de produção, cujo comportamento não se compreende estritamente em função da lógica da economia mercantil (PINTO, J.G.B. 1981; SCHEJTMAN, 1980; PEIXOTO, 1983).

Essa compreensão teórica, entretanto, só encontra sentido na medida que se pode explicar o comportamento da pequena produção não apenas pelas especificidades intrínsecas à sua condição camponesa, mas também pelos condicionantes estruturais que se expressam na subordinação da economia camponesa ao sistema capitalista.

Porquanto, emprega-se o conceito de pequeno produtor camponês, no sentido proposto por SANTOS (1978) e MARTINS (1975), como personificação da forma de produção simples de mercadorias, na qual o produtor direto detém a propriedade dos meios de produção (terra e meios de trabalho), trabalha com esses meios e adota uma estratégia econômica que combina a produção direta dos meios de vida e a produção programada de excedentes comercializáveis. Esta combinação faz com que o pequeno produtor se apresente como vendedor dos produtos do seu trabalho, como produtor direto de mercadorias.

Como produtor, ele vende seus produtos para adquirir outros que venham atender às suas necessidades de consumo familiar ou produtivo, ou seja, para complementação dos seus meios de vida e

reposição dos meios de produção. Ele é, ao mesmo tempo, um produtor de mercadorias e um consumidor de uma grande variedade de bens, alguns produzidos localmente e outros oriundos de outros setores da produção, inclusive industrial (FORMAN, 1979).

Nesse sentido, a economia da pequena produção camponesa não pode ser considerada como uma economia de subsistência, isto porque, nos termos propostos por MARTINS (1986), os pequenos produtores praticam uma economia de excedentes, através da comercialização de excedentes agrícolas e pecuários, assegurada previamente à produção direta de seus meios de vida.

A condição de proprietário da terra e de outros meios de produção confere ao pequeno produtor camponês, enquanto produtor direto, uma relativa autonomia e domínio sobre o processo de trabalho e de produção. Entretanto, é do conteúdo das relações que ele estabelece com o conjunto das atividades econômicas (comerciais, industriais e financeiras), sobretudo na comercialização dos excedentes, na operação de vender para comprar, que resulta a subordinação da pequena produção.

Nesse processo, o produtor direto não consegue se apropriar de todo o valor criado nos produtos de seu trabalho. Parte desse valor é subtraído na esfera da circulação mediante um conjunto de determinações (mecanismo de formação de preços, relações desiguais de troca entre as produções camponesa e industrial, etc) que subordinam o trabalho do produtor, no seu confronto com o conjunto da produção capitalista.

De acordo com SILVA et al. (1982), o importante é perceber

que a pequena produção camponesa não está desconectada do circuito global do capital e que as transformações impostas pelo desenvolvimento do capitalismo na agricultura se dão no sentido de torná-la cada vez mais dependente dos mecanismos estruturais do mercado. Esta dependência, conforme os autores, manifesta-se em diversas formas de subordinação da pequena produção ao circuito do capital e em diversos níveis: na obtenção dos meios de vida; na compra de insumos, instrumentos de trabalho e terra; na venda crescente de suas mercadorias; no financiamento das suas atividades e investimentos, e no mercado de trabalho, eventualmente vendendo ou comprando força de trabalho.

Mas, conforme SILVA et al. (1982), existe uma grande variedade de formas de existência do setor camponês, decorrente, principalmente, da forma particular de desenvolvimento que o capitalismo engendrou no Brasil, onde a produção camponesa assume, desde um caráter "semi-mercantil" escassamente monetarizado e de baixo nível de produtividade de trabalho, até o de um elo na integração vertical das agroindústrias, em que a unidade camponesa se apresenta densamente tecnificada e mercantil.

Essa diversidade de formas da produção camponesa também coloca uma dificuldade de ordem conceitual. Na opinião de ABRAMOVAY (1990), uma unidade de produção familiar altamente integrada, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais, não pode ser caracterizada como camponesa. De acordo com esse autor, é possível e útil uma definição conceitual mais rigorosa de camponês.

Do ponto de vista econômico, segundo ABRAMOVAY (1990), o campesinato se define por sua integração parcial a mercados incompletos. Isso mostra a particularidade da integração camponesa: ela é parcial não só porque parte dos meios de vida vem da produção própria, mas porque existe uma certa flexibilidade nas relações com o mercado, do qual o camponês pode frequentemente entrar e se retirar sem, com isso, comprometer sua reprodução social. O caráter incompleto dos mercados decorre da particularidade da economia camponesa, que em plena época de capitalismo monopolista, a transformação dos produtos em mercadorias depende ainda de vínculos, em geral personalizados, onde as operações mercantis se fundem com esferas não estritamente econômicas (prestações pessoais) (ABRAMOVAY, 1990).

Esta delimitação é importante para entender que as transformações na economia camponesa, que estão em curso atualmente na região Nordeste, como resultado do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, não podem ser identificadas como uma tendência única. Dessa forma, é possível identificar, na região, camponeses que ainda produzem, principalmente, para o consumo da própria família, utilizam sistemas de produção rudimentares e mantêm escassas relações com os mercados de insumos e produtos. No lado oposto, encontra-se a produção "camponesa" profundamente transformada e mercantilizada, mantendo intensas relações com o mercado de insumos e com as agroindústrias, como ocorre, por exemplo, nas áreas irrigadas.

Pode-se aceitar, conforme observa GARCIA (1987), que existe um movimento geral de subordinação do trabalho rural ao capital

na região.

"Mas o grau de subordinação e as relações sociais, através das quais se dá essa subordinação, variam de uma zona para outra em função do quadro natural e, principalmente, do processo histórico pelo qual passou cada uma dessas zonas" (GARCIA, 1987:29).

Assim, julga-se importante retrazar, ainda que sucintamente, o contexto histórico em que se deu o processo de ocupação do Sertão Nordestino, a fim de entender como as transformações da sociedade deram origem à pequena produção camponesa naquela região. Essa retrospectiva histórica será desenvolvida no capítulo seguinte.

1.3. PRESSUPOSTOS DO DESENVOLVIMENTO DA PEQUENA PRODUÇÃO

Quando se aceita que a pequena produção orienta suas decisões produtivas de acordo com uma lógica interna própria, as alternativas de desenvolvimento que lhe podem ser oferecidas podem, também, assumir um significado diferente, com desdobramentos importantes, para esse segmento de produtores no processo global de desenvolvimento.

Nesse sentido, devem ser colocados alguns questionamentos com relação às propostas de desenvolvimento rural, apontados por PEIXOTO (1983). De um lado, aos níveis macroeconômico e social, a questão que se coloca é sobre o destino último da pequena produção camponesa diante do avanço do capitalismo no campo: se ela subsiste e sai fortalecida ou se ocorre o seu desaparecimento com a inevitável proletarização dos pequenos produtores. Por outro lado, ao nível microeconômico, questiona-se se os instrumentos de políticas existentes e empregados na implementação

das propostas e programas de desenvolvimento são adequados a esse segmento de produtores. No âmbito dessa discussão, ressalta PEIXOTO (1983), deve-se indagar, também, sobre a validade e as conseqüências das propostas de "modernização" destas unidades de produção, implícitas nas estratégias de desenvolvimento rural.

Sobre o destino histórico da pequena produção camponesa, há uma divergência de rica herança intelectual nos estudos sobre o campesinato. Duas correntes principais e opostas se formaram, e destas originaram-se deduções distintas. De um lado, os que defendem que a lógica de dominação capitalista se impõe sobre a lógica da pequena produção camponesa e que a diferenciação crescente desta se traduzirá na sua dissolução (LENIN, 1980; KAUTSKY, 1980). Por outro lado, os que argumentam que a dominação fortalece e propicia a recriação de relações estruturais com a pequena produção camponesa (AMIN & VERGOPOULOS, 1977; SANDRONI, 1980). O debate com interesse acadêmico, como bem observa WARMAN (1988), se fez cada vez mais ideológico e menos frutífero à medida em que se afasta da investigação empírica. Tal debate parece esvaziar-se não apenas por sua inutilidade no campo de ação do desenvolvimento da pequena produção, mas também porque se tem buscado linhas de investigações que resgatam o trabalho de campo e o contato direto com a realidade camponesa, capazes de explorar não só a especificidade, mas também a diversidade do campesinato (WARMAN 1988).

Nessa orientação, abrem-se as fronteiras da concepção do destino histórico dos camponeses. Sem cair na defesa da posição de que eles devam constituir um elemento estável da sociedade no

futuro, pensar neles como um elemento "transitório", condenado rapidamente a desaparecer, argumenta PEIXOTO (1983), tampouco é útil para a compreensão do problema agrário e a busca de suas soluções. Do ponto de vista político e da política econômica, assinala SCHEJTMAN (1980), parece mais razoável abandonar o pressuposto de transitoriedade e considerar que num horizonte de tempo significativo, os camponeses perdurarão e o que importa é ter em conta quais são os fatores que contribuem para sua persistência ou para sua decomposição, de modo a tê-los presentes no desenho de estratégias e políticas de desenvolvimento.

Sobre a validade e adequação dos instrumentos de políticas utilizados e as conseqüências das propostas de "modernização" implícitas nas estratégias de desenvolvimento, estas questões têm sido levantadas, com freqüência, a partir dos resultados das políticas e programas voltados para o desenvolvimento da pequena produção.

De modo geral, a concepção dessas políticas parte do princípio de que a pequena produção constitui um segmento produtivo não integrado plenamente ao processo global de produção capitalista, pela existência de entraves socioculturais e estruturais, mas que, através da mudança tecnológica, é possível a sua "modernização" e integração ao mercado, fatores necessários à melhoria das condições de vida dos pequenos produtores (PEIXOTO (1983)).

A base do pensamento sobre o qual se assenta a concepção dessas propostas de desenvolvimento se orienta no pressuposto que

a sobrevivência da pequena produção agropecuária é possível, à medida que ela se integre à lógica de produção capitalista e que se criem as condições para a transformação da sua base técnica, de forma a ter acesso aos meios de produção modernos utilizados na grande exploração capitalista. Ou seja, que a via possível de progresso das pequenas unidades de produção estaria na crescente utilização de máquinas e insumos de origem industrial.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento da pequena produção deve ser conseguido através do aumento da produção e da produtividade via introdução de tecnologias, que implicam no incremento do uso de insumos ditos modernos (adubos, defensivos, sementes melhoradas, etc.) e de equipamentos, na alteração das práticas agrícolas e sistemas de produção, juntamente com a introdução de culturas destinadas à exportação ou de uso agro-industrial. E implica, especificamente, na utilização do crédito rural como instrumento catalisador e viabilizador desse processo.

O modelo adotado para promover o crescimento da agricultura brasileira, a partir de meados dos anos 60, seguiu essa estratégia de modernização. Na montagem desse modelo, assumiu especial importância a condução das políticas agrícolas pelo Estado, onde o crédito rural aparece como o principal instrumento de política utilizado.

Como o eixo fundamental desse processo de modernização passa a ser a condição de valorização de investimentos produtivos, foram os grandes produtores que mais se beneficiaram dos estímulos de políticas agrícolas adotadas para a transformação da

estrutura agrícola. Por outro lado, o tipo de tecnologia disponível direcionou esse processo para alguns produtos, principalmente para os destinados à exportação e para as regiões que ofereciam melhores condições de clima e solo (SANTOS, 1988).

Embora a maior parte dos benefícios da modernização tenha sido apropriada pelos grandes proprietários, não se deve subestimar a influência desse processo sobre os proprietários de áreas menores. Foi no bojo dessa modernização que se deu o surgimento de um segmento de pequenos produtores, que conseguiram transformar a sua base técnica de produção com a incorporação das conquistas tecnológicas contemporâneas, gerando uma forma de diferenciação social ³.

Esses pequenos produtores tecnificados conseguem ter acesso aos meios de produção que lhes permitem a integração à lógica produtiva capitalista dominante, enquanto se distanciam das formas de produção dos pequenos produtores camponeses que ficaram à margem desse processo.

Deve-se considerar que o Estado teve um papel fundamental no sentido de criar essa camada de pequenos produtores capitalizados. Conforme SORJ (1980), em certos casos, políticas orientadas para acelerar essa diferenciação interna entre os próprios pequenos produtores podem ser claramente indicadas. É o caso, por exemplo, das políticas adotadas para o Nordeste, que visam o fortalecimento de uma camada de pequenos produtores em

³ A incorporação dessas conquistas tecnológicas se deu até o plano das inovações mecânicas, onde, de certa forma, existe uma economia de escala que não se aplica à pequena produção. No que se refere às inovações químicas e biológicas, estas se apresentam igualmente utilizáveis para pequenos e grandes produtores onde as condições de clima favorecem, como nas regiões Sul e Sudeste, ou mesmo em condições irrigadas.

determinadas áreas geográficas da região⁴.

O propósito de privilegiar algumas áreas geográficas da região indica a dificuldade da generalização da estratégia de modernização nas áreas onde as atividades agropecuárias estão associadas ao risco climático, a exemplo da zona semi-árida. Nessa região, um dos principais fatores que limitam a produtividade e a produção agrícola é a irregularidade na distribuição de chuvas e as estiagens prolongadas que ocorrem com frequência, tendo como consequência a diminuição ou perda total da produção⁵.

As dificuldades de introdução das inovações tecnológicas implícitas nesse processo de modernização, nas condições de risco da região semi-árida, são evidentes, exceto nas áreas irrigadas onde estas inovações encontram um campo de utilização extraordinária. Nas condições de agricultura de sequeiro, uma nova variedade, por exemplo, precisaria, além de responder à utilização de adubos, apresentar resistência ao déficit hídrico decorrente das secas. O efeito de qualquer adubo depende muito da disponibilidade de água em certas épocas críticas da planta. Sabe-se, entretanto, da dificuldade de serem desenvolvidas novas variedades que respondam à adubação sem controle de água (SANDERS JÚNIOR. et al., 1974).

⁴ O mais importante programa de desenvolvimento voltado para a região, o POLONORDESTE, tinha como objetivo promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias de áreas prioritárias do Nordeste. A seleção dessas áreas obedeceu, inicialmente, a critérios de natureza ecológica levando em conta as potencialidades de desenvolvimento rápido e efetivo (BNB, 1985).

⁵ Uma estimativa da probabilidade de sucesso de cultivo do feijão em condições de sequeiro foi realizada por PORTO et al. (1983). Tomando como exemplo o município de Icó, no Sertão do Ceará, estimou-se que numa sequência de dez anos o produtor de feijão terá sucesso em dois anos e frustração da safra em oito anos.

"Atualmente, parece não existir tecnologia bioquímica disponível, capaz de aumentar o rendimento das culturas no Sertão Central. Por um lado, faltam novas variedades e por outro, o preço do adubo, mesmo com subsídio, é considerado alto e não rentável para culturas não irrigadas" (SANDERS JÚNIOR. et al. 1974:14).

Com relação à utilização de inovações mecânicas, sobressai-se o lado positivo do uso de máquinas na diminuição do esforço físico e "multiplicação de braços". A utilização do trator, por exemplo, oferece a vantagem de realizar as operações de preparo de solo num tempo muito curto e, dependendo do tipo de solo, antes mesmo de iniciar o período chuvoso, a operação é quase impossível com o recurso de tração animal. Isso amplia as chances de sucesso dos cultivos, onde a época de plantio é um fator de extrema importância em áreas dependentes de chuvas. Entretanto, a utilização do trator só se justifica para o pequeno produtor quando ele pode alugá-lo para realizar algumas operações, como a de preparo do solo, pois o custo do equipamento está completamente fora do seu alcance, no caso de compra, além de não se justificar pela ociosidade diante da escala de produção.

Com isso, pretende-se ressaltar que é possível que a exclusão da maioria dos pequenos produtores do acesso ao progresso técnico deveu-se à inacessibilidade destes aos serviços de apoio e aos financiamentos oferecidos para as mudanças da base técnica da sua produção. Mas, certamente, este não foi o principal impedimento ou obstáculo a tal transformação.

Entende-se que a maior parte das explicações pode ser buscada na própria concepção das políticas desenvolvimentistas que contemplam a modernização das unidades produtivas, pela

utilização crescente de meios de produção de origem industrial, como a única alternativa possível para o desenvolvimento da pequena produção.

A essa concepção contrapõe-se a idéia de que também é possível encontrar os meios de produção necessários ao progresso técnico na própria agricultura ou na própria unidade de produção e que é possível melhorar a pequena produção e promover maior eficiência em seu interior, a partir da organização dos fatores produtivos de que ela dispõe.

Nessa perspectiva, não se trata somente de buscar o aumento da produção e do rendimento dos produtos cultivados, mas principalmente, o sistema de produção que melhor se adapta a determinadas condições ecológicas e socioeconômicas. Neste caso, é fundamental procurar analisar e entender de que maneira é feita a utilização dos recursos naturais, dos meios técnicos e da mão-de-obra disponível. E isto impõe, necessariamente, o conhecimento das condições locais de produção (ABRAMOVAY, 1985).

"... é somente a partir do conhecimento dos sistemas agrários existentes, de sua lógica, de seus limites e alcance, que se pode localizar seus pontos de estrangulamento tecnológico e propor mudanças que sejam soluções a problemas colocados e vividos efetivamente pelo agricultor." (ABRAMOVAY, 1985:244).

Sob esse enfoque, alargam-se as margens de ação possíveis no campo da geração de políticas e instrumentos de apoio ao desenvolvimento da pequena produção.

Diferentemente do que foi praticado nas últimas décadas, o modelo de desenvolvimento pode constituir-se a partir das

potencialidades das unidades de produção e comunidades rurais, onde o produtor, sua família e demais membros da comunidade têm condições de assumir o papel de verdadeiros agentes de seu desenvolvimento, seja criando seus próprios serviços, seja utilizando mais racionalmente os fatores de produção existentes ou possíveis de serem produzidos no próprio meio rural (FAO, 1988b). A estratégia de desenvolvimento com base nessa premissa tem como requisitos fundamentais a participação ativa dos pequenos produtores e uma adequação dos serviços agrícolas de apoio (pesquisa, extensão, assistência técnica e financeira, etc.) às reais necessidades e possibilidades dos pequenos produtores. A principal característica e vantagem dessa estratégia reside no fato de poder ser aplicável em qualquer região ou zona agroecológica e sob as condições particulares de qualquer meio natural, produtivo, social ou cultural (FAO, 1991).

A viabilização dessa estratégia, que se concretiza nas ações de desenvolvimento, não prescinde, portanto, de recursos e meios exteriores às unidades de produção e às comunidades rurais, mas apenas diminui sua dependência. A melhor organização e manejo de recursos naturais, materiais e humanos existentes, envolvem, desde a melhoria das práticas e sistemas de cultivos e de criação em uso pelos agricultores, até a melhor valorização dos produtos, através do domínio das diferentes etapas de processamento e comercialização. As possibilidades de inovações vão depender da capacidade de mobilização dos meios e dos recursos necessários para a modificação dos sistemas existentes. A estratégia proposta não exclui a utilização dos meios de produção de origem

industrial e as conquistas tecnológicas no campo da agricultura; apenas não os considera como condição única possível de progresso das unidades de produção. A sua utilização não pode ser encarada como um fim, mas como um meio que pode contribuir para a melhoria da produtividade do trabalho. Entretanto, precisa ser compatível com os recursos naturais, humanos e econômicos das unidades produtivas.

A economia da pequena produção, como foi destacada, é orientada com o objetivo de assegurar a reprodução da unidade de produção familiar. A produção não se destina apenas ao atendimento do consumo familiar e produtivo, mas, também, ao fortalecimento da estrutura de produção pela acumulação de meios de produção (terra, animais, entre outros), que é quem confere a segurança ao sistema e garante a sua reprodução em condições adversas de produção. Dessa forma, para realização de um investimento na produção, o pequeno produtor precisa desfazer-se desses meios de produção (animais, por exemplo). Essa "sangria" do processo produtivo contraria a lógica de produção do pequeno agricultor e é muito pouco provável que a evolução dos sistemas agropecuários se faça rapidamente por esse processo.

Entende-se que qualquer intervenção necessária à melhoria dos sistemas de produção deve respeitar essa estratégia de segurança e estabilidade adotada pelos pequenos produtores. Nesse sentido, a capacidade de investimento desses produtores apresenta-se muito limitada, mesmo quando conseguem uma certa poupança.

A evolução dos sistemas agropecuários pode ser favorecida pelo aumento da disponibilidade financeira da unidade de produção. O financiamento de atividades rurais diversificadas, através de um instrumento de crédito adequado, pode assumir uma grande importância.

Essas atividades diversificadas fazem parte das estratégias de sobrevivência e reprodução da pequena produção camponesa e consistem de operações produtivas ou não, quer gerem produtos, quer gerem renda ou uma reserva monetária, facilmente transformável em produtos (PINTO, J.B.G., 1981). Entre essas atividades, destacam-se: a prática de um sistema de produção integrando cultivos consorciados (com culturas alimentares e comerciais) e uma pequena pecuária; criação de pequenos animais (porcos e aves); realização de pequenos "negócios"; artesanato rural; caça, pesca e outras atividades extrativistas, e venda da força de trabalho.

Nas regiões semi-áridas, onde as atividades agropecuárias são marcadas pelo risco climático, essas atividades diversificadas assumem um papel relevante no processo de reprodução social. No semi-árido nordestino, essas atividades parecem ter desempenhado historicamente, um papel preponderante como estratégia de sobrevivência da pequena produção nas situações de crises de origem climática, que se repetem frequentemente com o fenômeno das secas, como também nas ordens econômicas, que se traduzem num longo período de crise, como o que esta região conhece.

1.4. CONCLUSÃO

Ressalta-se a importância de se considerar as especificidades intrínsecas da pequena produção camponesa, sem, contudo, deixar de levar em conta os condicionamentos externos que a vinculam ao sistema de produção capitalista.

Para os pequenos produtores aqui considerados, a condição de proprietários dos meios de produção confere a eles, como produtores diretos, uma certa autonomia e domínio sobre o processo de trabalho e produção, mas não os isenta de um relacionamento com o conjunto das demais atividades econômicas, sobretudo, devido ao fato de eles praticarem uma economia de excedentes, mesmo que seja uma integração parcial, com poucas relações com o mercado. E o nível da integração está fortemente relacionado ao quadro natural e ao processo histórico de ocupação do sertão nordestino.

Parte-se do pressuposto que os pequenos produtores do sertão semi-árido do Nordeste perdurarão e que se faz necessário tê-los presentes no delineamento de estratégias e políticas de desenvolvimento. Mas, para isso, é fundamental analisar e entender de que maneira é feita a utilização dos recursos naturais pelo homem e qual o sistema de produção que melhor se adapta às condições ecológicas e socioeconômicas da região. Nesse sentido, devem ser consideradas e respeitadas as lógicas de produção e as estratégias de segurança e estabilidade adotadas pelos pequenos produtores.

Questiona-se a estratégia de desenvolvimento da pequena

produção inerente ao modelo modernizador, de dimensão tecnocrática, adotado para o crescimento da agricultura do país nas últimas décadas. Faz-se a opção por uma estratégia apoiada no controle do desenvolvimento pelos seus próprios beneficiários, onde procura-se interagir localmente com a dinâmica social, através da ação, estimulando os fatores determinantes para a sua evolução

Neste contexto, acredita-se que entre outros instrumentos de desenvolvimento, um sistema de crédito rural adequado e adaptado aos pequenos produtores, pode assumir um papel importante na evolução técnica, econômica e social de seus sistemas de produção.

CAPÍTULO 2: CONTEXTO DA REGIÃO OBJETO DE ESTUDO

2.1. INTRODUÇÃO

Faz-se uma retrospectiva da evolução da economia do sertão nordestino, tentando situar a pequena produção agropecuária na região objeto de estudo. A partir de estudos existentes, procura-se reter alguns elementos que podem melhor caracterizar a pequena produção e, assim, compreender as condições históricas de sua evolução e a natureza da especificidade que ela assume na região estudada. Esses elementos ajudam a compreender o conjunto das relações de produção que ali se estabeleceram, bem como caracterizam e explicam o funcionamento dos sistemas de produção atualmente em uso pelos pequenos produtores. Nessa abordagem, procura-se descrever os seus sistemas produtivos em sua evolução recente e o contexto em que a pequena produção agropecuária local está inserida.

2.2. PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO SERTÃO

A ocupação do Sertão nordestino foi realizada em função das necessidades de abastecimento de animais de trabalho e de carne para a área produtora de açúcar na faixa litorânea.

"O espaço foi organizado a partir dos interesses dos grandes proprietários ou sesmeiros que, vivendo em Olinda e Salvador, conseguiram dos governadores grandes doações de terras, depois divididas em sítios e entregues a vaqueiros que se estabeleciam no Sertão para cuidar do gado, com auxílio de alguns escravos ou moradores livres" (ANDRADE, 1975:24).

"Esses grandes proprietários, porém, dificilmente viviam em seus domínios, preferindo instalar-se no litoral, nas proximidades das grandes cidades. Administravam suas imensas fazendas através de prepostos, os vaqueiros, ou sitiantes que lhes pagavam

foros. Abaixo deste, viviam os homens livres - que plantavam roças, criavam miunças e trabalhavam, eventualmente, auxiliando os vaqueiros, como tangerinos - e, em alguns casos, os escravos" (ANDRADE, 1975:24).

A sociedade não era tão rigidamente estruturada como a da área canavieira; entretanto, o acesso à propriedade da terra era muito difícil aos povoadores mais pobres. Os criadores de gado que dispunham de rebanho próprio, alugavam sítios aos grandes proprietários e estabeleciam os seus currais. Os vaqueiros que cuidavam do gado nas unidades fundiárias exploradas diretamente pelos grandes proprietários administravam o uso da terra, a utilização da mão-de-obra formada por moradores livres e por escravos, e eram remunerados segundo o sistema conhecido como "quarteação" ou "sorte". Nesse sistema, o vaqueiro era remunerado com a produção própria da fazenda, na proporção de uma cria para cada quatro que nascessem. Também era permitido ao vaqueiro a utilização do leite produzido, a criação das "miunças" (animais de pequeno porte: caprinos, ovinos e suínos) e de aves, além do cultivo de lavouras de mantimento (milho, feijão, mandioca, etc) em pequenas áreas cercadas (ANDRADE, 1980; ANDRADE, 1984). De acordo com FURTADO (1977), tudo indica que o conjunto dessas atividades comandadas pela pecuária era muito atrativo para os colonos sem capital - vaqueiros e moradores livres - pois

"aquele que não dispunha de recursos para iniciar por conta própria a criação, tinha possibilidade de efetuar a acumulação inicial, trabalhando numa fazenda de gado" (FURTADO, 1977:59).

A atividade criatória no sertão teve como condição fundamental de sua existência e expansão, a grande disponibilidade de terras. A ocupação de terra era extensiva e,

até certo ponto, intinerante. A expansão da atividade consistia simplesmente no aumento dos rebanhos e na incorporação, em escala reduzida, de mão-de-obra (FURTADO, 1977).

Desde o início do processo de ocupação do sertão na segunda metade do século XVII, e que se prolonga durante os séculos seguintes, a atividade econômica predominante foi representada pela pecuária extensiva em campo aberto, onde o gado era criado solto, em pasto comum com o de outras fazendas. No início do século XVIII, os currais de gado já se estendiam pela margem direita do rio São Francisco, na Bahia.

Sendo a atividade criatória nordestina dependente da economia açucareira, em princípio era a expansão desta que determinava o desenvolvimento daquela. Com a decadência da economia açucareira, já a partir da segunda metade do século XVII, a procura de gado na região litorânea se reduz e o crescimento do sistema pecuário se faz através do aumento relativo do setor de subsistência. Ou seja, a importância relativa da renda monetária diminui, repercutindo no grau de especialização da economia e no sistema de divisão de trabalho dentro da mesma. Muitos artigos que podiam ser comprados no litoral passam a ser produzidos no âmbito local, constituindo uma forma rudimentar de artesanato (FURTADO, 1977).

"Esse atrofiamento da economia monetária se acentua na medida em que aumentam as distâncias do litoral, pois, dado o custo do transporte do gado, em condições de estancamento do mercado de animais, os criadores mais distantes se tornavam submarginais". (FURTADO, 1977:63)

A atividade agrícola no sertão desenvolveu-se marginalmente

à sombra dos "currais". Ocupava pequenas áreas limitadas por cercas ou valados para impedir a passagem dos animais e era realizada visando ao abastecimento da população local de influência dos "currais". Esses pequenos roçados eram conduzidos pelos próprios vaqueiros com suas famílias ou agregados, uma vez que estes deviam prover sua própria alimentação dentro das condições que o meio natural lhes oferecia. As áreas agrícolas constituíam pequenas manchas isoladas no interior da caatinga (ANDRADE, 1980).

Essa agricultura era normalmente desenvolvida nos locais mais úmidos, mais favoráveis, como os leitos dos rios, as "serras frescas", nos melhores solos e restringia-se ao cultivo de milho, feijão, mandioca e, às vezes, melancia e melão. Os leitos do rio São Francisco e de seus afluentes eram cultivados à medida que as águas baixavam e proporcionavam o cultivo de vazante. Em alguns desses afluentes, a exemplo do rio Salitre, além das culturas mencionadas, surgiu a cana-de-açúcar. O mesmo ocorreu nas "serras frescas", onde também se cultivavam a cana-de-açúcar e fruteiras.

Nos fins do século XVIII e durante o século XIX, a agricultura passa por um rápido desenvolvimento no sertão, com o surto do algodoeiro. Esta atividade agrícola permitiu uma diversificação da atividade econômica e à medida que a produção de algodão se intensificava em certas regiões, estas conheceram um período de prosperidade. Sempre associada à pecuária, a cultura do algodoeiro desenvolveu-se numa vasta área do sertão nordestino, proporcionando grandes modificações no quadro agrário da região, com a formação do complexo gado-algodão e suas

combinações com as culturas alimentares.

Em que pese a importância econômica da cultura do algodoeiro, deve-se reconhecer que as transformações que ela proporcionou no quadro agrário da região não podem ser generalizadas para todo o sertão⁶. A influência do algodão como atividade agrícola economicamente dominante, parece não se fazer sentir em grandes áreas do sertão, sobretudo naquelas drenadas para o rio São Francisco e no sul e oeste do Piauí, onde predominou a pecuária ultra-extensiva, com gado criado solto em campo aberto, produzindo animais de pequeno porte, com pouco peso e baixa produtividade.

A pouca importância da agricultura nessa área se expressa na inexistência, na maioria de seus municípios, de instrumentos jurídicos que assegurem a proteção das lavouras, como ocorre noutros municípios do sertão, onde foi instituída "a lei de 4 arames", ou mesmo pela inexistência dos chamados "travessões" que servem de limite entre a área agrícola e a de criação, onde dentro deles a agricultura é feita livremente e o gado só pode permanecer cercado ou preso.

De acordo com MARTINS (1981), essas regiões mantidas à margem da economia colonial foram aquelas em que mais descuidado fora o processo de ocupação territorial e onde o problema de terra se apresentou muito sério. Isto porque, a riqueza era, e

⁶ De acordo com a regionalização do espaço agrário do Nordeste, sugerido por MELO (1978), a área do Sistema Gado-Algodão ou Sertão Norte, corresponde ao conjunto territorial onde a pecuária e a cotonicultura constituem os elementos predominantes das formas de exploração dos recursos. Segundo SILVA & LIMA (1982), esta área ocupa apenas 21,6% da superfície total do espaço sertanejo, abrangendo 308 municípios distribuídos pelos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

seria por muito tempo, representada pelo gado e não pela terra, pois a fazenda era o rebanho e não o território.

Durante todo o século XIX se processam grandes mudanças no regime legal de utilização da terra que concorrem para a configuração dos tipos de uso e posse da terra. Com a suspensão do regime de sesmaria, segundo GUIMARÃES (1981), iria desenvolver-se, com um pouco mais de liberdade, a ocupação das terras, na qual as camadas mais modestas da população tiveram ampla participação, apresentando-se como precursores da pequena propriedade. Esta situação parece ter prevalecido até a instituição da Lei de Terras de 1850, que proibia a abertura de novas posses, estabelecendo que ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas que não fossem as de compras, ou mais provavelmente até o final do século XIX, quando as terras devolutas passaram para o domínio dos Estados. Nesta época, inaugura-se um período de conflitos entre os fazendeiros potentados da região sertaneja. As terras dos antigos moradores e vaqueiros, convertidos em sitiante, também sofreram a ameaça da incorporação ao patrimônio dos fazendeiros mais ricos e poderosos⁷.

Conforme FURTADO (1977), tudo indica que no longo período, que se estende do último quartel do século XVII ao começo do século XX, a economia nordestina sofreu um atrofiamento que consti-

⁷ Segundo DOURADO (1983), a região do São Francisco sempre foi palco de sangrentas lutas e combates entre as famílias potentadas da região, onde o governo era impotente para apaziguar tais conflitos. Com a criação da Inspeção Geral de Terras, Colonização e Imigração, regida pela Lei nº 198, de 21 de agosto de 1897, que também regulava as terras devolutas situadas no Estado da Bahia, observa este autor,

"Foi instituído o necessário registro e providenciou-se a confecção de cadastro, o que, infelizmente, não foi feito com a devida eficiência e equidade, dando causa a muitas dúvidas, interpretações errôneas e até mesmo clamorosas injustiças em relação ao problema da utilização das terras." (DOURADO, 1983:60).

tuiu o processo de formação do que viria a ser o sistema econômico da região, cujas características persistem até hoje.

2.3. ESPAÇO AGRÁRIO DO SERTÃO DA BAHIA

Nesse quadro agrário, onde predomina a pecuária extensiva em campo aberto, associada a uma agricultura dita de "subsistência", configura-se um conjunto complexo e heterogêneo de relações de produção decorrentes das formas de apropriação das terras, bem característico do sertão da Bahia, sob influência do rio São Francisco.

Constata-se a presença de grandes latifúndios, geralmente originários das antigas fazendas de famílias tradicionais, que ainda ocupam um lugar no centro do poder econômico e político da região do São Francisco, ao lado de fazendas com um certo nível de capitalização orientadas para a bovinocultura ou caprinocultura, exploradas de forma mais intensiva, e de empresas altamente capitalizadas, desenvolvendo agricultura irrigada às margens do rio São Francisco.

Os sistemas de produção desenvolvidos nesses tipos de explorações dão origem aos mais diversos tipos de relações de trabalho, que variam desde o assalariamento até as mais diversas modalidades de parceria ou arrendamento. É possível identificar-se, em plena década de 90 do século atual, a figura do latifundiário, geralmente absenteísta, cobrando através de seus prepostos (procurador ou administrador) a renda da terra antecipada em espécie, ou parte da produção de rebanhos e

parceiros, ou, ainda, quando a atividade básica é a pecuária extensiva, onde a principal figura é a do vaqueiro cuja remuneração permanece o sistema de "quarteação" ou "sorte", que marca a época dos "currais" das antigas fazendas de gado.

Verifica-se, também, nessas áreas localizadas nas proximidades do rio São Francisco ou de seus afluentes, a presença de fazendas descapitalizadas, geralmente originárias de antigos imóveis, que devido ao intenso processo de subdivisão por herança e em decorrência da multiplicação das famílias, apresentam um sério problema de pressão da população sobre a terra. Esta situação dificulta ou impede a divisão ou melhor definição dos limites das terras entre as famílias, prevalecendo o recurso de manutenção das terras indivisas entre os herdeiros, baseada no consenso sobre os limites e direitos aproximados. A divisão da terra terminaria por inviabilizar a produção agropecuária, em virtude da diminuta quantidade de terra que caberia a cada uma, podendo até comprometer a reprodução do grupo familiar.

Nas áreas mais afastadas da influência do rio São Francisco, mais especificamente nas áreas de sequeiro, destaca-se, especialmente, a presença da pequena produção, onde a pecuária de pequeno porte e uma agricultura de alto risco são traços fundamentais. Tratam-se, normalmente, de imóveis de pequenas dimensões, com limites pouco claros, onde o documento de posse é muitas vezes um recibo de compra e venda, quase sempre sem registro em cartório ou, quando possui, identificado como uma posse, numa determinada fazenda (BAHIA, 1982).

Nesse contexto, as relações de produção agropecuária aparecem, também, com uma certa complexidade. As relações de trabalho que se estabelecem são predominantemente com base familiar, entre o responsável direto da unidade de produção e os membros não remunerados da família. O pastoreio comunitário aparece como uma prática disseminada em toda a região, em particular, no nordeste da Bahia, onde, na maioria dos municípios, é denominado de "fundo de pasto" (BAHIA, 1982).

Genericamente, denomina-se "fundo de pasto", toda área onde vive um grupo de famílias que utilizam a terra para pastoreio de forma comunitária. Esse grupo de famílias reclama a posse de uma área mais ou menos delimitada, sem cercas, onde cada família possui uma casa e uma pequena área cercada e o restante da área é utilizada para o pastoreio comunitário e para o desenvolvimento de algumas atividades extrativistas (BAHIA, 1982).

Os "fundos de pasto" se apresentam como um sistema de produção bastante peculiar e têm como atividade principal a pecuária extensiva de pequeno porte e uma agricultura praticada marginalmente. Eles surgem em decorrência do processo de subdivisão de grandes fazendas - "fazendas mãe" - através do processo de herança e da venda de posse, sendo muito comum a existência da escritura de posse em mãos de um produtor mais antigo (BAHIA, 1982).

2.4. A REGIÃO DE MASSAROCA

A região de Massaroca apresenta uma situação típica da

diversidade do quadro agrário do semi-árido no Nordeste brasileiro. Localizada no município de Juazeiro, no sertão da Bahia, essa região compreende uma área de aproximadamente 1000 km² (FIG.1), abrigando 243 famílias e cerca de 1500 habitantes, distribuídos em nove comunidades rurais.⁸

2.4.1. O SURGIMENTO DA PEQUENA PRODUÇÃO EM MASSAROCA

A principal característica da região reside na existência de comunidades rurais baseadas em relações familiares antigas e que têm em comum um patrimônio: o fundo de pasto (TONNEAU et al., 1989). É essa característica que marcará a particularidade do ambiente social no qual a economia da pequena produção camponesa de Massaroca opera. As comunidades apóiam-se no espaço físico de antigas fazendas (Fazenda Lagoinha, Fazenda Cipó, Fazenda Juá, Fazenda Cachoeira, etc.), das quais algumas delas herdaram e conservam os seus nomes, até os dias atuais.⁹ A grande maioria dos seus membros é ainda descendente de antigos vaqueiros que assumiram as terras durante o século XIX até o início do século XX.¹⁰

⁸ A região de Massaroca é aqui considerada como o espaço físico ocupado pelas comunidades rurais envolvidas no projeto Pesquisa-Desenvolvimento implementado pela EMBRAPA-CPATSA, quais sejam: Lagoinha, Canoa, Curral Novo, Jacaré, Cachoeirinha, Caldeirão do Tibério, Lagoa do Meio, Juá, Lagoa do Angico, e Cipó. A área, portanto, não corresponde exatamente à divisão administrativa municipal do distrito de Massaroca.

⁹ Conforme dito anteriormente, essas antigas fazendas, por sua vez, já resultam de um processo de subdivisão de grandes fazendas- "fazenda mãe". Pelos depoimentos obtidos junto aos membros das comunidades, tudo indica que as antigas fazendas, nas quais se apóiam as comunidades rurais de Massaroca, são originárias de uma grande fazenda denominada Curral Velho, que se situava nas proximidades do rio Salitre, afluente do rio São Francisco, e duas outras grandes fazendas situadas nas localidades denominadas Volta e Curral Novo.

¹⁰ De acordo com depoimentos colhidos por CERQUEIRA et al. (1986) junto aos membros antigos da comunidade Lagoinha, a primeira casa edificada naquela localidade data de 1807 e foi construída por Joaquim Nunes da Silva, conhecido como Joaquim dos Cágados, identificado como o primeiro habitante que deu origem às famílias que constituem aquela comunidade. De acordo com o levantamento realizado pelos autores, dos 130 habitantes que em 1986 compunham aquela comunidade, apenas seis pessoas não tinham descendência direta ou grau de parentesco com a família do Joaquim dos Cágados.

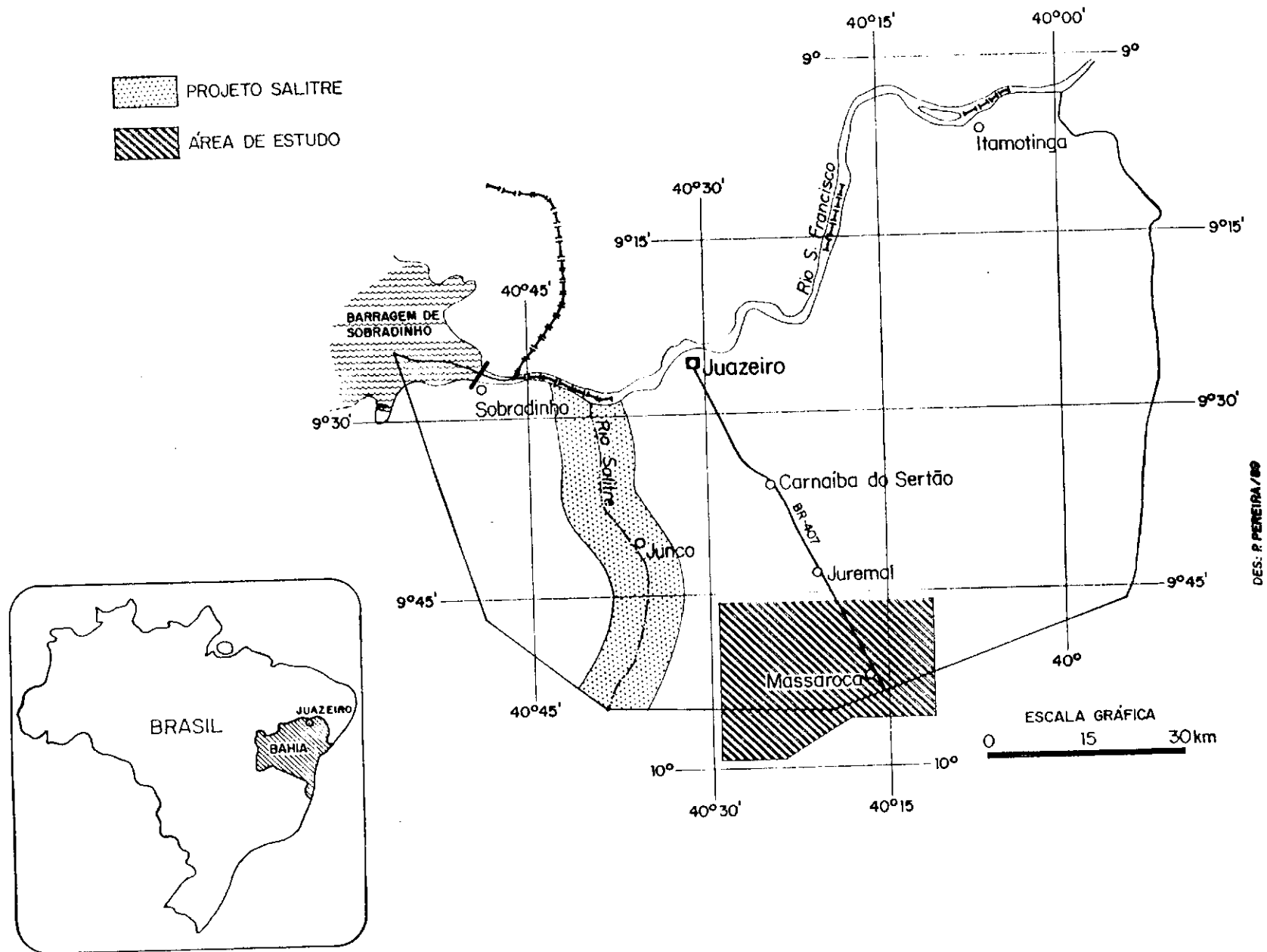


FIGURA 1-Localização da região de Massaroca.

Tudo indica que a crise que se abateu sobre a atividade criatória a partir da segunda metade do século XVII e que se estendeu aos séculos posteriores, levou os grandes proprietários da região a se concentrarem nas proximidades do rio São Francisco e de seu afluente perene, o rio Salitre, nas áreas que apresentavam situações mais favoráveis e com potencialidades superiores àquelas mais afastadas. É nesse vazio territorial de condições naturais mais adversas que aparece a pequena produção de base familiar, voltada, principalmente, para produção direta dos meios de subsistência, onde uma pequena agricultura, associada à pecuária de pequeno porte em pastoreio comunitário, assume a principal característica.

No início da ocupação, as terras mais férteis foram utilizadas para uma agricultura de subsistência e os campos abertos para pecuária ultra-extensiva com importância econômica relativamente pequena. A população produzia, quase que exclusivamente, o suficiente para garantir a sobrevivência e a reprodução do grupo social.

2.4.2. UMA RELAÇÃO PRIVILEGIADA COM JUAZEIRO

O desenvolvimento da região de Massaroca está ligado, de certa forma, à história de Juazeiro. No início do século XVIII, o recém-povoado de Juazeiro não apresentava ainda indícios de progresso, mas já desempenhava um papel de entreposto natural da região na estrada das boiadas que ligava a Bahia ao Piauí, onde funcionava a "barca da passagem" para atravessar o gado e os tropei-

ros, de uma à outra margem do rio São Francisco.¹¹ Durante o século XIX, Juazeiro, já na condição de vila, conhece um período de prosperidade e se consolida como entreposto comercial para abastecimento das áreas interioranas¹². No último quartel desse mesmo século, Juazeiro recebe dois benefícios, que viriam contribuir para o seu desenvolvimento: a implantação da navegação a vapor no rio São Francisco e a construção da via férrea (DOURADO, 1983).

"A construção da estrada de ferro não promoveu profundas modificações na região (sertão da Bahia). A sua importância origina-se do fato de Juazeiro ser entreposto comercial de mercadorias procedentes de outros estados, com destino a Salvador e distribuidor das mercadorias de Salvador para a região. Como contribuição, destacou-se a presença de couros, borrachas, cereais e fumo" (BAHIA, 1982:17).

Entretanto, para a região de Massaroca em particular, a estrada de ferro teve uma significação importante, inclusive na estruturação do quadro agrário da região. A linha de trem que ligava Salvador a Juazeiro não só passava em Massaroca, mas também era uma parada obrigatória para abastecimento de lenha e água para as locomotivas a vapor. Isto gerou uma atividade relativamente importante de transporte de lenha para a estação de trem, ocupação esta que criou muitos empregos e contribuiu para o

¹¹ O escritor João de Matos, em sua obra "Descrição Histórica e Geográfica do Município de Curaçá" edição d'ÉCO, Juazeiro, 1926, citada por DOURADO (1983), relata: "Dividem-se estes vastos sertões em dois ramos, um para a parte do Norte, denominados- os Sertões do São Francisco, abundantíssimos em gado vacum e cavalar. Principiam estes na Passagem do Juazeiro, por onde vem a dilatadíssima estrada do Piauí para a Bahia e continuam pelo rio São Francisco acima até o Rio Verde... Todos estes ramos de sertão são um extremo árido e estéril, à exceção das margens do rio São Francisco, que, a não serem tão pouco sadias, em nenhuma outra parte se poderá melhor habitar, atenta a abundância de víveres". (DOURADO, 1983:33)

¹² Conforme DOURADO (1983), "Juazeiro realizava transações com a vizinhança, utilizando-se tropas, que viajavam até Cachoeira para levar produtos da região e de lá trazer tudo aquilo que era necessário. Eram cerca de dois mil muares realizando este cansativo trabalho...". Ainda segundo o referido autor, "Grande número de Barcas-Carrancas subiam e desciam o Rio São Francisco e seus afluentes... O carregamento de subida compunha-se de sal, querosene, produtos manufaturados, cigarros, fósforo, tecidos, linhas de costura e tudo aquilo que eles (os abonados fazendeiros) necessitavam para sua sobrevivência. De volta, traziam: cachaça, fumo e cereais". (DOURADO, 1983:44)

estabelecimento de uma densidade populacional relativamente elevada e criação de um núcleo habitacional que hoje representa a sede do distrito de Massaroca.

Mesmo nos tempos mais remotos, quando os sistemas de transporte ainda não eram desenvolvidos, a região de Massaroca já mantinha ligações com Juazeiro. Conforme CERQUEIRA et al. (1986), os moradores da região faziam o percurso até Juazeiro através de animais (burro, cavalo), onde faziam suas compras de gêneros alimentícios e roupas, entre outros. Tudo indica que o gado já constituía o principal produto comercializado pelos produtores. Em se tratando de uma mercadoria que se autotransportava, não dependia da existência de meios de transporte para ir ao mercado.

As construções da estrada de ferro no final do século passado e da rodovia BR-407, na década de 50 do atual século, um dos principais elos de ligação da região Nordeste com o Sul do País, que passa também em Massaroca, ampliaram as relações e a integração de Juazeiro com o resto do país. Essa integração se consolidou com o desenvolvimento dos projetos de irrigação e com os investimentos agroindustriais apoiados pelo governo federal no pólo Petrolina-Juazeiro. Em decorrência, ampliam-se as bases de intercâmbio de produtos e mercadorias entre os pequenos produtores de Massaroca e os mercados local, regional e nacional.

2.4.3. UTILIZAÇÃO DO MEIO NATURAL NUMA REGIÃO MARCADA PELO RISCO

A região de Massaroca reflete a grande diversidade de situações agroecológicas do trópico semi-árido brasileiro. Os solos

têm características bastante diferenciadas em função da grande variedade litológica, cujos reflexos são importantes, tanto na composição florística da vegetação, como no quadro de ocupação e utilização do espaço pelo homem (TONNEAU et al., 1989).

Um esforço de identificação dos recursos naturais, realizado por TONNEAU et al. (1989), contando com a colaboração dos produtores, permitiu caracterizar seis grandes tipos de solo: areia (Regossolos); carrasco (Brunos não Cálcicos); tabuleiro (Vertissolos); caminho da serra (Latosolos); serra (Cambissolos latossólicos); e riacho (aluviais/coluviais). O clima pode ser considerado tropical quente semi-árido, com um regime de chuvas que ocorrem entre os meses de novembro e abril, com uma precipitação média em torno de 435mm/ano.

A grande variabilidade do volume de precipitação de um ano para outro, assim como a imprevisibilidade de sua distribuição no tempo, tornam difícil se estabelecer o que significa um ano padrão e ideal em termos de agricultura de sequeiro e constitui um dos principais problemas crônicos que castigam a população local- a seca.

Nesse contexto, conforme observa TONNEAU et al. (1989), a gestão do meio pelo homem se organizou em torno de duas trajetórias de ocupações distintas, uma baseada na vasta área de pastagem extensiva e comunitária ocupada pela vegetação nativa, a caatinga, onde os produtores criam livremente seus rebanhos durante a estação de chuvas e parte da estação seca, valorizando, de forma extensiva, o seu maior recurso disponível. Os rebanhos

são constituídos, principalmente, de pequenos ruminantes e, em particular, de caprinos. Essa área se confunde com os Vertissolos do tabuleiro.

A segunda trajetória, conforme TONNEAU et al. (1989), corresponde ao cultivo de pequenas parcelas de culturas ligadas ao suprimento das necessidades alimentares das famílias e da obtenção de uma renda (mamona, melancia, algodão, sisal). A agricultura se localiza nas áreas mais favoráveis: cambissolos da serra, latossolos do caminho da serra, aluviões do riacho e regossolos das areias. As diferentes qualidades desses solos permitem uma diversificação importante de culturas, apesar do risco ligado às características aleatórias das precipitações (ver mapa das unidades geoambientais, elaborado por TONNEAU et al., 1989) (FIG.2).

A pecuária constitui, portanto, a principal vocação da região de Massaroca. Mas a instabilidade de disponibilidade alimentar para o rebanho na estação seca representa, ainda, o principal fator limitante para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, a utilização dos restos de cultura e a implantação de áreas forrageiras desempenham um papel importante na alimentação e manutenção do rebanho.

Em função do risco climático, os produtores adotam estratégias específicas de adaptação: buscam práticas agronômicas e pecuárias, visando a limitação deste risco; criam reservatórios de água e desenvolvem, em seus perímetros, a pequena irrigação; reservam e implantam áreas forrageiras; desenvolvem atividades

TABULEIRO: Pecuária extensiva

- Relevo plano com entalhes pouco profundos
- Verticilos (no Tabuleiro)
- Fertilidade natural alta
- Ressecamento acentuado com grandes rachaduras
- Dificuldade de manejo (textura pesada)
- Potencial hídrico: superficial - inexistente
subterrâneo - regular a alto no fundo dos vales com águas duras, porém não sulfúicas.

Obs.: Nos vales solos com fertilidade natural alta e umidade prolongar:

- Agricultura sequeiro impraticável
- Área de pecuária extensiva em campo aberto
- Propriedade coletiva (função de pasto)
- Possibilidade grande projeto irrigação

CARRASCO: Pecuária extensiva e quintais

- Relevo suave ondulado
- Brunos Não Cálcicos
- Fertilidade natural alta
- Pedregulho forte nos altos, grande susceptibilidade a erosão
- Dificuldade de manejo manual e com tração animal
- Não suporta estadia prolongada
- Potencial hídrico: superficial - bom em barreiros e pequenas barragens nos entalhes
subterrâneo - alto em áreas de falhas com águas magnesianas
- Localização sede comunidades
- Vocação mista: culturas alimentares e forrageiras com finalidade garantir alimentação rebanho período seco.
- Milho, feijão, palma, capim buffet
- Campos nos antigos chiqueiros.

AREIAS: Agricultura

- Relevo plano e suave ondulado
- Regossolos
- Fertilidade natural baixa, arboramentos frequentes
- Bom aproveitamento das chuvas fracas e mal distribuídas
- Potencial hídrico: superficial - limitado ao armazenamento em caldeiras naturais ou artificiais com água de ótima qualidade para consumo humano.
subterrâneo - regular, por vezes alto em áreas de falhas, rioses de sódio alto.
- Zona agrícola semi-irrigada: culturas de mandioca, milho, feijão, melancia, palma, guandu
- Sistemas de produção de tipo misto agrícola
- Rebanho: aproveita restos culturais período seco; criados em outra área durante o período chuvoso.

SERRA: Agricultura

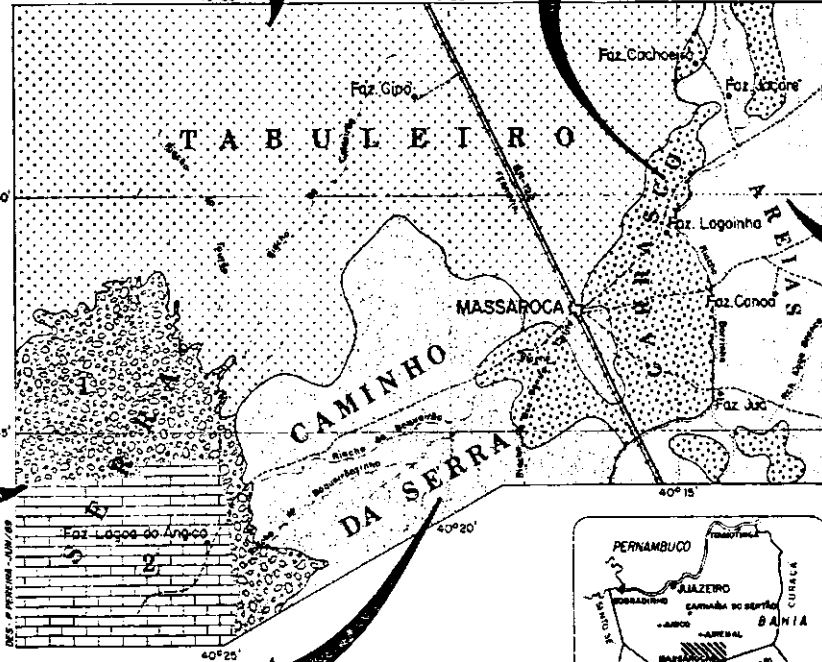
- Relevo plano
- Cambissolos intecados
- Fertilidade natural alta
- Alto potencial de restituição de água para culturas perenes e anuais
- Condições climáticas amenizadas pela altitude
- Potencial hídrico: Superficial - baixo
Subterrâneo: alto em bordas dentro do caudal a cerca de 70m de profundidade.

OBS.: A área III é basicamente pedregosa e de cultivo açucardado.

- Zona de maior potencialidades agrícolas da região.
- Culturas: café (em declínio), mamão, milho, feijão, palma.
- Rebanho bovino-ovino, semi-extensivo (atrasos comerciais).
- Possibilidade pecuária de irrigação (tipo tubular).

CAMINHO DA SERRA: Agropecuária

- Relevo plano com entalhes suaves
- Cambissolos intecados
- Fertilidade natural alta - profundidade
- Bom potencial de armazenamento e restituição de água para plantas perenes principalmente
- Potencial hídrico: superficial - baixo
subterrâneo - a ser avaliado, provavelmente alto perto da serra
- Vocação mista: pastagens nativas em grandes propriedades agrícolas tradicionais pequenos produtores.
- Área de colonização.
- Substituição rápida da vegetação nativa pelo capim buffet.



Fonte - TONNEAU et al., 1989

FIGURA 2 - Mapa das unidades geoambientais da região de Massaroca.

não agrícolas e, em casos extremos, migram temporariamente ou em definitivo para os centros urbanos (CARON, 1992).

De acordo com CARON (1992), as possibilidades de gestão dos recursos de água e dos recursos de alimentação animal orientam as escolhas efetuadas em termos das atividades agropecuárias. Nesse contexto, a cerca desempenha um papel primordial, permitindo a apropriação individual ou coletiva do espaço e dos recursos que são oferecidos. Por isso, as áreas cercadas e bem protegidas dos rebanhos constituem-se no principal meio de produção das explorações.

O rebanho representa a principal forma de poupança disponível aos produtores e constitui fator de segurança indispensável à sobrevivência da população local. Ele permite enfrentar as adversidades naturais dos anos de seca e as incertezas das condições econômicas do país. A espécie caprina é predominante, pois, além de sua melhor adaptação às condições severas do meio, o caprino representa uma unidade econômica mais facilmente mobilizável que o bovino, em termos de compra e venda, e adapta-se melhor à estratégia econômica adotada pelo pequeno produtor.

2.4.4. OS PRODUTORES E SUAS LÓGICAS DE PRODUÇÃO

Os produtores da região de Massaroca são todos proprietários. A diferenciação social é, todavia, importante e as situações encontradas permitem reconhecer, hoje em dia, uma mudança significativa na economia da pequena produção correspondente à sua integração ao mercado regional.

Essa integração, conforme CARON (1992), está relacionada ao crescimento do pólo regional Juazeiro - Petrolina, à influência e às conseqüências das viagens dos membros das comunidades ao centro-sul do país e à interferência das instituições técnicas que atuam na área. Entretanto, a integração ao mercado não é um processo homogêneo e é possível ser observada em todas as suas diferentes etapas no próprio interior das comunidades. Uma tipologia dos produtores, realizada em 1986 por TONNEAU et al. (1988), revela um processo de diferenciação correspondente às fases sucessivas de "capitalização" e "descapitalização" no curso da vida dos produtores. Assim, três grandes grupos de produtores foram identificados, que correspondem a três grandes lógicas de produção.

Os produtores jovens e recentemente instalados dispõem de pouca mão-de-obra familiar, de um espaço agrícola pouco valorizado, com limitadas áreas cercadas, rebanho reduzido e, portanto, com a capacidade de poupança e de investimento praticamente nula. Para satisfazer às suas necessidades e se engajar num ciclo de acumulação, eles são forçados a vender sua força de trabalho (atividades rurais locais ou emigração para os centros urbanos). São produtores ditos em "subsistência" que possuem uma lógica de sobrevivência. Possuem uma estrutura de exploração frágil: pouca terra, com um a três hectares cercados e cultivados, nem sempre muito adequada para exploração da agricultura. Plantam culturas essencialmente alimentares e, às vezes, com dupla finalidade: alimentação e geração de renda. A reduzida área cercada, que deve acolher os animais durante a estação seca, limita,

consideravelmente, o tamanho do rebanho (cinco a dez cabras ou ovelhas). A horta e a pequena criação (galinhas, porcos) assumem uma grande importância (TONNEAU et al., 1988).

Os produtores instalados há mais de dez anos, que seguiram um processo de acumulação mais ou menos rápido em função da sua situação de partida, ou seja, do fato de uma melhor herança, possuem os meios e um potencial de produção que lhes permitem satisfazer às necessidades da família, mesmo no caso de crise climática de amplitude média. São produtores ditos "em equilíbrio", que possuem uma lógica mista, de polivalência. Ao longo da instalação, esses agricultores vão acumulando, progressivamente, meios de produção. Tendo à sua disposição uma mão-de-obra familiar, o agricultor vem estabilizando seu sistema de exploração, graças a algumas estratégias de equilíbrio, polivalência e complementariedades, numa busca incessante de: aquisição de terras em diferentes tipos de solos; equilíbrio entre as atividades agrícola e pecuária e entre o trabalho e a mão-de-obra familiar disponível; diversificação e mistura do rebanho (ovino, caprino, suíno), dos produtos animais (carne, leite, couro) e das culturas cultivadas (cultura forrageira e de renda - o algodão; cultura alimentar e forrageira - o guandu). A manutenção deste equilíbrio constitui o projeto de vida do agricultor (TONNEAU et al., 1988).

Finalmente, os produtores ditos "de renda", que dispõem de um "capital de exploração" e de uma capacidade de emprego de mão-de-obra relativamente importante. Eles tendem a se especializarem, permitindo-lhes vender, com facilidade, a produção no mercado regional. O sucesso dessa evolução fica submetido aos riscos,

ligados à evolução considerável dos preços dos gêneros alimentícios. Se as condições lhes permitem, o agricultor pode decidir romper com aquela situação de equilíbrio e se integrar mais no mercado de produtos da agricultura ou da pecuária. A produção para o autoconsumo diminui e, em situação de segurança, o agricultor pode contar com suas rendas para resistir às diferentes crises que possam se abater sobre sua exploração.

O grupo de produtores idosos (mais de 60 anos), que cedeu a seus filhos uma parte importante de seu patrimônio, reverte a situação de uma lógica de sobrevivência; vão, pouco a pouco, revertendo o processo anterior de acumulação, seja porque vão cedendo terra e gado a seus filhos desejosos de se instalarem às suas custas, seja pela incapacidade de cultivar suas terras, por falta de braços, o que os leva a abandonar seus campos. Esses produtores conservam uma parte de suas terras para culturas forrageiras, visando manter um pequeno rebanho em que possa se ocupar, exploração esta voltada para a casa e para o rebanho caprino.

Segundo TONNEAU et al. (1988), essas diferentes lógicas experimentam uma evolução que pode ser descrita pelas trajetórias indicadas na FIG.3. Vale ressaltar, entretanto, que nem sempre a evolução ocorre no sentido de uma maior "capitalização". O processo inverso também é possível.

2.4.5. SISTEMAS DE PRODUÇÃO E ESTRATÉGIAS DOS PRODUTORES NUMA ECONOMIA EM MUTAÇÃO

A inserção do sistema de produção e a exploração comunitária

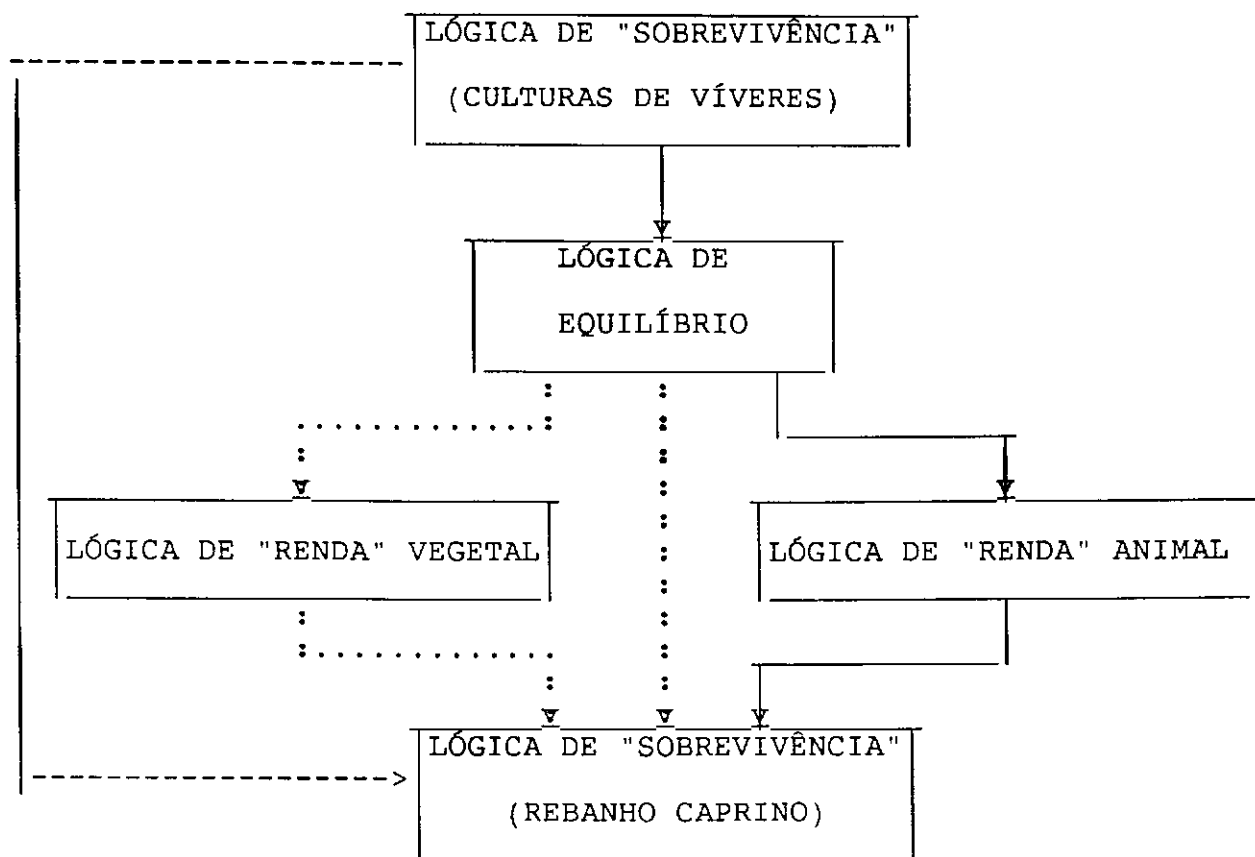


FIGURA 3: Trajetória de evolução dos produtores da região de Massaroca
 FONTE: TONNEAU et al., 1988:80

que lhe é peculiar, demonstram uma racionalidade da pequena produção camponesa na utilização dos recursos naturais e humanos em condições de adversidades climáticas e econômicas e no estabelecimento de relações sociais de produção necessárias à reprodução do grupo social, através da manutenção das comunidades ao longo do tempo.

O "fundo de pasto" é composto por um agrupamento de pequenos produtores que adotam um sistema de produção que combina a produção direta dos meios de vida e a produção de excedentes comercializáveis.

As culturas normalmente cultivadas são o milho, o feijão e a mandioca, podendo ser encontradas algumas hortaliças (coentro, cebolinha, maxixe) e culturas como abóbora e melancia, como fontes complementares da alimentação e, principalmente, como fonte de renda familiar ao lado de outras culturas como mamona, sisal e algodão. São comuns, nas explorações, a presença de um pequeno rebanho bovino e a criação de animais de pequeno porte, constituídos por suínos e aves, principalmente. Mas a atividade principal explorada é a caprino-ovinocultura. Na TAB.1, podem ser visualizadas algumas características da região de Massaroca a partir dos dados levantados por CARON (1992), em novembro de 1990, durante um inquérito realizado nas unidades de produção com 90 das 243 famílias existentes.

A caprino-ovinocultura, principalmente a caprinocultura, é a atividade que garante, realmente, a sobrevivência da população e é em função dela que se organiza o "fundo de pasto". Os animais são mantidos nas áreas de uso comum não cercadas. Tradicionalmente, soltam-se as criações na "caatinga", onde parte destas - "as enjeitadas" - retornam todos os dias e são recolhidas nos "cercados" ou "chiqueiros" e o restante dos animais permanece no percurso - "as mateiras". Todavia, como observa CARON et al. (1992), a prática de soltar os animais está cada vez mais limitada à época verde. Como será demonstrado a seguir, a importância crescente de áreas cercadas e a pressão sobre a pastagem estão modificando consideravelmente a condução do rebanho na época seca.

A pecuária fornece três produtos básicos para o mercado: a pele, a carne e o leite, além de subprodutos. Com exceção do

TABELA 1. Dados sobre a Região de Massaroca

- Número médio de pessoas por família	6
- Área média das propriedades (ha)	70,9
- Área média cercada por propriedade (ha)	54,0
- Área média cultivada por propriedade (ha)	2,7
- Área média forrageira por propriedade (ha)	7,6
- Rebanho caprino médio por propriedade (cabeças)	125
- Percentual de explorações que possuem rebanho caprino	98
- Percentual de explorações que possuem mais de 50 cabeças de caprinos	71
- Rebanho ovino médio (cabeças)	52
- Percentual de explorações que possuem ovinos	89
- Percentual de explorações que possuem mais de 50 cabeças de ovinos	41
- Rebanho bovino médio por propriedade (cabeças)	10
- Percentual de explorações que possuem bovinos	59
- Percentual de explorações que possuem mais de oito bovinos	40
- Percentual de produtores que já se beneficiaram de crédito bancário	19
- Percentual de produtores que têm crédito bancário	1
- Produtores que têm poupança no banco	49

FONTE: CARON, 1992.

primeiro, os demais são consumidos pelas famílias. Os produtos agrícolas alimentares são destinados ao consumo, onde parte deles, junto aos produtos oriundos das culturas de renda, constitui o excedente destinado à venda ou à alimentação animal.

A base da alimentação da população local é constituída de feijão, arroz, milho, farinha de mandioca e carne. A composição depende do acesso a esses diferentes alimentos e a variação da ração alimentar familiar depende, segundo CARON (1992), do acesso físico e/ou financeiro às mercadorias destinadas ao consumo, onde a capacidade das explorações, em termos de potencialidades e de lógicas de produção (alimentação ou geração de renda) e a disponibilidade e preços dos produtos no mercado, são fatores determinantes. A disponibilidade no mercado quase sempre não é fator limitante, levando-se em conta a proximidade da cidade.

O estudo realizado por CARON (1992) demonstra não somente a importância que assume a compra dos produtos alimentares, mas, também, a evolução do estilo alimentar das famílias da região de Massaroca, evolução esta que corresponde ao processo de integração à economia de mercado e que se traduz por:

- compra regular e crescente de produtos de origem industrial, que já fazem parte da dieta alimentar das famílias (café, açúcar, óleo comestível, margarina) e a compra, mais ou menos regular, de bebidas industriais (cerveja, cachaça, refrigerantes e sucos);
- importância que assumem na ração alimentar os cereais não produzidos na região. O arroz toma o lugar do milho e as massas alimentícias são cada vez mais consumidas;
- substituição de certos produtos artesanalmente produzidos na unidade de produção ou na comunidade, por produtos industrializados. O milho, hoje em dia, é consumido, prin-

- principalmente, sob a forma de cuscuz. Os produtores, somente excepcionalmente, consomem o milho por eles produzidos - vendem ou reservam o milho para os animais e compram a massa de cuscuz. O mesmo ocorre com a mandioca, um produto local, que normalmente é transformada pelas mulheres. Mas, na medida de suas possibilidades, na administração do lar, elas preferem vender a farinha produzida e comprar a fabricada industrialmente, geralmente mais fina;
- preferência por feijão de arranca (*Phaseolus vulgaris*), quando a região é mais propícia à produção do feijão de corda (*Vigna unguiculata*). Entretanto, os produtores vendem o feijão de corda para comprar o de arranca;
 - compra mais ou menos regular de frutas e legumes provenientes das zonas irrigadas próximas.

A importância da compra de produtos alimentares está diretamente relacionada à renda familiar. São as fontes de rendas que determinam e condicionam o provisãoamento alimentar no mercado.

As rendas familiares se formam, principalmente, a partir da venda de produtos agrícolas ou da pecuária. Quando essa renda não é suficiente, são outras atividades não ligadas à agropecuária, e a venda da mão-de-obra, que permitem satisfazer às necessidades básicas da família. De acordo com CARON (1992), as principais fontes de rendas são as seguintes:

- vendas de animais ou produtos animais, regularmente ao curso do ano. Caso o produtor possa, não vende os animais no final da estação seca, quando estes estão magros e os preços são desvantajosos;

- venda dos produtos agrícolas de renda (melancia, mamona, sisal) e alimentar (milho, feijão) após a colheita. Esta venda depende das condições agroclimáticas e do nível dos preços dos produtos;
- atividades não agrícolas artesanais e comerciais;
- benefícios de pensão e aposentadorias ou remessa de dinheiro por familiares residentes fora da região;
- venda da força de trabalho nas propriedades localizadas nas vizinhanças ou nos centros urbanos.

Embora as vendas dos produtos agrícolas participem da formação da renda, seus benefícios contribuem pouco para o provisão de alimentos. Conforme CARON (1992), a venda desses produtos, realizada logo após a colheita, permite satisfazer às necessidades de consumo não alimentar do lar (utensílios domésticos, vestuário) e de saúde, entre outros. Os estoques dos produtos alimentares geralmente não são assegurados até a colheita seguinte. Além do mais, os custos e os riscos que implicam a conservação dos produtos, a própria evolução do estilo alimentar já mencionada e a grande variação dos preços dos produtos agrícolas no mercado, limitam o interesse para estocar alimentos de base¹³.

Essas estratégias de sobrevivência dos produtores decorrem do próprio processo de integração da economia camponesa de Massaroca aos mecanismos de mercado. Elas se explicam, conforme

¹³ Os preços dos produtos agrícolas são muito flutuantes. A produção das grandes regiões produtoras, principalmente da região Centro-sul, exerce grande influência na determinação dos preços ao nível local. Assim, em 1991, um produtor de Massaroca podia vender seu feijão produzido no mês de maio ao preço de Cr\$ 350,00/kg, enquanto quatro meses depois, poderia ser comprado por Cr\$ 150,00/kg, apesar da inflação no período.

CARON (1992), pela influência de vários fatores: evolução do modo de consumo, desencravamento da região e evolução de meios de transporte e comunicação, intervenção dos poderes públicos e evolução do tecido social ligada aos fenômenos migratórios.

2.4.6. A EVOLUÇÃO RECENTE

Devido à grande diversidade dos meios físico e humano, as estratégias adotadas pelos produtores não são aplicáveis a todas as unidades de produção. O processo de cercamento de áreas, inerente à intensificação da produção, exerce um papel fundamental na evolução das explorações. Este processo não é igualmente acessível a todos, pois depende das disponibilidades financeiras e de mão-de-obra, além de representar o principal fator de diferenciação observado atualmente em Massaroca.

O processo de cercamento é recente e está relacionado, principalmente, à saturação do espaço onde os animais são criados soltos¹⁴. A extensão das áreas cercadas ocorre com a construção de cercas de arame farpado e introdução de plantas forrageiras perenes, principalmente capim buffel, que permite a instalação de grandes áreas forrageiras sem um aporte muito significativo de mão-de-obra¹⁵.

Embora uma dinâmica e um consenso social favoreçam à

¹⁴ Os animais são criados soltos e coletivamente. As áreas de utilização coletiva compreendem o espaço de propriedade comunitária mais os espaços abertos (não cercados) das propriedades individuais. O cercamento das áreas, mesmo nas áreas de propriedade individual, significa uma redução da área de exploração coletiva.

¹⁵ A prática do cultivo de uma cultura alimentar de renda (melancia, principalmente) associada ao capim, nos primeiros anos de sua implantação, reduz, sensivelmente, os custos de implantação das áreas forrageiras e tem se constituído num fator decisivo de expansão dessas áreas. Sem a cultura associada, o retorno desse investimento, somente com a produção forrageira, seria três a cinco vezes mais demorado (CARON et al., 1992).

legalização dos títulos de propriedades dos "fundos de pasto", o mesmo não pode ser esperado quando o assunto envolve a organização de investimentos que poderiam e podem ser realizados nessas áreas. O simples pagamento de imposto fundiário é motivo de problemas, na medida em que os produtores não têm contribuído de maneira igualitária, em função do uso feito do "fundo de pasto", por cada família (CARON et al., 1992).

A falta de compromisso coletivo dificulta a realização de melhoramentos e investimentos, que poderia se traduzir no aumento de capacidade de suporte do "fundo de pasto". A tendência atual é de apropriação individual do espaço com a intensificação das explorações, em detrimento das áreas de utilização coletiva.

As modalidades que assumiram a evolução dessas explorações, ressalta CARON (1992), determinarão a paisagem agrária do futuro. Se esta evolução ficar restrita a um pequeno grupo de produtores, é muito provável que estes estendam os seus domínios, passando a haver, em breve, uma concentração da propriedade de terras. Progressivamente, o espaço dos produtores impossibilitados de cercar áreas reduzir-se-á. Essa evolução se desenha hoje na região de Massaroca e a consequência desse processo poderá se traduzir em dificuldades para a maioria dos produtores, cujo destino, por falta de oportunidade, poderá ser, forçosamente, o assalariamento ou emigração.

Observa-se que o sucesso dessa evolução parece estar estreitamente ligado à capacidade de investimento dos produtores. Assim, o processo de acumulação dos meios de produção pode ser

esquematizado sob a forma de um ciclo de produção e reprodução, conforme sugerem CARON & SILVA (1992) (FIG.4).

Conforme CARON (1992), esse esquema põe em evidência o papel que desempenha o fenômeno da acumulação, por permitir à família do pequeno produtor, produzir e assegurar a satisfação de suas necessidades de consumo e de estabilidade num contexto dominado pelos riscos climáticos, entre outros, assim como participar do processo do desenvolvimento regional.

2.4.7. UM PASSADO DE INTERVENÇÃO NUM CONTEXTO INSTITUCIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL POUCO PROPÍCIO.

A região de Massaroca conhece um passado de intervenção de entidades e órgãos públicos, privados e não governamentais. A intervenção inicial nas comunidades foi realizada pela igreja católica, no início dos anos 80, que através da atividade pastoral, procurou valorizar as organizações das populações, suas associações e comunidades, para mobilizar os recursos e serviços do Estado.

A partir de 1982, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (EMATER-BA) iniciou suas atividades nas comunidades de Massaroca, como um dos órgãos executores do POLONORDESTE. A ação da EMATER-BA facilitou a participação de outros órgãos envolvidos nesse programa, como o Instituto de Terras da Bahia (INTERBA), o Instituto Biológico da Bahia (IBB) e outros.

As ações do POLONORDESTE e de outro programa que o sucedeu, o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), suscitaram

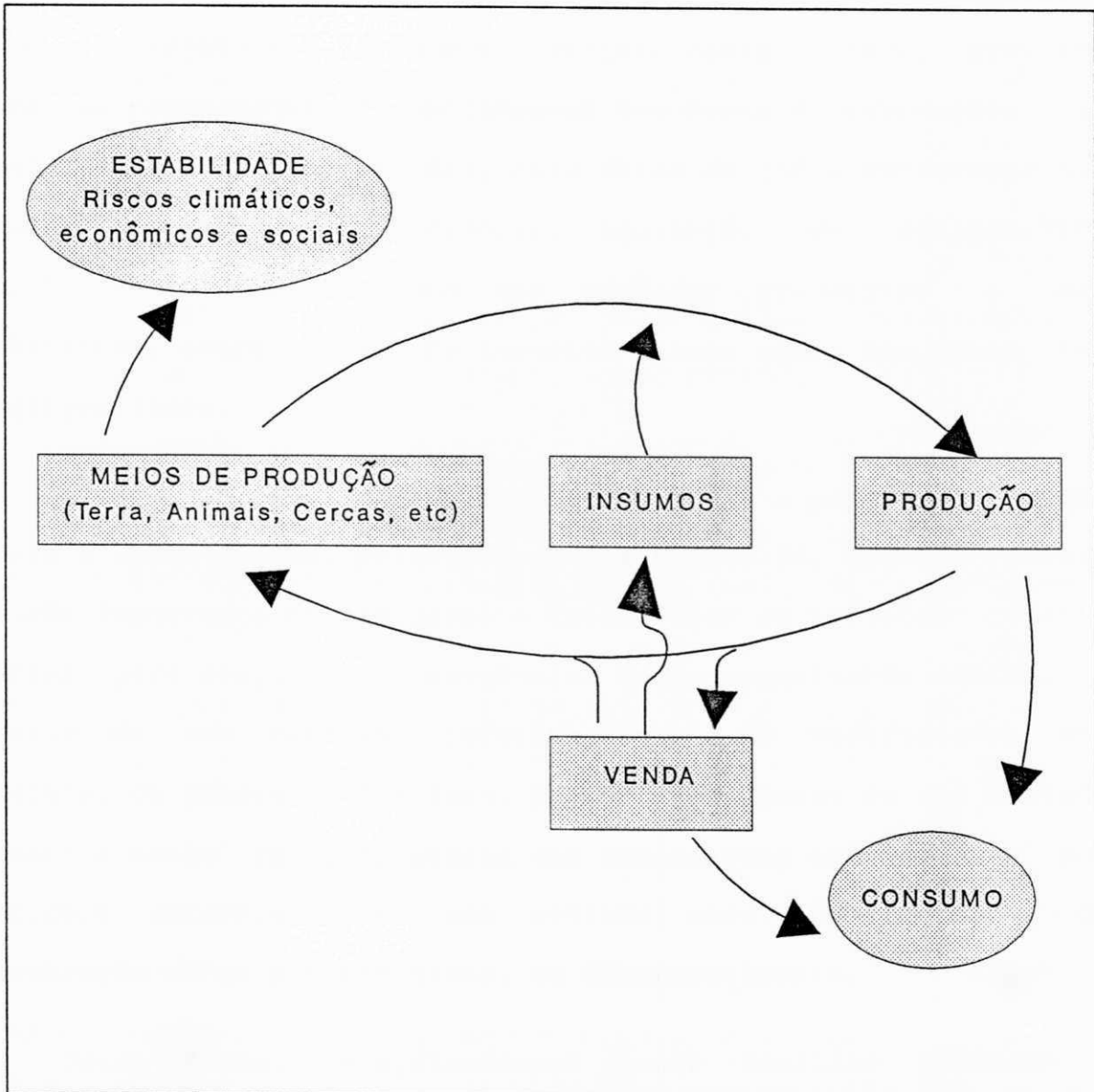


FIGURA 4 - Ciclo de reprodução da pequena produção familiar nas regiões semi-áridas

FONTE - CARON & SILVA, 1992:3

da EMATER-BA a formalização jurídica das comunidades, em associações agropastoris, e a elaboração de projetos para obtenção de financiamentos e legalização das terras de uso individual e coletivo - "os fundos de pasto" - junto ao INTERBA. Esses programas, e outros que surgem sob os auspícios das políticas eleitorais, como o Projeto São Vicente e o Projeto Padre Cícero, previam, para as comunidades, financiamentos com forma de subvenções não reembolsáveis (fundo perdido), para obras de infra-estruturas hídras, construção de escolas, aquisição de equipamentos coletivos e melhoramento das unidades produtivas e das habitações, entre outras. Os impactos dessas ações não devem ser negligenciados.

A atuação da EMBRAPA com apoio do CIRAD a partir de 1986, junto a esses órgãos, principalmente à EMATER-BA, deu uma contribuição importante na discussão e colaboração de projetos comunitários para responder às exigências dessa organização social, a partir de uma reflexão coletiva sobre as modificações dos sistemas de produção. Com isso, procurou-se passar de uma atitude essencialmente reivindicatória das associações comunitárias por recursos externos, para uma atitude mais interiorizada de construção de um projeto global de desenvolvimento.

Dessa forma, os agricultores e suas famílias passaram a discutir, nas associações comunitárias, os seus projetos de desenvolvimento, podendo, para isso, contar com o apoio dos órgãos públicos e entidades comprometidas com o processo de desenvolvimento.

Como agente catalisador das ações de caráter coletivo, foi criado o Comitê das Associações Agropastoris de Massaroca (C.A.A.M.), que congrega formalmente as nove associações comunitárias representantes das comunidades locais.

A crise e as dificuldades que a partir da segunda metade da década de 80 atingiram os órgãos públicos, têm dificultado esse processo de organização e assistência às comunidades. Com o objetivo de suprir essa deficiência, o C.A.A.M. tem mobilizado recursos para financiar algumas atividades agropecuárias e viabilizar as atividades de assistência técnica nas nove comunidades de Massaroca. Nesse sentido, foi criada, em dezembro de 1989, a Associação de Desenvolvimento e Ação Comunitária da Região do São Francisco (ADAC-SF), uma sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída, principalmente, por técnicos voluntários das instituições ligadas direta e indiretamente ao desenvolvimento agropecuário da região.

Apesar desse aparato institucional privilegiado, específico à região de Massaroca, os produtores se ressentem de um contexto regional pouco propício ao desenvolvimento, cujas principais características são destacadas por CARON (1992):

- meios humanos e financeiros limitados em termos de assistência técnica e apoio aos pequenos produtores;
- difícil acesso (físico e financeiro) aos insumos. O crédito agrícola, devido às suas características técnicas e estruturais, torna-se inacessível aos pequenos produtores;
- dificuldades de comercialização relacionadas aos fracos volumes comercializáveis, às dificuldades encontradas para

- transporte e à inexistência de regulação dos preços dos gêneros agrícolas;
- situação regional econômica e social de "subdesenvolvimento", caracterizada por uma ausência de investimento e de infraestrutura e atraso considerável em matéria de saúde e educação;
 - contexto econômico nacional dominado por alta inflação e existência de uma grande defasagem entre a evolução dos preços agrícolas e do nível de vida da população, que limita as possibilidades de integração à economia de mercado.

2.4.8. UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

A elaboração do projeto de desenvolvimento rural de Massaroca foi realizada entre 1987 e 1988. A finalidade do projeto das comunidades é a melhoria das condições de vida do conjunto de seus membros. Mas, devido ao mandato institucional dos órgãos participantes do projeto, a ação deste se voltou, principalmente, para o domínio da produção agrícola.

A partir dos resultados do diagnóstico geral realizado nas comunidades e das potencialidades agroecológicas da região de Massaroca, foram definidas algumas linhas de ação prioritárias nos domínios técnico-econômicos, organizacional e de informação, que se traduziram nos seguintes objetivos¹⁶:

- assegurar o existente: garantir a perenidade dos meios de

¹⁶ Os detalhes sobre a metodologia utilizada, resultados do diagnóstico e as ações previstas estão em TONNEAU et al. (1988, 1989 e 1990).

produção, reforçar a capacidade de resistência à seca e tentar agilizar o processo de acumulação dos meios de produção;

- desenvolver atividades complementares, fontes de renda e meios de estabilização das atividades agrícolas. Essa orientação envolve a valorização dos produtos, pela transformação e comercialização direta dos produtores;
- estruturar uma organização social, capaz, ao mesmo tempo, de estabelecer as relações sociais internas e de conduzir um projeto comum, perante o ambiente externo;
- gerar, mobilizar e difundir informações;
- ajudar a capacidade de gestão e programação dos produtores.

No domínio técnico-econômico, a equipe do projeto reteve como eixos prioritários a estabilização das atividades de pecuária, a criação de pólos de intensificação agrícola e forrageira e a definição de formas adaptadas de apoio ao financiamento das atividades rurais.

2.5. CONCLUSÃO

A evolução do sistema agrário no qual os pequenos produtores de Massaroca estão inseridos, está estreitamente relacionada ao processo de ocupação da região e aos condicionamentos de ordem natural.

A condição privilegiada de Massaroca em relação à cidade de Juazeiro - um secular entreposto comercial - a abertura das

estradas (ferrovia e rodovia), a intervenção das instituições de desenvolvimento, e a evolução dos meios de comunicação, promoveram a sua interação com o ambiente externo, propiciando grandes mudanças no sistema agrário local, cujas consequências se refletem na situação atual dos recursos produtivos, nas regras sociais de sua apropriação e valorização e na evolução das estratégias de sobrevivência dos produtores.

Ressalta-se que os pequenos produtores dessa região, de alguma forma, sempre estiveram ligados ao mercado. Eles, em todo tempo, trocaram e venderam parte da sua produção, a fim de obterem aquelas mercadorias que não têm meios para produzir e, por isso, sempre precisaram recorrer ao mercado.

A evolução do processo de integração ao mercado é evidente e isto implica na necessidade de estabilização das condições de produção, no aumento da produção e na evolução do processo de "capitalização" das explorações agropecuárias. No caso específico da região de Massaroca, como foi evidenciado, esse processo passa, particularmente, pelo fortalecimento do efetivo animal, valorização da diversidade dos recursos naturais, diversificação e intensificação da produção e adoção de práticas agronômicas e zootécnicas, entre outras estratégias anti-aleatórias que estão sendo adotadas pelos produtores.

Os efeitos dessa integração se refletem não apenas nas atividades de produção e comercialização, mas, também, no provisionamento das famílias e das unidades produtivas e se traduzem no aparecimento de novos fatores de riscos, porque

implicam no aumento da dependência da pequena produção e da sua vulnerabilidade em relação à situação econômica do país.

Para as instituições que atuam em Massaroca, esta constitui-se em um "laboratório de pesquisa-ação" sobre o desenvolvimento da pequena produção para geração de novos métodos, novos conhecimentos e o acompanhamento da dinâmica induzida por um projeto de desenvolvimento local.

CAPÍTULO 3: CRÉDITO RURAL NO BRASIL

3.1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo, procura-se situar em que contexto aparecem as novas alternativas de financiamento para a agricultura, inclusive os sistemas informais de crédito cooperativo, a partir dos estudos existentes que tratam sobre a evolução das instituições, programas e políticas creditícias que afetam a agricultura brasileira, relacionando o modelo de desenvolvimento, política agrícola e modernização da agricultura.

3.2. CRÉDITO AGRÍCOLA E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Vários são os estudos que abordam o crédito rural, principalmente a partir da sua institucionalização, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR, através da Lei nº4.829, de 05 de novembro de 1965 (PINTO, L.G.C., 1981; MUNHOZ, 1982; SAYAD, 1984; DELGADO, 1985; HOFFMANN & KAGEYAMA, 1987; SANTOS, 1988; CARDOSO, 1988; SILVA, 1990). Segundo SILVA (1990), a partir daí, a implementação do crédito rural definiu explicitamente, com os seus objetivos: o provimento de fundos externos para financiar uma parcela considerável dos custos diretos de produção e comercialização da agricultura; o estímulo à formação de capital; a aceleração do processo de adoção tecnológica, e o fortalecimento da posição das economias dos produtores agrícolas, especialmente das categorias dos pequenos e médios. Uma análise da aplicação dos recursos em crédito rural até o início da década de 90, permite inferir que os três primeiros objetivos-meta puderam ser atendidos até 1979, uma vez que até este ano o volume aplicado de

crédito foi crescente em termos reais¹⁷, viabilizando o novo modelo agrícola calcado na tecnificação e utilização maciça de insumos industriais e concorrendo para a consolidação do complexo agroindustrial brasileiro (SORJ, 1980; SILVA, 1982; MARTINE & BESKOW, 1987).

Quanto à distribuição social e espacial dos recursos dos financiamentos, os estudos de PINTO, L.C.G. (1981), SAYAD (1984), HOFFMANN & KAGEYMA (1987) e CARDOSO (1988), entre outros, revelam a natureza concentradora e excludente do crédito rural, demonstrando a pouca participação dos pequenos produtores. Sem dúvida, houve uma grande concentração de recursos nas mãos dos grandes proprietários, além de duas outras formas de concentração: por região e por produto¹⁸.

Os argumentos apresentados para explicar esse problema distributivo estão centrados, segundo MEYER et al. (1975) e SANTOS (1988), nos problemas da demanda (medo de assumir riscos e lidar com agências formais, falta de conhecimento de como usar o crédito e ausência de alternativas lucrativas) e da oferta do crédito institucional (concentração do crédito, pouca partici-

¹⁷ Os recursos destinados ao crédito rural cresceram aceleradamente desde a sua institucionalização, mas as estatísticas do Banco do Brasil sobre o crédito rural só passaram a ser publicadas sistematicamente a partir de 1969. Neste ano, o total de financiamento atingiu a soma de 101.648.216 cruzeiros (em valores reais a preço de janeiro de 1990) e, em 1979, já foram aplicados 515.548.546 cruzeiros (em valores reais a preço de janeiro de 1990) (SILVA, 1990). Toda essa expansão, conforme SAYAD (1984), se deu a taxas de juros subsidiadas gerando uma demanda especulativa que se constituiu em importante fonte de distorção dessa política setorial.

¹⁸ Esses autores mostram, com clareza, a concentração do crédito rural no Brasil, principalmente na década de 70, em favor de alguns produtos, especialmente os destinados à exportação ou à industrialização, e em favor das regiões Sudeste e Sul. De acordo com a ASSESSOAR (1989), pelos dados fornecidos pelo Banco Central, em 1966 os pequenos produtores recebiam 34% dos créditos concedidos; em 1976, passaram a receber apenas 11% do valor total do crédito, apesar de terem feito 74% do total dos contratos realizados e em 1987, apesar dos micro e pequenos produtores terem assinado 76% dos contratos do crédito rural, receberam apenas 20% do total dos recursos.

pação dos bancos privados e falta de estímulo e interesse do sistema bancário para empréstimos aos pequenos produtores). No entanto, de acordo com SANTOS (1988), os problemas da distribuição social e espacial do crédito não devem ser encarados como uma distorção do programa de crédito rural, mas como uma consequência da política de modernização adotada. Isto porque,

"As características do crédito rural subsidiado atenderam as necessidades dos formuladores da política de modernização da agricultura brasileira, já que os grandes produtores agrícolas, aqueles que são mais facilmente atingidos pelo programa de crédito rural, são, também, os que têm condições de mais rapidamente atenderem os incentivos de uso de insumos modernos na agricultura. O tipo de tecnologia disponível direcionou o processo de modernização para os produtos exportáveis como soja, café, açúcar e trigo (este, produto de importação do Brasil). Estes dois fatores, junto com melhores condições de clima, melhor qualidade de solo e melhor nível cultural dos produtores, direcionaram o processo de modernização para a região Centro-Sul do Brasil" (SANTOS, 1988:402).

Muito embora a apropriação de grande parte do montante de recursos tenha sido feita, principalmente, pelos grandes proprietários, não se deve subestimar a influência desse mesmo crédito para uma camada de pequenos proprietários. O crédito rural contribuiu para o surgimento de uma nova classe de pequenos produtores, que se distanciou das concepções clássicas de campesinato. São os pequenos produtores tecnificados que se diferenciam com o aumento da sua importância social, tanto pelo sucesso econômico quanto pela capacidade para "modernizar-se" (PAULILO, 1989).

Com o aprofundamento da crise brasileira a partir dos anos 80, a política de crédito rural é redirecionada em função da condução da política macroeconômica do país, passando por fortes restrições de recursos e retirada gradual dos subsídios (SILVA, 1990). Com as dificuldades financeiras do Estado, a política de

crédito rural começou, aos poucos, a se traduzir em redução dos percentuais dos financiamentos e em volume de crédito cada vez menor, mesmo sem subsídios, ou seja, os recursos tornaram-se cada vez menores, em termos reais, associados a um crescimento dos encargos financeiros.¹⁹

É importante destacar a forte intervenção estatal no crédito agrícola, seja na fixação das condições das operações creditícias (prazos, juros, entre outros), coordenação e controle dos programas de crédito, seja como agente financiador. A lei que institucionalizou o crédito rural no Brasil (Artigo 4º) dá competência ao Conselho Monetário Nacional para disciplinar o crédito com atribuições exclusivas para traçar suas normas operacionais²⁰. Desde a criação do SNCR, o Estado aparece como principal financiador dos programas de crédito agrícola, cujas fontes de recursos são o Tesouro Nacional e, no caso de muitos programas de investimento, organismos internacionais (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre outros). Mesmo com a criação e ampliação da exigibilidade bancária com base nos depósitos à vista e de outras fontes de recursos criados a partir de meados dos anos 80, como a Caderneta de Poupança Rural e Fundo de Desenvolvimento Agropecuário, o Estado ainda permanece como principal agente financiador.²¹

¹⁹ De acordo com os dados elaborados por SILVA (1990), o valor total de crédito agrícola caiu de Cr\$ 515.548.546 em 1979, para Cr\$ 176.017.662 em 1988 (valores reais a preço de janeiro de 1990).

²⁰ A Lei 4.595, que criou o Conselho Monetário Nacional lhe confere, entre outras, as seguintes atribuições: "disciplinar o crédito em todas as suas modalidades e as operações creditícias em todas as suas formas, inclusive aceites, avais e prestações de quaisquer garantias por parte das instituições financeiras". E em seu artigo 10, inc. V, a lei confere ao Banco Central do Brasil competência para "exercer o controle do crédito sob todas as suas formas". Citado por MORAES (1974:167-170).

²¹ A exigibilidade de aplicação de parcela dos depósitos à vista em crédito rural foi estabelecida pelo

Nesse contexto, também aparecem os programas especiais de desenvolvimento conduzidos pelo Estado, que surgem como políticas compensatórias para os "excluídos" do processo de modernização da agricultura. Quase sempre apresentando um discurso e uma roupagem formalmente desconcentradora, esses programas, em sua maioria, adotam uma estratégia integrada, onde o crédito é um elemento do conjunto de serviços a ser proporcionado aos pequenos produtores. Entretanto, os resultados da implementação desses programas se afastam bastante das intenções manifestadas no conteúdo das suas propostas e os seus efeitos se apresentam nitidamente concentradores e excludentes (BURSZTYN, 1984; CHALOULT, 1988; MARTINE & BESKOW, 1987; SAMPAIO et al., 1979).

Vale ressaltar que os estudos existentes sobre o crédito rural no Brasil centram-se, quase exclusivamente, sobre o crédito agrícola institucional, ou seja, enfatizam especialmente as operações realizadas no mercado formal ou institucional.²² Não obstante se reconheça que as transações informais de crédito perfazem uma proporção considerável do mercado de crédito rural, as informações sobre este mercado informal ou não institucional são pouco mencionadas, até porque elas não são disponíveis. Os poucos

governo através das Resoluções no 69 e 260 do Banco Central do Brasil, visando ampliar a participação dos agentes financeiros privados do SNCR no financiamento da agricultura, ficando estipulado que os bancos devem aplicar 15% dos depósitos à vista em crédito rural, sob pena de recolhimento compulsório em favor do Banco Central, caso aquele percentual não seja atingido. Atualmente, este percentual é de 25%, conforme determina a circular BACEN no 1.696 de 25/04/90. Os sucessivos planos de ajuste econômico adotados pelos Governos a partir de então, têm procurado reverter a tendência de queda no volume de crédito rural buscando novas fontes de recursos no setor privado.

²² Os termos formal e institucional são aqui utilizados como as atividades de crédito-poupança em instituições influenciadas por regulamentos bancários: bancos privados e públicos, e cooperativas, legalmente reconhecidas, enquanto os termos informal e não institucional referem-se a outras atividades de crédito-poupança entre amigos, parentes, comerciantes, indústrias, associações de produtores, etc.

estudos que tratam desse assunto sugerem que as fontes não-institucionais de crédito são mais importantes para os pequenos agricultores do que para os médios e grandes, especialmente aqueles sem terra (os parceiros, por exemplo), que se utilizam dos financiamentos fornecidos pelos parentes, amigos, proprietários e comerciantes para atendimento das suas necessidades, inclusive de consumo.²³

Conforme adverte MEYER et al. (1975), são necessárias, entretanto, mais informações sobre a natureza e extensão do mercado informal de crédito rural, uma vez que há indícios de que a demanda por esse tipo de crédito varia em função da oferta e da disponibilidade do crédito formal. Nesse sentido, observa SILVA et al. (1990), na conjuntura de restrição de recursos que marca o final da década de 80 e diante da falta de perspectiva de recuperação a curto e médio prazos do crédito agrícola institucional, o setor rural tem buscado novas alternativas para financiar sua produção, onde se destacam: formas privadas co-participativas de financiamento da indústria de insumo, da intermediação comercial e do processamento industrial; o financiamento de custeio da safra através do comprometimento de parte da produção futura realizada por algumas cooperativas, e o financiamento de máquinas e equipamentos através de consórcios, entre outras.

Como pode ser observado, estas alternativas combinam com a proposta de liberalização da economia apregoada pelo governo

²³ O estudo realizado por BISERRA (1977) no Sertão do Ceará indica que o crédito informal (de parentes, amigos e dos proprietários fundiários) é comum a todos os grupos de produtores estudados, sendo bastante representativo no volume total de créditos recebidos pelos proprietários e parceiros que participam, respectivamente, com 78% e 89% do total.

desde o início da década de 90, em cuja concepção está implícita a modernização da agricultura sem a dependência da proteção do Estado. A modernização passa a ser entendida como a maior capacidade dos produtores, em cada propriedade (ou empresa), de auto-sustentar-se, incrementar a produção e as rendas em condições de riscos de mercado e, também, pela maior necessidade de competitividade. Esta concepção não garante a possibilidade da incorporação dos pequenos produtores nesse processo sem um efeito compensador sobre suas rendas.

Estas alternativas, que certamente não se aplicam à pequena produção, exceto, talvez, àquele segmento de pequenos produtores cujas unidades de produção apresentam-se altamente tecnificadas e mercantis, mantêm intensas relações com o mercado de insumos e agroindústrias e se distanciam das formas de produção da imensa maioria dos pequenos produtores camponeses. Para estes, especialmente aqueles localizados nas áreas mais marginalizadas do Nordeste brasileiro, cujas atividades produtivas são desenvolvidas em condições adversas de clima e de mercado, tais alternativas se apresentam inexpressivas e inacessíveis, devido ao seu caráter de integração parcial a mercados incompletos, nos termos propostos por ABRAMOVAY (1990), ou seja, por sua ainda frágil relação com o conjunto das atividades industriais, comerciais e financeiras relacionadas à agricultura.

Esses pequenos produtores camponeses, em sua organização econômica, quase sempre encontram, na figura do pequeno comerciante, nos proprietários fundiários, nos amigos e familiares, a fonte de financiamento para o atendimento de suas necessidades de

consumo produtivo imediato e familiar. Conforme BISERRA (1977), dada a discriminação que sofrem em relação ao crédito institucional, esses produtores são forçados a recorrer às formas de empréstimos não-institucionais para equilibrar suas limitações de "capital".

3.3 - CRÉDITO AGRÍCOLA COOPERATIVO NO BRASIL

As cooperativas agrícolas poderiam, potencialmente, imprimir mais eficácia aos resultados dos programas de crédito, não somente pela ampliação do número de pequenos produtores beneficiados com financiamentos, mas, também, pela facilidade de adaptação desses programas às condições específicas de cada local, por melhores condições de analisar as demandas dos agricultores e escolher os investimentos mais adequados a uma dada realidade. Entretanto, conforme destaca PINTO, L.C.G. (1981), apesar das poucas informações existentes sobre os financiamentos concedidos às cooperativas e a respeito da distribuição do crédito rural aos cooperados, deve-se ressaltar que a atuação delas restringiu-se ao simples papel de repassadora dos empréstimos aos cooperados, segundo normas estabelecidas pelo SNCR, reproduzindo, portanto, os mesmos problemas do conjunto do sistema, inclusive de distribuição.

O regime jurídico das sociedades cooperativas, definido pela Política Nacional de Cooperativismo, limita a autonomia administrativa e financeira dessas sociedades, especialmente as cooperativas de crédito agrícola mistas e de habitação, cujas normas são baixadas pelo Conselho Monetário Nacional (MORAES, 1974).

Portanto, no Brasil, não foi desenvolvido um sistema de crédito rural cooperativo especializado em funções econômicas de poupança e de crédito, e com estatuto jurídico parecido com uma instituição financeira. O crédito cooperativo restringiu-se, principalmente, àquele repassado às cooperativas legalmente instituídas (segundo a Política Nacional de Cooperativismo), através do SNCR, de acordo com a legislação em vigor. Apesar de algumas iniciativas isoladas tomadas pelos próprios produtores, através de suas associações, no sentido de implementação de um sistema de crédito rural cooperativo, existe, ainda, uma série de restrições legais que impedem as cooperativas de funcionarem como as demais instituições financeiras.²⁴ Não obstante esses obstáculos, há um florescente cooperativismo de crédito no país, especialmente no Rio Grande do Sul e São Paulo (RODRIGUES, 1987).

3.4 - CRÉDITO RURAL E DESENVOLVIMENTO

O crédito agrícola no Brasil deve ser examinado em função da política de modernização da agricultura adotada no país, onde ele aparece como principal instrumento de política utilizado, cujas conseqüências sobre a redistribuição espacial e social dos benefícios e seus efeitos concentradores e excludentes já foram ressaltadas.

Com relação à agricultura nordestina, ressalta SOUZA et al. (1985), o crédito agrícola deve, também, ser examinado em função do papel a ele reservado pelo governo. Por isso, é necessário

²⁴ Os principais obstáculos ao desenvolvimento do cooperativismo de crédito, na opinião de RODRIGUES (1987), são os normativos do Banco Central do Brasil, que dificultam a participação das cooperativas de crédito na câmara de compensação de cheques e impedem uma justa remuneração dos depósitos a prazos.

confrontar o seu desenvolvimento frente ao atual modelo, no qual a agricultura nordestina, especialmente das regiões semi-áridas de sequeiro, não apresenta vantagens comparativas em relação a outras regiões do país. Num outro modelo que considere o desenvolvimento da economia brasileira de forma mais coerente e equilibrada, observa SOUZA et al. (1985), o desenvolvimento da agricultura nordestina dar-se-ia mediante uma melhor utilização dos recursos naturais e socioeconômicos existentes, apoiado em tecnologias adaptadas à região, além do apoio financeiro adequado aos pequenos agricultores.

Mas não é o simples redirecionamento da política de crédito agrícola que irá corrigir as "distorções" do sistema oficial de crédito, de forma a beneficiar as regiões e as categorias de produtores mais necessitados. Conforme observa SANTOS (1988), o problema é bem mais amplo e encontra-se em nível de formulação da política de modernização da agricultura brasileira, cujos objetivos precisam ser reformulados de forma a não refletir apenas as práticas de produção, mas um nível de melhor estar social.²⁵

Uma política de crédito agrícola, como componente do desenvolvimento rural para essas áreas marginalizadas do Nordeste, deve incluir o financiamento das condições técnicas e sociais de produção, ou seja, deve conter créditos a longo prazo para o desenvolvimento agropecuário visando o financiamento de uma infraestrutura factível, capaz de melhorar as condições de produção dos pequenos agricultores (máquinas, animais, culturas

²⁵ Para o autor, "Este conceito de melhor estar social está intimamente ligado à atividade econômica que tem, por fim, a satisfação das necessidades humanas, na forma de alimentação, vestuários, habitação, saúde, educação, recreação" (SANTOS, 1988:403).

permanentes, forrageiras, entre outras) e financiamento das operações agrícolas. Tudo isso deve ser acompanhado de crédito para o desenvolvimento social, visando a melhoria da qualidade de vida das famílias desses agricultores.

Num contexto geral de dificuldades econômicas do Estado, a situação atual no domínio do crédito rural pode ser caracterizada pela crise da grande estrutura oficial de financiamento da agricultura. A conjugação da crise e desequilíbrio econômico, resultantes do esgotamento do próprio modelo de desenvolvimento, fez ruir o sistema de financiamento oficial, em decorrência da falência financeira da União, que se tornou incapaz de voltar a prover os recursos para o crédito rural.

No final da década de 80, observa-se uma série de mudanças econômicas, sociais e políticas no país. Como assinala FLORES (1991), muitas delas vieram definir os parâmetros da evolução econômica futura a partir do reconhecimento da exaustão do modelo estatizante e centralizador de desenvolvimento. Com a constituinte de 1988, inaugura-se um período de redefinição do papel do Estado, sinalizando com medidas que buscam limitar a ação governamental, fortalecer a iniciativa privada e atribuir maiores responsabilidades aos estados e municípios, quanto à promoção de seu próprio desenvolvimento (FLORES, 1991).

Nesse sentido, em relação ao crédito rural, já existem vários mecanismos alternativos de financiamento para agricultura partindo da iniciativa privada, mas, como foi visto, esses mecanismos também se colocam fora do alcance dos pequenos produtores

camponeses. Estes, historicamente, sempre sofreram discriminação em relação à estrutura oficial de financiamento, seja por falta de acesso a ela, seja por inadaptação das formas e modalidades de financiamentos às condições particulares dos recursos naturais e humanos, não correspondendo, portanto, às suas reais necessidades. Em decorrência disto, já se esboçavam várias experiências isoladas de financiamento rural a partir das iniciativas tomadas, algumas delas, pelos próprios produtores, através de suas associações ou contando com o apoio de entidades e instituições voluntaristas de desenvolvimento em níveis local, regional, nacional e internacional. São os conhecidos créditos rurais alternativos, aqui entendidos e considerados como as diversas formas de sistemas de financiamento rurais informais, conduzidos por instituições ou organizações dos produtores aos níveis locais. São eles: os fundos rotativos, o crédito cooperativo de associações de poupança e crédito não oficiais, os fundos de desenvolvimento e os bancos de cereais, entre outros.

Embora se possa encontrar vínculos estreitos entre a crise do sistema de crédito rural oficial e as vias alternativas de financiamento da agricultura, não se pode tirar conclusões prematuras de que esses novos mecanismos substituem ou dispensam a participação oficial. O Estado, certamente, continuará sendo o principal agente de promoção do desenvolvimento rural, inclusive para dar respostas às crescentes demandas sociais da população. E nesse sentido, ainda deverá ter, nos programas de financiamento oficiais, um dos instrumentos de política de desenvolvimento.

Aqui merecem destaque os Fundos Constitucionais de Financia-

mento das regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste. Criados com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social dessas regiões, os fundos prevêem a execução de programas de financiamentos nos setores produtivos, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento, cabendo a sua administração ao Conselho Deliberativo das Superintendências de Desenvolvimento Regionais e a uma instituição financeira federal de caráter regional. A esta última, entre outras atribuições, cabe: gerir os recursos, definir normas, procedimentos e condições operacionais, definir as faixas de encargos, fixar juros e definir os créditos. (BNB, 1991)

Especificamente para o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, com recursos administrados pelo Banco do Nordeste do Brasil - BNB, pode-se reconhecer uma evolução na montagem dos programas oficiais de crédito, dado que apresenta um conteúdo técnico mais coerente com a problemática da região. E não obstante possa representar uma fonte de financiamento importante para o fortalecimento da estrutura produtiva da região semi-árida, a estratégia adotada para conferir "o tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e miniprodutores",²⁶ como determinam as diretrizes do Fundo, deixa dúvidas quanto à sua consecução.

Tal questionamento deve-se, sobretudo, ao que é considerado como pequeno produtor rural. O BNB segue o critério adotado pelo Banco Central do Brasil, que considera o pequeno como o agricul-

²⁶ A Lei no 7.827, de 27.09.89, que disciplina a aplicação dos recursos constitucionais, em seu art. 3º, estabelece "tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e miniprodutores rurais... bem como aos projetos de irrigação". (BNB, 1991:8)

tor ou a empresa que obtém uma renda bruta anual esperada de até 2.400 MVR (38,3 mil dólares), podendo alcançar 6.000 MVR (95,6 mil dólares), caso explore atividades mais intensivas, como suinocultura. Tal critério tem o inconveniente de poder enquadrar grandes proprietários com poucas áreas exploradas ou proprietários de diversas áreas, pelo enquadramento individual por propriedades, na condição de pequeno produtor, podendo favorecer com subsídios ou subvenções quem precisa ou não. Trata-se, portanto, de um critério que não é capaz de definir com precisão a categoria de pequenos produtores e se ressentido de outros parâmetros de classificação adaptados às condições particulares dos meios natural e humano.

Haveria a necessidade de serem postos em prática mecanismos apropriados, que assegurassem a participação dos pequenos produtores na elaboração das políticas de crédito agrícola e capazes de influir nas decisões das instituições bancárias. As organizações de produtores, através do estabelecimento de comitês de âmbito local, poderiam ser um passo nessa via (CARDOSO, 1985).

É preciso verificar as possibilidades de desenvolvimento de sistemas financeiros rurais (sistema de crédito cooperativo, por exemplo), que sejam capazes efetivamente de tornar-se um meio de democratizar o acesso ao crédito agrícola e torná-los um instrumento de intervenção dos pequenos agricultores, em favor das suas próprias iniciativas.

A participação das organizações camponesas locais na organização, planejamento, operacionalização e controle dos

programas de desenvolvimento voltados para a agricultura, poderia evitar desvios de recursos e de informações e a burocratização dos serviços, além de propiciar a adaptação desses programas às condições específicas de cada local.

3.5 - CRÉDITO RURAL ALTERNATIVO

O crédito rural alternativo, como foi assinalado, são sistemas financeiros rurais informais desenvolvidos à margem das políticas e do mercado financeiro oficiais. Esses sistemas assumem a forma de crédito cooperativo na sua concepção mais simples e surgem como alternativas de financiamento que procuram democratizar o acesso dos pequenos produtores camponeses ao crédito rural, fazendo deste um instrumento dos próprios agricultores, em favor de suas próprias iniciativas.

Esses sistemas de financiamento do setor rural diferem fundamentalmente do sistema de crédito agrícola oficial. Enquanto este, conforme GENTIL & FOURNIER (1991), tem se caracterizado pela sua vinculação à promoção de determinadas culturas e pelo seu atrelamento a "pacotes tecnológicos", aqueles, contrariamente, respondem às necessidades reais expressadas pelos agricultores e caracterizam-se pela flexibilidade das formas e modalidades de financiamento.

Porquanto, para que se torne acessível a um maior número de beneficiários e não se torne um instrumento que venha a agravar ainda mais o processo de diferenciação econômica e social, o desenvolvimento dos sistemas de financiamentos rurais informais

geralmente necessita de muitos ajustes e adaptações, para que possa cumprir seus objetivos. Entre outras adequações importantes que caracterizam esses sistemas de financiamentos, podemos citar:

- acesso do produtor às informações sobre o funcionamento do sistema, aos recursos dos fundos e ao apoio técnico e econômico de um agente local da comunidade, que inspire confiança ao produtor e que conheça o ambiente local, conforme sugerem ELLSASSER & DIOP (1990);
- formas de pressão social para o reembolso - a pressão não pode se basear em penalidades, judiciárias ou fiscais, porque são completamente ineficientes, nem em exigências de garantias, porque elas quase sempre não existem;
- financiamento que dá toda a liberdade à expressão das oportunidades econômicas identificadas pelos produtores, não ficando restrito, portanto, às atividades meramente voltadas para a agropecuária. Sabendo que o produtor é quem melhor conhece a realidade local, ninguém melhor que ele para definir as atividades a serem implementadas. Por outro lado, não é a definição "a priori" das atividades a serem financiadas que irá garantir o reembolso pelos produtores. Isso, entretanto, não prescinde a importância do apoio técnico e econômico;
- apropriação do sistema de financiamento e participação dos produtores, apoiando-se em formas institucionais de organização apropriadas e descentralizadas, conforme sugere CARDOSO (1985). Essa é uma condição indispensável para garantir a perenidade do instrumento de financiamento e proporcionar confiança dos produtores no sistema, que,

por sua vez, só é possível, à medida que eles tenham a garantia que poderão ser beneficiários do sistema sempre que necessário.

Sabe-se que o financiamento de atividades diversificadas assume uma importância primordial para os pequenos agricultores, especialmente aqueles localizados nas áreas semi-áridas, onde o equilíbrio econômico, social e natural é instável. Esses financiamentos podem permitir aos grupos sociais, cujo principal recurso disponível é a mão-de-obra, a possibilidade de valorizá-la, com a implementação dessas atividades diversificadas (transformação de produtos, pequeno comércio, artesanato, etc.).

Mas conforme CARON & SILVA (1992), uma questão se apresenta como primordial quando se trata do financiamento de atividades rurais diversificadas: quais são as possibilidades e oportunidades de produção que podem exprimir um espaço econômico favorável específico a cada região, que preservem os recursos naturais e garantam a reprodução do grupo social?

No entanto, quando os produtores dispõem de um mínimo de meios (financeiros e de produção), eles apresentam uma grande capacidade criativa e, conforme demonstra NOWAK (1988), o financiamento permite, então, às populações mais carentes, criarem suas próprias atividades produtivas e romperem com a situação de dependência e penúria em que vivem.

MORENO (1991) mostra que existe uma margem de progresso potencial, quando se dispõe a escutar a população rural, conhecer os sistemas agrários e a evolução e potencialidades dos sistemas

de produção rural aos níveis local e regional. Este conhecimento é essencial ao desenvolvimento dos sistemas de financiamentos rurais. De acordo com MORENO (1991), a uma dada situação agrária (organização agrária, prática de produção rural, trocas, acumulação, relações sociais, etc), corresponde um determinado sistema de financiamento (fluxos financeiros, de insumos e de produto).

Os sistemas de financiamentos rurais informais sempre aparecem corroborando com as dinâmicas de desenvolvimento local e contribuindo para a viabilização de um modelo de agricultura que valoriza os recursos humanos e naturais. Entretanto, a natureza, as modalidades e as formas que assumem esse financiamento são as mais diversas (fundos rotativos, crédito cooperativo de associações de poupança e créditos não oficiais e bancos de cereais, entre outras) (GENTIL & FOURNIER, 1991).

Aqui, para o objetivo desse trabalho, será abordado apenas o fundo rotativo como sistema de financiamento rural informal, ou como forma de crédito rural alternativo.

"O fundo rotativo é uma forma de crédito financiada por entidades populares e agências de cooperação internacional para produtores organizados em grupos, associações e cooperativas" (LANNOY, 1990:18).

A iniciativa e organização desse sistema de crédito situam-se fora do Estado, independente da política oficial, mas podem assumir um caráter complementar aos programas de desenvolvimento rural, podendo constituir-se num importante instrumento de desenvolvimento da pequena produção camponesa para contornar as limitações de ordens econômica, social e técnica, normalmente impostas pela política oficial.

As condições de financiamento (modalidades, prazos, juros, garantias, etc) são definidas pelas organizações dos produtores e/ou instituições promotoras dessa experiência (normalmente através de um conselho ou comitê) e variam em cada situação concreta em função do objetivo e prioridades discutidos e decididos entre os produtores e os agentes promotores.

3.6. CONCLUSÃO

Os pequenos produtores da região semi-árida do Nordeste ficaram à margem dos benefícios dos programas oficiais de crédito e desenvolvimento rural conduzidos pelo Estado, visando a modernização da agricultura. A forte intervenção estatal na fixação das condições de operações e controle desses programas prejudicou a emergência de um sistema cooperativo de crédito rural e contribuiu, ainda mais, para o alijamento desse segmento de produtores. As novas formas alternativas para financiar a produção agropecuária, que surgem após as políticas de restrições de recursos para crédito rural oficial, a partir dos anos 80, também não se aplicam à pequena produção camponesa, principalmente aquela localizada nas áreas mais marginalizadas do Nordeste, submetidas às adversidades de clima e de mercado.

Diante das diversidades do quadro natural e da situação socioeconômica da região, surge a necessidade de implementação de mecanismos de financiamentos simples, adaptados e adequados às particularidades da região e às especificidades dos pequenos produtores, contemplando a participação destes na sua orientação,

gestão e operacionalização. Nesse sentido, os sistemas informais de crédito cooperativo aparecem como uma alternativa de financiamento agrícola, que não dependem apenas das políticas oficiais ou do mercado financeiro, mas que podem assumir um caráter complementar nas políticas de desenvolvimento rural.

CAPÍTULO 4: A EXPERIÊNCIA DE UM SISTEMA DE FINANCIAMENTO PARA PEQUENOS PRODUTORES NA REGIÃO DE MASSAROCA

4.1 - INTRODUÇÃO

A experiência do sistema de financiamento é descrita desde o início da sua implementação, em novembro de 1989, até dezembro de 1992 (período definido para objeto de investigação). Procura-se enfatizar o contexto de estudo no qual a experiência se situa, os critérios básicos de organização e evolução do sistema de financiamento e faz-se uma breve avaliação do que justifica as mudanças ocorridas na sua evolução.

4.2 - CONTEXTO DA PROPOSTA DO SISTEMA DE FINANCIAMENTO

O sistema de financiamento para pequenos produtores de Massaroca surge dentro de um contexto de estudos realizados pela EMBRAPA-CPATSA, com a colaboração do CIRAD, cujo objetivo é definir e experimentar métodos de planejamento e intervenção para o desenvolvimento rural. Este estudos apóiam-se num projeto global de desenvolvimento, no controle do processo de desenvolvimento pelos próprios beneficiários, e na intervenção ao nível das propriedades e das comunidades rurais locais.²⁷

Os resultados desse processo têm sido significativos e constituíram-se numa etapa fundamental de apoio à dinâmica de desenvolvimento pré-existente, seja pela expressão de um projeto

²⁷ Como já foi ressaltado, o enfoque de desenvolvimento global foi progressivamente abandonado devido às limitações impostas pelos mandatos institucionais dos órgãos envolvidos. Por isso se buscou interagir com a dinâmica social através de propostas e iniciativas técnicas, sem, no entanto, alterar os objetivos de estudo.

endógeno coletivo a partir da organização dos produtores e pela mobilização dos diversos atores do desenvolvimento que disto resultou, seja pela definição de um conjunto de métodos e instrumentos para avaliar uma situação e elaborar e implantar um projeto de desenvolvimento.

Como decorrência desse processo, foram adotadas algumas linhas de ações prioritárias no domínio técnico-econômico, entre elas, a implantação do sistema de financiamento que surge da constatação feita "in loco" de que a pequena capacidade de investimentos das propriedades limita, de maneira significativa, a adoção das inovações técnicas e a evolução dos sistemas agropecuários. Isto se constata, principalmente, quando se leva em consideração o contexto de integração crescente das pequenas unidades de produção a uma economia de mercado. Este processo implica, obrigatoriamente, na necessidade de estabilização das condições de produção, no aumento da produção e na evolução do processo de "capitalização" das explorações agropecuárias. Nesse sentido, um sistema de crédito inovador, acessível e melhor adaptado às condições desses produtores, se apresenta como um dos elementos determinantes para a evolução das unidades de produção.

4.3 - CARACTERÍSTICAS E EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE FINANCIAMENTO

A criação do sistema de financiamento foi possível graças à oportunidade de financiamento para a implantação de um projeto de desenvolvimento da caprinocultura em Massaroca a partir de 1989. O projeto contou com um aporte de recursos da ordem de 54,2 mil dólares (300 mil francos franceses), financiados pela Fondation

pour L'Equilibre et le Renouveau de la Terre - FERT²⁸.

Como critério inicialmente adotado para organização do sistema de financiamento, ficou estabelecido que os recursos deste constituiriam um fundo rotativo e que o controle e gestão desses recursos seriam confiados aos produtores através do C.A.A.M. Foi também definido que o acesso ao crédito ocorreria através de um contrato entre os agricultores e o C.A.A.M., sem exigências de garantias ou poupança. A partir das contribuições de outras experiências de sistemas de financiamentos rurais informais desenvolvidos no Brasil e no exterior, foram estabelecidas as modalidades e as bases dos financiamentos, que vêm progressivamente sendo modificadas à medida da sua implementação.

Em função de sua característica experimental, o sistema vem passando por vários redirecionamentos em suas modalidades de financiamentos e na sua estrutura de organização, de modo a permitir o acesso da maioria dos agricultores aos benefícios dos financiamentos.

4.3.1 - PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTORES

O acesso ao financiamento é facultado a todos os produtores e famílias das comunidades que integram a região de Massaroca. O fundo necessário ao funcionamento do sistema de financiamento pertence aos produtores. A intenção das instituições promotoras é assegurar a apropriação desse instrumento de crédito rural informal pelos próprios produtores e procurar ajudá-los na defi-

²⁸ A FERT contou com o financiamento da Caisse des Dépôts et Consignations da França.

nição dos seus projetos. Por isso, os recursos foram entregues ao C.A.A.M. e sua gestão foi confiada aos produtores. Todo o processo de avaliação e aprovação das propostas de financiamentos é realizado e definido pelo C.A.A.M., mesmo que para isso possa contar com o apoio técnico das instituições envolvidas.

Até junho de 1992, todas as decisões pertinentes ao sistema de financiamento eram tomadas pelos membros do C.A.A.M. A partir de então, foi criada uma comissão de atribuição do crédito, formada por representantes dos produtores e das associações comunitárias que fazem parte do C.A.A.M., e por técnicos das instituições que trabalham diretamente nas comunidades (ADAC-SF, EMBRAPA-CPATSA/CIRAD e EBDA). Esta comissão passou a participar da gestão do sistema juntamente com o C.A.A.M., opinando sobre as propostas e sobre a operacionalização dos financiamentos, mas a decisão final é sempre tomada pelos produtores. Com a criação da comissão de atribuição do crédito, procurava-se: descentralizar mais as decisões do C.A.A.M., para angariar maior participação do conjunto dos produtores; propiciar uma maior divulgação do sistema de financiamento através da circulação das informações entre os produtores, e apoiar o C.A.A.M. na adoção de medidas que visassem salvaguardar o sistema, às vezes contrariando interesses dos próprios beneficiários, tais como, adoção de formas de pressão para reembolso e mudança da forma de indexação, entre outras.

4.3.2. PRESSÃO SOCIAL PARA O REEMBOLSO

De acordo com os critérios adotados para o sistema de financiamento, não são exigidas garantias para concessão dos emprésti-

mos. Os contratos são firmados a partir de um simples compromisso estabelecido entre os produtores e o C.A.A.M. e formalizados através de um contrato particular de empréstimo contendo as obrigações e as condições de financiamento. Esse contrato, sem qualquer valor jurídico, pode ser usado como pretexto para o não reembolso dos empréstimos e é, portanto, um instrumento de pressão pouco eficiente. Por isso, a partir do segundo ano de implementação do sistema de financiamento, foi organizado um esquema de pressão social para o reembolso. A partir da adaptação de uma experiência realizada na África, adotou-se um sistema de "aval-solidário"²⁹. Os produtores organizam-se em pequenos grupos formados por dois ou quatro membros definidos entre eles e estabelecem um compromisso mútuo, de forma que um produtor passa a ser beneficiário do financiamento à medida que os outros componentes do grupo reembolsam da maneira prevista nos contratos (uma espécie de consórcio). Os recursos para financiar a primeira operação, na sua totalidade, são oriundos do fundo de financiamento. A partir de então, os recursos do fundo são utilizados apenas para complementar aqueles oriundos dos reembolsos dos produtores, para efetivar as operações subsequentes. As últimas operações da cadeia de financiamento no grupo, dependendo do prazo e das condições de amortização, já podem ser cobertas totalmente com os recursos reembolsados sem a necessária suplementação dos recursos do fundo de financiamento.

O esquema de pressão social a partir da formação de grupos de "aval-solidário" não funcionou a contento, devido, principal-

²⁹ A adoção de sistema de pressão social para o desembolso deu-se após a visita do técnico da ADAC-SF a uma experiência de financiamento realizado em Burkina Faso.

mente, às manobras utilizadas pelos produtores para se beneficiarem dos empréstimos de maneira mais imediatista. Um produtor podia combinar com outros produtores e criar um grupo fictício, que era desfeito logo após o primeiro produtor ser beneficiado, com a comunicação da desistência dos demais produtores. Evidentemente, também ocorreram as reais desistências, provocadas por fatores diversos, que tornavam muito difícil, quando não impossível, a reconstituição dos grupos. Por outro lado, as restrições impostas por este esquema de escalonamento na contratação e liberação dos empréstimos não se justificavam quando os recursos eram disponíveis em caixa.

Devido aos problemas acima levantados, o sistema de "aval-solidário" foi progressivamente abandonado e a partir de junho de 1992, com a criação da comissão de atribuição do crédito, coube a esta apresentar e discutir as "penalidades" e as formas de pressão para o reembolso dos empréstimos a serem adotadas pelo C.A.A.M. Estas medidas abrangem as cobranças formais através de cartas e comunicados nos veículos de comunicação (programa rural de uma emissora de rádio de Juazeiro), exclusão dos benefícios do sistema de financiamento e outros que sejam alcançados através das associações comunitárias, do C.A.A.M. ou das instituições que atuam na região e até o resgate de alguns dos itens financiados. Vale ressaltar que excetuando-se os casos de sinistro reconhecimento pela comissão, as medidas acima só são adotadas, quando esgotadas todas as possibilidades de negociação com os devedores inadimplentes. Essas medidas de pressão social para o reembolso têm-se apresentado mais eficientes do que as anteriormente adota-

das; entretanto, o curto período para a sua avaliação (junho-dezembro de 1992) não permitiu tirar resultados conclusivos.

4.3.3 - APOIO TÉCNICO-ECONÔMICO

Durante a implementação do sistema de financiamento, os produtores puderam contar com um apoio técnico-econômico ao nível local. Inicialmente, esse apoio foi prestado pelos extensionistas da EMATER-BA, com a colaboração de um técnico do Ministério das Relações Exteriores da França (MAE), na definição e na fase inicial de implantação do projeto de desenvolvimento da caprinocultura. Já a partir de março de 1990, o sistema de financiamento pôde contar com a colaboração da EMBRAPA-CPATSA/CIRAD e especialmente da ADAC-SF no acompanhamento das atividades financiadas e na identificação e discussão da exequibilidade das propostas de financiamentos das fases subsequentes à implementação do sistema. O apoio incluiu, portanto, a elaboração dos orçamentos e dos projetos dos produtores e estendia-se à avaliação das propostas de financiamentos e à discussão da organização e operacionalização do sistema no âmbito da comissão de crédito e do C.A.A.M.

A partir de junho de 1992, esse apoio técnico foi complementado com a contratação, pelo C.A.A.M., de um agente local da própria região de Massaroca, visando a descentralização do sistema de financiamento quanto à distribuição dos recursos, coleta e acompanhamento dos reembolsos, circulação das informações sobre o sistema, etc. A contratação desse agente - uma jovem, filha de um produtor - é justificada pela confiança que existe ou se estabelece entre esse agente e os demais produtores, bem como

pelo conhecimento que ele detém da região e dos produtores.

Esse envolvimento institucional amplo, envolvendo a participação da pesquisa, assistência técnica e representação dos produtores, se dá com uma certa complementariedade de competências e meios. À EMBRAPA-CPATSA/CIRAD interessa a introdução, acompanhamento e avaliação das inovações técnicas, econômicas e sociais nas quais se incluem, entre outras, as metodologias de planejamento e intervenção para o desenvolvimento rural, as tecnologias geradas ou adaptadas pela pesquisa e o próprio sistema de financiamento como instrumento de desenvolvimento ao nível local. À ADAC-SF compete a prestação de serviços ao C.A.A.M., para dar o apoio técnico-econômico aos produtores, a organização e o acompanhamento das operações de financiamento, além da difusão das inovações nas comunidades de Massaroca³⁰. Por isso, o apoio técnico também inclui a experimentação em meio real de técnicas ou tecnologias, oriundas ou não da pesquisa, que buscam oferecer respostas a determinados problemas específicos identificados no processo de produção. Essas experimentações são desenvolvidas com alguns produtores que demonstram interesse e constituem-se em ambientes físicos para o processo de formação dos produtores e para o desenvolvimento da ação difusionista das inovações técnicas nas comunidades rurais locais. Finalmente, ao C.A.A.M., como já ressaltado anteriormente, compete a gestão e a operacionalização do sistema de financiamento, contando, para isso, com a colaboração

³⁰ A Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário-EBDA (ex-EMATER-BA) competiria desempenhar um papel importante e complementar às ações desenvolvidas pelas instituições mencionadas, principalmente, na valorização e extensão das inovações junto aos produtores de Massaroca e de outras áreas. Infelizmente, devido à crise administrativa e institucional que lhe atinge, a sua contribuição ficou restrita à fase inicial de concepção do sistema de financiamento e participação esporádica no seu acompanhamento.

dos técnicos das instituições envolvidas.

4.3.4 - FINALIDADES E CONDIÇÕES GERAIS DE FINANCIAMENTO

Com relação às finalidades e condições gerais dos empréstimos, o sistema de financiamento também experimenta um processo de evolução. Como ficará melhor esclarecido nos itens seguintes, essa evolução se traduz, principalmente, nas prioridades que são dadas às atividades financiadas e nas reorientações que sofrem as condições de financiamento (desembolso, indexação, prazos, carências).

Os itens financiáveis eram inicialmente temáticos e voltados, principalmente, para a atividade pecuária (animais de raça melhorada e áreas forrageiras). Em seguida, foram ampliadas as finalidades dos financiamentos com a inclusão do custeio da campanha agrícola, num primeiro momento, e logo depois foram diversificadas com a incorporação de financiamentos para atividades extra-agrícolas.

O desembolso dos empréstimos no primeiro ano era realizado em parcela única, e logo a partir do segundo ano de experiência do financiamento, passou a ser parcelado em função das atividades programadas. O mesmo ocorre com o reembolso dos empréstimos: inicialmente foi estabelecido em parcelas anuais e, nas etapas posteriores, pôde ser realizado em pequenas parcelas com periodicidade menor (semestral, trimestral, mensal, semanal) e ajustado ao ingresso das rendas proporcionadas pelas atividades financiadas.

Como critério inicialmente adotado para contratação dos empréstimos, optou-se por uma base de indexação não monetária, ou seja, uma indexação segundo a valorização dos preços dos produtos (carne, leite, pele de caprinos, melancia, mamona, etc.), conforme o item principal financiado, sem juros e, portanto, sem contemplar os custos de administração e de riscos. Posteriormente, partiu-se para outros tipos de indexação que procuram minimizar os custos da erosão dos recursos do fundo de financiamento, adotando-se, como parâmetros para atualização dos valores emprestados, o preço dos principais insumos objeto de financiamento (arame e hora/trator) ou a inclusão de mecanismos de correção monetária da inflação, acrescidos de juros de 1% ao mês, para compensar parte dos custos da gestão e dos riscos do financiamento.

4.3.5 - ETAPAS DE UM PROCESSO EM EVOLUÇÃO

Para viabilizar a experiência de um sistema de financiamento das atividades rurais para os pequenos produtores em Massaroca, tem sido necessário respeitar várias etapas de realização que vêm ocorrendo no curso da sua implementação. Por isso, a evolução que lhe acompanha deve ser considerada num procedimento de avaliação.

A evolução do sistema de financiamento ocorre tão somente porque este oferece os meios e cria as condições para ser ajustado permanentemente. Isto demonstra a sua dinâmica e as possibilidades de suas adaptações e reorientações, face a uma determinada realidade concreta. No caso específico de Massaroca,

tais modificações aparecem numa seqüência lógica de evolução, que podem, a grosso modo, ser divididas em quatro etapas.

Estas etapas, identificadas por datas, se caracterizam por orientações adotadas quanto à organização do sistema e modalidades de financiamentos num determinado período, não significando, com isso, que o surgimento de uma nova etapa implique sempre no desaparecimento das atribuições da etapa precedente. A rigor, elas não obedecem a uma seqüência cronológica precisa.

A primeira etapa inicia-se com o projeto de desenvolvimento da caprinocultura em novembro de 1989 e se estende até meados de 1990, transcorrendo, portanto, no ano agrícola 89/90. Esta fase incorpora os objetivos do referido projeto, que era viabilizar a intensificação das explorações através do melhoramento genético do rebanho caprino e da implantação de áreas de pastagens, ou seja, financiamentos temáticos voltados para a caprinocultura. Os objetivos desses financiamentos correspondem, portanto, a uma lógica de "capitalização" das unidades de produção.

Conforme pode ser observado na TAB.2, nesta etapa foram beneficiados dezesseis agricultores com financiamentos para implantação de áreas forrageiras e nove deles para aquisição de animais de raça melhorada.

Como será esclarecido mais adiante, essas modalidades de financiamentos geraram uma série de problemas (reembolso, erosão monetária, público beneficiário, entre outros), que repercutiu desfavoravelmente no sistema de financiamento e no processo de diferenciação do grupo social. Por isso, foram adotadas algumas

TABELA 2: Operações de crédito contratadas entre novembro de 1989 e dezembro de 1992.

Distribuição do número e valor da operação por atividades financiadas e por etapas de implementação

OPERAÇÕES \ ETAPAS	1ª (89/90)		2ª (90/91)		3ª (91/92)		4ª (dez/92)		T O T A L	
	nº	valor(US\$1.00)	nº	valor(US\$1.00)	nº	valor(US\$1.00)	nº	valor(US\$1.00)	nº	valor(US\$1.00)
Aquis.de animais	9	1,926.36	16	3,296.59	21	2,772.68	-	-	46	7,995.64
Áreas forrageiras	16	7,584.22	9	5,112.94	3	944.22	-	-	28	13,641.38
Const.de cercas	-	-	-	-	6	1,572.23	3	342.49	9	1,914.71
Custeio agrícola	-	-	24	6,189.34	17	1,131.60	16	615.79	57	7,936.72
Ativ.diversificadas	-	-	-	-	43	5,682.67	13	1,369.18	56	7,051.85
T O T A L	25	9,510.58	49	14,598.87	90	12,103.40	32	2,327.45	195	38,540.30

medidas que reorientaram a aplicação dos recursos para os financiamentos e caracterizaram a segunda etapa.

Nesta etapa, que corresponde ao período de agosto de 1990 a julho de 1991 (ano agrícola de 90/91), dá-se uma diversificação das atividades financiadas. O financiamento deixa de ser temático e exclusivo da caprinocultura e passa a ser extensivo à agricultura. O custeio da campanha agrícola passa também a ser contemplado pelo financiamento, abrindo o leque de participação àqueles agricultores cujas atividades são mais voltadas para a agricultura. Os objetivos dos financiamentos são, portanto, diferentes. Eles visam facilitar a difusão de inovações técnicas e apoiar as iniciativas técnico-econômicas correspondentes às estratégias de integração ao mercado.

Os critérios básicos de organização do sistema de financiamento são mantidos (fundo rotativo e gestão do C.A.A.M.) e ampli-

ados com a organização de um mecanismo de pressão social para o reembolso, através da formação de grupos de "aval solidário".

Ainda nessa segunda etapa, os agricultores passaram a contar com o apoio técnico e econômico da EMBRAPA-CPATSA/CIRAD e especialmente da ADAC-SF. Até então, esse apoio era realizado pela EMATER-BA. Os financiamentos, portanto, passaram a ser precedidos das fases de identificação das propostas, avaliação e aprovação pelo C.A.A.M. e pelos órgãos acima citados.

Os critérios operacionais também foram alterados quanto à forma de liberação e reembolso dos financiamentos. A liberação dos recursos foi parcelada e adequada às épocas de execução das atividades planejadas e o reembolso programado para os períodos mais favoráveis ao ingresso financeiro nas unidades de produção. A forma de indexação, por produto, permaneceu a mesma. Durante esta etapa, foram realizadas 49 operações de crédito, das quais 24 para financiamento de custeio agrícola, 9 para áreas forrageiras e 16 para animais de raça melhorada, já previstas na etapa anterior (TAB.2.).

A persistência dos problemas identificados desde a primeira etapa de funcionamento do sistema, aliada aos riscos financeiros causados pelos embaraços de ordem climática e econômica inerentes às atividades agropecuárias financiadas, colocam em questão a viabilidade do sistema de financiamento, pois não garante a sua perenidade. Esta situação coloca as instituições promotoras dessa experiência (C.A.A.M., ADAC-SF e EMBRAPA-CPATSA/CIRAD) entre duas opções mais ou menos definidas e uma direção a tomar: dar conti-

nuidade a um sistema de financiamento das atividades agropecuárias subvencionado (indiretamente pela indexação sobre os preços dos produtos e com a conseqüente erosão monetária), acentuando o processo de diferenciação social em favor dos agricultores mais "capitalizados" e sem a garantia de perenidade; ou adotar um sistema de crédito motor do desenvolvimento local, não subvencionado, capaz de assegurar a sua perenidade e proporcionar o acesso da maioria do grupo social, com toda a sua heterogeneidade, através da diversificação dos financiamentos e extensão às diferentes oportunidades econômicas identificadas pelos produtores.

A opção pela segunda alternativa imprime, portanto, outro objetivo aos financiamentos, qual seja, o de dar toda a liberdade à expressão das oportunidades econômicas, das diferentes categorias de produtores. São as medidas adotadas para viabilizar esse objetivo que irão caracterizar a terceira etapa do processo de evolução da experiência de financiamento, inaugurada em agosto de 1991 e que se estende até julho de 1992 e transcorre paralelamente a quase todo o ano agrícola 91/92³¹.

Os princípios básicos de organização do sistema de financiamento permanecem inalterados em relação à etapa anterior (fundo rotativo, gestão do C.A.A.M., pressão social para o reembolso). O apoio técnico-econômico ao nível local foi reforçado com a contratação de um agente local para apoiar a implementação descentralizada dos financiamentos.

³¹ O marco decisivo dessa etapa foi uma reunião realizada em 03/07/91 entre o C.A.A.M. e os órgãos de apoio técnico, onde estes fizeram um balanço dos problemas que estavam afetando o sistema de financiamento e o C.A.A.M. reconheceu a necessidade de reorientação das propostas de financiamentos.

A operacionalização dos empréstimos sofreu alterações. Partiu-se para uma alternativa de indexação que evitasse a erosão dos recursos, incluindo mecanismos de correção da inflação mais juros (inflação +1% ao mês), para compensar parte dos custos da gestão e dos riscos dos financiamentos. O reembolso passou a ser dividido em pequenas parcelas, com periodicidade reduzida (semanal, mensal, trimestral, e outras), ajustado à receita propiciada pelas atividades financiadas.

Durante a terceira etapa, foram contratadas 90 operações de financiamentos, distribuídas da seguinte forma: 21 para aquisição de animais; três para implantação de áreas forrageiras; dezessete para custeio agrícola; seis para construção de cercas, e 43 para atividades diversificadas (artesanato, comércio, avicultura, transformação, agricultura e pecuária).

A quarta etapa é aqui considerada como o período que vai de agosto até dezembro de 1992. Trata-se de um corte artificial, pois nesta etapa não há alterações nos procedimentos dos financiamentos em relação à etapa precedente. Optou-se por esta divisão, primeiro, para caracterizar um período em que o apoio técnico e econômico dos órgãos envolvidos (ADAC-SF, EBDA e EMBRAPA-CPATSA/ CIRAD) foi prejudicado³². Depois, porque o mês de dezembro coincide com o corte analítico adotado para essa avaliação do sistema de financiamento. Nesta etapa, ainda em execução, já foram contratadas 32 operações de financiamentos. Conforme pode ser observado na TAB.2, das operações contratadas, dezesseis

³² Nesse período, os técnicos envolvidos estiveram muito ausentes das comunidades e no apoio ao C.A.A.M., devido aos problemas relacionados à crise institucional da EBDA, e afastamento dos técnicos da ADAC-SF e EMBRAPA-CPATSA, responsáveis pelo acompanhamento do crédito.

delas foram para custeio agrícola, treze para financiamento de atividades diversificadas e três para construção de cercas.

4.4 - FINANCIAMENTOS REALIZADOS

No curso da implementação do sistema de financiamento, foram operacionalizadas, portanto, cinco modalidades de crédito com finalidades, objetivos e condições de financiamentos diferentes. Algumas delas vêm sofrendo alterações com a evolução do sistema, bem como o grau de importância que assume cada modalidade em função das prioridades que lhes são dadas nesse processo.

4.4.1 - FINANCIAMENTO DE ANIMAIS

Os empréstimos para aquisição de animais se inscrevem na proposta inicial do projeto de desenvolvimento da caprinocultura em Massaroca, que contemplava o financiamento para a introdução de matrizes e reprodutores de raça melhorada e de áreas forrageiras visando a produção de leite de cabras. O objetivo dessas duas linhas de financiamentos temáticos era, portanto, a melhoria e intensificação das explorações e diversificação da produção com o aproveitamento do leite, uma vez que nessa região, tradicionalmente, a caprinocultura é explorada visando a produção de carne. Para isso, entendia-se como necessário o melhoramento do rebanho, pela introdução de animais de raça com potencial para produção de leite, acompanhada de práticas de manejo adequadas a este tipo de exploração.

Os animais foram adquiridos pelo C.A.A.M., através de uma

comissão de produtores e técnicos criada com essa finalidade, para serem, em seguida, emprestados. O "crédito" era colocado à disposição dos produtores previamente selecionados, ficando estipulado o limite de um reprodutor e um número determinado de matrizes, que variou de um a oito em função do número de animais solicitados e aprovados pelo C.A.A.M.. Prioritariamente, foram beneficiados os produtores contemplados com o financiamento para implantação das áreas forrageiras. Por se tratar de um crédito voltado para o melhoramento da caprinocultura, os candidatos foram escolhidos, inicialmente, entre os criadores que detinham um rebanho estabilizado, com maior potencial para esta exploração. Nas etapas posteriores de evolução do sistema de financiamento, para esta modalidade de financiamento, foi dada preferência àqueles produtores do grupo dito em "subsistência". Ficou estabelecido que um produtor não podia ser beneficiado mais de uma vez, mas, neste caso, podia repassar os animais a um filho jovem, em fase de instalação. A partir de então, não se exigia mais a aquisição de animais de padrão genético elevado.

Este tipo de crédito tem uma operacionalização diferente dos demais financiamentos. O produtor deve reembolsar, em igual número, os reprodutores e/ou matrizes por ele recebidos, ou seja, os animais financiados devem ser reembolsados na mesma quantidade, com sua própria progenitura, ressaltando-se os casos de morte das crias. O prazo para o reembolso da totalidade do empréstimo é de dois anos, em parcela única, a partir da data do recebimento dos caprinos, quando deve ser beneficiado outro produtor. Como cada beneficiário faz parte de um grupo formado por dois produtores,

de forma que o segundo só é contemplado à medida que o primeiro devolva os animais, fica assim estabelecida uma espécie de corrente que só pode ser quebrada ou prejudicada em caso de morte dos animais ou das suas crias.

Até dezembro de 1992, foram emprestados 244 animais a 46 produtores de oito comunidades. Dos animais emprestados, 40 deles já foram oriundos de repasses dos produtores. Quer dizer, nove entre os 46 produtores foram beneficiados pela rotação do financiamento. Os recursos destinados a essa modalidade de financiamento estão estimados na ordem de 7,9 mil dólares (TAB.2).

4.4.2 - FINANCIAMENTO PARA ÁREAS FORRAGEIRAS

Para o projeto de desenvolvimento da caprinocultura em Mas-saroca, a introdução de áreas forrageiras se apresenta como pré-condição para o melhoramento do rebanho, pois o potencial produtivo dos animais de padrão genético mais elevado está intimamente relacionado à quantidade e à qualidade dos alimentos disponíveis. O financiamento deveria, portanto, viabilizar esse investimento através da introdução ou intensificação dos cultivos de capim buffel (*Cenchrus ciliaris* L.), leucena (*Leucaena leucocephala*), palma forrageira (*Opuntia* sp.), guandu (*Cajanus cajan*), algaroba (*Prosopis juliflora*), cunhã (*Clitoria ternatea*), entre outras forrageiras recomendadas pelos órgãos de pesquisa e assistência técnica, estando algumas destas culturas já em uso pelos produtores da região.

A introdução de áreas forrageiras não somente representa a

intensificação das explorações, mas se apresenta como um elemento fundamental para estabilização da atividade pecuária na estação seca, através da criação de reservas forrageiras para alimentação do rebanho nas épocas mais críticas, quando a vegetação nativa não consegue mais supri-la.

Os empréstimos concedidos aos produtores são destinados à instalação das áreas forrageiras. Este investimento é viabilizado pelo financiamento dos insumos (arame farpado, grampos, arame liso, mourões, estacas, sementes) e da mão-de-obra necessária para desmatar e destocar a área, construir as cercas, preparar o solo, plantar e capinar as culturas implantadas.

O público beneficiário era, inicialmente, selecionado em função da atividade principal desenvolvida. Por se tratar de um financiamento destinado ao melhoramento da caprinocultura de leite, os candidados são escolhidos, prioritariamente, entre os criadores que possuem um rebanho caprino estabilizado e fazem desta exploração a sua principal atividade.

Para cada produtor selecionado, é elaborado, pelos órgãos de apoio técnico, um plano de financiamento onde ficam previamente identificados e definidos a área a ser beneficiada, as culturas a serem implantadas, a mão-de-obra e os insumos financiados e um orçamento contendo os custos da proposta. De posse desse plano, o produtor solicita o crédito ao C.A.A.M., que analisa e aprova ou não os recursos pleiteados. Aprovados os recursos, é formalizado um contrato de responsabilidade entre o produtor e o C.A.A.M., onde são estabelecidas as bases e as condições do financiamento.

Os recursos do financiamento são colocados à disposição dos produtores em duas ou três parcelas³³. A primeira parcela é destinada à execução dos trabalhos de desmatamento e/ou destocamento da área; a segunda parcela, para limpeza da área, aquisição de insumos e confecção de cerca, e a terceira parcela, para o preparo do solo, plantio e tratamentos culturais das culturas escolhidas pelo produtor³⁴. Na maioria das vezes, a segunda e terceira parcelas foram liberadas de uma só vez. Essas parcelas só são repassadas aos produtores após a execução das atividades referentes às parcelas precedentes.

O financiamento concedido aos produtores é indexado segundo os preços dos produtos pecuários: pele, leite e carne. O valor do crédito é transformado equitativamente, no dia da sua liberação, em quantidades desses produtos, ou seja, 1/3 do valor do crédito é transformado em quantidades de unidades de pele, 1/3 em litros de leite e 1/3 do valor em quilogramas de carne. São considerados os preços de pele e carne de caprinos praticados no mercado local, em Massaroca, e o preço do leite pago aos produtores pela indústria de laticínios da cidade próxima (Senhor do Bonfim-BA). Esses valores são convertidos no dia da liberação de cada parcela e as quantidades daí obtidas constituem a base de indexação do valor a ser reembolsado.

O prazo para o reembolso do financiamento é de três anos,

³³ Como assinalado, no início do funcionamento do sistema de financiamento, o crédito era liberado de uma só vez, em parcela única.

³⁴ Quando os recursos dos financiamentos foram liberados na mesma época, os produtores beneficiados, em comum acordo com C.A.A.M., confiaram a este, a aquisição dos insumos, especialmente o arame, que foi abatida do valor da parcela liberada. Com isso, os produtores procuram obter um melhor preço do insumo e reduzir os custos com o transporte.

com um ano de carência, a partir da data da liberação da primeira parcela. Portanto, deve ocorrer em três parcelas anuais, cujos valores são estabelecidos com base nos preços dos produtos praticados no dia da sua liquidação, na mesma proporção anteriormente definida. Os produtores podem contar com um desconto de 10% sobre o valor do débito, caso antecipe, no primeiro ano, o pagamento das demais parcelas, ou 5% de desconto caso antecipe, no segundo ano, o pagamento da próxima parcela.

Até dezembro de 1992, foram contratadas 28 operações de crédito para implantação de áreas forrageiras beneficiando 28 produtores e envolvendo recursos da ordem de 13,6 mil dólares. Como pode ser observado na TAB.2, esses financiamentos se concentraram, principalmente, na fase inicial de funcionamento do sistema e apresenta uma tendência decrescente em termos de número de produtores beneficiados, volume de recursos contratados e valor médio dos contratos. Na última etapa considerada, já não há registro desse tipo de financiamento. A comunidade Lagoinha foi a maior beneficiada, tanto em número de operações contratadas, quanto em relação ao número de famílias beneficiadas, seguida das comunidades Lagoa do Meio, Cipó, Curral Novo e Canoa.

4.4.3 - FINANCIAMENTO PARA CONSTRUÇÃO DE CERCAS

Os empréstimos para construção de cercas nas últimas etapas de evolução do sistema de financiamento foram realizados como forma, talvez, de compensar a redução gradual dos financiamentos para as áreas forrageiras. São empréstimos que guardam uma certa similitude quanto à sua justificativa para o produtor, mas que

diferem quanto à finalidade, condições de financiamento e objetivo. Em relação a este, a diferença advém do fato de que a modalidade de financiamento para construção de cercas não foi induzida pelo projeto de desenvolvimento da caprinocultura, concebido pelos técnicos, mas já exprime uma demanda dos produtores por um empréstimo com o objetivo claro de apropriação das terras³⁵.

O financiamento para construção de cercas tem a finalidade de viabilizar apenas a aquisição do arame farpado. Diferentemente do empréstimo para áreas forrageiras, este não financia a aquisição dos demais insumos (grampos, mourões, estacas, etc.), nem a mão-de-obra para construção das cercas.

Os recursos para essa modalidade de empréstimo, por decisão do C.A.A.M., ficaram limitados a um fundo correspondente à quantidade de 50 rolos de arame, que devem circular entre os produtores. A disponibilidade de recursos para esse tipo de financiamento está sempre condicionada ao reembolso por parte de outros produtores que tomaram empréstimos com a mesma finalidade. Dessa forma, os recursos são colocados à disposição dos produtores após a avaliação e aprovação da proposta de financiamento pelo C.A.A.M., mas somente quando há disponibilidade. Como existe uma previsão dos reembolsos, os proponentes já sabem, de antemão, quando poderão ser beneficiados.

As condições de financiamento são, também, diferentes das demais modalidades de crédito. O empréstimo é indexado segundo o

³⁵ A apropriação de terras é aqui considerada como a ocupação do espaço aberto, de propriedade individual dos produtores, que está sendo cercado por eles.

preço do arame farpado da marca "Motto", de 500 metros, praticado na sede do distrito de Massaroca. O produtor recebe os recursos no valor correspondente à quantidade de rolos de arame solicitada ou aprovada pelo C.A.A.M., com base no preço deste insumo, no dia do contrato. O reembolso deve ser realizado em duas parcelas anuais, com um ano de carência nas mesmas condições, ou seja, as parcelas convertidas em quantidade de arame são transformadas em valores monetários, na sua liquidação, segundo o preço de arame praticado em Massaroca, naquele dia.

Conforme pode ser observado na TAB.2, as operações contratadas com esta modalidade de crédito se concentraram nas duas últimas etapas de implementação do sistema de financiamento. Foram realizados nove empréstimos, beneficiando nove produtores e envolvendo recursos da ordem de 1,9 mil dólares.

4.4.4 - FINANCIAMENTOS DE CUSTEIOS AGRÍCOLAS

Os empréstimos para custeio agrícola iniciam-se com a segunda etapa de implementação do sistema de financiamento e inauguram um processo de diversificação das atividades financiadas. Esse custeio consistia no financiamento a curto prazo, destinado a complementar as despesas da unidade de produção relativas à implantação das culturas destinadas à obtenção de renda e, como já ressaltado, tinha o objetivo de facilitar a difusão de inovações técnicas e apoiar as iniciativas dos produtores que se inscrevem numa estratégia de integração ao mercado.

Os recursos financiados eram, portanto, destinados à

cobertura dos custos relativos a algumas etapas da instalação das culturas de melancia, mamona e algodão herbáceo³⁶. Em função da disponibilidade dos recursos, foram privilegiadas duas operações: o preparo do solo e os tratos culturais. Devido às limitações de recursos, para fazer face às demandas dos produtores, a partir da terceira etapa, estes ficaram restritos ao preparo do solo.

O público-beneficiário era constituído, portanto, por todos os agricultores. Devido às medidas de pressão social para o reembolso, através dos grupos de "aval-solidário", o produtor proponente deveria integrar um desses grupos junto a outro produtor. Essa condição vigorou apenas na fase inicial de implementação dessa modalidade de financiamento, não sendo mais exigida a partir de então.

Os produtores solicitavam o crédito desejado, definindo antecipadamente a cultura a ser financiada, a área e o consórcio de culturas a ser utilizado, além dos grupos dos quais participavam. O C.A.A.M. analisava o pedido e aprovava ou não o financiamento nas condições solicitadas. Não se tratava, "a priori", de rejeitar ou não as propostas, mas de verificar se elas se enquadravam nos objetivos preconizados pelo financiamento. Após a aprovação do crédito, o produtor formalizava um contrato de responsabilidade perante o C.A.A.M., onde eram estabelecidas as bases e condições de financiamento.

Os recursos aprovados eram liberados com antecedência em relação ao início do plantio (entre outubro e novembro), em

³⁶ A cultura do algodão herbáceo foi contemplada em duas operações de financiamento, mas não chegou a ser cultivada pelos agricultores, que optaram por outras culturas, inclusive para indexação dos empréstimos.

parcela única, e o produtor se comprometia a executar o projeto no prazo de seis meses.

Inicialmente, existia mais de uma forma de indexação para o financiamento obtido: em salários-mínimos ou segundo o preço do produto referente à cultura financiada. O valor do crédito recebido pelo produtor era transformado, na data da sua liberação, em número de salários-mínimos vigentes e em quilogramas do produto, e no dia da liquidação do financiamento, o produtor podia optar por uma das duas formas de indexação. Eram considerados os preços de melancia e algodão praticados no mercado de Juazeiro e o preço de mamona no mercado local de Massaroca, para conversão dos valores dos empréstimos. Posteriormente, foi adotada a indexação segundo o preço vigente da hora/trator nas áreas irrigadas do pólo Juazeiro-Petrolina.

Os contratos de empréstimos para o cultivo de melancia e algodão herbáceo devem ser reembolsados, com seis meses de carência, a partir da data de liberação do crédito. No caso do cultivo de mamona, o produtor deve reembolsar o valor recebido em até dois anos e pode, ainda, ser beneficiado com um desconto de 10% ou 5%, caso antecipe o pagamento no primeiro ou segundo ano, respectivamente. Em caso de sinistro reconhecido pelos técnicos de apoio e pelo C.A.A.M., o reembolso pode ser prorrogado por um ano, quando as etapas definidas no projeto são executadas conforme previsto.

No período compreendido entre outubro de 1990 e dezembro de 1992, foram contratadas 57 operações para custeio agrícola, bene-

ficiando 44 agricultores e envolvendo recursos da ordem de 7,9 mil dólares (TAB.2). Em 49 operações, a melancia aparece como a cultura principal financiada, enquanto a mamona aparece em apenas sete operações. Conforme pode ser observado no TAB.2, ao longo das três últimas etapas de evolução do sistema de financiamento, o valor médio dos contratos vem decrescendo. Tal tendência deve-se às medidas de contenção e racionalização da aplicação dos recursos nessa modalidade de crédito e à restrição dos financiamentos apenas à operação do preparo do solo.

4.4.5 - FINANCIAMENTO DE ATIVIDADES DIVERSIFICADAS

Os empréstimos para atividades diversificadas, como foi ressaltado, surgem na 3ª etapa da implementação do sistema de financiamento, a partir da constatação de que as modalidades de crédito até então adotadas geravam uma especulação em torno das atividades agropecuárias que conferiam vantagens, principalmente, aos produtores dos grupos ditos em "equilíbrio" e de "renda", em detrimento daqueles cuja estrutura de produção e de renda ainda é considerada insuficiente para o atendimento das necessidades familiares básicas - os produtores do grupo dito em "subsistência". Ao mesmo tempo, constatava-se que essas vantagens auferidas por determinados estratos de produtores também se davam em detrimento dos recursos do fundo para financiamento, pressupostamente destinados ao conjunto de todos os produtores.

Esta nova modalidade de crédito consistia em ampliar a abrangência dos financiamentos às mais diversas oportunidades econômicas, de forma a permitir aos produtores menos favorecidos,

assim como a outras categorias dinâmicas que compõem o grupo social, como as mulheres e os jovens, o acesso aos recursos do financiamento, pois estas categorias sentiam-se bloqueadas dos benefícios do crédito. Os empréstimos agora não ficam mais restritos às atividades agropecuárias e o objeto do crédito é deixado à livre escolha dos produtores e das suas famílias, podendo, portanto, alcançar uma ampla gama de atividades: agricultura, pecuária, pequena criação, transformação dos produtos agrícolas, pequeno comércio, artesanato, estocagem da produção, locação de mão-de-obra, entre outras. Em síntese, o financiamento pode cobrir as mais diversas atividades da unidade de produção, bem como atividades extra-agrícolas. De forma esquemática, a nova proposta de financiamento também passa a cumprir um papel diferente no processo de reprodução da pequena produção (FIG.5).

O crédito é destinado, prioritariamente, às atividades que tenham condições de oferecer uma rentabilidade elevada e um rápido retorno financeiro, de forma a propiciar um aumento da disponibilidade financeira da unidade de produção familiar, e que possam ser revertidas em favor do incremento do consumo, da produção ou da acumulação dos meios de produção. Por exemplo, a renda proporcionada por uma atividade de transformação, geralmente mais elevada e de retorno mais rápido que a gerada pela atividade agropecuária, viabilizando investimento na unidade de produção (construção de cercas, aquisição de animais, etc.), aquisição de insumos, complementando as necessidades de consumo alimentar ou não (utensílios domésticos, vestuários, entre

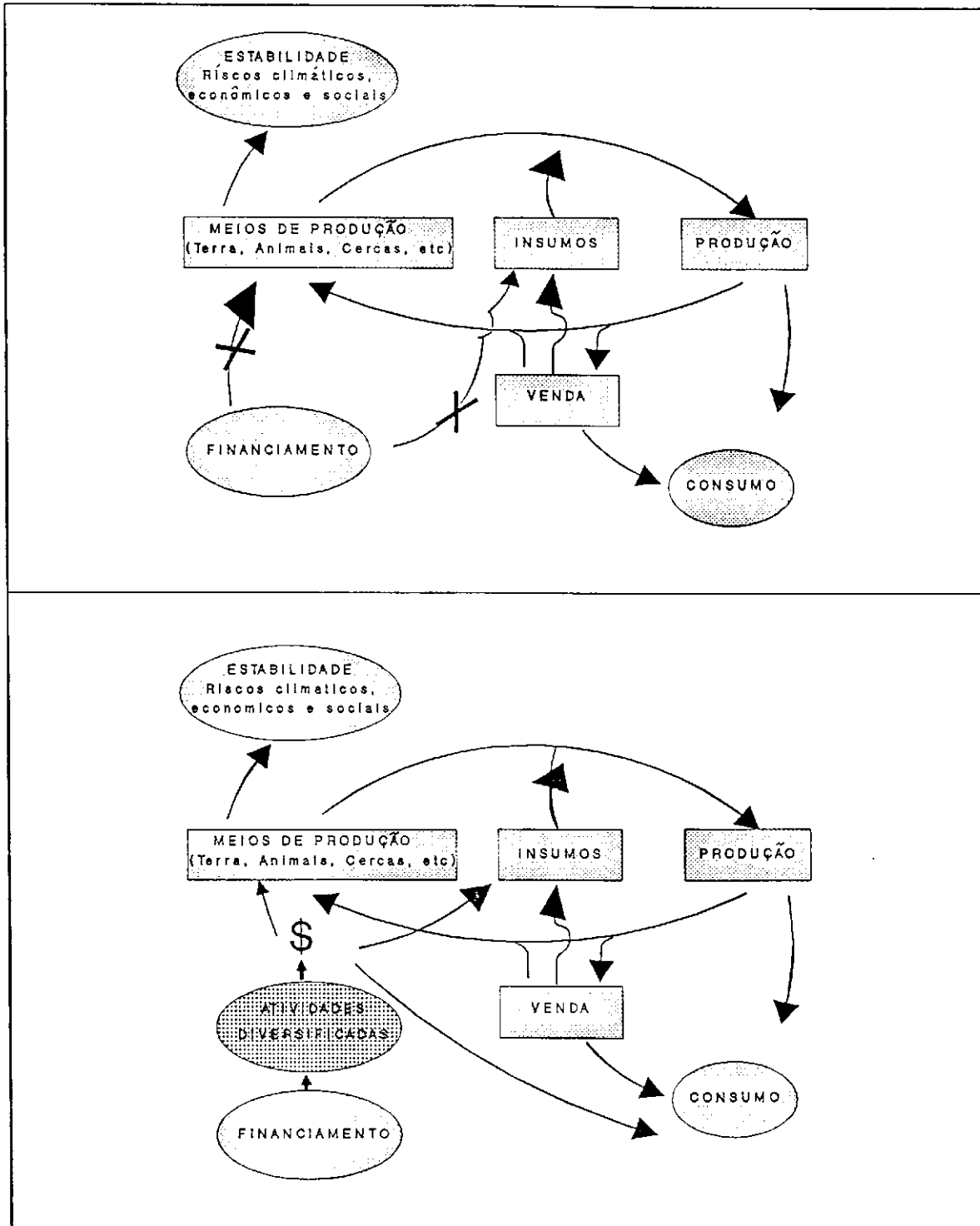


FIGURA 5 - Financiamento no ciclo de reprodução da pequena produção familiar nas regiões semi-áridas

outras), ou investimentos sociais (saúde, educação, habitação, lazer).

A operacionalização deste tipo de crédito difere das demais modalidades apenas quanto à forma de indexação e periodicidade dos reembolsos. Os recursos são colocados à disposição do proponente após a avaliação e aceitação do seu pedido de financiamento pelo C.A.A.M.. Inicialmente, esta aprovação também estava condicionada às medidas adotadas de pressão social para o reembolso, que exigiam a formação de grupos de aval-solidário. A liberação dos recursos é efetuada em parcela única e o reembolso realizado em pequenas parcelas (semanal, mensal, trimestral, e anual), ajustado à renda proporcionada pelas atividades financiadas. O sistema de indexação adotado inclui a correção monetária mais juros de 1% ao mês. Esta medida visava conter o processo de erosão monetária já evidenciado em outras modalidades de financiamento e captar algum recurso para fazer face aos custos de administração dos financiamentos.

Entre agosto de 1991 e dezembro de 1992, durante as segunda e terceira etapas do sistema de financiamento, foram realizadas 56 operações de financiamento, envolvendo beneficiários e recursos da ordem de 7,1 mil dólares (TAB.2). Um dado importante refere-se à participação das mulheres nessa modalidade de financiamento. Elas participaram em dezoito operações de financiamento, ou seja, 30% dos contratos, quando nas demais modalidades de crédito, há o registro de participação em apenas um contrato.

4.5. CONCLUSÃO

A experiência do sistema de financiamento procura valorizar os recursos produtivos, respeitando as especificidades locais dos meios humano e natural. Através da ação, ela procura induzir uma dinâmica para ser acompanhada e concomitantemente ajustada, ampliada e recomendada.

A implementação de tal inovação difere fundamentalmente da condução dos sistemas de crédito tradicionais, não apenas por um grande número de ajustes e adaptações que são necessários para torná-los acessíveis aos pequenos produtores, mas, principalmente, pela flexibilidade dos financiamentos, que dão toda a liberdade à expressão das oportunidades econômicas identificadas pelos principais atores do desenvolvimento, não ficando restritos, portanto, às atividades especificamente agropecuárias.

A flexibilidade dos financiamentos, face à estratificação do meio humano, permite que as hipóteses sobre a transformação de uma dada região ou localidade sejam diferenciadas em função do público-meta onde se pretende promover o desenvolvimento.

CAPÍTULO 5: UM BALANÇO DOS RESULTADOS DO SISTEMA DE FINANCIAMENTO DOS TRÊS ANOS DE FUNCIONAMENTO

5.1 - INTRODUÇÃO

No capítulo anterior, procurou-se oferecer uma visão geral do sistema de financiamento, objeto de investigação, mostrando suas principais características e evolução. Este capítulo encerra a parte principal do trabalho e faz uma avaliação da experiência do sistema de financiamento para pequenos produtores da região de Massaroca, no seu terceiro ano de funcionamento³⁷. A avaliação é realizada segundo dois enfoques: um que analisa o sistema de financiamento, verificando de que maneira ele responde às necessidades dos produtores, e outro que analisa a exequibilidade do sistema de financiamento em termos financeiros e de organização. A discussão analítica obedece a esta seqüência de apresentação, mas vem precedida da abordagem metodológica adotada.

5.2 - ABORDAGEM METODOLÓGICA

A metodologia utilizada nesse trabalho, como já ficou evidenciado, se inspira na abordagem sistêmica dos problemas de desenvolvimento rural, elaborada e conduzida por diversas instituições de pesquisa e organismos de desenvolvimento³⁸. Ela se inscreve no quadro das análises dos sistemas de produção agrícolas e dos sistemas agrários. Surgem da necessidade de fornecer melhores

³⁷ Como se trata de uma experiência em andamento, que apresenta uma dinâmica própria e encontra-se num processo de evolução, vale ressaltar de antemão que qualquer resultado de avaliação deve ser encarado como parcial.

³⁸ Entre outras instituições que adotam esse enfoque, pode-se citar: EMBRAPA-CPATSA, CIRAD-DSA e INRA-SAD (Institut National de la Recherche Agronomique-INRA, Département Systèmes Agraires e Développement - SAD).

instrumentos de ajuda nas tomadas de decisões pelos atores encarregados de gerir esses sistemas onde estão em jogo as atividades agrícolas (LANDAIS, 1992). Trata-se de uma metodologia de uso corriqueiro nos trabalhos que procuram trazer respostas às questões formuladas pelos atores sociais envolvidos no processo de produção e valorização dos produtos agrícolas ou na gestão do espaço produtivo, privilegiando as investigações realizadas no campo e envolvendo os pesquisadores na ação de desenvolvimento.

No caso específico da experiência de Massaroca, procura-se interferir localmente com a dinâmica social e estudar, através da ação, a evolução dos sistemas agrários e de produção e os fatores que condicionam tal evolução (contexto econômico, nível de organização dos produtores e apoio técnico, entre outros). Com isso, como bem esclarecem CARON et al. (1993), não se pretende induzir uma mudança com a introdução de práticas pressupostamente mais eficientes, mas se procura fornecer elementos para os produtores tomarem as suas decisões, através da difusão de informações técnicas, econômicas e sociais mais pertinentes, elaboradas a partir da compreensão dos mecanismos de desenvolvimento, das estratégias dos atores envolvidos e dos conhecimentos científicos disponíveis. Trata-se, portanto, de um apoio às tomadas de decisões aos níveis do produtor, das organizações e dos seus parceiros de desenvolvimento.

Nesse sentido, as unidades de produção, as comunidades rurais e o C.A.A.M., comitê que congrega as representações das nove associações de produtores de Massaroca, constituem a área de estudo. E os objetivos, as estratégias e as decisões dos

produtores, aparecem como linhas prioritárias de investigação.

A dinâmica social, técnica e econômica induzida pelo sistema de financiamento em estudo, oferece um suporte excelente para a caracterização dos processos decisórios dos produtores. A partir das observações e análise das atividades financiadas, procura-se verificar a plena expressão das estratégias de ocupação e organização do espaço produtivo pelos produtores, as quais mostram-se determinantes para as trajetórias de evolução das unidades de produção.

Esse processo de ocupação, expresso através das áreas cercadas e desmatadas e dos campos cultivados, é determinado não somente pela vocação dos recursos naturais, mas, sobretudo, pela gestão destes pelo homem, gestão esta que sofre grandes variações em função do tipo do produtor, dos seus objetivos e de suas estratégias.

A análise do sistema de financiamento, objetivo desse estudo, assenta-se, portanto, no entendimento das lógicas de funcionamento dos diferentes tipos de sistemas de produção dos agricultores³⁹. A avaliação das atividades financiadas será realizada em função dos objetivos do produtor. Em dado contexto, os produtores se fixam nos objetivos que eles almejam e adotam estratégias e táticas que se revelam em suas práticas⁴⁰. Mas

³⁹ Esse estudo, como fica evidenciado, é favorecido por outros que lhe precederam ou estão sendo realizados na área em estudo, principalmente no que concerne à caracterização dos sistemas de produção, na identificação das estratégias dos produtores e do espaço econômico que eles dispõem.

⁴⁰ Nos termos propostos por YUNG & ZASLASKI (1990), as estratégias compreendem as respostas elaboradas pelos atores sociais-agricultores e/ou criadores-frente aos desafios que eles se deparam ou que eles estabelecem para conseguir reproduzir ou transformar um modo de vida, essencial à sua perpetuação enquanto grupo social

existe uma ligação lógica entre essas práticas e os objetivos do produtor, da sua família e do seu grupo social, a partir da percepção que eles têm do seu meio e da sua situação dentro deste meio (natural, econômico e humano). Ou seja, eles tomam as suas decisões tendo em conta a sua situação, o seu ambiente e os seus objetivos. Porquanto, a compreensão das razões que os levam a tomar estas decisões deve ser considerada na avaliação do sistema de financiamento pois, como qualquer outro instrumento de desenvolvimento, que tem como alvo a evolução dos sistemas agropecuários, ele tem, necessariamente, de se apoiar sobre as práticas dos produtores e fazê-las evoluir. E nesse sentido, o entendimento do encaminhamento decisional dos produtores deve ser considerado quando se persegue um instrumento de desenvolvimento eficaz.

Os passos gerais seguidos no estudo, como sugerem LANDAIS & DEFFONTAINES (1989), consistem em apoiar-se, principalmente, na descrição dos sistemas de produção e das práticas introduzidas pelos agricultores, e reagrupar as diversas lógicas de funcionamentos, observadas por enquete, em alguns tipos que conservam, entre eles, parecença mais ou menos estreita. A matriz tipológica daí obtida já fornece uma imagem da diversidade dos sistemas de produção da área em estudo⁴¹.

Neste estudo, analisa-se como os financiamentos fornecidos aos produtores inserem-se no funcionamento dos diversos sistemas

.....
e à sua presença individual no interior deste. Por tática, entende-se a arte de modular no tempo a estratégia introduzida (CARON et al., 1992).

⁴¹ Conforme PERROT & LANDAIS (1993), face à extrema diversidade de situações a descrever, as tipologias têm a ambição de constituir conjuntos de tipos que simplificam a realidade, respeitando as particularidades principais e que permitem classificar, em seguida analisar, cada um dos objetos da coleção considerada para ser estudada.

de produção. O levantamento dos fluxos financeiros das operações financiadas e do sistema de financiamento permite identificar as práticas financeiras aos níveis das atividades financiadas, das unidades de produção e do sistema de crédito (o que os produtores fazem com os recursos financeiros, de onde e como provêm esses recursos e em que e como são aplicados) e os resultados financeiros das práticas adotadas. Tudo isto pode ser realizado através de enquete.

Com base na caracterização dessas práticas e desses resultados, analisam-se as estratégias e os objetivos dos produtores e, a partir de então, se avalia a adequação do produto financeiro - o sistema de financiamento - às necessidades dos produtores. Aqui, o objeto principal de abordagem - as estratégias e os objetivos dos produtores - não são fenômenos observáveis em enquete, portanto só podem ser analisados a partir do conhecimento das práticas implementadas e das suas consequências.

Ressalta-se, de antemão, que o estudo se pauta numa análise qualitativa. A passagem ao quantitativo realiza-se, tão somente, quando se tem em mãos os dados ou critérios identificados como pertinentes, para descrever uma dada situação da realidade identificada e analisada.

De acordo com a abordagem mencionada, foram necessárias algumas etapas mais ou menos definidas de coletas, tratamento e análise das informações:

a) Levantamento das informações

A partir dos registros de acompanhamentos realizados pelos

técnicos da equipe responsável pelo apoio técnico e econômico, foi possível levantar as informações sobre as operações financiadas, identificando todos os produtores e comunidades beneficiadas, atividades financiadas e dados sobre as operações (valores dos empréstimos, datas dos desembolsos, datas e valores dos reembolsos e tipos de indexação, entre outras). Foram identificadas 196 operações de financiamentos realizadas entre novembro de 1989 e dezembro de 1992, atribuídas a 122 produtores-beneficiários, distribuídos nas nove comunidades e na sede do distrito de Massaroca. Esses dados, referentes às operações identificadas, foram organizados, informatizados, atualizados para valores de 31 de dezembro de 1992 e transformados em dólares⁴².

Em seguida, foi realizada uma enquete, através de entrevistas com produtores beneficiários do financiamento. Foram abordados 63 produtores, envolvendo 78 operações, de onde se buscava obter informações sobre os financiamentos, com relação⁴³:

- à liberação dos recursos financiados;
- ao uso efetivo dos recursos liberados (como foi gasto o dinheiro);
- à maneira como foram complementados esses recursos (se for o caso) para a realização do projeto financiado;

⁴² A atualização dos valores das operações coloca uma dificuldade: qual o referencial de correção mais indicado? Optou-se pela utilização dos índices de correção monetária oficial (variação dos valores diários do BTN fiscal até 31.01.91 e a partir de então, os índices acumulados da TRD). Mesmo reconhecendo as limitações que a utilização desses referenciais apresenta, devido às manipulações que sofreram pelas autoridades monetárias, eles, ainda assim, se justificaram por serem mais comuns às operações do crédito institucional e permitirem a atualização diária das operações de financiamentos. A transformação em dólares visa, tão somente, oferecer uma noção mais realista dos recursos financeiros mobilizados diante das constantes alterações na moeda oficial.

⁴³ O processo de amostragem foi aleatório. Os 63 produtores abordados correspondem àqueles que se encontravam nas suas unidades de produção no momento das visitas às comunidades para realização das enquetes.

- à maneira como foi manejado o projeto do ponto de vista técnico;
- à renda propiciada pela atividade financiada e como foi utilizada;
- ao reembolso, e
- à forma como os produtores conseguiram reembolsar, em caso de renda insuficiente.

As informações recolhidas na enquete foram confrontadas e complementadas com os dados do acompanhamento das operações financeiras realizadas pelos técnicos e o agente local de apoio. A compatibilização desses dados permitiu remontar o fluxo monetário, ao nível da exploração agrícola, proporcionado pela atividade financiada abordada.

Os registros dos fluxos monetários das operações financiadas, ao nível das explorações, contemplam, de forma esquemática e simplificada, as compras, as vendas e as trocas monetarizadas de mão-de-obra (agrícola ou não).

Todas essas informações foram complementadas com dados sobre o meio econômico que envolve as explorações (evolução dos preços dos produtos, por exemplo), com as informações dos estudos já realizados sobre os sistemas de produção em uso pelos produtores na região e com os dados relativos aos registros de acompanhamento das explorações. Também foram utilizados os dados referentes a: sistema de financiamento; operações financiadas; contabilidade do C.A.A.M. e recursos do fundo de financiamento.

Sempre que necessário, recorreu-se às ajudas de memórias e

atas das reuniões do C.A.A.M. e da comissão de crédito, onde estão registradas as principais alterações ocorridas nas modalidades dos financiamentos e as principais decisões tomadas pelos produtores em relação à organização, gestão e operacionalização do sistema de financiamento. A evolução deste foi, também, remontada a partir da própria vivência no acompanhamento da implementação do sistema de financiamento, como técnico integrante da equipe de apoio do projeto e dos contatos diretos e discussões mantidas com os agricultores e demais técnicos envolvidos.

Entende-se que todo o trabalho de coleta das informações foi enriquecido qualitativamente como resultado do próprio processo de pesquisa-ação em que se inseriu a investigação. Foi da análise do conjunto dessas informações que foi possível a avaliação da experiência do sistema informal de financiamento para pequenos produtores de Massaroca, definido como objetivo desse estudo.

b) Elaboração da tipologia das operações

As informações obtidas ofereceram elementos para identificação de variáveis que permitiram uma análise estatística multivariada auxiliando, assim, a explicar como agrupam-se os diversos tipos de financiamentos e quais as variáveis ou modalidades destas que podem explicar as diferenças entre eles. As variáveis identificadas e utilizadas na análise foram: tipo de produtor (já definido nos estudos anteriores); tipo de atividade financiada; tipo de indexação; forma de utilização do financiamento; estratégia de aplicação do financiamento; fonte do reembolso; situação do reembolso, e estratégia de aplicação dos benefícios.

Optou-se pela análise fatorial de correspondências (A.F.C), por se tratar de um método estatístico que permite estudar um conjunto de variáveis qualitativas. Como preconiza o método, as variáveis foram desdobradas e expressas de forma qualitativa, em "modalidades" ou "classes" previamente definidas numa tabela de entrada de dados. Estes dados foram analisados no "Programa para o processamento e análise estatística de dados em microcomputador - CSTAT", do CIRAD, que fornece, entre outros elementos para estudo, uma representação gráfica que permite o agrupamento das variáveis e dos indivíduos (operações financiadas) e demonstra o grau de associação ou dispersão existente entre eles (ANEXO 1). Esse recurso permitiu a classificação dos financiamentos realizados, dando origem a uma tipologia.

c) Avaliação das atividades financiadas

A análise busca, inicialmente, mostrar a relação existente entre as atividades financiadas e a potencialidade dos recursos naturais da região de Massaroca. Em seguida, procura-se verificar a pertinência dessas atividades enquanto oportunidade econômica, inclusive quanto às suas capacidades de reembolso, e como ou porque elas se justificam para os produtores. A partir da montagem dos fluxos monetários das operações financiadas, verifica-se como eles manejaram os recursos dos financiamentos, quais as atividades financiadas que são adequadas às diferentes categorias de produtores e como elas guardam coerência com os objetivos, estratégias e decisões desses produtores.

A apresentação de toda essa discussão está dividida em três partes, mas obedece à seqüência acima exposta. Na primeira parte,

toma-se como referência o quadro natural das comunidades rurais de Massaroca e verifica-se a coerência existente entre a potencialidade de seus recursos, as atividades desenvolvidas pelos produtores e as atividades financiadas⁴⁴. Na segunda parte, retomam-se as cinco modalidades de financiamentos praticadas, para serem discutidas enquanto oportunidades econômicas. Nesta etapa, procura-se verificar a rentabilidade das atividades financiadas, a capacidade de reembolso que cada modalidade oferece e os arranjos táticos adotados pelos produtores com os recursos do financiamento para amortizarem os empréstimos. A análise da rentabilidade das atividades financiadas é realizada segundo duas maneiras distintas: para aquelas atividades cujo retorno financeiro só ocorre a médio e longo prazos e os dados de acompanhamento ainda não oferecem elementos para uma análise, recorre-se aos estudos existentes ou simulações realizadas, de onde se procura extrair as informações e conclusões pertinentes à análise perseguida; para as atividades financiadas de retorno financeiro a curto prazo, procura-se analisar as suas rentabilidades a partir dos dados de acompanhamento das operações financiadas.

A discussão em torno da capacidade de reembolso das atividades financiadas, como elas se justificam economicamente para os produtores e como estes manejaram os recursos dos financiamentos, é realizada a partir do estudo da rentabilidade oferecida por essas atividades, da análise dos fluxos financeiros das operações de financiamento e das informações levantadas nas

⁴⁴ O mapa das unidades geoambientais elaborado por TONNEAU et al. (1989), apresentado no capítulo 2 (FIG.2), caracteriza, de forma esquemática, o quadro natural da região de Massaroca e serve de referência para a exposição do assunto.

enquetes realizadas junto aos produtores beneficiários.

Em seguida, faz-se um balanço das atividades financiadas, retomando as diferentes modalidades de financiamentos e procurando verificar como cada atividade financiada é coerente para os diversos tipos de produtores e quais os riscos que eles incorrem ao assumirem os financiamentos.

Finalmente, na terceira parte, procura-se fazer a análise dos financiamentos, verificando de que maneira estes respondem aos objetivos dos produtores e dos impactos para os sistemas de produção. Procura-se compreender a lógica de utilização dos financiamentos pelos produtores a partir da análise das operações de crédito, identificando as lógicas de aplicação dos recursos dos financiamentos, assim como, a utilização dos seus benefícios e verificando como eles interagem com as estratégias adotadas pelos produtores ou de que maneira respondem aos seus objetivos.

A análise é realizada tomando como referência os fluxos monetários das operações financiadas, abordadas isoladamente, mas de acordo com o agrupamento das operações (tipologia), definido pela A.F.C.

Ao final da avaliação, num esforço de síntese, procura-se mostrar como a combinação de vários fatores determina o impacto de um financiamento externo sobre o sistema produtivo das diferentes categorias de produtores.

d) Avaliação do sistema de financiamento

Procura-se proceder a uma avaliação dos resultados e da efi-

ciência do sistema de financiamento em função da sua organização e da mobilização dos recursos financeiros. A análise contempla a verificação da viabilidade do sistema em termos dos custos monetários (da erosão dos recursos do fundo, dos riscos dos financiamentos e da administração), distribuição dos recursos e organização do sistema de financiamento. Mas, também, inclui os aspectos que refletem as contradições de interesses entre os atores envolvidos, os principais obstáculos e os pré-requisitos essenciais ao funcionamento do sistema de financiamento.

5.3. ANÁLISE DAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO

Neste item, faz-se uma análise do sistema de financiamento do ponto de vista das operações de financiamentos. Uma atenção particular é prestada às relações entre elas e os sistemas de produção, procurando entender a lógica de utilização dos recursos financeiros pelos produtores, diante dos contextos físico, econômico e social, nos quais a unidade produtiva está inserida. Como já mencionado na abordagem metodológica, a apresentação da discussão será realizada em três partes, correspondentes aos subitens subsequentes.

5.3.1. ATIVIDADES FINANCIADAS E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

As atividades financiadas, especialmente aquelas diretamente vinculadas à agropecuária, guardam coerência com o potencial dos recursos naturais e com a gestão do meio pelo homem. Os tipos e a natureza das atividades agropecuárias financiadas, por comunidade, expressam, de certa forma, a grande diversidade dos solos

neles existentes⁴⁵.

Nas comunidades onde predominam as "areias" (regossolos), de grande potencialidade agrícola, devido à facilidade de manejo e à boa resposta às chuvas fracas, incide o maior número de financiamentos destinados à agricultura⁴⁶. É o caso das comunidades Juá, Canoa, Caldeirão do Tibério e Lagoa do Meio. As operações financiadas nessas comunidades, relacionadas à atividade agropecuária, foram destinadas, principalmente, à agricultura, onde se sobressaem as culturas da melancia, mamona, milho, quandu, feijão e mandioca, quase sempre em consórcio, envolvendo duas a quatro culturas. Até mesmo as operações destinadas à pecuária, onde aparecem as áreas forrageiras com capim buffel e/ou quandu, estas são implantadas associadas às culturas acima mencionadas⁴⁷.

Com uma vocação semelhante, os solos da "serra" (cambissolos latossólicos), onde está situada a comunidade Lagoa do Angico, apresentam características físico-químicas muito favoráveis à agricultura. O seu uso atual é intenso, com a exploração de culturas de víveres (milho e feijão) e aquelas destinadas à obtenção de uma renda (mamona e sisal). Trata-se da comunidade

⁴⁵ O termo recursos naturais deve ser entendido num sentido amplo, envolvendo os recursos físicos e biológicos (solo, clima, vegetação, animais, etc), pois o importante é considerar a valorização desses recursos pelo homem. Aqui será tomado sempre como referência o recurso de solos e sua valorização pelos produtores, sem, contudo, deixar de levar em consideração os demais componentes.

⁴⁶ De acordo com TONNEAU et al. (1989), a presença em quantidade significativa de minerais feldspato e mica branca, confere uma boa fertilidade a este tipo de solo. Este detalhe normalmente não é levado em consideração pelas análises de solo de rotina, que o consideram um solo pobre.

⁴⁷ A comunidade Lagoa do Meio apresenta uma certa particularidade. Apesar da predominância das "areias", há uma nítida vocação mista, com presença significativa do rebanho bovino em propriedades maiores. Isto pode explicar, em parte, o maior número de contratos de financiamentos destinados às áreas forrageiras e à aquisição de animais. Aliás, em relação a esta última modalidade de empréstimos, vale destacar que ela aparece em quase todas as comunidades.

que apresenta o maior potencial agrícola da região de Massaroca.

Esta comunidade apresenta uma característica bem peculiar. Por estar localizada numa zona de ocupação recente, ela abriga muitas glebas pertencentes aos produtores das outras comunidades (principalmente aqueles cujas terras apresentam potencial agrícola limitado), que são adquiridas para serem exploradas em complementariedade com suas unidades de produção de origem.⁴⁸ Dada a sua característica agrícola e a própria forma de ocupação do espaço, vem se desenvolvendo, de forma complementar, uma pecuária semi-extensiva, em campos cercados, com o rebanho constituído, principalmente, por bovinos e ovinos.

As atividades financiadas na comunidade Lagoa do Angico revelam o seu potencial agrícola. Nas operações contratadas, as culturas de mamona e milho estão sempre presentes e em algumas delas, aparece a cultura do feijão, além do capim buffel na operação que financia a área forrageira. Vale ressaltar a ausência da cultura da melancia nos contratos de financiamento nessa comunidade.

Na comunidade Cipó, onde só existe um tipo de solo, o "Tabuleiro" (Vertissolos), a agricultura é quase impossível, pois as características desse solo, de textura muito pesada, apresentam uma dinâmica hídrica desfavorável para as culturas de sequeiro. Nessas condições, a sua vocação é quase exclusivamente para a exploração pecuária. Portanto, as operações financiadas

⁴⁸ Essa mesma particularidade, apresenta toda a zona compreendida pelo "caminho da serra" (Cambissolos Latossólicos), com um detalhe importante: trata-se de uma área em fase de rápida colonização, com vocação mista (agricultura e pecuária) e predominância da pecuária semi-extensiva em propriedades maiores; e nessa área, não está sediada nenhuma comunidade devido a limitações de abastecimento hídrico.

nessa comunidade destinaram-se, exclusivamente, à instalação de áreas forrageiras e à aquisição de animais. As culturas forrageiras cultivadas foram palma, capim buffel e algaroba.

Para as demais comunidades (Lagoinha, Curral Novo e Cachoeirinha), as atividades agropecuárias financiadas refletem a diversidade da vocação dos recursos naturais. Nelas, os solos são mais diversificados segundo a sua fertilidade e oferecem várias possibilidades e alternativas de exploração. Além dos tabuleiros (vertissolos) das áreas de "fundo de pasto", com pastagens nativas de utilização coletiva, e das "areias" (regossolos) de potencial agrícola, essas comunidades dispõem de outros tipos de solos, que contribuem para o aparecimento de uma zona de agricultura sobre o "carrasco" (brunos não cálcicos) e "riacho" (aluviões/coluviais), cuja finalidade principal é a formação de reservas forrageiras para o período da seca. De vocação mista, o "carrasco" oferece a possibilidade de cultivo de forrageiras (palma, leucena, buffel). Esses cultivos são normalmente desenvolvidos próximo às casas, nos antigos "chiqueiros", onde eram contidos os animais, portanto, áreas de alta fertilidade devido ao esterco. É nas áreas de "carrasco" onde está situada a maior concentração de moradias que constituem os núcleos das comunidades.

As áreas de "riachos" presentes nessas comunidades apresentam características bastante variadas em função do material aluvial de origem. No entanto, são muito aproveitadas devido à sua localização em áreas de concentração de água e manutenção de umidade por um período prolongado (TONNEAU et al. 1989). Essas áreas são cultivadas normalmente com culturas alimentares, de renda ou

forrageiras (milho, feijão, melancia, guandu) e marcadas pela forte presença da algaroba, disseminada naturalmente através dos próprios animais.

Por tudo isso é que os financiamentos das comunidades Lagoi-nha, Curral Novo e Cachoeirinha contemplam um leque diversificado de atividades agropecuárias, que envolvem todos os cultivos pra-ticados no conjunto das demais comunidades, cujo destino final pode ser o consumo alimentar, a obtenção de renda ou o consumo animal.

É possível observar, pelo conjunto das operações de finan- ciamentos realizados em todas as comunidades, que entre as cultu- ras praticadas, as que despontam como principal elemento de dife- renciação da vocação dos recursos naturais, especificamente dos solos, são: a mamona, que aparece com grande freqüência nas comu- nidades de forte vocação agrícola (Canoa e Lagoa do Angico) e a melancia que aparece com muita freqüência, mas somente naquelas comunidades beneficiadas pela presença dos regossolos (areias), e por isso ela só não aparece nas comunidades Cipó e Lagoa do Angico.

Os empréstimos para aquisição de animais, conforme já desta- cado, aparecem em todas as comunidades, exceto em Caldeirão do Tibério. Como se sabe, a pecuária constitui a principal vocação econômica da região de Massaroca e o que varia é o grau de impor- tância que ela assume nas unidades de produção em função da po- tencialidade dos recursos naturais, dos condicionantes históricos que determinaram a ocupação do espaço e da própria situação dos

produtores em termos de acumulação dos meios de produção. Com relação à criação de caprinos e/ou ovinos, especificamente, trata-se de uma atividade explorada pela grande maioria das famílias da região (98% das unidades de produção). Isto pode explicar porque os financiamentos para aquisição de animais permearam quase todas as comunidades, independentemente da potencialidade de seus recursos naturais.

Finalmente, devem ser destacadas as atividades de diversificação financiadas, que aparecem em todas as comunidades beneficiadas, independentemente do potencial de seus recursos naturais, pois abrangem as mais diversas oportunidades econômicas e são capazes de valorizar o principal recurso disponível entre os produtores e suas famílias: a mão-de-obra.

Como pôde ser observado, mesmo no contexto de uma pequena região como Massaroca, há uma grande diversidade dos recursos naturais, que condiciona a escolha das atividades exploradas pelos produtores e se reflete na grande variedade e na intensidade de exploração das culturas e/ou criações. Esta constatação, por si só, já impõe a necessidade de uma maior flexibilidade no sistema de financiamento, para contemplar este leque diversificado de atividades desenvolvidas pelos produtores.

5.3.2 - ATIVIDADES FINANCIADAS E PRODUTORES BENEFICIADOS

Como assinalado anteriormente, neste item procura-se analisar qual o retorno econômico que as atividades financiadas oferecem e/ou como elas se justificam para os produtores. Com isso,

também procura-se verificar a capacidade de reembolso dessas atividades e os arranjos táticos adotados pelos produtores com os recursos dos financiamentos, para implementação delas e para viabilizar a amortização dos empréstimos. Finalmente, faz-se um balanço geral dos resultados e procura-se verificar quais as atividades financiadas que se apresentam mais adequadas às diversas categorias dos produtores.

a) Animais financiados

Nas condições de exploração da caprinocultura da região de Massaroca, o financiamento para aquisição de animais melhorados é uma modalidade de crédito que suscita algumas ponderações. Enquanto inovação técnica, visando a evolução dos sistemas de produção adotados pelos produtores, a introdução de animais melhorados só apresenta desempenho técnico e resposta econômica positiva na caprinocultura, quando esta vem acompanhada de uma mudança das práticas de manejo sanitário e alimentar. Caso contrário, sobressai-se a exploração extensiva tradicional em uso pelos produtores, baseada nos animais "pés-duros", sem raça definida (SRD), resultantes de um longo processo de seleção natural que lhes confere melhor capacidade de adaptação ao meio natural e tolerância à irregularidade da oferta alimentar da caatinga.

Mas os investimentos necessários para se passar do sistema tradicional para um sistema mais intensivo de produção de caprinos, que justifique a introdução de animais de raça com potencial produtivo elevado, são normalmente muito altos e, às vezes, colocam em xeque a viabilidade do empreendimento.

Os estudos realizados por GUIMARÃES FILHO & VIVALLO (1989), sobre o desempenho técnico e viabilidade econômica de um sistema de produção alternativo para caprinos no sertão de Pernambuco, corroboram com essa assertiva. Tal trabalho é realizado a partir de um sistema de produção experimental desenvolvido pela EMBRAPA-CPATSA, que preserva o uso da caatinga como fonte básica de alimentação do rebanho e propõe a modificação do sistema tradicional em uso pelos produtores, a partir da introdução de reprodutores de raça anglonubiana, utilização do capim-buffel e restos culturais como complemento alimentar no período seco e suplementação alimentar à base de cereais para matrizes paridas na seca, além de outras práticas de manejo e controle sanitários que complementam o sistema.

No estudo em apreço, é demonstrada a acentuada superioridade do desempenho do rebanho propiciado pelo sistema melhorado, cuja eficiência de produção é capaz de proporcionar incrementos da ordem de 130% e 141% em termos de número de animais comercializados e de peso vivo total, respectivamente. A análise da viabilidade econômica indica que a mudança do sistema tradicional para o melhorado pode possibilitar a obtenção de uma taxa de retorno da ordem de 22%, correspondente a mais de quatro vezes a taxa estimada para o sistema tradicional em uso pelos produtores.

Ainda assim, de acordo com GUIMARÃES FILHO & VIVALLO (1989), todo este incremento não constitui incentivo suficiente para adoção da nova alternativa de produção, pois, considerando uma taxa de juros de 7% a.a., o saldo financeiro por ela gerado só seria suficiente para pagamento do investimento no prazo de oito

anos, abstraindo-se, ainda, os custos de manutenção da família. Caso a atividade constitua a fonte de subsistência da família, o empreendimento se torna praticamente inviável, mesmo que seja concedido o prazo máximo de doze anos previsto nas normas vigentes de crédito institucional para amortização do investimento.

Estes números, de forma prática, parecem estar presentes na "contabilidade" dos produtores e se manifestam, de certa forma, na aversão aos riscos que a adoção de inovações técnicas ou econômicas pode lhes expor. Apesar disso, o empréstimo de animais nas condições oferecidas pela experiência do sistema de financiamento se apresentava interessante para os produtores. As condições de financiamento lhes são muito favoráveis, pois não incidem juros nem outros custos de administração ou de risco. O empréstimo pode ser reembolsado com a produção dos animais, mesmo considerando os baixos índices de fertilidade, de prolificidade e de capacidade de sobrevivência no sistema exploração em uso pelos produtores⁴⁹. Dessa forma, o financiamento não implica em riscos para eles, pois no contrato não reza a obrigatoriedade do reembolso dos animais ou crias que morrem. Todo o risco ou prejuízo é transferido e assumido pelo C.A.A.M. e debitado ao fundo (recursos) do sistema de financiamento.

Conforme pode ser observado na FIG.6, que ilustra a evolução reprodutiva dos animais financiados para o produtor RNP, mesmo em condições extremas de adversidades de produção, o empreendimento ainda traz alguns benefícios para os produtores

⁴⁹ De acordo com os parâmetros de desempenho do rebanho caprino adotado por GUIMARÃES FILHO & VIVALLO (1989), o número de crias desmamadas/matriz exposta/ano corresponde a 0,73 e 1,25, para os sistemas tradicional e o melhorado, respectivamente. Estes índices sugerem que ao final de 2 anos (prazo de devolução

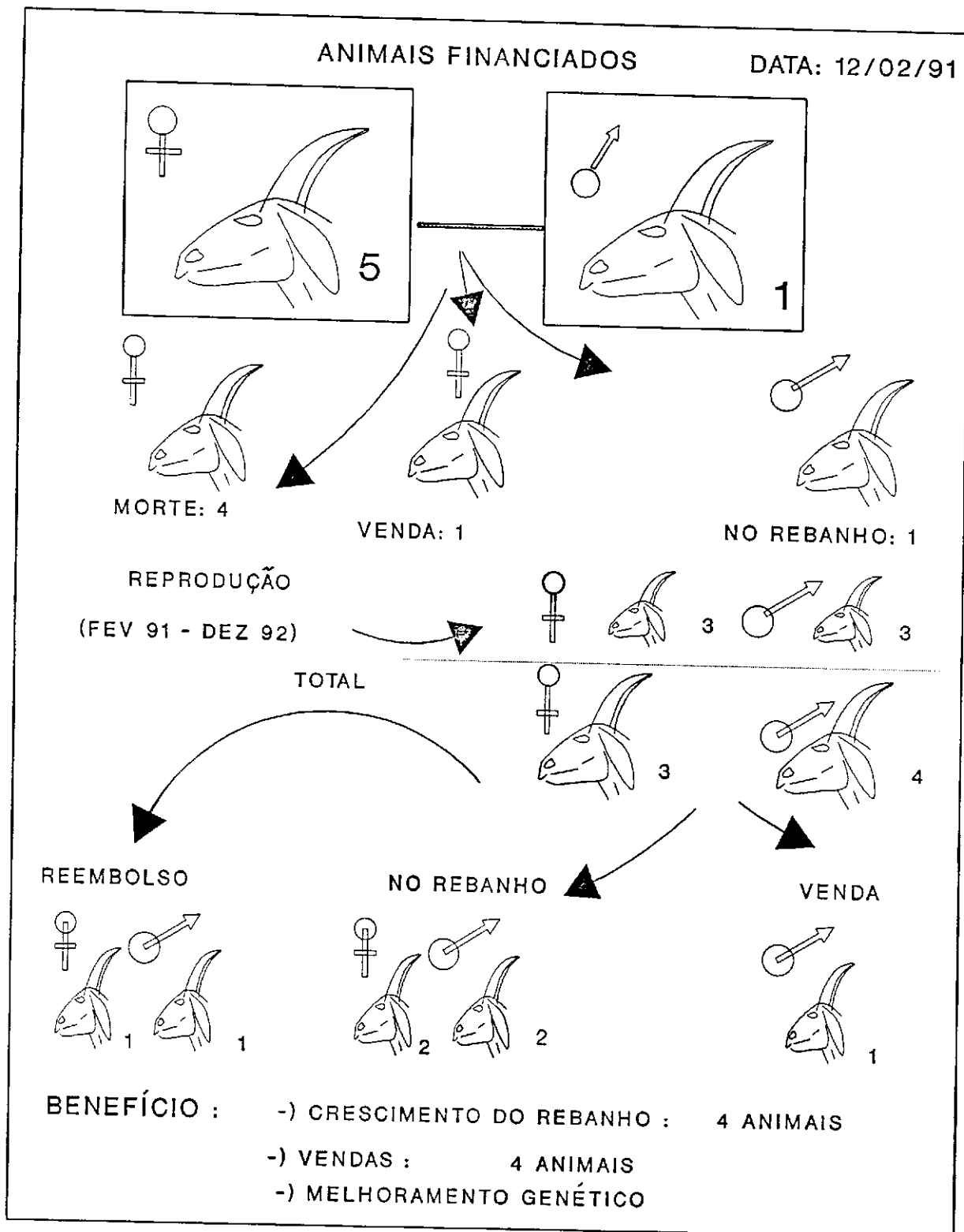


FIGURA 6 - Empréstimo para aquisição de animais. Produtor R.N.P.

contemplados⁵⁰. No exemplo em apreço, apesar da alta mortalidade dos animais financiados, o produtor liquidou sua dívida com o C.A.A.M., repassando os animais em número equivalente aos financiados que sobreviveram, e ainda pode se beneficiar mantendo quatro animais no rebanho e vendendo mais dois deles. Neste caso, o prejuízo imputado ao fundo de financiamento corresponde ao valor de quatro cabeças de caprinos.

b) Áreas forrageiras financiadas

A implantação de áreas forrageiras constitui-se numa atividade financiada cujo retorno financeiro ocorre a medio e longo prazos, pois os efeitos desse investimento sobre a produção do rebanho só ocorrem a partir do segundo ano da sua implantação, ainda assim de forma lenta e gradativa.

Um exercício de simulação comparando a produção do sistema de criação extensivo, tradicionalmente utilizado em Massaroca, com a de um sistema melhorado recomendado pelo órgão de pesquisa (EMBRAPA-CPATSA), que inclui, entre outras práticas zootécnicas, a utilização de áreas forrageiras, oferece uma estimativa do retorno econômico da atividade financiada⁵¹.

dos animais) o produtor tem garantido, no mínimo, a amortização com as crias, ficando com animais financiados.

⁵⁰ Como a modalidade de crédito para aquisição de animais não estabelece um fluxo monetário nas operações financiadas, a rentabilidade do empreendimento pode ser avaliada a partir dos benefícios oriundos da própria evolução reprodutiva dos animais.

⁵¹ A simulação foi realizada por pesquisadores do CIRAD e da EMBRAPA, a partir dos índices técnicos levantados no acompanhamento da evolução dos rebanhos nas unidades de produção de Massaroca e dos coeficientes técnicos obtidos em estação experimental. O resultado assemelha-se ao obtido por GUIMARÃES FILHO & VIVALLO (1989), abordado no item anterior, mas com um detalhe importante: neste, estão sendo considerados apenas os custos das cercas e das pastagens e excluem os demais investimentos fixos (instalações, por exemplo) e semi-fixos (equipamentos, reprodutores e matrizes, etc.). Mas, por outro lado, considera os custos de manutenção da família. Em ambos os casos, não foi considerado o valor da terra.

Aplicando-se os coeficientes levantados em Massaroca e os obtidos pela pesquisa (taxa de mortalidade, taxa de fecundidade, taxa de crescimento do rebanho e ganho de peso) para um rebanho médio de 103 cabeças, das quais 57 matrizes, o resultado do benefício obtido pela utilização do sistema de criação melhorado, em relação ao tradicional, seria um incremento na produção em torno de 600 quilogramas de peso vivo, ou seja, 300 quilogramas de carne. Considerando que para manter esse rebanho durante sete meses na caatinga e cinco meses nas áreas com pastagens, conforme preconiza o sistema melhorado, seriam necessários em torno de 5,0 hectares de capim buffel mais 1,0 ha de uma leguminosa, e diante dos custos para implantação dessas forrageiras, o produtor precisaria de dez a quinze anos para amortizar o investimento com os benefícios por ele propiciados, caso fizesse opção por um financiamento nas condições de juros vigentes no sistema financeiro e considerando a tendência de queda dos preços dos produtos agropecuários.

Os resultados dos estudos realizados por FREIRE et al.(1982) sobre a viabilidade da implantação e utilização do capim buffel em área de caatinga, apresentam-se ainda mais desfavoráveis. Os autores destacam quanto o estabelecimento de pastagens cultivadas é uma prática onerosa, que requer um investimento inicial relativamente alto, e demonstram que a receita gerada pela utilização do capim buffel para recria e engorda de bovino não é suficiente para amortizar um empréstimo destinado ao estabelecimento dessa pastagem, considerando as taxas de juros do crédito institucional. Com isso, concluem que a implantação de capim

buffel só apresenta viabilidade se apoiada por um programa de financiamento, com taxas de juros subsidiados.

Infelizmente, não se dispõe de dados precisos de acompanhamento de uma unidade de produção beneficiada com uma operação dessa natureza, que permita um aferição empírica dos resultados acima expostos⁵². Diante do quadro desenhado, resta uma questão: como se justifica o financiamento de áreas forrageiras para o pequeno produtor de Massaroca, nas condições e prazos oferecidos, que prevêm a amortização do débito em apenas três anos?

O financiamento, aparentemente, se mostra interessante aos produtores, pela oportunidade que ele oferece de viabilizar um investimento de vulto sem a necessidade do desembolso de uma quantia elevada de recursos e sem precisar da formação de uma poupança, pois a realização de um empreendimento dessa natureza requer uma certa disponibilidade de recursos, e para ser concretizado, os produtores, quase sempre, recorrem à venda de animais, a sua principal poupança. Esta sangria do rebanho, como foi destacado, contraria as estratégias de segurança e estabilidade da unidade de produção, adotadas pelos produtores. Dessa forma, mesmo reconhecendo que a atividade principal financiada (cercas e pastagens) não proporciona, a curto prazo, um retorno suficiente para saldar o empréstimo no prazo oferecido, ainda assim, o financiamento se mostra atrativo pela possibilidade de ser amorti-

⁵² Na enquete que procurava remontar o fluxo financeiro das operações financiadas, um produtor da comunidade Lagoa do Meio forneceu uma informação sobre o ganho de peso de bovino numa área de capim buffel, que corrobora com os dados experimentais obtidos pela pesquisa. De acordo com o produtor, ele colocou dois bovinos adultos (1 vaca e 1 touro) numa área de 2,5 ha de capim buffel e pôde contabilizar um ganho de 7 arrobas de carne, ou seja, 2,8 arrobas/ha no primeiro ano após a implantação da pastagem. Estes dados estão coerentes com os índices da pesquisa, que preconizam um ganho de peso de 4 arrobas/ha, mas para o primeiro ano só considera 50% da capacidade de suporte da pastagem.

zado em três vezes e de o produtor poder manejar e contar com a produção daqueles animais que, certamente, precisariam ser vendidos. Deve-se considerar, ainda, que, a partir do primeiro ano de implantação, o produtor já pode contar com uma reserva de alimentos para o rebanho e, por isso, dispor de animais para venda em épocas mais favoráveis de preços.

Dada a baixa rentabilidade do investimento a curto prazo, o produtor, normalmente, assume os compromissos do empréstimo respaldado na sua estrutura de produção (rebanho, principalmente), que é quem confere a capacidade de reembolso nas condições impostas por esta modalidade de financiamento. Conforme pode ser observado na FIG.7, que ilustra o fluxo monetário de uma operação de crédito destinada à implantação de uma área forrageira (capim buffel x palma forrageira x algaroba), para reembolsar o empréstimo, o produtor tem que recorrer à venda de animais. Neste caso, trata-se de um produtor da comunidade de Cipó, que pode ser enquadrado entre aqueles que se encontram numa situação de "equilíbrio" (tipo II). Ao recorrer a um financiamento, este produtor já sabe, de antemão, que só pode contar com a venda de animais como fonte de reembolso dos empréstimos. No máximo, ele pode contar com a produção dos animais no período compreendido entre a tomada do empréstimo e a sua liquidação e jogar com a escolha da melhor época para venda dos animais e para amortizar ou saldar sua dívida⁵³.

Mas a amortização dos empréstimos também pode ser favorecida

⁵³ Este produtor, como outros que tomaram financiamento para implantação de áreas forrageiras, optou pela liquidação do débito total, em única parcela, para se beneficiar dos descontos oferecidos pelo C.A.A.M.

FINANCIAMENTO DE ÁREAS FORRAGEIRAS

DATA : 07/11/89

ÍTEMS FINANCIADOS

9 ROLOS DE ARAME MOTTO
18 kg GRAMPO
450 ESTACAS
50 MOURÕES
175 H/D

VALOR FINANCIAMENTO US\$ 593.38

REALIZAÇÃO

ÁREA : 25,0 ha
CAATINGA : 22,42 ha
CAPIM BÚFFEL x PALMA
ALGODÃO : 2,58 ha

PRODUÇÃO

FORRAGEM

ALIMENTAÇÃO
DO
REBANHO

POUPANÇA
RETIRADA EM OUT/89
US\$ 2.595.32

VENDA DE CAPRINOS
- 30 CAB. EM JAN/90
US\$ 117.05
- 7 CAB. EM NOV/90
US\$ 93.64

REEMBOLSO AO CAAM
PARCELA ÚNICA EM 02/04/92
US\$ 211.19

VENDA DE CAPRINOS
(35 CAB.)
US\$ 215.53

FIGURA 7 - Empréstimo para áreas forrageiras. Produtor R.N.P.

por outras fontes de renda do produtor, dentro ou fora da unidade de produção. Neste caso, o reembolso também depende da estratégia de implementação das atividades financiadas, do arranjo tático ou remanejamento dos recursos do financiamento adotado pelo produtor. A montagem dos fluxos monetários das operações de financiamentos permite caracterizar como os produtores utilizaram e manejaram esses recursos.

Os produtores aproveitam-se dos meios de produção viabilizados pelos financiamentos (áreas cercadas e desmatadas, recursos para contratação de mão-de-obra, etc.) e implantam as culturas forrageiras, objeto principal de financiamento, em consórcio com culturas de renda ou de víveres. O cultivo dessas culturas, especialmente as destinadas ao mercado, pode desempenhar um papel importante na amortização dos empréstimos, pois a renda por elas gerada pode contribuir, ou mesmo viabilizar, o reembolso dos financiamentos. Esta prática de consórcio com culturas de renda aparece em, pelo menos, 79% das operações que financiaram áreas forrageiras e a receita proporcionada por esse cultivo acessório, especialmente da melancia, foi responsável pela amortização total ou parcial de 27% dessas operações. A FIG.8 mostra o fluxo monetário de uma operação dessa natureza, em que o produtor utiliza a estratégia de associação da cultura forrageira (o guandu) com uma cultura de renda (a melancia) e uma cultura de finalidade múltipla (o milho)⁵⁴. Conforme pode ser

54 Conforme ficará melhor esclarecido no item seguinte, uma determinada cultura pode assumir finalidades distintas (consumo da família, consumo animal, venda, etc.) em função do papel que ela assume no sistema produtivo ou da estratégia de utilização que o produtor lhe determina. Por exemplo, a cultura do guandu, cultivada como forrageira, pode também ser utilizada para o consumo humano e/ou destinada à venda no mercado, conforme as necessidades ou estratégia de utilização adotadas pelo produtor.

FINANCIAMENTO DE ÁREAS FORRAGEIRAS

DATA 07/11/89

ÍTEM FINANCIADOS

4 ROLOS DE ARAME MOTTO
8 kg GRAMPO
225 ESTACAS
25 MOJRÇES
70 H/D

VALOR FINANCIAMENTO US\$ 260.88

VENDA DE
CAPRINOS
(5 CAB.)

REALIZAÇÃO

ÁREA : 2,58 ha
GUANDU: 0,66 ha
MELANCIA: 2,59 ha
MILHO: 1,72 ha

PRODUÇÃO

3.500 UND. MELANCIA 18 SACOS DE MILHO GUANDU
US\$ 1.039.48

REEMBOLSO AO CAAM

PARCELA 1 em 2/10/90

US\$ 99.96

MANUTENÇÃO
DA
FAMÍLIA

REFORMA
DA
CASA

CONSUMO
ANIMAL

REEMBOLSO AO CAAM

PARCELAS 2 e 3 em 7/4/91

US\$ 94.67

REND A DA PRODUÇÃO DE
MELANCIA (US\$ 210.85)
DO ANO AGRICOLA 90/91

FIGURA 8 - Empréstimo para áreas forrageiras. Produtor J.L.S

constatado, a renda gerada pela cultura da melancia foi suficiente para a amortização integral da primeira parcela do empréstimo.

A possibilidade de amortizar o empréstimo com essa renda acessória é muito arriscada, devido aos contratempos de origem climática ou econômica e ao alto volume do financiamento. Os produtores que se aventam a tomar o empréstimo, jogando com essa possibilidade, incorrem num grande risco de insucesso e frustração, principalmente aqueles que não possuem estrutura de produção sólida, capaz de enfrentar uma eventual crise de produção.

No exemplo acima, trata-se de um produtor da comunidade Lagoinha, que se enquadra entre os produtores ditos de "renda" (Tipo III). Mesmo ciente de que o sucesso da sua exploração está condicionado aos riscos climáticos e econômicos a que está submetida a atividade agrícola, ele se sente seguro ao assumir um financiamento respaldado em outras fontes de renda alternativas, capazes de assegurar a amortização do empréstimo e a manutenção da família, em caso de frustração ou crise sobre sua exploração. Essas fontes de renda vêm principalmente, do rebanho, mas ele pode também recorrer à venda de um pedaço de terra, por exemplo.

Os produtores manejaram os recursos dos financiamentos. Eles utilizaram os recursos para obter os insumos essenciais e indispensáveis à realização das atividades financiadas, comprando no mercado apenas aqueles insumos que eles não dispõem ou não têm como produzir na unidade de produção (arame, grampo, etc) ou pagando alguns serviços (preparo do solo moto-mecanizado, transporte, entre outros) e manejam os recursos que são destinados ao pa-

gamento de mão-de-obra e à aquisição dos demais insumos que eles dispõem ou podem conseguir na unidade de produção ou na comunidade. Assim, os recursos destinados à aquisição de mourões e estacas, bem como ao pagamento de mão-de-obra para construção de cercas, desmatamento, destocamento, plantio e tratos culturais, foram apropriados pelos produtores. Esses recursos, não utilizados nas atividades financiadas e apropriados pelos produtores, podem ser remanejados dentro ou fora da unidade de produção e de maneiras diversas.

Dentro da unidade de produção, os produtores podem destinar esses recursos para as despesas de consumo e manutenção da família e da própria unidade produtiva ou para o fortalecimento da estrutura de produção. Quando essas despesas são cobertas com recursos oriundos dos financiamentos, os produtores procuram, com isso, reduzir ao máximo a venda de seus produtos, especialmente os animais, e a retenção da venda desses produtos constitui uma poupança que pode favorecer ao reembolso do financiamento. Se o produtor pode assegurar essas despesas, seja com recursos oriundos da própria unidade de produção, seja com recursos oriundos de fontes externas (aposentadoria, prestação de serviços, remessa de dinheiro de familiares, entre outras), ele pode optar pela ampliação das atividades financiadas além do previsto no contrato, principalmente pela extensão da área cercada. A enquête realizada identificou que, em pelo menos 36% das operações financiadas para implantação das áreas forrageiras, os produtores utilizaram os recursos do financiamento para o atendimento das necessidades de consumo familiar ou produtivo e em 25% das operações em apreço,

os produtores expandiram as atividades previstas, podendo, para isso, ser necessário recorrer a recursos extrafinanciamento. A FIG.9 ilustra, através dos fluxos monetários da operação financiada, uma situação como anteriormente descrita.

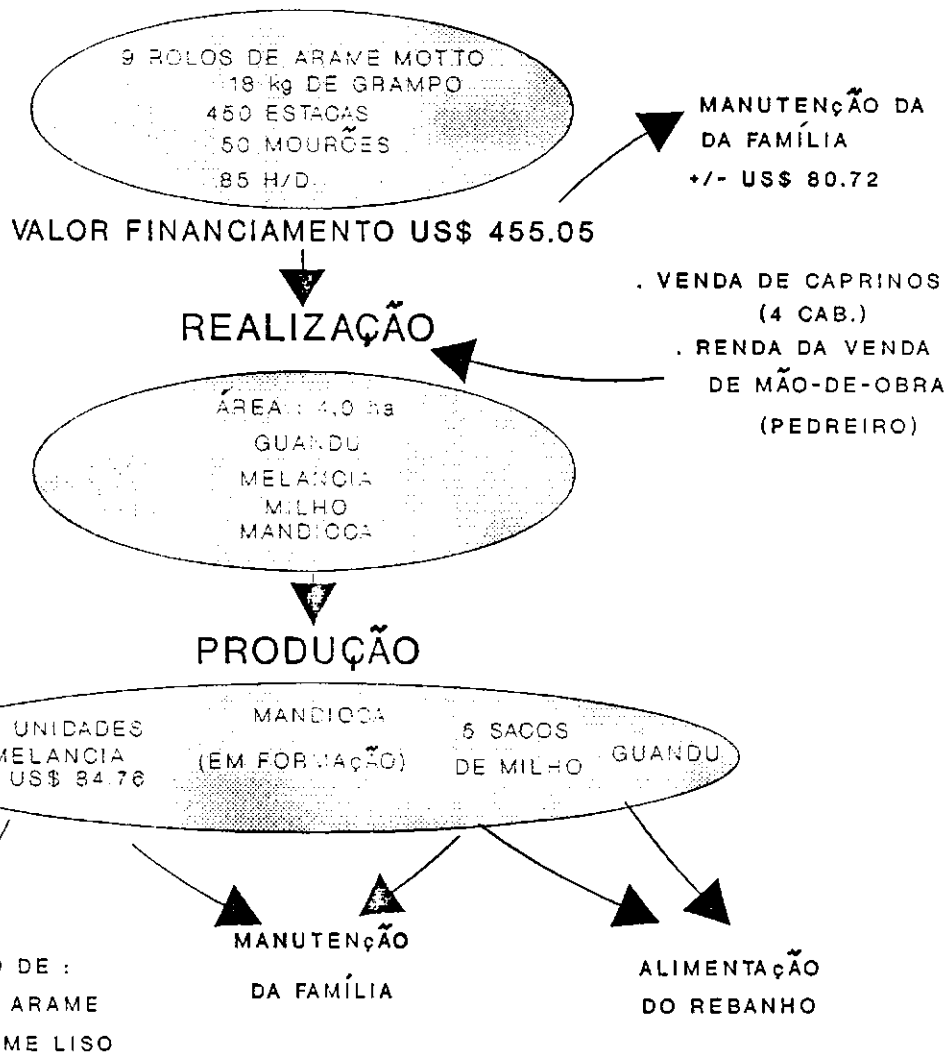
O exemplo mostra a situação de um produtor que procura manejar os recursos do financiamento, destinando parte para a manutenção familiar, ainda que para concretização do investimento financiado tivesse de recorrer a outros recursos oriundos da unidade de produção (venda de animais) e até mesmo fora dela, com a venda de mão-de-obra. Esse caso refere-se a um produtor da comunidade Lagoinha e caracteriza aqueles que se enquadram na categoria de produtores dita de "subsistência" (Tipo I), que se aventuram a assumir um compromisso da envergadura de um financiamento para áreas forrageiras, nas condições estabelecidas. Trata-se de um produtor que possui pouca terra cercada (em torno de 5,3ha), tem poucos animais e não possui mão-de-obra familiar disponível, pois os filhos são muito jovens. E por outro lado, não dispõe de recursos suficientes para contratá-la. Quando consegue, obtém os recursos através de outra atividade - assalariando-se como pedreiro - que é de grande importância na renda familiar. Utiliza a área cercada para o cultivo de culturas de renda, de víveres e forrageira (melancia, mandioca, feijão, milho e quandu).

Como pode ser observado na FIG.9, o produtor foi beneficiado pela prorrogação do pagamento da primeira parcela do reembolso, de sorte que já pode contar, tanto na primeira safra agrícola, como nas duas safras subseqüentes, com uma renda proporcionada pela cultura da melancia, que tem sido suficiente para amortizar

FINANCIAMENTO DE ÁREAS FORRAGEIRAS

DATA : 07/11/89

ÍTEMS FINANCIADOS



REEMBOLSO AO CAAM

PARCELA 1 em 07/04/91
US\$ 91.87

PARCELA 2 em 22/03/92
US\$ 50.90

RENDA DA PRODUÇÃO DE MELANCIA (US\$ 565.06) DO ANO AGRÍCOLA 90/91

RENDA DA PRODUÇÃO DE MELANCIA (US\$ 746.69) DO ANO AGRÍCOLA 91/92

FIGURA 9 - Empréstimo para áreas forrageiras. Produtor V.L.

o empréstimo, atender parcialmente às necessidades de consumo familiar e, ainda, destinar parte dos benefícios para o fortalecimento da estrutura de produção, com a aquisição de animais e de arame farpado para construção de cercas⁵⁵.

Mas os produtores também manejaram os recursos dos financiamentos fora da unidade de produção. Em alguns casos, referem-se àqueles que utilizaram o crédito de forma oportunista, para viabilizar outros objetivos, alheios às propostas dos financiamentos. Tratam-se de operações que apresentaram irregularidades diversas e não cumpriram com a execução das atividades previstas, desviando os recursos financiados para aplicação no mercado financeiro e para outros investimentos ou negócios diversos, como forma de tirar proveito das vantagens oferecidas pela indexação dos empréstimos segundo o preço dos produtos, em relação à inflação. Mas houve os casos em que o remanejamento dos recursos fora da unidade de produção fez parte do arranjo tático que os produtores estabeleceram com outras atividades extra-agrícolas, como o comércio ou mesmo o mercado financeiro (poupança, aplicações em fundo de curto prazo, entre outros), seja procurando agregar algum valor aos recursos franqueados, seja como mecanismos de proteção da inflação. Ou seja, os produtores procuraram se proteger dos riscos e das incertezas que as atividades financiadas apresentam e desviaram os recursos para outras atividades que podem oferecer uma rentabilidade mais garantida ou, no mínimo, assegurar a

⁵⁵ Um fato merece ser ressaltado em relação a este produtor na safra agrícola do ano 92/93. Com a frustração total da produção agrícola, ele teve que migrar para o estado de São Paulo em busca de oportunidade de emprego. Neste ano de 1993, que não está sendo objeto deste estudo, o produtor não conseguiu reembolsar a 3ª parcela do financiamento.

amortização de parte da dívida contraída⁵⁶. Neste caso, os produtores desviaram parte dos recursos mas asseguraram a viabilização das atividades previstas. De alguma forma, parte dos recursos retornou posteriormente às unidades de produção para o atendimento das necessidades de consumo familiar e produtiva, e para concretização dos investimentos previstos, ou, ainda, para complementar o reembolso dos empréstimos. De acordo com a enquete realizada, cerca de 25% das operações destinadas à implantação das áreas forrageiras se enquadram na situação acima, onde, entre elas, encontram-se as operações consideradas irregulares.

A FIG.10 ilustra a situação de produtor que recorreu à tática de manejo dos recursos do financiamento fora da propriedade. Neste caso, o produtor realizou as atividades previstas no contrato, mas ainda conseguiu apropriar-se de parte dos recursos do financiamento, colocando-o numa poupança. Mas o dinheiro aplicado na poupança foi destinado, posteriormente, ao atendimento das necessidades de manutenção familiar e para amortizar a dívida. Como pode ser observado, o produtor implantou as culturas forrageiras (capim buffel e guandu) em consórcio com culturas de víveres (feijão e milho) e de renda (melancia), mas sua estratégia de lograr um resultado financeiro positivo com esta cultura foi frustrada no primeiro ano e ele teve que recorrer a outra fonte de renda da unidade de produção para reembolsar a primeira parcela do financiamento. No ano seguinte, repete-se a frustração e, mais uma vez, o produtor recorre à venda de animais e aos

⁵⁶ A liberação dos recursos em única parcela induzia os produtores a adotarem medidas dessa natureza, dado o volume de recursos que era colocado de uma só vez nas mãos dos produtores. Numa situação de alta inflação, esse mecanismo tático adotado por alguns deles parece ter tido influência positiva sobre a execução das atividades previstas e sobre o reembolso dos financiamentos.

FINANCIAMENTO DE ÁREAS FORRAGEIRAS

DATA : 07/11/89

ÍTEM FINANCIADOS

4 ROLOS DE ARAME MOTTO
8 Kg GRAMPO 25 MOJROES
225 ESTACAS 70 H/D

VALOR FINANCIAMENTO US\$ 268.56

REALIZAÇÃO

ÁREA : 1,72 ha
GUANDU : 0,86 ha
MILHO : 0,66 ha
MELANCIA : 0,66 ha
FEIJAO : 0,66 ha
C. BÚFFEL : 0,21 ha

PRODUÇÃO

GUANDU CAPIM 1 SACO DE 1,5 SACO 300 UND.
BÚFFEL FEIJÃO DE MILHO MELANCIA

ALIMENTAÇÃO DO REBANHO

MANUTENÇÃO DA FAMÍLIA

POUPANÇA

US\$ 102.52

REEMBOLSO AO CAAM

PARCELA 1 em 05/06/90
US\$ 78.44

PARCELAS 2 e 3 em 07/04/91
US\$ 95.63

VENDA DE BOVINOS (1 CAB.)

US\$ 86.30

SAQUE DA POUPANÇA

US\$ 54.08

VENDA DE CAPRINOS (3 CAB.)

US\$ 45.20

FIGURA 10 - Empréstimo para áreas forrageiras. Produtor J.N.S.

recursos poupados para amortizar a dívida.

Trata-se de um produtor da comunidade Canoa, que se enquadra na categoria daqueles considerados em "equilíbrio", possuindo um rebanho caprino já significativo (cerca de 150 cabeças), uma mão-de-obra familiar limitada e uma área cercada pequena (em torno de 8,0ha), mas situada em solos de bom potencial agrícola (regos-solos). Ele divide esta área para produção de culturas de renda, de víveres e forrageiras. Mesmo em condições desfavoráveis de produção agrícola, ele conseguiu assegurar o reembolso do empréstimo com a produção animal, ainda que a venda dos animais possa afetar a estabilidade da unidade de produção.

c) Construção de cercas financiadas

Os empréstimos para construção de cercas, da mesma forma que os destinados às áreas forrageiras, não apresentam retorno financeiro direto e a curto prazo; entretanto, trata-se de uma modalidade de financiamento que implica num risco menor de frustração para o produtor. A redução do risco decorre do menor volume de recursos financiados, portanto um empréstimo mais fácil de ser controlado e manejado com os recursos que o produtor dispõe. De posse do arame, o produtor só precisa mobilizar poucos recursos financeiros para aquisição dos insumos complementares (grampo e/ou arame liso) e a mão-de-obra que ele pode dispor para retirar e transportar as estacas e mourões e construir as cercas. Para o reembolso, como o produtor tem claro o valor e data do pagamento do débito, ele pode se programar e reservar uma quantidade de animais ou produtos de origem agrícola e vender na época mais oportuna, em condições favoráveis de preço, para saldar o

financiamento. As fontes de reembolso estão baseadas, fundamentalmente, na produção do rebanho caprino e nas atividades agrícolas aleatórias.

A modalidade de crédito para construção de cercas, diferentemente daquela destinada à introdução de áreas forrageiras, não oferece margem para o remanejamento dos recursos do financiamento, pois, como se sabe, o crédito é destinado, exclusivamente, à aquisição do arame farpado e é indexado segundo o valor desse produto no mercado, insumo cujo preço acompanha, quando não supera, o índice inflacionário. Porquanto, esta modalidade de financiamento não estimula o desvio para outras atividades e também trata-se de uma demanda importante, independentemente do sistema de indexação.

d) Custeios agrícolas financiados.

Os empréstimos para custeios agrícolas, como foi visto no capítulo anterior, foram destinados, prioritariamente, àquelas culturas que são normalmente destinadas ao mercado e têm como objetivo principal a obtenção de uma renda: a melancia e a mamona. São culturas que podem apresentar um retorno financeiro elevado, porém sob condições de alto risco de ordens climática e econômica, devido à grande instabilidade de chuvas e preços do mercado. Em condições normais de produção em sequeiro, a produtividade da cultura da melancia na região de Massaroca pode chegar a doze toneladas por hectare. Essa produtividade pode ser considerada baixa em relação à produtividade alcançada nas condições de irrigação no próprio município de Juazeiro, que pode atingir até 30 toneladas por hectare. Entretanto, devido aos

baixos custos de produção, a melancia cultivada em Massaroca pode se apresentar mais rentável que a produzida nas áreas irrigadas. A baixa utilização de insumos de origem industrial (fertilizantes e defensivos) e o uso intensivo de mão-de-obra familiar concorrem para a redução do custo de produção e garantem um retorno financeiro elevado aos agricultores.

Para se ter uma idéia dessa diferença de custos, enquanto em Massaroca os produtores gastaram, no ano agrícola 90/91, em média, 150 dólares por hectare cultivado da melancia, o custo de produção na área irrigada girava, na mesma época, em torno de 890 dólares⁵⁷, ou seja, um custo quase seis vezes mais elevado.

Mas o cultivo da melancia em condições de sequeiro, no semi-árido, é uma atividade muito arriscada. A produção é muito aleatória e vulnerável às irregularidades de chuvas. Os dados de acompanhamento das catorze operações de crédito de custeio de melancia do ano agrícola 90/91 ilustram muito bem esta assertiva. A produtividade alcançada pelos agricultores contemplados variou entre 0,75 e 19,65 toneladas de melancia por hectare e esta grande variação deveu-se, principalmente, à alta irregularidade da distribuição das chuvas, no tempo e no espaço, naquele ano agrícola⁵⁸. Em decorrência, o resultado financeiro apresentado por essa cultura variou desde uma renda líquida negativa de 37,7 dólares a uma renda positiva de 521,5 dólares por hectare, para

⁵⁷ Valor estimado a partir das planilhas de acompanhamento dos custos das culturas irrigadas, elaboradas pela EMBRAPA-CPATSA.

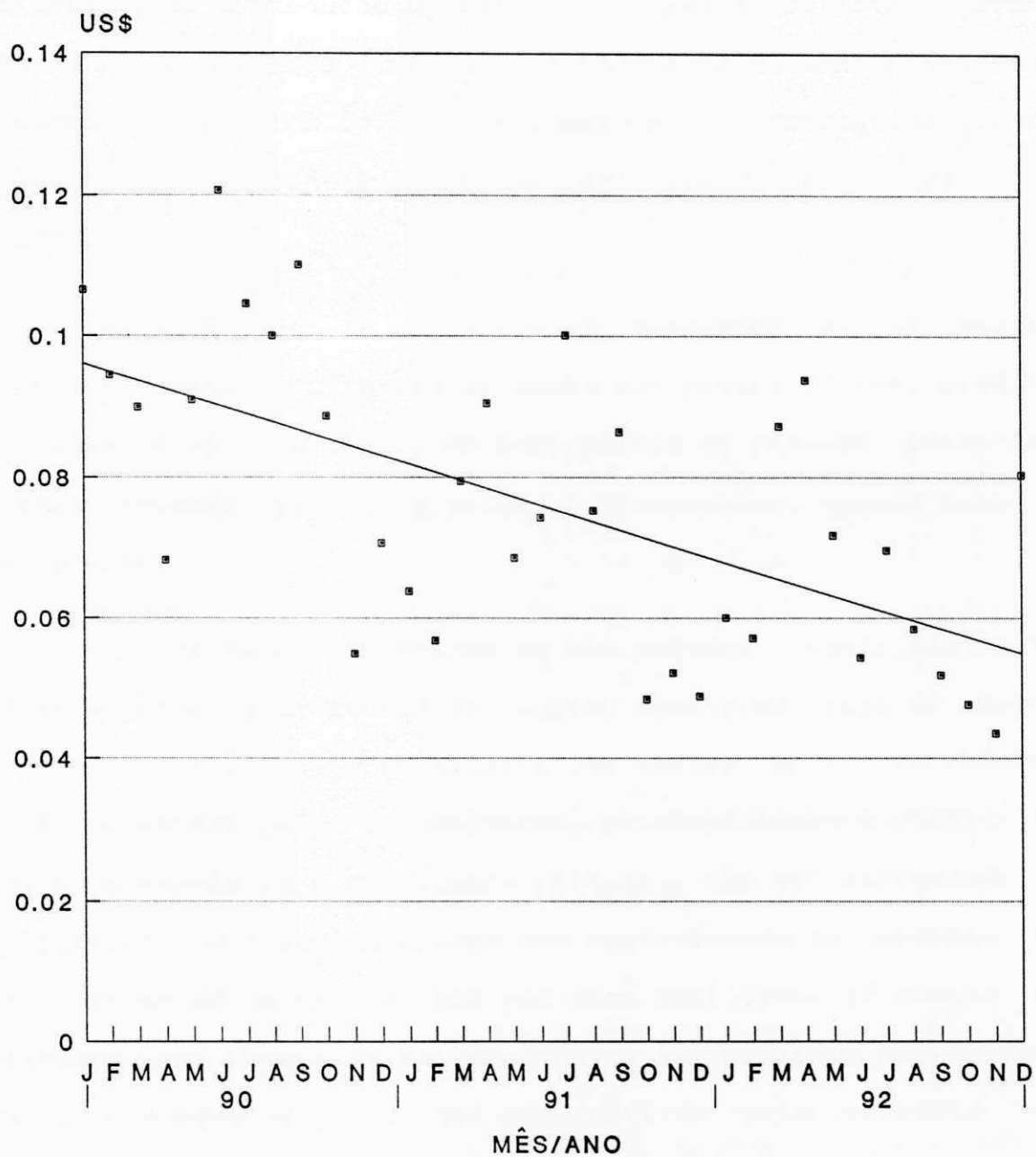
⁵⁸ Além da intermitência das precipitações ao longo da estação chuvosa, elas variam muito de um local para outro. Apesar da proximidade entre as comunidades e as propriedades, é muito comum chover em algumas delas e não em outras.

uma média de 153,4 dólares por hectare de renda líquida. Das catorze operações, considerando a inflação no período, três delas apresentaram rendas líquidas negativas. Entre os que apresentaram rendas líquidas positivas, esta receita, em cinco delas, foi inferior a 145,3 dólares e nas seis restantes, ficou acima deste patamar.

A rentabilidade da cultura da melancia não depende apenas da produtividade obtida, mas também dos preços no mercado. E a instabilidade dos preços de melancia é muito grande. Os preços no mercado de Juazeiro, além de serem muito instáveis ao longo do ano, apresentam uma tendência de declínio no período compreendido entre janeiro de 1990 e dezembro de 1992, conforme pode ser observado no FIG.11. Esses preços são contingenciados pelo nível de produção local da área irrigada, pela demanda dos mercados regional e nacional e pela concorrência de outras regiões produtoras.

Os preços recebidos pelos agricultores de Massaroca ficam abaixo dos preços que são praticados no mercado de Juazeiro. Enquanto os preços recebidos pelos produtores no mercado de Juazeiro alcançavam a cifra de US\$ 0.11 por quilo de melancia, em abril de 1991, em Massaroca, os produtores estavam recebendo, na mesma época, US\$ 0.09 por quilo de melancia comercializada, ou seja, uma diferença de 18% a menos para os agricultores⁵⁹. Uma

⁵⁹ Em Massaroca, a melancia é vendida por unidade. Os compradores, normalmente, só compram as melhores, aquelas com peso acima de seis quilogramas. Os produtores são obrigados a ficar com as melancias que não alcançam esse peso e as destinam ao consumo da família e dos animais, ou são doadas aos parentes e amigos. Este é outro fator que coloca a produção de Massaroca em situação desfavorável em relação à da área irrigada, pois esta consegue colocar no mercado consumidor local (feiras) as melancias pequenas que não são aceitas para o mercado exterior, ainda que a preços baixos. Vale também ressaltar que o tipo de melancia produzida em Massaroca é diferente da produzida nas áreas irrigadas e tem menor aceitação no mercado. Esta diferença também concorre desfavoravelmente para o seu preço



—■— Preço melancia (kg)

FIGURA 11 - Evolução do preço de melancia em Massaroca.
Período: Jan.90 a dez.92

parte desta diferença, normalmente, é apropriada pelos intermediários. Devido à inexistência de uma organização para comercialização dos seus produtos, os agricultores recorrem aos intermediários e, por isso, recebem um preço mais baixo. Deve, também, ser considerado que a produção de melancia em Massaroca leva desvantagem em relação à área irrigada, em termos de distância e acesso ao Mercado do Produtor de Juazeiro, BA, onde normalmente a comercialização se realiza, e o intermediário vai comprar a produção no campo.

A rentabilidade da melancia em Massaroca é, às vezes, favorecida quando ocorre uma ascensão dos preços desse produto nos meses de março e abril, em decorrência do recesso produtivo na área irrigada, provocado pelo próprio inverno, quando este é mais intenso.

No caso da mamona, trata-se de uma cultura tradicionalmente cultivada pelos agricultores da região, apesar da crise de preços do seu produto, que já se arrasta por vários anos. Os baixos preços recebidos pelos agricultores, principalmente a partir de 1989, cuja tendência é declinante (FIG.12), não têm estimulado o seu plantio. O pouco interesse dos agricultores se reflete no número reduzido de empréstimos por eles realizados (7 contra 49 destinados aos custeios da melancia). Solicitaram empréstimos para mamona aqueles produtores que cultivam principalmente nos solos da "serra", onde esta se apresenta atualmente como a principal alternativa de cultivo para obtenção de renda. Isto não significa que os demais não cultivam mamona. Os dados de acompanhamento demonstram que ela aparece em consórcio com outras

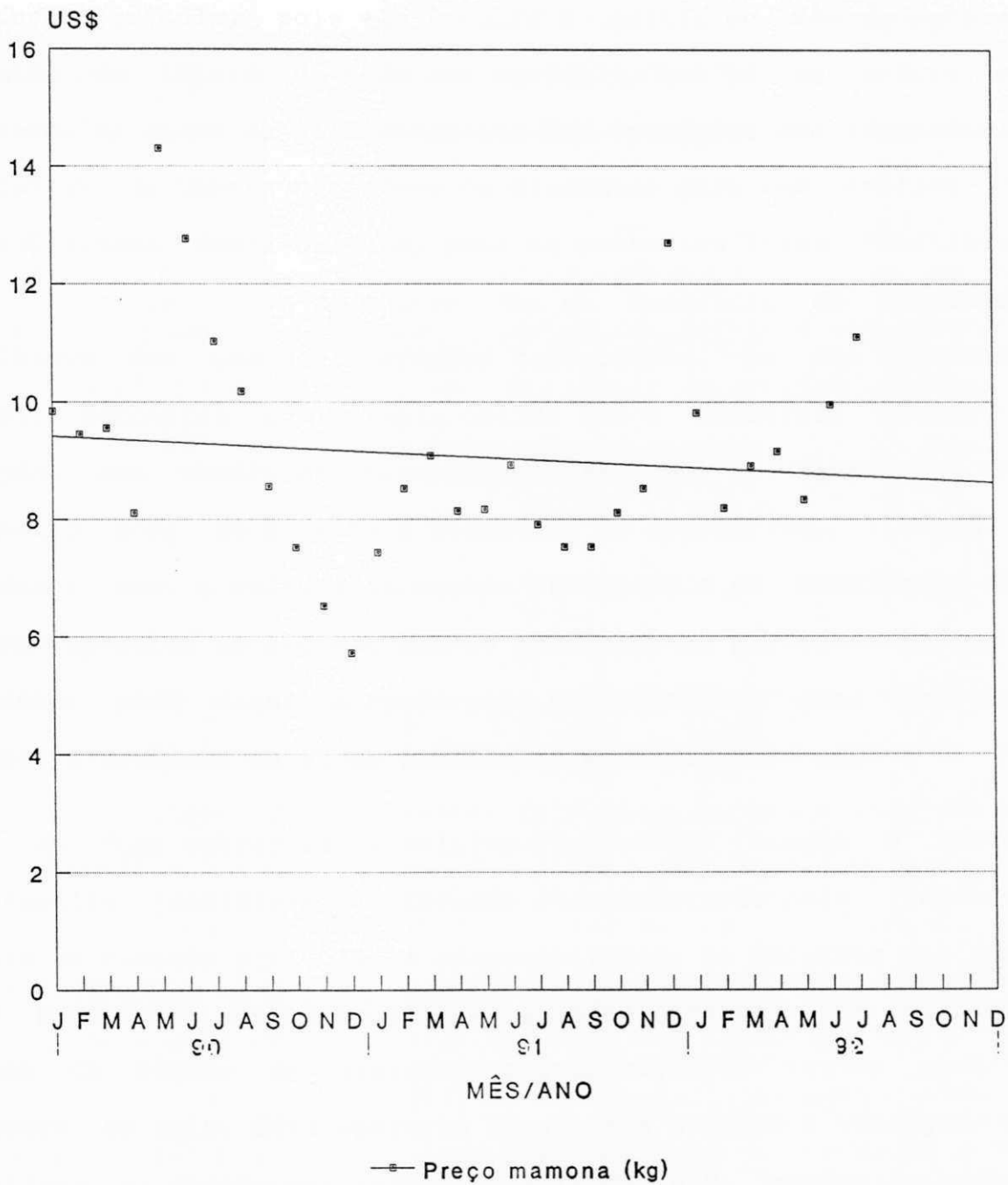


FIGURA 12 - Evolução do preço de mamona em Massaroca. Período: jan.90 a dez.92

culturas em, pelo menos, 29% das operações financiadas, mas normalmente numa área mais reduzida, como cultura de importância secundária. Os produtores sempre jogam com a possibilidade de uma reação dos preços da mamona e, também, a renda auferida com a sua colheita tem um papel importante na continuidade do processo de produção agrícola, pois ela ocorre a partir do mês de agosto, próximo do início do novo ano agrícola, que já se inicia em outubro. Os dados de acompanhamento das operações que financiaram o cultivo da mamona não oferecem elementos para uma análise da rentabilidade dessa cultura, pois as colheitas foram frustradas em função da falta de chuvas. Mas um exercício de simulação realizado com uma das operações financiadas, no ano agrícola 90/91, demonstra que a renda obtida com o consórcio mamona x feijão, nas condições normais de produção em Massaroca, no primeiro ano, só garante o reembolso do empréstimo, ficando o produtor com a cultura da mamona instalada e os benefícios só devem aparecer no segundo ano de produção. Ou por outro lado, o produtor pode fazer a opção pelo reembolso em duas parcelas anuais e usufruir de algum benefício já no primeiro ano.

As duas operações de cultivo financiadas (aração e tratamentos culturais) justificam o interesse dos produtores pelo financiamento de custeio agrícola. A disponibilidade de recursos nas mãos dos produtores viabiliza uma das grandes demandas dos agricultores da região de Massaroca: a utilização do trator para o preparo do solo. Esta operação mecanizada oferece a vantagem de realizar a aração das terras localizadas nas "areias" (regosolos) e mesmo nos "riachos" (aluviões/coluviais), com bastante

antecedência em relação ao plantio. E como já foi ressaltado, essa prática amplia as chances de sucesso dos cultivos, onde a época de plantio é um fator determinante. Com os recursos do financiamento, os produtores se mobilizam em torno do C.A.A.M. ou das suas associações comunitárias e alugam tratores de fora da região para a aração do solo. Esta contratação só é possível graças ao comprometimento de um número elevado de horas/máquina, que justifique o deslocamento dos tratores para as comunidades.

Os recursos financiados para os tratos culturais assumem uma importância fundamental para os agricultores, principalmente na época de realização das capinas, quando há uma grande demanda de mão-de-obra.

Mas o afã de obter uma renda elevada com as culturas que são objeto de financiamento, é quem melhor justifica a grande demanda dos produtores por essa modalidade de empréstimo, apesar dos riscos que o empreendimento oferece⁶⁰. Em condições normais de produção e preço de mercado, a renda proporcionada pelas culturas financiadas garante o reembolso dos empréstimos e um ingresso financeiro significativo para a unidade de produção e consumo familiar.

As informações levantadas pela enquete realizada junto aos produtores dão uma idéia da capacidade de reembolso das operações que financiaram o custeio agrícola. Das 34 operações abordadas, 70% delas apresentaram retorno financeiro positivo, suficiente para assegurar o reembolso do empréstimo, valendo ressaltar que

⁶⁰ Essa modalidade de financiamento se origina a partir da clara demanda dos produtores, principalmente, daqueles que tinham sido beneficiados com os empréstimos para áreas forrageiras.

todas elas financiavam a cultura da melancia. Entre os 30% das operações restantes, que tiveram o retorno financeiro frustrado por fatores climáticos ou de mercado, figuram todas aquelas que financiaram a cultura da mamona (12% do total) e as demais destinadas ao financiamento da cultura da melancia (18%). Entre os produtores mal sucedidos, alguns deles não reembolsaram o empréstimo (9%), outros tiveram que recorrer a outras fontes de renda da unidade de produção (venda de animais, por exemplo) ou a outras fontes externas (empréstimos a comerciante, outras atividades, poupança, remessa de dinheiro de familiares, entre outras).

A FIG.13 oferece um exemplo de uma operação de financiamento de custeio de melancia em que o produtor beneficiário foi bem sucedido. A renda proporcionada por essa cultura foi suficiente para saldar o empréstimo e gerar uma receita elevada para a unidade de produção. Como pode ser observado, o produtor ainda pode manejar os recursos do financiamento, desviando parte deles para aquisição de terra. Ou seja, ele utilizou os recursos destinados ao preparo do solo e desviou a parte destinada para realização dos tratos culturais, mesmo que posteriormente, para realização dessa prática, tivesse que recorrer a outra fonte de renda da unidade de produção (venda de animais).

Outro exemplo de operação de financiamento bem sucedida pode ser observada na FIG.14. Com a renda da cultura da melancia, o produtor conseguiu pagar o empréstimo de custeio, amortizar a dívida contraída no ano anterior com o financiamento de áreas forrageiras e, ainda, destinar parte dessa renda para manutenção da família. Como no exemplo anterior, o produtor manejou os

FINANCIAMENTO PARA CUSTEIO AGRÍCOLA

DATA : 26/10/90

ÍTEMS FINANCIADOS

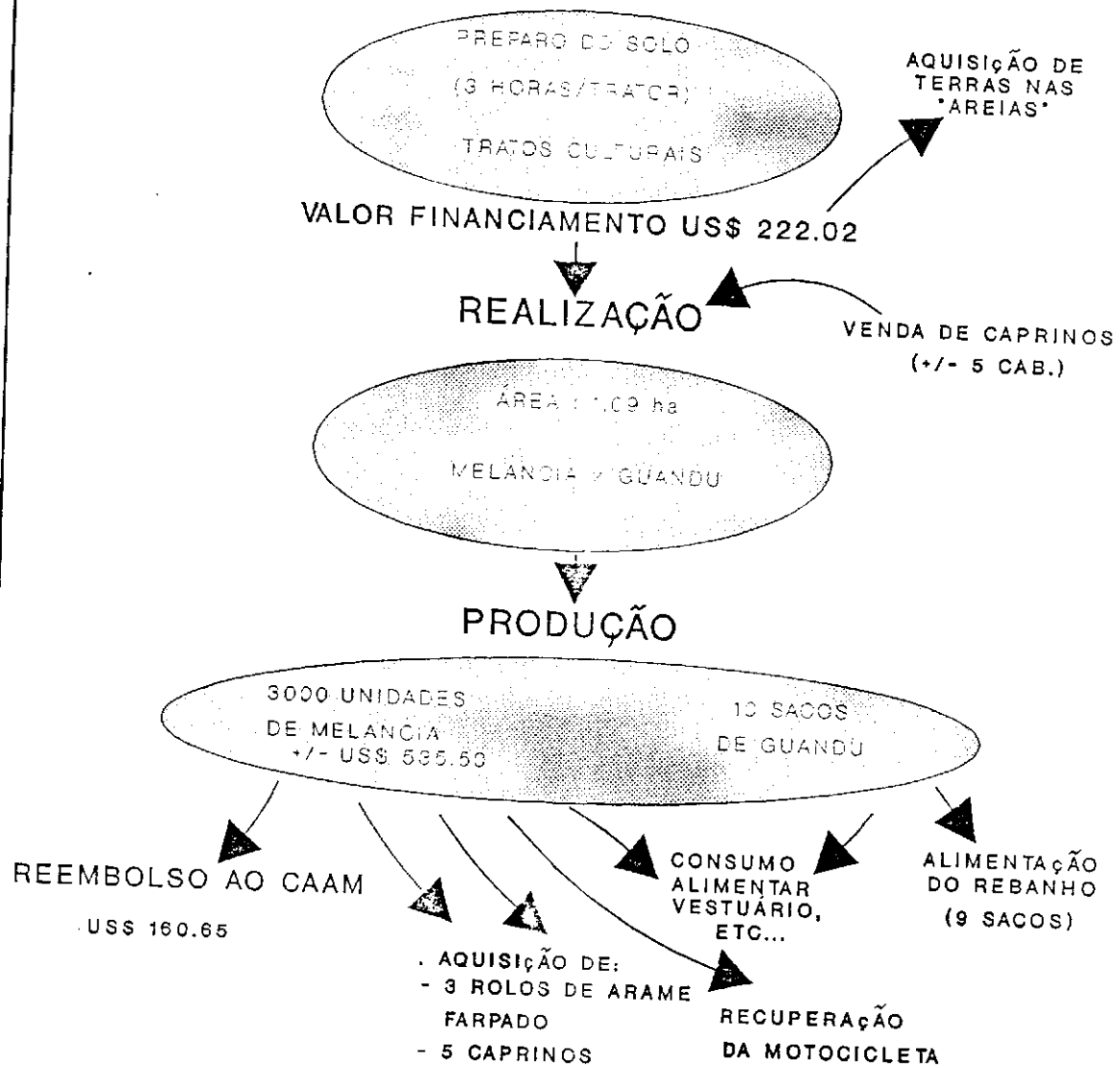


FIGURA 13 - Empréstimo para custeio agrícola. Produtor P.D.C.

FINANCIAMENTO PARA CUSTEIO AGRÍCOLA

DATA : 26/10/90

ÍTEM FINANCIADOS

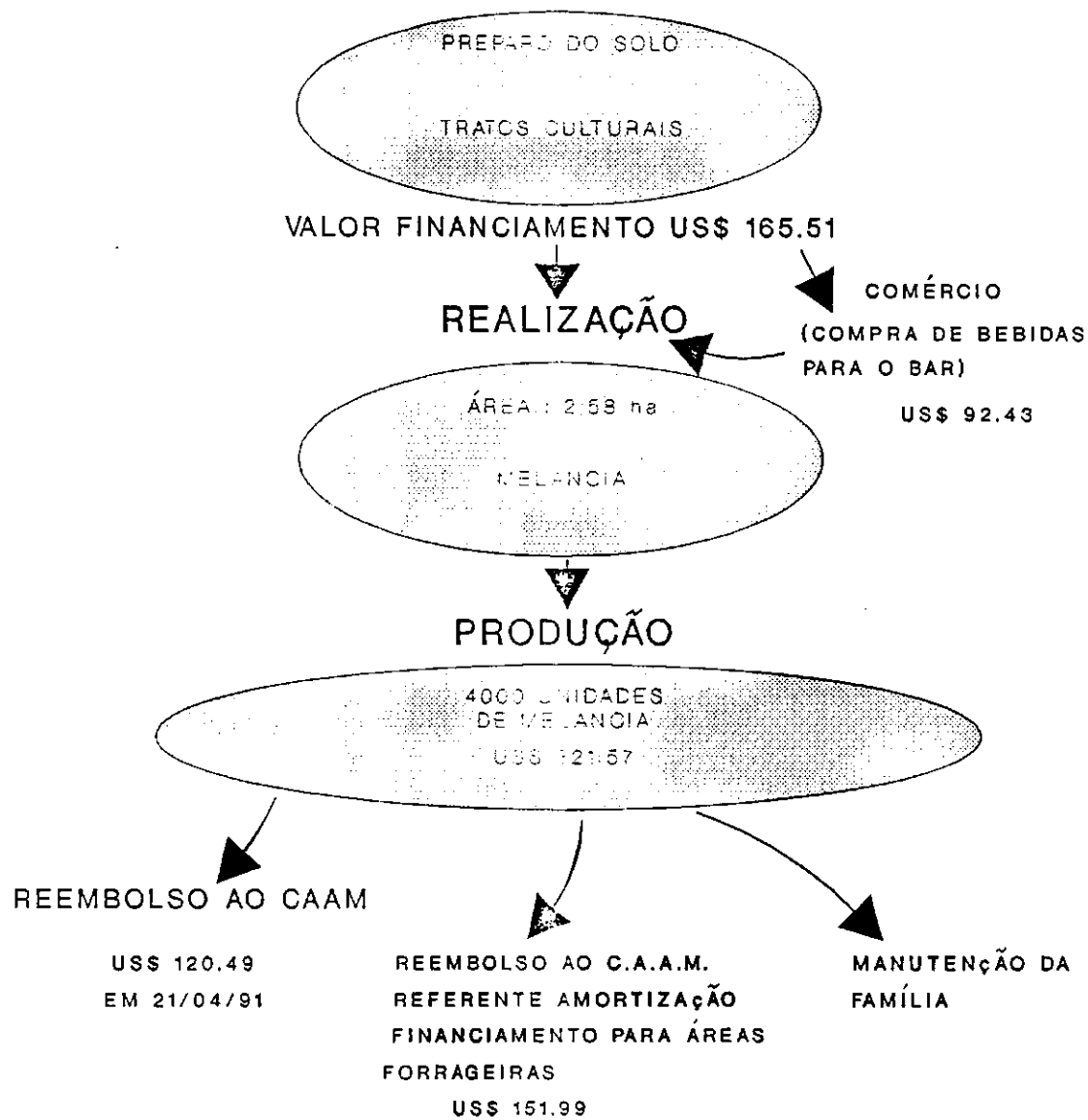


FIGURA 14 - Empréstimo para custeio agrícola. Produtor F.P.

recursos do financiamento, desviando os recursos destinados aos tratos culturais para uma atividade comercial (um bar), mesmo que depois esses recursos retornem para a realização de tal prática de cultivo.

Existem, pelo menos, três similiaridades entre as duas operações anteriores. A primeira delas é o sucesso do empreendimento. A segunda é a capacidade que os produtores têm de assumir os riscos do financiamento. Trata-se de produtores das comunidades Cachoeirinha e Curral Novo, que se enquadram nas categorias ditas em "equilíbrio" ou de "renda", respectivamente, que possuem uma estrutura de produção capaz de fazer face a uma eventual crise ou insucesso do empreendimento financiado. A terceira advém do fato de ambos produtores terem manejado os recursos do financiamento, muito embora não se possa encontrar uma relação direta entre o sucesso do empreendimento e o desvio dos recursos.

Aliás, vale ressaltar que a prática mais utilizada de remanejamento dos recursos do financiamento de custeio é aquela que o produtor destina os recursos dos tratos culturais para as despesas de manutenção da família, sendo esta prática cultural posteriormente viabilizada pela própria mão-de-obra familiar. As diversas formas de remanejamento dos recursos do financiamento de custeio só foram possíveis no primeiro ano de implementação dessa modalidade de empréstimo (2ª etapa do sistema de financiamento). Nos anos (ou etapas) subsequentes, à medida que aumentou a demanda por esse tipo de crédito, os recursos escassearam, houve a necessidade de restringir o financiamento apenas para realização da prática do preparo do solo e as chances de

remanejamento se esgotaram, pois os recursos passaram a ser destinados diretamente ao pagamento dos serviços dos tratores contratados pelo C.A.A.M. ou associações dos produtores, conforme pode ser verificado no exemplo que segue.

A FIG.15 retrata um exemplo de uma operação de financiamento mal sucedida. Devido aos problemas climáticos (distribuição de chuvas), o produtor teve a sua safra de melancia frustrada (pouca produção e produto de má qualidade). Em decorrência, não conseguiu reembolsar o financiamento, pois toda a produção obtida foi destinada ao consumo familiar. Apesar do baixo volume do financiamento, considerando que este só custeou o preparo do solo, ainda assim, para esse produtor, o empreendimento financiado se constituiu numa operação arriscada. Neste caso, trata-se de um produtor da comunidade Canoa, que se enquadra na categoria dos produtores ditos de "subsistência" e dada a fragilidade da sua estrutura de produção, não tem para onde recorrer para saldar a sua dívida, pois o principal recurso disponível é a mão-de-obra, que precisa vender para manutenção da família.

Na FIG.16, consta um exemplo de operação de financiamento destinada ao custeio da cultura de mamona. Como assinalado anteriormente, os produtores que recorreram a esse tipo de financiamento não obtiveram o êxito financeiro esperado. Neste caso, o produtor ainda recorreu a recursos extra-financiamento para a realização do empreendimento e a renda proporcionada pela cultura financiada não foi suficiente para assegurar o reembolso do empréstimo. Ele optou por destinar a receita obtida à manutenção da família e recorreu a outro empréstimo junto a um intermediário,

FINANCIAMENTO PARA CUSTEIO AGRÍCOLA

DATA : 10/11/91

ÍTEM FINANCIADOS

PREPARO DO SOLO

(2,5 HORAS/TRATOR)

VALOR FINANCIAMENTO US\$ 23.64

REALIZAÇÃO

ÁREA : 2,36 ha

MELANCIA (1,72 ha)

FEIJÃO (0,64 ha)

PRODUÇÃO

MELANCIA
(SAFRA FRUSTRADA)

8 SACOS
DE FEIJÃO

SAFRA FRUSTRADA

CONSUMO FAMILIAR

MANUTENÇÃO
DA FAMÍLIA

REEMBOLSO AO CAAM

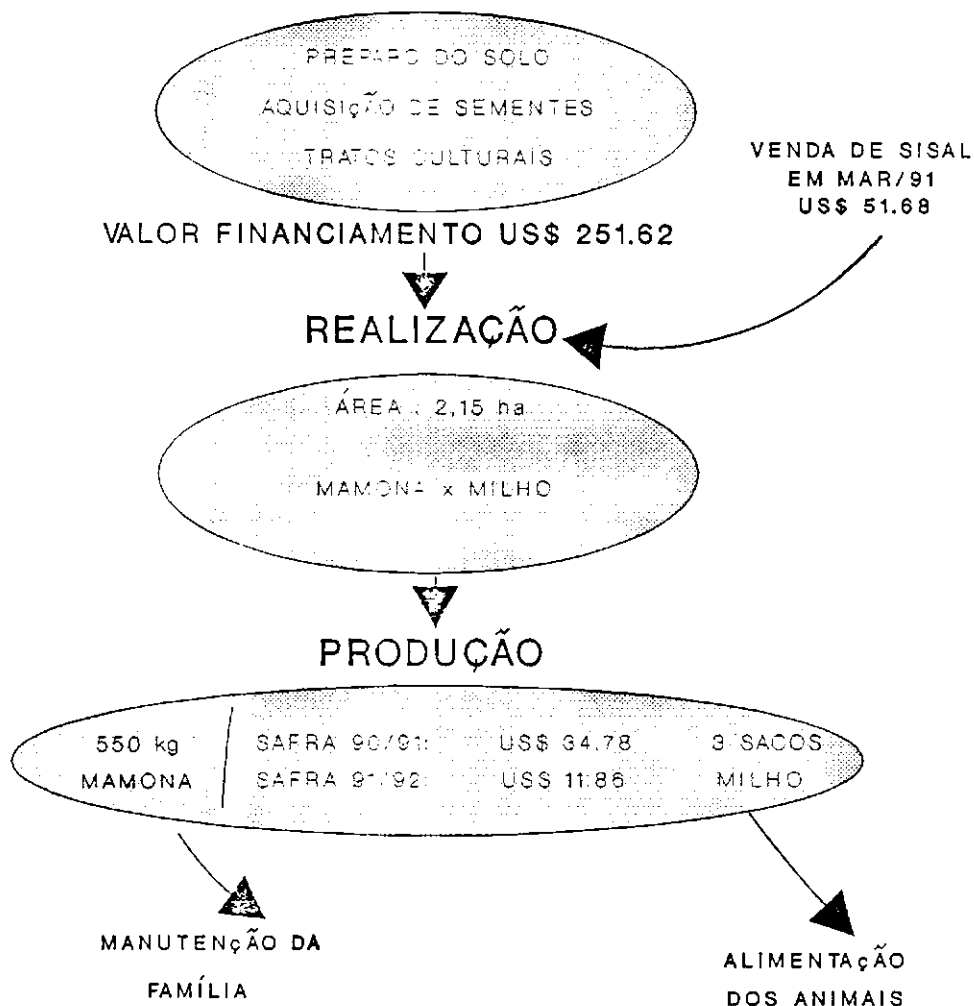
NÃO HOUE

FIGURA 15 - Empréstimo para custeio agrícola. Produtor F.S.

FINANCIAMENTO PARA CUSTEIO AGRÍCOLA

DATA : 26/10/90

ÍTEM FINANCIADOS



REEMBOLSO AO CAAM

US\$ 115.35 EM 12/05/92

EMPRÉSTIMO A COMERCIANTE
PARA PAGAR COM A
VENDA DO SISAL

FIGURA 16 - Empréstimo para custeio agrícola. Produtor F.V.

para ser pago com outra fonte de renda da unidade de produção (produção de sisal) e liquidar sua dívida junto ao C.A.A.M. Trata-se de um produtor da comunidade Lagoa do Angico, que pode ser enquadrado na categoria considerada "em equilíbrio", pois dispõe de uma mão-de-obra em condições de trabalhar e já detém uma infra-estrutura para produção de sisal que garante a manutenção do grupo familiar, apesar de possuir um rebanho ainda pequeno⁶¹.

e) Atividades diversificadas financiadas

As possibilidades de financiamento dessas atividades são as mais diversas possíveis, assim como a variação da rentabilidade e dos benefícios que elas podem oferecer. A principal dificuldade que se apresenta diante dessa modalidade de empréstimo é saber quais as oportunidades econômicas com as características preconizadas de elevado retorno financeiro, capazes de proporcionar uma receita suficiente para cobrir os custos do financiamento e propiciar uma renda significativa para as famílias. Isso implica numa reflexão conjunta entre os produtores, membros do C.A.A.M., e técnicos de apoio na identificação dessas oportunidades, discussão e análise da exequibilidade dos financiamentos.

A título de ilustração, pode-se tomar dois exemplos concretos de propostas de financiamento: uma para artesanato de pintura em tecido e outra para avicultura (pequena criação). Conforme pode ser observado na FIG.17, que ilustra uma operação de crédito dessa natureza, para um financiamento de 16,14 dólares

⁶¹Como já foi ressaltado, a comunidade Lagoa do Angico tem um grande potencial agrícola e o regime de criação animal vem se desenvolvendo, principalmente, sobre um espaço cercado que dificulta a expansão do rebanho num ritmo mais acelerado, pois depende, fundamentalmente, da construção de cercas, formação de reservas forrageiras e da disponibilidade de recursos hídricos que são escassos.

FINANCIAMENTO DE ATIVIDADES DIVERSIFICADAS

DATA : 28/02/92

ATIVIDADE FINANCIADA : Artesanato (pintura em tecido)

ÍTEMS FINANCIADOS

5 SACOS
12 TUBOS DE TINTA
1 TUBO DE LINHA
2 PINCEIS
1 LITRO DE ÁGUA SANITÁRIA
1 CAIXA DE SABÃO EM PÓ
PASSAGEM PARA JUAZEIRO

VALOR FINANCIAMENTO US\$ 16.14

REALIZAÇÃO

COMPRA DE
VESTUÁRIO PARA
USO PESSOAL
US\$ 5.17

CONFECÇÃO DE PANOS DE PRATO
E DE COZINHA (DECORADOS)

PRODUÇÃO

CONFECÇÃO DE 10 CONJUNTOS DE PANO
US\$ 59.25

REEMBOLSO AO CAAM

EM 28/03/92 US\$ 20.38

COMPRA DE UTENSÍLIOS

PARA ENXOVAL DE CASAMENTO

FIGURA 17 - Empréstimo para atividades diversificadas.
Produtor V.L.S.

destinados à aquisição dos insumos necessários à confecção de dez panos de mesa decorados (tecido, linhas, tintas, pincéis, etc.), é possível se obter uma receita bruta de 53,28 dólares (5,32 dólares por cada conjunto vendido) e um benefício líquido da ordem de 32,90 dólares, deduzidos a amortização do empréstimo mais os custos do financiamento (encargos financeiros correspondentes à correção monetária da inflação de 25% mais juros de 1% referentes ao período de um mês de carência para reembolso), que totalizam 20,38 dólares. Considerando que a confecção dos dez conjuntos de panos demanda uma semana (uma média de quatro horas para preparação de um conjunto de peças), a atividade financiada pode proporcionar uma remuneração diária do trabalho da ordem de 6,58 dólares, quando na região de Massaroca, no mesmo período, o valor pago por uma "diária" era em torno de 2,83 dólares.

Trata-se, portanto, de uma atividade financiada que pode ser considerada rentável e se apresenta interessante para as famílias, pois normalmente é desenvolvida pelas mulheres, principalmente as jovens que ainda residem com os pais, e pode proporcionar uma renda que poderá ser revertida numa demanda de consumo pessoal, familiar ou em investimento social. No exemplo acima, trata-se de uma jovem da Comunidade Lagoinha em fase de preparação para o casamento e de emancipação.

O segundo caso, que se refere ao financiamento para criação de "galinha de capoeira", oferece um exemplo de atividade que não apresenta a rentabilidade almejada. Apesar de se tratar de uma exploração cujos meios de produção básicos estão disponíveis nas unidades de produção, a criação desse tipo de aves, de forma

FINANCIAMENTO DE ATIVIDADES DIVERSIFICADAS

DATA : 18/09/91

ATIVIDADE FINANCIADA : Avicultura (produção de ovos)

ÍTEMS FINANCIADOS

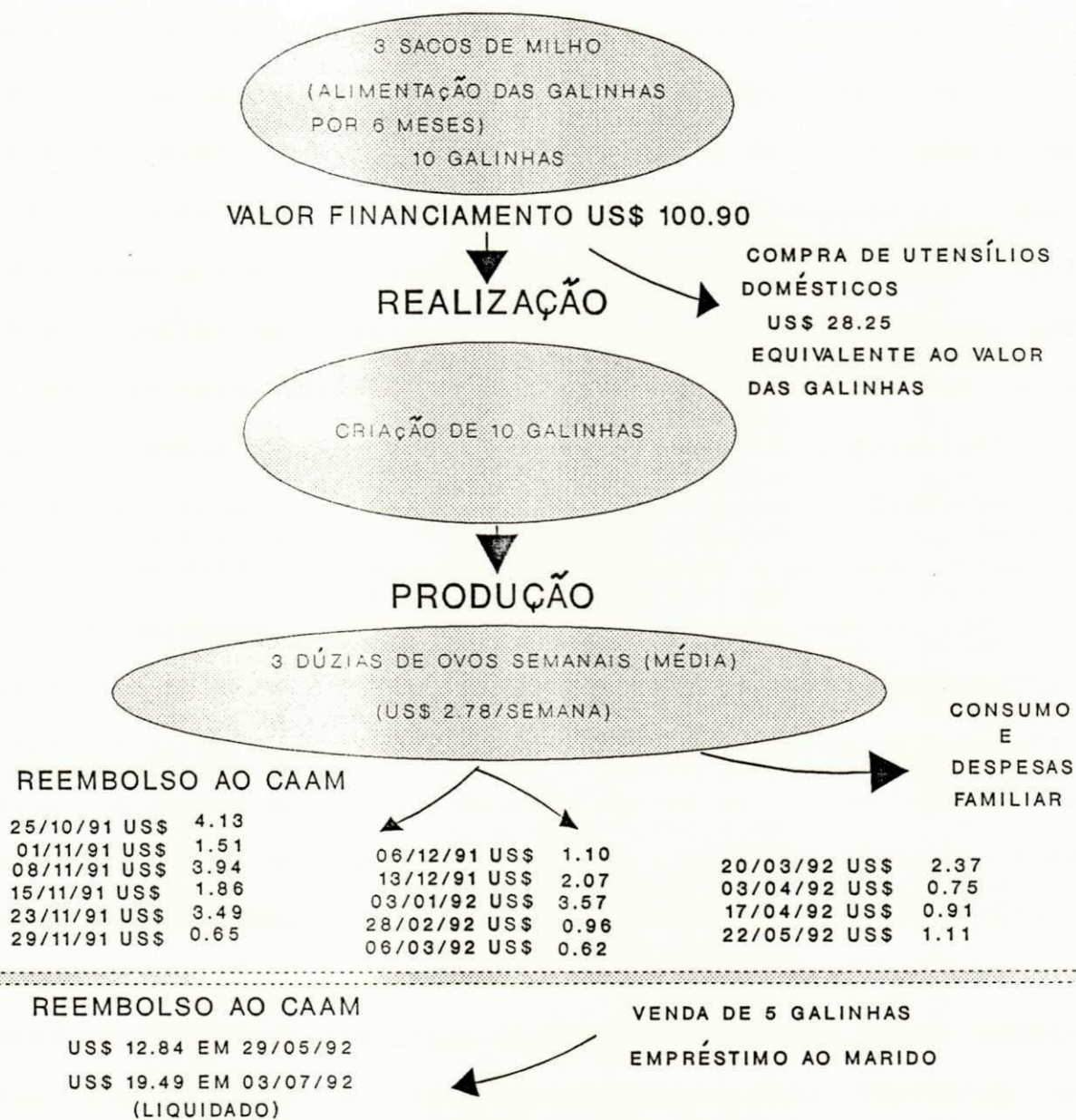


FIGURA 18 - Empréstimo para atividades diversificadas
Produtor V.S.D.

intensiva ou semi-intensiva, visando a produção de ovos ou de carne, é inviabilizada por sua baixa produtividade e pelo alto custo da alimentação. Conforme pode ser observado na FIG.18, que ilustra uma operação de financiamento para produção de ovos, considerando-se um plantel de dez aves adultas, seriam necessários 30 quilos de milho por mês para assegurar a sua alimentação (100 gramas/aves/dia); portanto, um financiamento da ordem de 100,90 dólares para aquisição das dez galinhas (preço médio de 2,82 dólares por ave) e de seis sacos de 60 quilos de milho (preço de 12,11 dólares por saco) para alimentação durante o ano. Considerando que o preço de uma dúzia de ovos pode alcançar 0,93 dólares, seria necessária a produção de 130 ovos anuais por galinha, ou seja, uma produção em torno de duas dúzias de ovos semanais, apenas para garantir amortizar o montante principal da dívida, sem considerar os custos do financiamento. Trata-se de uma produção difícil de ser alcançada, devido à postura intermitente das galinhas, que só chegam a produzir, no máximo, 100 ovos anuais, por matriz.⁶² Portanto, esta é uma atividade deficitária, incapaz de garantir o reembolso do empréstimo, mesmo se o beneficiário já dispõe das aves e recorre apenas ao financiamento da sua alimentação. No exemplo utilizado, a produção média de três dúzias de ovos semanais inclui a produção de outras aves do plantel, pois não há distinção entre as aves financiadas e as existentes na unidade de produção. De fato, as aves não foram adquiridas. A beneficiária do financiamento, uma mulher, esposa de um produtor da comunidade Curral Novo, já dispunha das galinhas e

⁶² Em regime de produção controlada semi-intensivo, utilizando matrizes de raça melhorada (Dekalb Warren, por exemplo), a produção anual pode alcançar até 180 ovos anuais. Entretanto, a produção da galinha comum, sem raça definida, no regime tradicional extensivo, só alcança 80-100 ovos anuais por matriz.

e utilizou apenas os recursos destinados à alimentação das aves. Como pode ser observado na FIG.18, que ilustra o fluxo financeiro desta operação de crédito, mesmo a beneficiária contando com uma produção de ovos acima da que poderia ser proporcionada pelo empreendimento financiado, ainda assim, ela teve de recorrer a outras fontes de recursos e até mesmo vender parte das galinhas para conseguir saldar sua dívida junto ao C.A.A.M.

f) Um balanço das atividades financiadas

Os exemplos anteriores, baseados em experiências concretas de empréstimos realizados, mostram a importância que assumem a análise e o estudo prévio das propostas e das oportunidades de financiamento, para o sucesso ou fracasso de um empreendimento. A seletividade das propostas de empréstimos amplia as chances de sucesso e, dependendo do tipo de atividade, pode reduzir os riscos de ordem natural (climáticos, biológicos), mas não exime os empreendimentos financiados dos riscos e das incertezas de ordem econômica, principalmente os relativos ao mercado para os seus produtos.

Por outro lado, dada a grande diversidade de oportunidades de financiamentos e a dificuldade de acompanhá-las, ampliam-se as possibilidades de remanejamentos dos recursos, pois podem ser mais facilmente desviados da atividade objeto de financiamento, para outras alheias à proposta prevista. Os produtores também podem burlar os preceitos dos empréstimos, fazendo substituições dos itens financiados (insumos, meios de produção, mão-de-obra, etc) por aqueles que eles dispõem na unidade de produção e remanejam os recursos do financiamento.

Se fossem avaliados os resultados econômicos das atividades financiadas aplicando os conceitos convencionais de "custos de fatores", empregando os preços de mercados para valorizar os insumos não comprados pelos produtores, o salário corrente para estimar os custos da mão-de-obra familiar, etc, certamente as diferenças entre os custos e as receitas obtidas com as atividades financiadas, em sua maioria, resultariam negativas. Seriam poucas as oportunidades econômicas, que nessas condições, apresentar-se-iam rentáveis ou economicamente viáveis.

Mas se tratando de produção camponesa, é preciso reconhecer que esta não apóia o seu funcionamento em critérios de racionalidade econômico-financeira adotados por uma empresa capitalista. Como se tem insistido, a organização econômica da pequena produção nas condições de sequeiro, no semi-árido, se regem, principalmente, pelas estratégias de segurança e estabilidade adotadas pelos produtores na gestão do seu sistema produtivo. Isso, de certa forma, pode justificar para os produtores, uma atividade financiada, que não apresenta rentabilidade ou retorno financeiro suficiente para reembolsar o empréstimo nas condições realizadas.

Como assinalado durante este item, há uma grande variação na rentabilidade das operações de crédito, em função das condições exteriores (principalmente clima e mercado), do tipo de atividade financiada e da forma como elas foram implementadas. Os produtores utilizaram e remanejaram os recursos de crédito, combinando-os com os recursos que eles dispõem (meio de produção, insumos, mão-de-obra, etc.), como estratégia não apenas para o

reembolso dos empréstimos mas, principalmente, visando melhor atender seus objetivos de segurança e estabilidade. Os fluxos monetários das diversas modalidades de empréstimos exprimem diferentes formas de condução e gestão dos empreendimentos financiados e de estratégias, inclusive financeiras, adotadas pelos produtores a partir da percepção da sua situação e dos seus objetivos, perante um contexto econômico, técnico, biológico, climático e social, bastante complexo. Essa grande diversidade de gestão dos financiamentos guarda, portanto, estreita relação com as lógicas de funcionamento dos sistemas de produção.

Um esforço de síntese permite identificar quais as atividades financiadas que são mais adequadas e coerentes aos diversos tipos de produtores e verificar os riscos decorrentes da assunção dos financiamentos para os produtores e para os seus sistemas de produção.

Os financiamentos para aquisição de animais, nas condições originalmente estabelecidas pelo projeto de desenvolvimento da caprinocultura, como já ressaltado, enquadravam-se especialmente para os produtores considerados entre os tipos em "equilíbrio" ou de "renda" (tipos II e III) que já dispunham de um rebanho mais ou menos estabilizado e faziam da sua exploração a sua principal atividade. À medida em que se mudam as regras dessa modalidade de financiamento e este passa a perseguir mais os objetivos de crescimento do rebanho do que o seu melhoramento genético, ele se torna um instrumento adequado aos produtores considerados em "subsistência" (tipo I), pois possibilita a formação inicial ou ampliação do seu diminuto rebanho, com um risco praticamente nulo

para esse produtores.

Os financiamentos para áreas forrageiras, pelo elevado volume de recursos que elas envolvem e o baixo retorno financeiro a curto e médio prazos, se apresentam mais adequados aos produtores em "equilíbrio" ou de "renda". Isto porque, para esses produtores, o rebanho animal sempre representa um componente importante do seu sistema de produção, que não somente justifica este tipo de empreendimento, mas, também, pode assegurar uma produção e uma renda capazes de amortizar o empréstimo, mesmo nas condições acima descritas. Para os produtores em "subsistência" (tipo I), essa modalidade de crédito consiste num instrumento muito arriscado para evolução do seu sistema de produção, pois seu rebanho caprino é normalmente muito limitado e a manutenção da sua família ainda depende da renda proveniente da venda da força de trabalho fora da unidade de produção. Nessas condições, a única forma possível de engajamento desses produtores nessa modalidade de financiamento, com alguma possibilidade de êxito, é manejando com os recursos do empréstimo e associando as culturas forrageiras financiadas com uma cultura de renda. Mas esta possibilidade, como foi visto, envolve um alto risco.

Os financiamentos destinados à construção de cercas apresentam-se mais apropriados às diferentes categorias de produtores. Eles, de certa forma, se justificam para todos os produtores, independente da categoria a que pertençam, pois se prestam para formação ou ampliação de áreas cercadas, seja para produção de culturas de víveres ou de renda, seja para produção de forragens. Por financiar apenas o insumo principal - o arame

farpado - esta modalidade de crédito envolve um volume de recursos relativamente baixo, mas requer uma contrapartida significativa em termos de mão-de-obra. Dessa forma, apesar do baixo retorno financeiro que o empreendimento financiado pode oferecer, essa modalidade de crédito parece acessível inclusive aos produtores considerados em "subsistência" (tipo I), pois ainda é compatível com a disponibilidade dos seus recursos.

Os financiamentos para custeio agrícola, como já mencionado, foram concebidos visando ampliar os benefícios do sistema de crédito às diversas categorias de produtores. As atividades financiadas podem apresentar uma alta rentabilidade, mas muito aleatória às condições climáticas e de mercado. Por isso, apesar da intenção de favorecer aos produtores mais carentes, do tipo "subsistência", esta modalidade de financiamento acabou se adaptando, principalmente, aos produtores considerados em "equilíbrio" e de "renda" (tipos I e II), pela maior capacidade que eles têm de assumir os riscos dos financiamentos, calcados na estrutura de produção que dispõem.

Os financiamentos para atividades diversificadas são os que se apresentam mais adequados à categoria de produtores menos favorecidos, do tipo "subsistência", pois procuram valorizar o principal recurso disponível por esses produtores - a mão-de-obra. Por financiar as mais diversas oportunidades econômicas demandadas por eles e suas famílias, essa modalidade de financiamento permite o acesso dos jovens, em fase de emancipação ou não, e das mulheres, aos recursos do sistema de financiamento, não obstante possa, igualmente, beneficiar os produtores que se

enquadram nas categorias de "equilíbrio" e de "renda" (tipos II e III). De modo geral, os riscos que os produtores incorrem, estão relacionados, principalmente, às dificuldades e incertezas decorrentes das condições de mercado, que ainda são significativas, e do volume dos recursos, geralmente baixo, que varia em função das atividades financiadas.

5.3.3. ATIVIDADES FINANCIADAS, OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DOS PRODUTORES

A avaliação do sistema de financiamento a partir dos objetivos dos produtores torna-se complexa quando se procura fazê-la por atividade financiada, pois operações ou modalidades distintas de crédito podem cumprir o mesmo papel estratégico para o produtor na condução do seu sistema de produção, em busca da concretização dos seus objetivos. Além do mais, é um conjunto de fatores ou variáveis que interagem simultaneamente e podem explicar o processo decisional dos produtores. Daí a opção pela elaboração de uma tipologia que consiste no agrupamento das operações de financiamento, objeto de avaliação, em alguns tipos (ou categorias), que guardam, entre elas, aparência mais ou menos estreita. Para tanto, recorreu-se à análise estatística multivariada, pelo recurso que ela oferece de agrupar as diversas operações, independentemente das atividades ou modalidades financiadas.⁶³

Os resultados da análise permitem colocar em evidência cinco grupos de operações de financiamentos que, uma vez reunidas,

⁶³ Nessa tipificação, não foram incluídos os financiamentos destinados à aquisição de animais. Como não fica bem caracterizado um fluxo monetário nessa modalidade de financiamento, ela é sempre tratada separadamente do conjunto das demais modalidades.

podem facilitar a avaliação perseguida (ANEXO 1). As principais variáveis que determinam esse agrupamento estão relacionadas a: tipo de atividade financiada; forma e estratégia de aplicação dos recursos financiados; fonte de reembolso, e forma e estratégia de aplicação dos benefícios. O tipo de produtor não aparece como uma variável determinante, muito embora guarde uma estreita relação com os tipos de financiamentos.

O primeiro grupo contempla as operações de financiamento cujos recursos ou benefícios gerados por elas foram aplicados numa lógica de acumulação dos meios de produção. Nesse grupo, destacam-se os financiamentos por áreas forrageiras, que apresentando ou não retorno financeiro a curto prazo, capaz de favorecer o reembolso, cumpriram uma função estratégica do produtor, de ocupação do espaço ou fortalecimento da sua estrutura de produção. Também se inserem nesse grupo as operações de custeio agrícola cujos benefícios oferecidos, em termos de renda, foram revertidos segundo a lógica acima.

O segundo grupo envolve as operações cujas atividades financiadas foram capazes de proporcionar uma receita suficiente para amortizar o empréstimo e garantir uma renda que foi utilizada numa lógica de atendimento às necessidades de consumo familiar. Este grupo é composto, essencialmente, por operações de financiamento para o custeio agrícola.

O terceiro grupo compreende as operações que não apresentaram retorno financeiro, seja pela própria natureza dos atividades financiadas, seja por fatores externos (problemas de

ordem climática e mercado, entre outros). Porquanto, não asseguram o reembolso dos empréstimos. Em ambos os casos, tratam-se, normalmente, de operações cujos reembolsos encontram-se em atraso ou foram proporcionados por outras fontes extra-atividades financiadas. Nesse grupo, incluem-se as operações de financiamento destinadas aos custeios agrícolas (mamona e melancia), áreas forrageiras e construção de cercas.

No quarto grupo, estão representadas as operações de financiamento para atividades diversificadas, que se encontram em situação semelhante ao grupo anterior (terceiro), ou seja, aquelas que financiaram atividades que não apresentaram retorno financeiro, seja porque não foram rentáveis, seja porque os recursos foram destinados ou utilizados para o atendimento de uma necessidade imediata de consumo familiar ou produtivo, investimento social e saúde, entre outros.

No quinto grupo, também estão representadas as operações de financiamento destinadas às atividades diversificadas, mas que se apresentaram rentáveis e cujos benefícios foram utilizados, principalmente, numa lógica de consumo familiar ou pessoal. A situação desse grupo assemelha-se à do segundo grupo, anteriormente descrito.

A diferença básica entre o terceiro e o quarto grupo, bem como entre o segundo e o quinto grupo, reside, basicamente, no tipo de atividade e na particularidade do tipo de indexação adotada para as atividades diversificadas. Daí a configuração de grupos distintos. A grosso modo, a tipologia acima poderia ser

reduzida a três grupos de financiamento:

Grupo I: Operações de financiamento bem sucedidas, cujos benefícios foram aplicados numa lógica de acumulação de meios de produção;

Grupo II: Operações de financiamentos bem sucedidas, cujos benefícios foram aplicados numa lógica de consumo e destinados ao atendimento das necessidades básicas da família;

Grupo III: Operações de financiamento cujos resultados foram frustrados ou não apresentaram os benefícios esperados.

A classificação das atividades financiadas, definidas na tipologia acima, será utilizada como referência para analisar de que forma as diferentes modalidades de financiamentos realizados respondem, ou não, aos principais objetivos e estratégias dos produtores.

A alocação e gestão dos recursos dos financiamentos se organizaram em torno de várias trajetórias distintas e independentemente das escolhas em termos de atividades financiadas. Escolhas que se expressam nas operações financiadas, mas estão fortemente relacionadas com as estratégias adotadas pelos produtores para alcançarem os seus objetivos de produção e reprodução do grupo familiar, num contexto marcado pelo risco.

A evolução das unidades de produção parece ligada ao processo de acumulação dos meios de produção, que se traduz, principalmente, na ampliação do efetivo animal, na aquisição de terras, no cercamento de novas áreas e na implantação de forrageiras. Nesse sentido, algumas modalidades de financiamento

contribuíram para esse processo, às vezes, desviando-se dos objetivos e das propostas elaboradas pelos técnicos e sendo ajustadas pelos próprios produtores, segundo seus objetivos.

Os financiamentos para aquisição de animais, como já mencionado, tinham como objetivo o melhoramento do potencial genético do rebanho. Mas diante das condições de riscos de produção, principalmente climáticos, que são freqüentes e podem se acumular por vários anos, o melhoramento do rebanho assume uma importância secundária para os produtores, como estratégia anti-aleatória de segurança e estabilidade do seu sistema de produção. À medida que se reconhece que a introdução desses animais de raça melhorada exerce um papel secundário na evolução dos sistemas de produção e que o alvo dessa modalidade de financiamento deixa de ser a performance animal, passando a satisfazer mais aos objetivos de crescimento do rebanho, nessa condições, os empréstimos passam a despertar interesse dos produtores. Aplica-se, principalmente, aos produtores que se enquadram na categoria dita em "subsistência", que incluem os jovens em fase de instalação, onde a ampliação do rebanho corresponde a um dos seus principais anseios, pois significa a oportunidade de reforçar suas estruturas de produção e constitui condição primordial para o seu engajamento num ciclo de acumulação.

Para aqueles que têm uma certa disponibilidade de recursos forrageiros (reserva) e de um rebanho estabilizado, a introdução de animais selecionados representa a oportunidade de elevação do potencial produtivo dos animais e, também, a redução dos problemas de consanguinidade do rebanho pela miscigenação de

animais e raças de origens diversas. A FIG.19, que ilustra a operação de financiamento do produtor G.N.C., demonstra como a partir de um financiamento de oito matrizes e um reprodutor caprino, ele consegue, além do reembolso do empréstimo, ampliar o rebanho em treze cabeças (cinco animais financiados, mais oito da progenitura), selecionando os melhores animais e descartando (quatro animais vendidos e treze consumidos) os que não lhe convêm. O produtor procura reter as crias fêmeas, mas descarta as que não apresentam a performance produtiva desejada. Trata-se de um produtor da comunidade Lagoa do Angico, que se enquadra na categoria daqueles considerados de "renda". Dispondo já de um espaço cercado amplo e de um rebanho considerável, o financiamento contempla o objetivo de acumulação de meios de produção, pela ampliação do rebanho, favorece a oportunidade de elevação da capacidade produtiva do rebanho e, ainda, complementa o atendimento da necessidade de consumo familiar. Reportando-se ao exemplo do produtor RNP (FIG.6), verifica-se que o produtor não obteve o mesmo êxito no financiamento, mas os objetivos de ampliação do rebanho foram, em parte, alcançados.

O crescimento do rebanho significa segurança e estabilidade para os produtores e exerce um papel de "capital" mobilizável ao qual eles podem recorrer sempre que necessitarem. Mas esse crescimento depende, primordialmente, da disponibilidade de alimentos na época seca. Por isso, os produtores procuram combinar o crescimento do rebanho com a formação dos estoques forrageiros. E aí a cerca exerce um papel fundamental.

Como vem sendo assinalado, na região de Massaroca, a conjun-

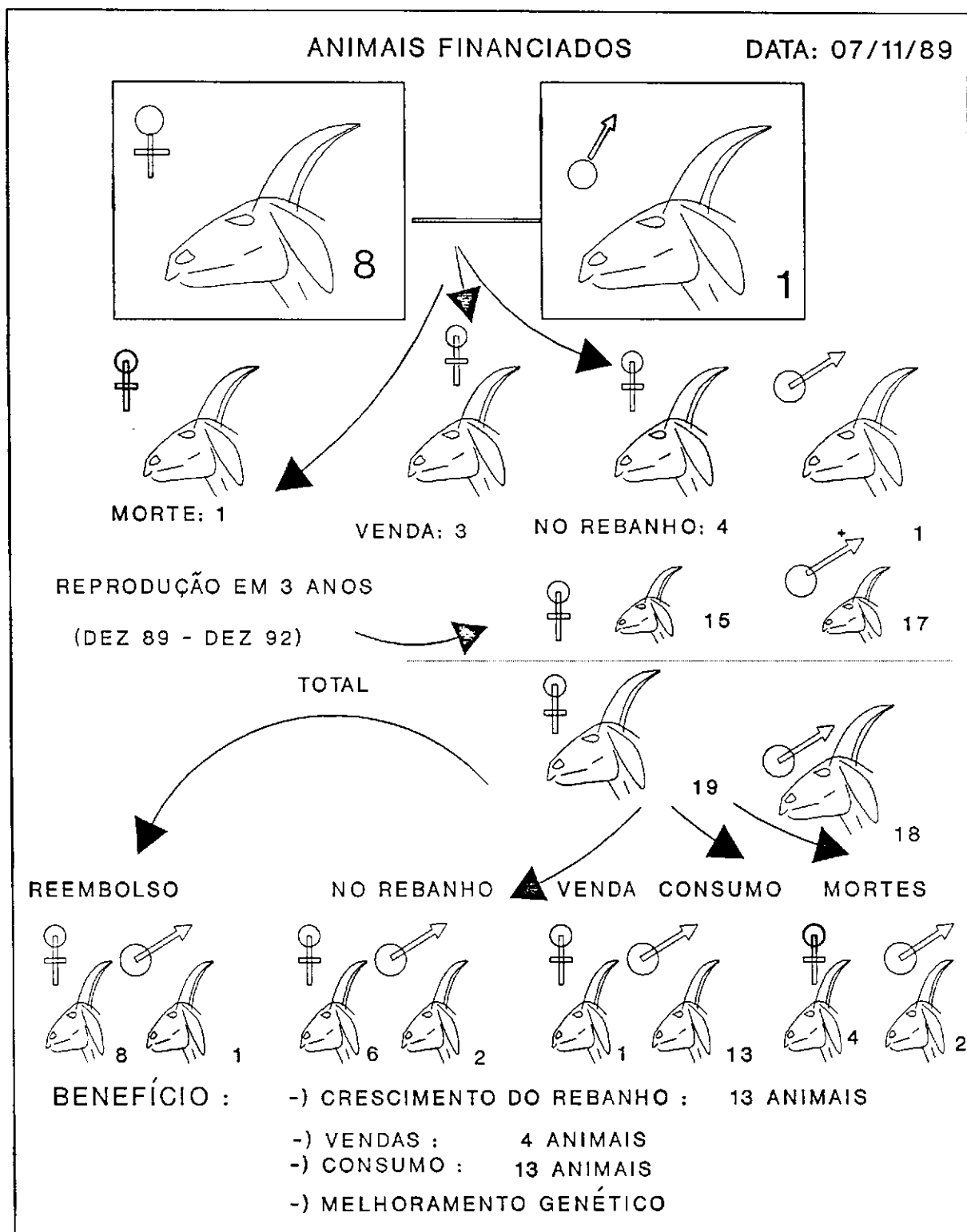


FIGURA 19 - Empréstimo para aquisição de animais. Produtor G.N.C.

tura atual é muito favorável à ampliação do espaço cercado de uso individual, e a construção das cercas tem concorrido para a transformação da paisagem agrária da região. As terras cercadas, atualmente, são suportes de estratégias anti-aleatórias e de valorização, e atendem a vários objetivos dos produtores: apropriação fundiária, reservas de terras susceptíveis de serem cultivadas e reserva de forragem para estação seca. O primeiro deles está relacionado ao processo de valorização das terras e à "especulação" gerada pelo reconhecimento jurídico do estatuto fundiário, que permite legalizar os títulos de propriedades individuais. Os demais estão ligados à ocupação de áreas cultiváveis ou não. As áreas podem ser cercadas para implantação de culturas alimentares ou de renda, quando os solos são favoráveis, como forma de proteção contra os animais, ou para introdução de culturas forrageiras e formação de reserva alimentar para o rebanho com o isolamento de áreas da caatinga.⁶⁴

Mas o cercamento de novas terras está condicionado e limitado à disponibilidade de mão-de-obra e de recursos monetários, principalmente, para aquisição do principal insumo: o arame farpado.

Para os produtores, os financiamentos para áreas forrageiras justificam-se não somente pela oportunidade de implantação das culturas forrageiras (capim, palma, algaroba e guandu) mas, também, por uma razão muito importante e nem sempre explícita nas propostas dos empréstimos. Os financiamentos incluem a construção

⁶⁴ De acordo com PARIS(1992), o ingresso financeiro proporcionado pelas economias resgatadas nas migrações temporárias dos produtores para o sul do país e pela exploração das culturas de renda é aplicado num primeiro momento, na compra de animais e, sobretudo, no investimento em cercas ou, mais especificamente, na compra de arame farpado para extensão das áreas cultivadas. Num segundo momento, esses investimentos se traduzem na construção das cercas e na implantação das áreas forrageiras.

de cercas e isto significa a oportunidade de ampliação do espaço cercado de uso individual. As propostas de financiamento dos produtores já sinalizavam nesse sentido, pois as áreas previstas para serem cercadas eram sempre superiores às áreas que deveriam ser efetivamente cultivadas e, também, a intenção dos produtores era de complementar os financiamentos com recursos próprios. E como ressaltado, as terras cercadas são suporte de várias estratégias anti-aleatórias dos produtores frente às adversidades dos meios natural e socioeconômico, e respondem a vários dos seus objetivos de produção, segurança, e de acumulação, pela apropriação fundiária.

As informações recolhidas na enquete demonstram claramente estas estratégias. Elas se expressam, principalmente, na forma como os produtores aplicaram os recursos do financiamento ou modificaram os projetos.

Retomando o exemplo da operação de financiamento do produtor RNP (FIG.7), pode-se observar como a lógica de ocupação do espaço prevalece sobre os objetivos preconizados no financiamento proporcionado pelo projeto de desenvolvimento da caprinocultura, que previa a intensificação da produção com o aumento da capacidade de suporte alimentar para o rebanho, através do estabelecimento de culturas forrageiras. A área implantada com essas culturas (capim buffel x palma x algaroba) representa, apenas, 10% da área que foi cercada da caatinga.

Como foi demonstrado, a atividade financiada não apresenta rentabilidade econômica a curto prazo, a não ser quando as

culturas forrageiras vêm associadas a outras culturas que proporcionam uma renda. Por isso, os recursos dos financiamentos das áreas forrageiras foram muito direcionados para as áreas onde predominam solos de maior potencialidade agrícola, como os "areais" (regossolos). Os produtores cercaram áreas bem acima do previsto no projeto e muito além da sua capacidade de cultivar a terra cercada - que é limitada pela disponibilidade de mão-de-obra - mesmo que a ampliação dessa área cercada se desse em detrimento do estabelecimento da forrageira objeto principal do financiamento, ou o produtor tivesse de recorrer a recursos de outras fontes para concretizar esse investimento.

A operação financeira do produtor J.L.S. (FIG.8) ilustra a situação acima. Retoma-se esse exemplo para mostrar outra lógica de ocupação do espaço, onde a área de 0,86ha cultivada com a forrageira (quandu) só representa 33% da área cercada e desmatada (2,58ha) e revela uma estratégia adotada pelo produtor, diferente do exemplo anterior. O produtor privilegia o cultivo da melancia e estabelece esta cultura em toda a área objeto do financiamento, consorciando parte dela com a cultura do milho e outra pequena parte com a cultura do quandu, a forrageira que é o objetivo fim do financiamento. E ao optar pelo cultivo do quandu, como forrageira, o produtor ainda tem a possibilidade de sempre poder contar com aquela área para a prática da agricultura associada a uma reserva forrageira ou, ainda, reverter toda a área apenas para a agricultura, pois o quandu é uma cultura de ciclo bianual. Com a área sempre disponível à prática da agricultura, o produtor pôde recorrer, inclusive à modalidade de financiamento

para o custeio da campanha agrícola seguinte. A este produtor, interessa a apropriação do espaço, pois com isso, ele, também, assegura os recursos forrageiros que vão constituir a base da alimentação durante a seca, não apenas com as áreas forrageiras, mas, também, com os restos de culturas, com as áreas deixadas em pousio e com as áreas da caatinga preservadas pelas cercas. Ademais, ele está perseguindo outro objetivo: obtenção de renda para fazer face às despesas de manutenção familiar.

Os exemplos acima foram tomados considerando-se duas situações extremas de trajetórias ou escolhas efetuadas em termos de atividades exploradas. No primeiro caso, o produtor RNP (FIG.7), em função da sua situação de partida (herança recebida), já pôde se engajar num processo de acumulação relativamente rápido e vem conseguindo estabilizar o seu sistema de produção com a ampliação do rebanho e das reservas forrageiras. Como os solos predominantes na comunidade Cipó (os tabuleiros) são restritivos à prática da agricultura, ele tende a se especializar e a se integrar no mercado de produtos pecuários. No segundo caso, o produtor J.L.S. (FIG.8), dispendo de meios de exploração bem consolidados (terras com aptidões e potencial de exploração mais diversificado e um rebanho mais estabilizado) e tendo à sua disposição a mão-de-obra familiar, além de uma boa capacidade de gerar emprego, tende a ser mais especializado e integrado ao mercado dos produtos agrícolas. Normalmente, a maioria dos produtores adota uma estratégia de complementariedade entre as atividades pecuárias e agrícolas.

A estratégia de acumulação dos meios de produção também está

presente nas operações de financiamentos para custeio agrícola. Ela aparece em, pelo menos, 29,6% dos empréstimos dessa modalidade que apresentam resultados positivos. Neste caso, os financiamentos assumem um papel tático e estratégico para os produtores. Retomando-se o exemplo dos empréstimos destinados ao produtor P.D.C. (FIG.13), ficam evidenciadas as diversas estratégias de acumulação e estabilidade do sistema de produção por ele perseguidas. Na medida que ele associa a cultura da melancia, objeto principal do financiamento, com o guandu, uma cultura de múltipla utilidade (consumo animal e consumo humano), está jogando com a possibilidade de obtenção da renda da cultura principal e, em caso de insucesso desta, ao menos poder contar com a forragem para os animais, proporcionada pelo guandu, uma cultura de grande tolerância à seca. Como este produtor obteve êxito no empreendimento financiado, ele pôde converter parte da receita obtida com a melancia, numa lógica de acumulação dos meios de produção, pela aquisição de animais e arame farpado, visando a ampliação do rebanho e a ocupação do espaço produtivo.

O financiamento para custeio agrícola, como já foi visto, viabiliza a contratação de serviços (trator e mão-de-obra) para realização das principais operações agrícolas, poupando, com isso, os recursos que seriam extraídos da unidade de produção, normalmente através da venda de animais. Por outro lado, para os agricultores menos aquinhoados, que normalmente são forçados a venderem força de trabalho, esses recursos são importantes como complemento ao atendimento das necessidades de consumos produtivo e familiar, ampliando, assim, as possibilidades de trabalharem

mais a terra, pois reduzem a necessidade de recorrerem ao assalariamento.

A participação das culturas objeto de financiamento (melancia e mamona) na formação das rendas e no provisão das famílias e das unidades de produção, pode ser considerada relevante e assume um lugar importante, hoje em dia, nas estratégias de sobrevivência adotadas pelos agricultores de Massaroca. Os benefícios da produção dessas culturas, embora limitados no tempo, podem ser revertidos em investimentos (como no exemplo anterior), mas, normalmente, são convertidos em estoques de alimentos, em despesas de consumo não alimentar (vestuários, utensílios do lar) e em despesas com investimentos sociais (saúde, educação, lazer), entre outros. Os fluxos monetários que se estabelecem a partir da renda dessas culturas demonstram a importância que elas desempenham nas unidades de produção.

É evidente que a estratégia de assegurar as necessidades de consumo (alimentar e não-alimentar) da família também aparece nas demais modalidades de empréstimos. Aliás, ela aparece mais nos financiamentos para atividades diversificadas, onde está presente em 83,3% das operações que apresentaram os benefícios esperados, enquanto nas operações de custeios agrícolas e de implantação de áreas forrageiras, essa estratégia de utilização do benefício financiamento aparece, respectivamente, em 70,4% e 10,5% dos financiamentos.

O fluxo monetário da operação de financiamento de custeio agrícola do produtor J.P.M. (FIG.20) caracteriza bem a estratégia

FINANCIAMENTO PARA CUSTEIO AGRÍCOLA

DATA : 18/11/91

ÍTEMS FINANCIADOS

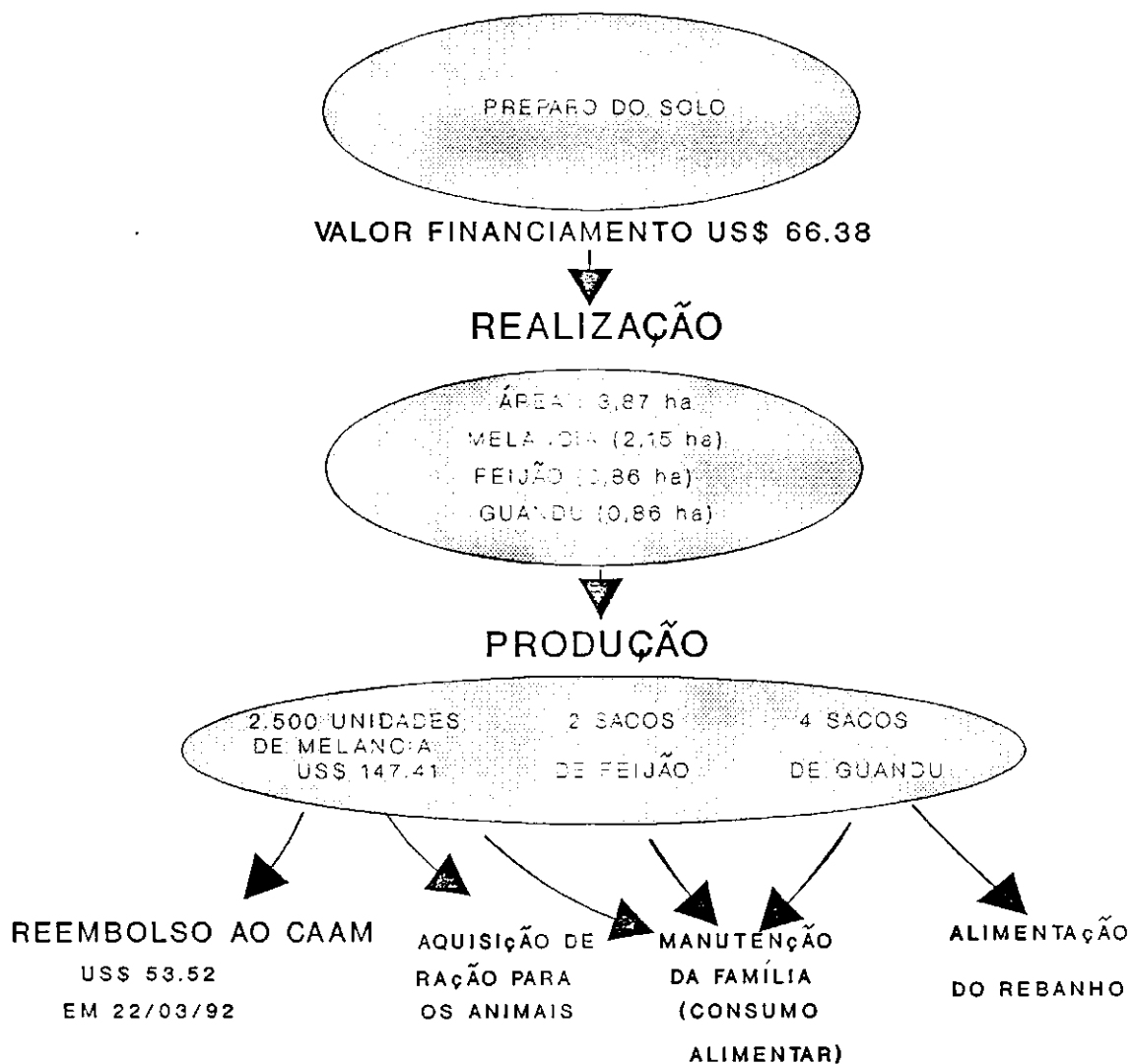


FIGURA 20 - Empréstimo para custeio agrícola. Produtor J.P.M.

de aplicação dos recursos do financiamento e utilização dos seus benefícios. O produtor utiliza a área que foi objeto de financiamento para o cultivo da melancia e implanta outras culturas. Ele associa a cultura de renda (melancia) com culturas de víveres (feijão) e de finalidade múltipla (o guandu), que são destinadas tanto para o consumo da família como para alimentação do rebanho. A renda gerada pela cultura da melancia, depois de assegurado o reembolso do empréstimo, é destinada, prioritariamente, à manutenção da família, mas parte dela é canalizada para aquisição de ração dos animais. Nesta operação de financiamento, ficam evidenciadas as estratégias adotadas pelos produtores, para o atendimento das necessidades de consumo da família e manutenção do equilíbrio e complementariedade entre as atividades agrícolas e pecuárias. Trata-se de um produtor da comunidade Juá, ainda em fase inicial de acumulação, que se enquadra na categoria de produtores denominada de "subsistência".

A análise dos financiamentos para atividades diversificadas mostra que os seus benefícios foram mais utilizados numa lógica de atendimento das necessidades de consumo pessoal ou familiar. As iniciativas bem sucedidas de empréstimos dessa natureza estão relacionadas, principalmente, às atividades de artesanato e àquelas que o produtor solicitou recursos para realização de uma prática de cultivo quando a produção já está normalmente assegurada (por exemplo: capina ou colheita de mamona e de mandioca). Na maioria desses casos, o produtor utiliza os recursos do financiamento para a manutenção da própria família e com a mão-de-obra desta, realiza as operações financiadas. Os

benefício imediato e final, quando se concretiza a produção, foram sempre revertidos para o consumo, principalmente como fonte de renda complementar. Da mesma forma, os recursos do financiamento também são solicitados e aplicados em caráter complementar ao processo de produção, para atendimento de uma necessidade de consumo produtivo.

Conforme pode ser observado no fluxo monetário da operação de crédito do produtor A.N.S. (FIG.21), ele recorreu a um empréstimo para realização da capina da cultura de mandioca. Com os recursos financeiros deste, ele contratou mão-de-obra para capina e destinou outra parte para o consumo familiar. Ao final do ciclo produtivo da cultura, a produção obtida foi destinada, num primeiro momento, à alimentação dos animais e após a transformação da mandioca em farinha, parte desta foi retida para o consumo direto, e o restante destinado ao mercado para obtenção de uma renda necessária para o reembolso do empréstimo e aquisição de outros itens de consumo familiar. Como pode ser observado, os benefícios do empréstimo, que assume um papel de custeio agrícola parcial, são revertidos, prioritariamente, para o consumo familiar e a cultura da mandioca cumpre uma função estratégica para o produtor, pois desempenha o papel de cultura forrageira, de víveres e de renda, ao mesmo tempo. Trata-se de um produtor da comunidade "Lagoinha", que se enquadra na categoria daqueles considerados de "subsistência". Com poucos recursos produtivos (rebanho, áreas cercadas e com forrageira reduzidas, limitação de mão-de-obra familiar), não conseguiu se engajar num processo de acumulação e ainda tem, na agricultura, uma fonte

FINANCIAMENTO DE ATIVIDADES DIVERSIFICADAS

DATA : 13/12/92

ATIVIDADE FINANCIADA : AGRICULTURA

ÍTEM FINANCIADOS

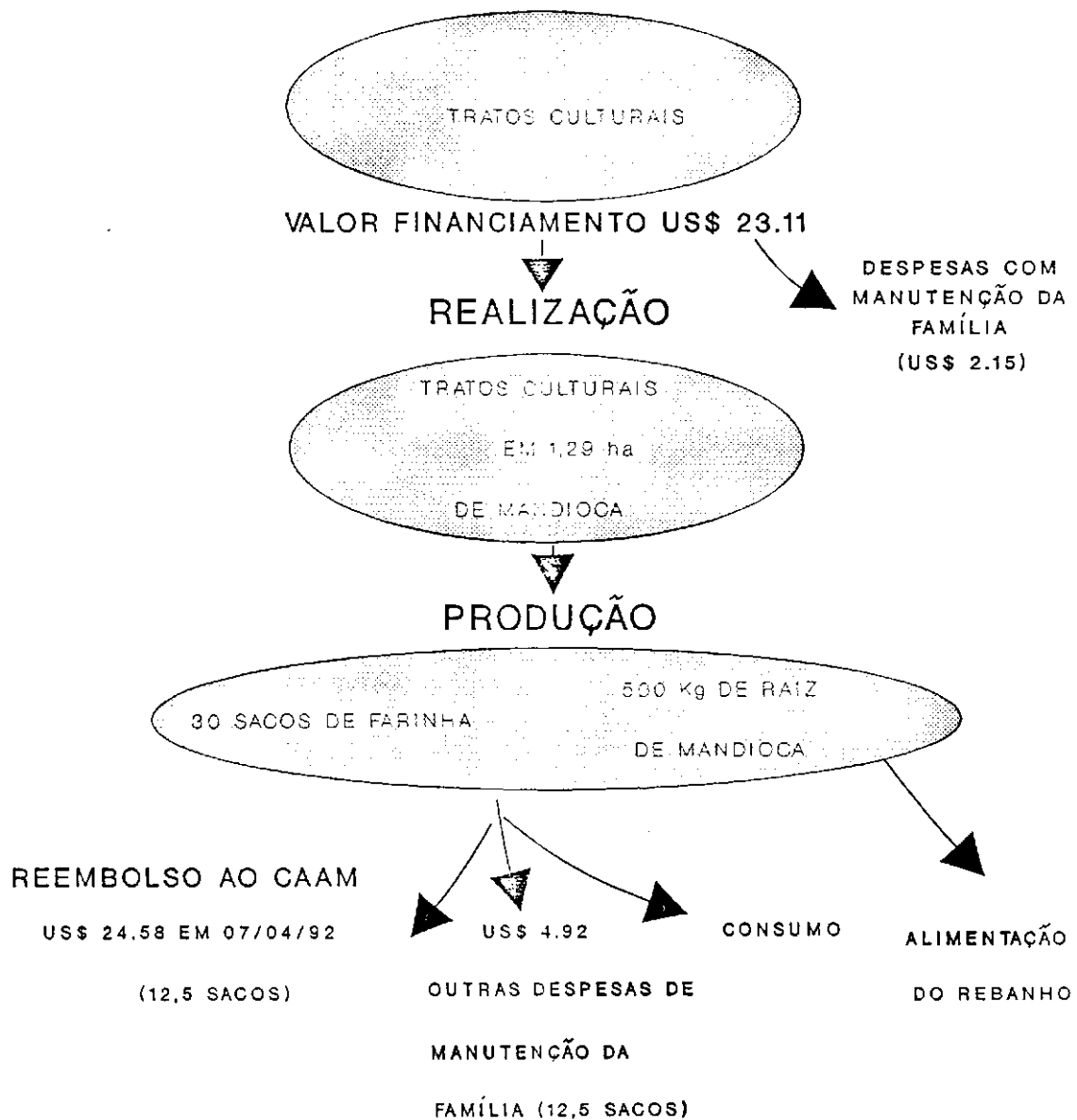


FIGURA 21 - Empréstimo para atividades diversificadas.
Produtor A.N.S.

fundamental para o provimento do consumo familiar.⁶⁵

Tomando o exemplo de financiamento para atividade diversificada (artesenato) da FIG.17, pode-se verificar que a jovem V.L.S. utilizou-se do benefício auferido com o financiamento para o atendimento de uma necessidade de consumo pessoal. Neste caso, como no exemplo anterior, o financiamento cumpre uma função tática nas estratégias e objetivos perseguidos pelos beneficiários.

Entre as operações de financiamento para atividades diversificadas, existem aquelas que, por sua própria natureza, não apresentam resultados financeiros, mas propiciaram os benefícios almejados pelos produtores e, por isso, não se pode afirmar que elas malograram. Ao contrário, foram empréstimos tomados para o atendimento de uma necessidade imediata do produtor e da sua família, para consumo, tratamento de saúde, viagens, etc. Esse tipo de financiamento cumpre um papel tático de grande relevância para os produtores na medida que eles podem contar com o montante dos recursos, suficiente para cobrir suas despesas e, depois, amortizar o empréstimo de uma só vez ou parceladamente, de acordo com a fonte de reembolso que melhor lhe convém (aposentadoria, venda de animais, produção agrícola, entre outras), no momento que ele considerar mais adequado.

Mas os financiamentos também trouxeram frustrações para outros produtores. Alguns deles não conseguiram auferir os benefícios almejados com os empréstimos e estes, em vez de desempenhar

⁶⁵ A limitação de mão-de-obra familiar é, às vezes, determinada pela predominância de filhos do sexo feminino, pois, normalmente, elas são poupadas da realização das tarefas mais árduas, como também se emancipam ainda muito jovens, com o casamento.

o papel de fortalecimento das estratégias dos produtores, contrariaram seus principais objetivos de produção e segurança. Vários fatores concorreram para que os empreendimentos financiados não obtivessem o êxito esperado. Entre outros fatores, podem ser apontados: os contratempos de ordem climática e de mercado (preços baixos); as formas de aplicação e utilização dos recursos financiados, e o baixo retorno financeiro das atividades financiadas.

Cabe, então, identificar onde os efeitos ou resultados dos financiamentos afetaram ou contrariaram a lógica econômica de segurança e estabilidade adotada pelos produtores no comando da sua unidade de produção.

Como ficou esclarecido no item anterior, dificilmente um empréstimo destinado à aquisição de animais, nas condições estabelecidas por essa modalidade de financiamento, trará frustrações para os produtores, mesmo em condições adversas de exploração da atividade financiada. Já com relação aos empréstimos destinados às áreas forrageiras e à construção de cercas, a situação é bem diferente. Pelo menos 77,9% dessas operações de financiamentos se enquadram entre aquelas que não apresentaram retorno financeiro ou este malogrou por algum motivo. Isto não significa que todos estes produtores ficaram frustrados com os resultados do financiamento, pois, entre eles, figuram aqueles que se utilizaram desse instrumento para viabilizar o seu objetivo de ocupação do espaço, pela ampliação das áreas cercadas, por exemplo, mesmo sabendo de antemão que a atividade não apresentava retorno financeiro (o caso do produtor RNP - FIG.7 - ilustra esta situação). De qualquer sorte, todos

que se encontravam na situação acima tiveram de recorrer a outras fontes de rendas dentro ou fora da unidade de produção. E apesar da concretização do investimento, alguns produtores sentem-se frustrados por terem de recorrer, principalmente, à venda de animais, seu principal meio de produção e elemento de estabilidade da unidade de produção em condições de crise.

O exemplo da operação de financiamento do produtor J.N.S. (FIG.10) ilustra essa situação. Como viu malograda sua estratégia de associação com uma cultura de renda, ele teve de recorrer à venda dos animais para amortizar o empréstimo. A sua situação não foi ainda pior porque ele soube manejar os recursos do financiamento, aplicando parte na poupança. Outros produtores estiveram na mesma situação do exemplo em apreço, inclusive aqueles que não tiveram a oportunidade de tentar buscar, na associação com a cultura de renda, a fonte para o reembolso e já percebiam, de antemão, que precisariam recorrer a outras fontes de reembolso e, também, aqueles que não tiveram a perspicácia de manejar bem os recursos do financiamento, numa situação de alta inflação, assim como aqueles cuja estratégia era apostar no fato de que o financiamento seria a fundo perdido e que não precisariam reembolsar.

Para os empréstimos destinados ao custeio agrícola, a frustração decorre, principalmente, dos contratemplos climáticos e do mercado. Os efeitos daí decorrentes sobre o sistema de produção do agricultor podem ser os mais diversos possíveis, como, também, diversos são os arranjos táticos e as estratégias que ele adota no comando da sua unidade de produção para superar a crise. Um elemento determinante é a estrutura de produção que

ele dispõe em termos de meios de produção (animais, culturas estabelecidas, principalmente) e, também, outras fontes de rendas externas à unidade de produção (aposentadoria, remessa de dinheiro de familiares, poupança, entre outras).

Quando se trata de produtores mais aquinhoados, eles conseguem minimizar os efeitos de uma crise de produção, ao adotarem a estratégia de consorciação das culturas financiadas com forrageiras mais tolerantes à seca (guandu, por exemplo). Em caso de frustração de safra da cultura principal, eles garantem, pelo menos, uma reserva alimentar para o rebanho, com as forrageiras instaladas e com os restos culturais. São vários os arranjos táticos e estratégicos que os produtores podem adotar jogando com a estrutura de produção que eles dispõem e, assim, garantir a manutenção da família numa situação de crise de produção e, às vezes, liquidar seu débito do empréstimo. Observe-se o exemplo da operação de financiamento do produtor F.V. (FIG.16). Mas para o produtor menos aquinhado, do tipo considerado de "sobrevivência", a estratégia anteriormente mencionada dificilmente pode ser aplicada, pois dada a limitação de áreas cercadas, ele privilegia o consórcio da cultura principal, objeto do financiamento, com cultura de víveres (feijão, mandioca) que para ele é fundamental no atendimento do consumo alimentar da família. Por isso, em caso de crise de produção, a necessidade de venda de mão-de-obra para essa categoria de produtores fica ainda mais premente e os seus efeitos vão se refletir, principalmente, na produção do ano vindouro, pois eles terão menos tempo para trabalhar novamente as

suas terras. Um caso típico que pode ilustrar esta situação é o exemplo da operação de financiamento do produtor F.S. (FIG.15), com um agravante de não poder contar com um novo financiamento, dada a sua situação de inadimplência junto ao C.A.A.M.

Os financiamentos para atividades diversificadas, com todas as suas peculiaridades (menos riscos, discussão prévia das oportunidades econômicas, liberdade para escolha da atividade financiada), também trouxeram frustrações. Embora em número reduzido, alguns empreendimentos financiados malograram. A baixa rentabilidade das atividades financiadas foi uma das causas, conforme ficou evidenciado no exemplo do empréstimo contratado com a senhora V.S.D. (FIG.18), destinado à criação de "galinha de capoeira". Ela apostava na possibilidade de poder contar com uma renda complementar. O financiamento foi utilizado segundo essa lógica, mas não logrou o êxito desejado. Houve os casos em que os produtores recorreram a essa modalidade de financiamento para aquisição de animais e de arame, por exemplo, contando com a renda futura da produção agrícola, para reembolsar o empréstimo. Os que jogaram com essa possibilidade e tiveram suas safras agrícolas malogradas, viram suas estratégias fracassarem. Foram produtores que utilizaram os recursos do crédito numa lógica de acumulação de meios de produção, contrariamente ao que preconizava a proposta dessa modalidade de financiamento, que previa a utilização nessa lógica, apenas dos benefícios gerados por outras atividades financiadas com rentabilidade elevada.

Um esforço de síntese permite demonstrar que o impacto de uma operação externa de financiamento sobre cada uma das funções

da produção no ciclo de reprodução da pequena produção familiar nas regiões semi-áridas (FIG. 4 e 5) depende da combinação entre: a situação em que se encontra o produtor (tipo); a gestão dos recursos financeiros, inclusive da escolha das atividades financiadas, e outros fatores externos e incontroláveis (clima e mercado, principalmente).

Em função da combinação desses três fatores, as diferentes modalidades de financiamentos favoreceram, em maior ou menor grau a: a acumulação dos meios de produção e, por conseguinte, a estabilidade e o aumento da capacidade de produção ou o atendimento das necessidades de consumo. Algumas das modalidades foram mais flexíveis e contribuíram em ambos os sentidos. O papel que cada tipo de financiamento desempenha dentro do sistema produtivo varia em função da prioridade que os produtores lhe conferem. Mas a opção por uma ou outra modalidade de financiamento está condicionada pela condição econômica dos produtores e por sua capacidade de produção (disponibilidade de meios de produção e mão-de-obra) que, em última instância, é quem confere a capacidade de assumir os riscos dos financiamentos. Por isso, nem todas as modalidades de financiamentos foram acessíveis às diversas categorias dos produtores.

Os financiamentos para aquisição de animais favorecem ao aumento da estabilidade e da capacidade de produção, mas cumprem um papel diferenciado nos sistemas produtivos dos diferentes produtores. Para aqueles do tipo "subsistência", atendem uma necessidade de crescimento do rebanho, enquanto para os produtores "em equilíbrio" e "de renda", representam mais a

oportunidade de melhoria do potencial produtivo dos animais. Estes produtores, por disporem de reservas forrageiras (pastagem e áreas cercadas), podem adotar um melhor manejo para o rebanho e garantir a alimentação deste, nos períodos mais críticos e, com isso, incorrem em menos riscos de mortandade de animais e ainda conseguem aumentar a sua capacidade de produção.

E aí reside a importância dos financiamentos das áreas forrageiras na região de Massaroca. Eles viabilizam um empreendimento que confere estabilidade às unidades de produção e desempenha um papel fundamental em sua evolução, pois reduz os riscos de produção. Entretanto, dadas a necessidade de alto volume de recursos para implementação das áreas forrageiras e a baixa rentabilidade do empreendimento a curto e médio prazos, ele se apresenta inacessível aos produtores do tipo "subsistência", nas condições oferecidas pelo sistema de financiamento. E quando eles tentam viabilizá-lo, recorrendo a uma estratégia de consorciação com culturas de renda, a exemplo da melancia, estão incorrendo num risco de frustração, que pode levá-los a uma crise sem precedente. Além do mais, a prática da consorciação das culturas implica numa competição entre elas em detrimento das culturas de víveres (feijão e mandioca, principalmente), indispensáveis ao atendimento das necessidades de consumo.

Já os financiamentos para construção de cercas apresentam uma maior flexibilidade. Eles podem cumprir uma função semelhante aos financiamentos das áreas forrageiras, mas também são indispensáveis ao estabelecimento da atividade agrícola, para proteger as culturas contra os animais. Esta modalidade de

financiamento pode cumprir uma etapa fundamental na evolução das unidades de produção dos produtores do tipo "subsistência", especialmente aqueles em fase de instalação, que dependem de um apoio inicial dos pais para cercar uma área e se engajarem no processo de produção, senão recorrem ao mercado de trabalho, migrando para o centro-sul do país, visando fazer uma reserva financeira para viabilizar esse investimento inicial com cercas.

Os financiamentos para custeios agrícolas são flexíveis. O ingresso financeiro propiciado pela renda das culturas financiadas pode reverter-se para ampliar a acumulação dos meios de produção ou favorecer ao atendimento das necessidades de consumos familiar e produtivo. A prática de consorciação das culturas de renda e forrageira se apresenta vantajosa para os produtores dos tipos "em equilíbrio" ou "de renda", pela possibilidade de viabilizar uma reserva forrageira mesmo em caso de insucesso do empreendimento financiado (as culturas de renda). Esta estratégia de consorciação, especificamente, como foi mencionado acima, não se aplica para os produtores do tipo "subsistência". Para estes, a prática do consórcio envolvendo culturas de renda e de víveres se apresenta mais adequada às necessidades de aprovisionamento alimentar, bens de consumo doméstico e investimentos sociais. Neste caso, a associação das culturas não provoca uma competição entre elas. Ao contrário, são complementares para o atendimento das necessidades de consumo dessa categoria de produtores. Mas, nas condições de produção em Massaroca, trata-se de uma modalidade de financiamento muito arriscada, principalmente, para os produtores que não têm uma estrutura de produção capaz de

fazer face a uma eventual crise de produção.

A maior flexibilidade de financiamento encontra-se na modalidade voltada para atividades diversificadas. Por não terem os recursos vinculados especificamente a um determinado produto ou atividade da agropecuária, e por permitir o apoio financeiro às mais diversas oportunidades econômicas, esses financiamentos conseguem permear as mais diversas estratégias de complementariedades e equilíbrio adotadas pelas diferentes categorias de produtores, em busca do atendimento das necessidades básicas de consumo da família, não obstante possam, também, favorecer às estratégias de acumulação dos meios de produção. Na medida em que pode valorizar o principal recurso disponível aos produtores do tipo "subsistência" - a mão-de-obra -, essa modalidade de financiamento se apresenta bastante acessível a essa categoria.

5.4 - EXEQUIBILIDADE DO SISTEMA DE FINANCIAMENTO

A eficácia de um sistema de financiamento baseado em um fundo rotativo pode ser avaliada em função: da capacidade que ele tem de manter e recuperar os recursos mobilizados para viabilizar novos e sucessivos financiamentos; da distribuição dos recursos financeiros entre o público beneficiário, e da capacidade de contemplar os interesses dos produtores, garantir a sua reprodutividade e contribuir para a melhoria das condições técnicas, econômicas e sociais dos produtores e suas famílias. Este item encerra a segunda parte da avaliação do sistema de financiamento.

5.4.1 DESEMPENHO FINANCEIRO DO SISTEMA DE FINANCIAMENTO

Numa economia em inflação, vários fatores podem contribuir para manutenção ou não dos recursos de um fundo rotativo. Entre eles, pode-se destacar: um sistema de indexação capaz de corrigir monetariamente os recursos emprestados aos agricultores; controle eficaz na tramitação dos recursos financiados (coleta e distribuição dos recursos); mecanismos de aplicação desses recursos no mercado financeiro, e índice de liquidez das operações financiadas, entre outros. Além destes, outros fatores tais como: mecanismos de cobertura dos custos administrativos e de apoio técnico-econômico; seguro para cobertura dos riscos dos financiamentos em caso de frustração de safras e outros imprevistos graves; conjuntura político-econômico (preços dos produtos agropecuários, por exemplo), etc., também podem favorecer a preservação do fundo de financiamento.

A inobservância dos fatores acima pode trazer sérios problemas à gestão dos fundos e provocar uma erosão monetária nos seus recursos, de tal forma que pode comprometer ou inviabilizar o sistema de financiamento.

Uma análise superficial dos recursos mobilizados na experiência do sistema de financiamento em estudo já permite identificar uma forte defasagem nos seus recursos. Do aporte inicial de 54,2 mil dólares, alocados inicialmente para o fundo de financiamento, em pouco mais de três anos, já pode ser contabilizada uma erosão da ordem de 61% dos seus recursos⁶⁶.

⁶⁶ O resultado acima foi estimado a partir de balanço realizado pelo C.A.A.M., em 08.04.93, que contabilizava um ativo da ordem de 556 milhões de cruzeiros (recursos emprestados aos produtores: 211

Todo esse processo de erosão monetária não foi causado unicamente pelas operações de financiamento. Conforme mencionado anteriormente, os recursos efetivamente emprestados aos produtores só atingiram o montante de 38,5 mil dólares, aqui também incluídos os recursos emprestados aos produtores que retornaram ao C.A.A.M. e foram reemprestados novamente, dada a rotação dos financiamentos.

A defasagem causada aos recursos efetivamente emprestados aos produtores, abstraindo-se os casos de inadimplência, foi estimada em cerca de 6,95 mil dólares e representa uma erosão de 12,8% em relação à dotação inicial dos recursos do fundo, ou 18% do montante de recursos efetivamente emprestados. Esta defasagem, especificamente, deve ser atribuída às condições de financiamento, principalmente devido às formas de indexação utilizadas nas diversas operações, e às manobras ou artifícios de favorecimento aos produtores, adotadas pelo C.A.A.M.

Em decorrência, algumas modalidades de financiamento contabilizaram grandes prejuízos para o fundo de financiamento. As principais delas foram as que financiaram os animais, seguidas dos custeios agrícolas e das áreas forrageiras.

a) Financiamento de animais

Conforme pode ser observado na TAB.3, uma estimativa da erosão monetária proporcionada pelos financiamentos para animais, indica um déficit de quase 53% sobre o montante dos recursos destinados a essa modalidade de financiamento. Este déficit

milhões; recursos em caixa: 270 milhões, valor estimado dos animais emprestados: 75 milhões), equivalentes a, aproximadamente, 21,0 mil dólares, que representam apenas 39% da dotação inicial dos recursos.

TABELA 3 - Recursos mobilizados pelo fundo de financiamento até dezembro de 1992.

ITENS FINANCIADOS	Nº DE CON-TRATO	INDEXADOR	VALOR (US\$ 1.00)				% DEFICIT POR MODALIDADE DE FINANCIAMENTO	% PARTICIPAÇÃO NO DEFICIT TOTAL
			EMPRESTADO 1	REEMBOLSADO 2	SALDO DEVEDOR 3	DEFICIT (4=1-2-3)		
Animais	46	Animais	7,995.64	956.09	2,825.31	4,214.24	52,7	60,7
Áreas Forrageiras	28	Carne x Pele x Leite	13,641.38	6,737.42	5,798.51	1,105.45	8,1	15,9
Const.Cercas	9	Arame	1,914.71	451.07	1,398.53	65.11	3,4	0,9
Custeio Agrícola	18	Melancia	3,771.05	2,571.50	-	1,199.54	31,8	17,3
	4	Mamona	1,065.51	73.29	1,155.16	(-162.93)	(-15,3)	(-2,3)
	3	Sal.Mínimo	901.11	518.89	45.52	336.70	37,4	4,8
	31	Horas/Trator	1,647.35	496.29	1,410.58	(-259.52)	(-15,7)	(-3,7)
	1	Tarefas	551.70	149.06	-	402.64	73,0	5,8
Ativ.Diversas	56	Inflação+ 1%	7,051.85	5,221.81	1,784.69	45.35	0,6	0,6
T O T A L	196	-	38,540.30	17,175.43	14,418.31	6,946.57	18,0	100,0

decorre das condições estabelecidas inicialmente nos contratos de empréstimos, que imputavam ao fundo de financiamento todos os riscos ou prejuízos causados pelas mortes dos animais. Mas a defasagem dos recursos emprestados também deriva da desvalorização dos animais, objeto de rotação de empréstimos, devido ao processo de erosão genética dos mesmos. Por se tratar de animais de raça melhorada, estes foram adquiridos a preços elevados, comparados aos preços dos animais da localidade. E como o empréstimo é reembolsado com a progenitura dos animais, as crias que desta resulta são normalmente animais mestiços, de qualidade e valor inferiores, devido ao próprio processo de seleção adotado pelos produtores, que retêm os melhores animais. Dessa forma, conforme pode ser observado na TAB.4, o déficit real causado pelas opera-

TABELA 4 - Recursos mobilizados e taxa de reembolso nas operações de financiamento já liquidadas até dezembro de 1992

ITENS FINANCIADOS	Nº DE CON-TRATO	INDEXADOR	VALOR (US\$ 1.00)				% DEFICIT	TAXA DE REEMBOLSO 2/1 x 100
			1 EMPRESTADO	2 REEMBOLSADO	3 SALDO DEVEDOR	4 DEFICIT		
Animais	9	Animais	1,926.36	956.09	-	970.28	50,4	49,6
Áreas Forrageiras	16	Carne x Pele x Leite	8,145.49	5,469.48	-	2,676.01	32,8	67,2
Custeio Agrícola	18	Melancia	3,771.05	2,571.50	-	1,199.54	31,8	68,2
	2	Sal.Mínimo	643.65	403.54	-	240.12	37,3	62,7
	11	Horas/Trator	561.89	433.99	-	127.90	22,8	77,2
	1	Tarefas	551.70	149.06	-	402.64	73,0	27,0
Atividades Diversificadas	39	Inflação+ 1%	4,846.29	4,781.62	-	64.67	1,3	98,7
T O T A L	96	-	20,446.43	14,765.28	-	5,681.15	27,8	72,2

ções já liquidadas atingiu 50,4% sobre os recursos emprestados e a projeção para os contratos em vigência é ainda mais pessimista, pois à medida que aumenta a erosão genética do rebanho, o déficit deverá agravar-se ainda mais.

O registro dos valores de compras de animais efetuadas pelo C.A.A.M. é suficiente para demonstrar esse processo de desvalorização. Os primeiros animais adquiridos, em janeiro de 1991, custaram ao C.A.A.M., em média, 40,85 dólares por animal, incluídas as despesas de transporte, equivalentes ao valor de 35 kg de carne de caprino, segundo o preço praticado em Massaroca. Na segunda aquisição realizada pelo C.A.A.M., em julho de 1992, optou-se pela compra de animais mestiços pertencentes aos produtores da própria localidade de Massaroca⁶⁷. O custo médio

⁶⁷ Alguns produtores queixam-se que a decisão da compra de animais mestiços da própria região deu-se no

dos animais mestiços adquiridos ficou em torno de 23,89 dólares equivalentes a 15 kg de carne, conforme os preços vigentes pagos aos produtores. Na mesma época, o C.A.A.M., também, financiou aquisição de animais "pés-duros" (S.R.D.) ao preço de 12,84 dólares que equivaliam a, aproximadamente, 8 kg de carne caprina.

b) Financiamento para os custeios agrícolas

O custeio agrícola foi outra modalidade de financiamento que gerou déficit sobre os recursos do fundo. Mesmo abstraindo-se os casos de inadimplência, essa defasagem chega a 19% sobre os recursos envolvidos nesta modalidades de crédito, que, por seu turno, concorre com cerca de 22% do déficit total sobre os recursos mobilizados pelo sistema de financiamento.

Conforme pode ser observado na TAB.3, a defasagem sobre os recursos do fundo causada pelos custeios agrícolas ocorreu nas operações que foram indexadas segundo o valor do produto melancia ou segundo o salário mínimo. No primeiro caso, a causa do déficit pode ser atribuída mais à inexistência de regras bem definidas para indexação dos financiamentos segundo o valor da melancia, do que propriamente à variação do preço desta. Conforme pode ser verificado na FIG.11, apesar da grande variação dos preços da melancia, observa-se que no período de tomada dos empréstimos, nos meses de novembro e dezembro, o seu preço no mercado é sempre inferior aos praticados nos quatro meses subsequentes (março e abril), na época de amortização dos empréstimos. Esta situação deveria favorecer à preservação dos recursos do fundo, não implicando em déficit. Entretanto, por decisão do C.A.A.M., os emprés-

sentido de favorecer alguns produtores que exercem influências sobre o C.A.A.M.

timos foram contratados e seu valor convertido em quilogramas de melancia segundo o preço praticado no mercado, em Juazeiro-BA, e por ocasião do reembolso, foram considerados os preços praticados em Massaroca. Como já foi mencionado, este preço é em torno de 18% inferior àquele. Esta medida, adotada pelo C.A.A.M., favoreceu aos produtores em detrimento dos recursos do fundo de financiamento e explica a maior parcela do déficit causado pelas operações de custeio indexadas segundo o preço da melancia.

Para as operações de custeio agrícola indexado segundo o valor do salário mínimo, a causa do déficit tem outra explicação. Estes empréstimos foram contratados em outubro de 1990, para implantação da cultura de mamona. Atentos à política de contenção de salários adotada pelo governo, com reajustes quadrimestrais, os produtores deixaram para amortizar ou liquidar seus empréstimos na virada do quadrimestre, quando deveria ocorrer o reajuste dos salários. Dessa forma, mesmo com o vencimento dos empréstimos previsto para outubro de 1992, os produtores anteciparam o pagamento para o início de maio e saldaram os seus empréstimos com base no valor do salário de abril (Cr\$ 96.037,33, equivalentes a US\$ 40.08), quando era anunciado o salário de maio (Cr\$ 230.000,00, equivalentes a US\$ 80.73). Isto significou uma vantagem financeira para os produtores da ordem de 50%, em detrimento dos recursos do fundo de financiamento.

O caso mais grave de favorecimento aos produtores, com conseqüente prejuízo para o fundo de financiamento, foi registrado numa única operação em que o C.A.A.M. acatou a

indexação do empréstimo pelo valor médio pago para o desmatamento de uma tarefa de terra. Esta forma arbitrária de indexação, calcada num parâmetro pouco preciso e indefinido, foi objeto de manipulação pelo beneficiário e de conivência do C.A.A.M., ao ponto de provocar uma erosão monetária de quase 6% ao fundo de financiamento e só retornarem a este apenas 27% dos recursos efetivamente emprestados. O caso da mamona, especificamente, merece uma ressalva. O superávit apresentado decorre do preço do produto adotado para correção do saldo devedor das operações (preço da mamona no mercado local de Massaroca em dezembro de 1992). Isto, portanto, nada garante que no ato das liquidações das operações financiadas, estas não apresentem déficit.

Das operações de custeio agrícola, abstraindo-se as situações de inadimplência, somente aquelas indexadas segundo a quantidade do produto mamona e do número de horas/trator não apresentam déficit ao fundo de financiamento. Este último parâmetro se apresenta mais consistente, pois tem como referência o preço da hora/trator na área irrigada e, por seu turno, já se pauta em alguma planilha de custo das cooperativas ou das empresas agropecuárias.

c) Financiamento de áreas forrageiras

As operações de financiamento para áreas forrageiras, dado o volume de recursos que elas mobilizaram, apresentaram um déficit relativamente inferior às operações anteriormente mencionadas. Apesar de ter contribuído com quase 16% de participação na erosão dos fundos de financiamento, estima-se que esta modalidade de financiamento possa proporcionar uma reposição de mais 90% dos

recursos efetivamente emprestados, se não se considera os casos de inadimplências. A forma de indexação adotada segundo a quantidade dos produtos carne, pele e leite dividida equitativamente, apresentou-se como um parâmetro eficiente para esta modalidade de financiamento. Apesar da instabilidade dos preços dos produtos utilizados como referência, conforme pode ser observado na FIG.22, para operações de crédito com amortização a médio e longo prazos, esta forma de indexação permite, ao longo do tempo, um certo equilíbrio e compensação às oscilações dos preços, em relação à inflação no período de vigência dos contratos⁶⁸.

O déficit registrado para os financiamentos de áreas forrageiras não deve ser atribuído ao parâmetro de correção adotado, mas aos mecanismos de descontos, negociação e congelamento de dívidas adotados pelo C.A.A.M.. A decisão de congelamento do valor da dívida por cinco meses, adotada em 07.11.90, por exemplo, provocou um prejuízo ao fundo de financiamento superior a 1,21 mil dólares, que seria suficiente para compensar o déficit apresentado⁶⁹. Esta medida favoreceu a, pelo menos, dez produtores contemplados com essa modalidade de empréstimo na primeira etapa de funcionamento do sistema, que se beneficiaram com uma redução de cerca 60% do total da dívida, estimulando, portanto, essa liquidação antecipada.

⁶⁸ Como pode ser observado na FIG.22, a variação do preço de leite é muito pequena. A vinculação do preço desse produto ao valor efetivamente pago por indústria de laticínios, já demonstra a importância da adoção de um parâmetro menos vulnerável à conjuntura do mercado local e à manipulação por parte dos produtores e/ou dos gestores do sistema.

⁶⁹ No primeiro ano de funcionamento do sistema de crédito, alguns produtores recorreram ao financiamento carentes que se tratava de mais um empréstimo a fundo perdido e, porquanto, não precisaria reembolsá-lo. A decisão coletiva de congelamento do débito e prorrogação do pagamento ocorreu, também, no sentido de assegurar e viabilizar o reembolso desses produtores.

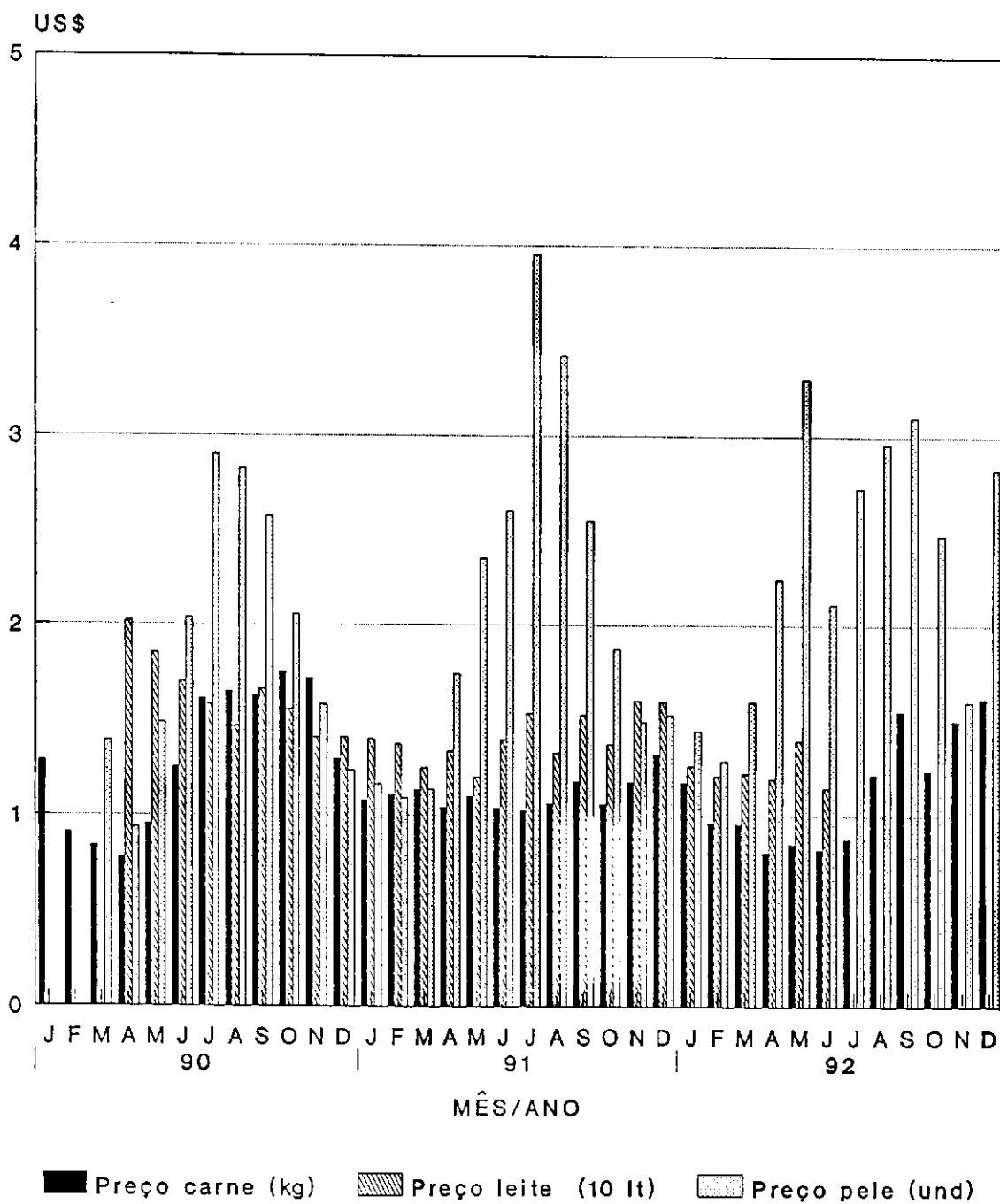


FIGURA 22 - Evolução do preço de carne, leite e pele em Massaroca. Período jan.90 à dez.92

d) Financiamentos para construção de cercas

Com relação às operações de financiamento para construção de cercas, a sua forma de indexação, segundo a variação do preço do arame farpado de uma marca determinada, limita substancialmente os riscos de erosão monetária dos recursos emprestados. O déficit registrado é atribuído, principalmente, às perdas causadas pela inflação durante a tramitação das propostas de empréstimos. Quer dizer, as perdas provocadas nos recursos devido ao aumento do preço do arame entre as datas de coleta do reembolso e da contratação e aprovação, pelo C.A.A.M., de novos empréstimos. Também foi constatado que a falta de uma informação precisa sobre os preços desse insumo, por parte do agente comunitário, no momento de receber o pagamento dos empréstimos, também contribuiu para a defasagem, que totalizou pouco mais de 3% sobre os recursos emprestados para esta modalidade de financiamento e menos de 1% do total dos recursos (TAB.3).

e) Financiamentos de atividades diversificadas

Finalmente, sobre os empréstimos para as atividades diversificadas, estes, "a priori", não deveriam causar déficit ao fundo de financiamento, pois a forma de indexação adotada previa a correção da inflação acrescida de mais de 1% para cobrir eventuais custos. No entanto, conforme pode ser constatado na TAB.3, ainda foi registrado um pequeno déficit, inferior a 1%, seja sobre os recursos emprestados para essa modalidade de financiamento, seja sobre o montante do fundo. Esta pequena defasagem deveu-se, tão somente, às dificuldades no acompanhamento financeiro, para correção dos empréstimos e cálculo das amortizações, por parte do

C.A.A.M. e, principalmente, pelo agente comunitário responsável pela coleta e distribuição dos fundos. Diante de uma conjuntura de alta inflação, a falta de informações e de conhecimentos sobre o manuseio dos indicadores econômicos de correção monetária, concorreu para contabilização do déficit apresentado pelo conjunto das operações de financiamento para atividades diversificadas.

Um esforço de síntese da avaliação do custo da erosão monetária, causada pelas diversas modalidades de financiamentos, permite concluir que as operações cujos mecanismos de indexação estão pautadas em parâmetros que não estão relacionados com as condições de produção e mercado local ou medidas de política econômica (salário mínimo), foram as que menos causaram prejuízos aos recursos do fundo de financiamento. Foram aquelas operações corrigidas monetariamente segundo a variação da inflação e aquelas que têm como referência, ou se pautam, num insumo de origem industrial (o arame farpado), numa planilha de custo oficial ou privado (preço de hora/trator, preço do leite).

São parâmetros que impedem ou dificultam as influências exercidas pelos produtores e/ou sua manipulação pelos gestores do sistema de financiamento, não obstante possam ser desconsiderados por aqueles que detêm o poder de decisão sobre os destinos do fundo de financiamento, que podem arbitrar sobre medidas que contrariam a lógica de manutenção do fundo rotativo.

As operações que adotaram os parâmetros acima, quase sempre, apresentaram uma taxa de reembolso mais alta⁷⁰ (TAB.4). Destacam-

⁷⁰ A taxa de reembolso, ou taxa de retorno, indica a percentagem dos valores aplicados no financiamento dos projetos que, efetivamente, retornou ao fundo para, então poder ser reaplicada. Dessa forma, trata-se de um

se, entre estas, as operações que financiaram as atividades diversificadas que apresentaram o menor déficit e a mais alta taxa de reembolso, entre todas as modalidades de empréstimos realizados, devido à adoção de um indexador capaz de preservar os recursos financiados. Conforme pode ser observado na TAB.4, a taxa de reembolso destas operações de crédito alcançou 98,7%, quando a média apresentada pelas demais modalidades do sistema de financiamento só atingiu 60%.

De modo geral, este índice indica uma baixa eficiência do sistema de financiamento. Mas a projeção da taxa de reembolso para as operações em andamento, abstraindo-se os casos de inadimplência e de manipulação dos valores devidos, demonstra que a maioria dos indexadores utilizados é capaz de corrigir monetariamente os financiamentos, principalmente aqueles calcados em parâmetros bem definidos, conforme pode ser observado na TAB.5.

Outro indicador importante de desempenho de um fundo é a taxa de rotatividade dos recursos financeiros mobilizados. Ela dá uma idéia do tempo de rotação dos recursos, bem como o número de operações que podem ser financiadas anualmente em condições ótimas de funcionamento (sem débitos em atraso, sem juros, com reaplicações imediatas etc). É um parâmetro importante, inclusive para uma análise "ex-ante" de uma determinada modalidade de financiamento. No caso da experiência de Massaroca, não foi possível precisar esse índice porque o sistema de financiamento

parâmetro que se aplica às operações já liquidadas. Assim: Taxa de reembolso = $\frac{\text{valor dos reembolsos}}{\text{valor emprestado}}$. Uma

estimativa da taxa de reembolso das operações em andamento pode ser realizada abstraindo-se os casos de não reembolso; neste caso, taxa de reembolso = $\frac{\text{valor reembolso} + \text{valor saldo devedor}}{\text{valor emprestado}}$

TABELA 5- Recursos mobilizados e taxa de reembolso das operações de financiamento em andamento, até dezembro 1992

ITENS FINANCIADOS	Nº DE CON- TRATO	INDEXADOR	VALOR (US\$ 1.00)				% DEFICIT (4) . 100 (1)	TAXA DE REEMBOLSO (2)+(3).100 (1)
			EMPRESTADO (1)	REEMBOLSADO (2)	SALDO DEVE- DOR (3)	DEFICIT (4=1-2-3)		
Animais	37	Animais	6,069.28	-	2,825.31	3,243.96	53,4	46,6
Áreas Forrageiras	12	Carne x Pele x Leite	5,495.89	1,267.94	5,798.51	(-1,570.56)	(-28,6)	128,6
Const.Cercas	9	Arame	1,914.71	451.07	1,398.53	65.11	3,4	96,6
Custeio Agrícola	4	Mamona	1,065.51	73.29	1,155.16	(-162.93)	(-15,3)	115,3
	1	Sal.Mínimo	257.46	115.35	45.52	96.58	37,8	62,5
	20	Horas/Trator	1,085.46	62.30	1,410.58	(-387.43)	(-35,7)	135,7
Atividades Diversificadas	17	Inflação+ 1%	2,205.56	440.19	1,784.69	(-19.32)	(-0,9)	100,9
T O T A L	100	-	18,093.87	2,410.14	14,418.31	1,265.41	6,99	93,01

envolveu diversas modalidades de empréstimos em condições de prazo, desembolso e reembolso totalmente diferentes e os recursos retornaram ao fundo e foram reaplicados indistintamente aos tipos de operações de financiamento; portanto, não foi possível discernir qual o montante inicial efetivamente mobilizado para cada modalidade de crédito e qual a origem dos recursos a ela destinados.

Caberia, ainda, identificar outras causas da defasagem dos recursos alocados inicialmente para o C.A.A.M., que contribuíram, inclusive em maior proporção, para a corrosão do fundo de financiamento. Outros fatores concorreram para uma evasão dos recursos da ordem de 26,24 mil dólares, correspondentes a 48,5% dos recursos alocados. Todavia, por falta de um controle contábil mais eficiente e preciso por parte do C.A.A.M., esses fatores foram

apenas identificados, não podendo ser possível mensurá-los ou quantificá-los.

Nesse sentido, com exceção do estudo sobre as operações de empréstimos realizadas, a análise dos recursos mobilizados em torno do sistema de financiamento fica prejudicada e, portanto, restrita a alguns comentários acerca dos fatores identificados.

Um volume considerável de recursos foi comprometido para cobertura de despesas ou custos indiretamente relacionados ao sistema de financiamento. Entre outros:

- Despesas destinadas à aquisição de sementes (capim buffel, principalmente) para doação aos produtores beneficiários dos financiamentos e ao pagamento do transporte dos animais financiados. Só no primeiro ano de funcionamento do sistema de financiamento, essas despesas alcançaram a cifra de 791,10 dólares, contribuindo com 2,4% para a defasagem do fundo;
- Custos debitados ao fundo de financiamento referentes a perdão de dívidas dos empréstimos. Foram decisões tomadas ao nível do C.A.A.M., muitas delas sob alegação de razões humanitárias, beneficiando produtores que enfrentaram problemas de saúde ou faleceram;
- Custos debitados ao fundo de financiamento pela concessão de descontos para amortização antecipada das dívidas. Esses mecanismos de descontos, embora previstos nos termos dos contratos, foram utilizados de forma abusiva pelos gestores do sistema de financiamento. Deve-se mencionar

- que alguns desses mecanismos de descontos foram previstos como forma de estimular o reembolso do financiamento;
- Despesas administrativas do próprio C.A.A.M.. Diante da inexistência de outras fontes de recursos para custear a gestão do C.A.A.M. na execução de suas atribuições extra sistema de financiamento (deslocamentos da diretoria para participação em eventos diversos, contatos com autoridades, mobilização dos associados, material de consumo, manutenção de equipamentos da sua propriedade, etc.), essas despesas eram debitadas ao fundo de financiamento;
 - Despesas do C.A.A.M. para gestão do sistema de financiamento, ou sejam, despesas do custo da administração do sistema. Estas incluem: o pagamento do agente local de apoio administrativo; custos da tramitação dos recursos do crédito (despesas com deslocamentos para recolhimento dos reembolsos, saques e depósitos bancários, etc.); custos das reuniões ordinárias (mensais) e extraordinárias do C.A.A.M. para discussão, análise e aprovação das propostas de financiamentos, prestação de contas, entre outras atividades. (despesas com deslocamento e alimentação dos produtores membros da diretoria e comitê de gestão do crédito)⁷¹; despesas com material de consumo; etc.

A propósito dos custos de administração do sistema de financiamento, os registros de despesas do C.A.A.M., ainda que falhos, permitem fazer uma estimativa dos gastos, ao longo de seis meses de acompanhamento. Apesar da grande variação do valor

⁷¹ Desde junho de 1992, as reuniões ordinárias do C.A.A.M. aconteceram regularmente na sede do distrito de Massaroca, no dia 8 de cada mês.

dessas despesas, em função das atividades desenvolvidas pelo C.A.A.M., a média desses custos girou em torno de 96,90 dólares mensais, dos quais 30% dessas despesas correspondiam ao pagamento do agente de apoio administrativo local. Mesmo considerando que estas despesas para pagamento de pessoal só aconteceram nos últimos seis meses do período analisado, estima-se que os custos de administração nesses três anos de funcionamento do sistema de financiamento ficaram em torno de 2,6 mil dólares, que correspondem a quase 5% do aporte total dos recursos. Este valor não incluiu os custos do apoio técnico dos órgãos envolvidos.

Finalmente, cabe mencionar que um volume considerável de recursos foi utilizado para cobertura de despesas totalmente alheias ao sistema de financiamento. Por decisão do C.A.A.M., sob alegação de razões humanitárias, foram realizadas doações em dinheiro, oriundas do fundo de financiamento, aos produtores ou familiares destes, para o atendimento de despesas com médicos, hospitais, medicamentos, enterros, viagens, etc. Essas medidas adotadas pelo C.A.A.M., além de causarem problemas aos recursos do fundo, também desvirtuam as regras sociais de solidariedade existentes nas comunidades, pois a prática de ajuda mútua entre as famílias passa a ser transferida para o C.A.A.M.. Por outro lado, essa prática também gera um certo conflito entre aqueles produtores que, conscientes da evasão dos recursos do fundo, sentem-se prejudicados e aqueles que acham que também podem ser favorecidos.

Os riscos do não reembolso dos empréstimos também exercem influência na manutenção dos recursos do fundo rotativo. Até

dezembro de 1992, entre as 196 operações de crédito contratadas, apenas vinte e uma delas encontravam-se em situação irregular de reembolso, ou seja, 10,7% dos financiamentos realizados não tinham sido reembolsados nos termos estabelecidos no contrato. O saldo devedor dessas operações envolve recursos de 6,3 mil dólares, correspondendo a 16,4% dos recursos efetivamente emprestados aos produtores⁷². Conforme pode ser observado na TAB.6, em relação ao número de operações contratadas, as modalidades de créditos que apresentaram as maiores incidências de irregularidades foram as que financiaram as áreas forrageiras, seguidas dos custeios agrícolas, enquanto os financiamentos para atividades diversificadas apresentaram uma melhor performance.

Os motivos que conduzem uma operação de crédito a tornar-se irregular são diversos. Na maioria dos casos, estão relacionados ao malogro do empreendimento financiado devido ao seu baixo retorno financeiro, contratempos de ordem climática ou de mercado. Mas, mesmo em condições desfavoráveis, muitos produtores honraram seus compromissos perante o C.A.A.M., valendo-se de outras fontes de recursos da unidade de produção ou externas a esta. Outros produtores não tiveram para onde recorrer e isto justifica os casos de irregularidades. Mas, em alguns casos, ficou evidenciada a propensão dos produtores de não pagarem os empréstimos, motivados até pela ausência de instrumentos jurídicos que os obriguem a saldar as dívidas.

Os custos relativos aos riscos da falta de pagamento con-

⁷² Aqui vale uma ressalva: entre as operações contratadas, 46 delas foram destinadas à aquisição de animais e nesta modalidade de crédito, a falta de pagamento não fica bem caracterizada, pois, como foi esclarecido, quase todos os riscos dos empréstimos são transferidos para o fundo de financiamento.

TABELA 6 - Operações de créditos irregulares até dezembro de 1992

ITENS FINANCIADOS	INDEXADOR	OPERAÇÕES CONTRATADAS		OPERAÇÕES IRREGULARES (EM ATRASO) VALOR (US\$1.00)				% PARTI- CIPAÇÃO NO DEFI- CIT TOTAL
		Nº	VALOR(US\$1,00)	Nº	EMPRESTADO	REEMBOLSADO	SALDO DEVEDOR	
Animais	Animais	46	7,995.64	-	-	-	-	-
Áreas Forrageiras	C.P.L	28	13,641.38	7	3,131.40	559,83	3,975.21	10,31
Const.Cercas	Arame	9	1,914.71	-	-	-	-	-
Custeio Agrícola	Melancia	18	3,771.05	-	-	-	-	-
	Mamona	4	1,065.51	3	965.48	36.64	1,124.30	2,92
	Sal.Mínimo	3	901.11	1	257.46	115.35	45.52	0,12
	Hs./Trator	31	1,647.35	4	469.67	62.30	506.13	1,31
	Tarefas	1	551.70	-	-	-	-	-
Atividades Diversificadas	Infl.+1%	56	7,051.85	6	888.58	208.82	687.53	1,78
T O T A L	-	196	38,540.30	21	5,712.59	982.95	6,338.71	16,4

sistem num parâmetro eficaz para avaliação de qualquer forma de concessão de crédito. Mas a forma de ser feita esta avaliação num sistema informal de financiamento é diferente da realizada pelo crédito institucional, devido aos vínculos personalizados que se estabelecem entre o produtor, tomador do empréstimo e devedor, e a entidade gestora dos recursos do crédito. Dessa forma, o que poderia representar inadimplência para uma instituição oficial de crédito, muitas vezes significa, para a entidade local de gestão de um financiamento informal, apenas um atraso no pagamento por razões justificadas. Essa proximidade e intimidade com os seus usuários permitem uma melhor compreensão da sua realidade e de seus problemas e ampliam as bases para negociação entre as partes para concessão de novos créditos, prorrogação de pagamento ou

liquidação dos empréstimos. Por isso, somente naqueles casos, quando estão esgotadas todas as possibilidades de negociação, as operações de créditos são consideradas inadimplentes. Nessas condições, embora seja difícil emitir um juízo, podem ser enquadradas nessa categoria nove operações de financiamento com um saldo devedor da ordem de 3,4 mil dólares, equivalentes a 8,8% do montante global financiado pelo sistema.

5.4.2. DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DOS FINANCIAMENTOS

No período compreendido entre novembro de 1989 e dezembro de 1992, foram contratadas, através do C.A.A.M., 196 operações de créditos, beneficiando 119 produtores das nove comunidades rurais de Massaroca e mais três localizadas na sede do distrito. Entre os produtores contemplados, pelo menos, 42 deles recorreram duas ou mais vezes aos financiamentos e, entre estes, nove foram beneficiados quatro vezes.

Estes dados indicam que existe uma demanda por financiamentos e que estes apresentam-se apropriados para determinados produtores, mas também sinalizam para o problema da sua distribuição. Em relação a este problema, pode-se constatar que houve uma concentração nas atribuições dos créditos por comunidade e por tipo de produtor beneficiado. Conforme pode ser observado na TAB.7, a distribuição dos financiamentos entre as comunidades é muito desigual, tanto em número de produtores beneficiados, quanto em volume de crédito contratado. Na comunidade Lagoinha, foram contratadas 76 operações de créditos beneficiando 45 produtores, com um montante de recursos da ordem de 12,3 mil

TABELA 7 - Distribuição dos financiamentos por comunidades

COMUNIDADES BENEFICIADAS	Operações financiadas		Produtores beneficiados		Valor Financiado	
	Nº	%	Nº	%	US\$ 1.00	%
Cachoeirinha	11	5,61	7	5,73	1,967.32	5,10
Caldeirão do Tibério	3	1,53	3	2,46	321.45	0,83
Canoa	31	15,82	19	15,57	4,392.48	11,40
Cipó	5	2,55	3	2,46	2,202.21	5,71
Curral Novo	26	13,27	17	13,93	5,204.48	13,50
Juá	9	4,59	5	4,10	1,765.62	4,58
Lagoa do Angico	16	8,16	9	7,38	5,359.07	13,92
Lagoa do Meio	14	7,14	11	9,02	3,951.52	10,25
Lagoinha	76	38,78	45	36,89	12,294.96	31,91
Sede do distrito Massa- roca	5	2,55	3	2,46	1,081.20	2,80
T O T A L	196	100,0	122	100,0	38,540.30	100,00

dólares, equivalendo a dizer que mais de um terço dos financiamentos (31,9%) foi atribuído somente a essa comunidade⁷³. Em menor proporção, aparecem quatro comunidades (Canoa, Curral Novo, Lagoa do Angico e Lagoa do Meio), onde foram contratados 87 financiamentos, beneficiando 56 produtores e envolvendo um montante de recursos da ordem de 18,9 mil dólares, ou seja, essas quatro comunidades, juntas, absorveram quase a metade dos recursos destinados para financiamento (49,1%). O restante dos recursos, cerca de 7,4 mil dólares, correspondentes a menos de um quinto do montante total dos recursos mobilizados para os finan-

⁷³ Na comunidade Lagoinha só existem 27 famílias. Quando se afirma que foram beneficiados 45 produtores, significa dizer que, numa mesma família, foi beneficiada mais de uma pessoa.

ciamentos, foram atribuídos a 21 produtores das outras quatro comunidades (Juá, Cipó, Caldeirão e Cachoeirinha) e da sede do distrito de Massaroca.

Quanto à distribuição dos recursos entre as diversas categorias (tipos) de produtores, constata-se, na TAB.8, que os produtores menos aquinhoados, considerados de "subsistência" (Tipo I) foram contemplados com quase metade dos financiamentos contratados (46,4%), muito embora só tenham se apropriado de mais ou menos um quarto dos recursos (26,2%), enquanto que os produtores considerados em "equilíbrio" (Tipo II) e de "renda" (Tipo III) açambarcaram quase três quartos dos recursos financiados (73,8%). A título de ilustração, vale mencionar que os oito maiores tomadores de empréstimos, todos enquadrados nesta última categoria, conseguiram alavancar recursos da ordem de 7,7 mil dólares, que correspondem a 20% de todos os recursos mobilizados para financiamentos nesses três anos analisados.

Os dados da TAB.8 também indicam a importância que assume cada modalidade de financiamento para os diferentes tipos de produtores beneficiados e que, de certa forma, também expressam as suas demandas. Para os produtores do Tipo I ("subsistência") destacam-se, principalmente, os financiamentos de animais, tanto em número de financiamentos contratados (34,1%), como em termos de volume de recursos (42,4%), seguidos das modalidades destinadas ao financiamento de atividades diversificadas e custeio agrícola, em termos de número de operações contratadas. Para os produtores dos tipos II e III ("equilíbrio" e de "renda"), sobressaem-se, em termos de volume de recursos

TABELA 8 - Distribuição dos financiamentos por tipo de produtor

ITENS FINANCIADOS	TIPOS DE PRODUTORES BENEFICIADOS											
	TIPO I			TIPO II			TIPO III			TOTAL		
	NºCon- tratos	Valor (US\$1.00)	%de re- cursos	NºCon- tratos	Valor (US\$1.00)	%de re- cursos	NºCon- tratos	Valor (US\$1.00)	%de re- cursos	NºCon- tratos	Valor (US\$1.00)	%de re- cursos
Animais	31	4,284.79	42,40	11	2,017.01	12,91	4	1,693.84	13,22	46	7,995.64	20,75
Áreas Forrageiras	5	1,899.12	18,79	14	6,403.93	41,01	9	5,338.32	41,66	28	13,641.38	35,39
Const.de Cercas	3	308.65	3,05	3	292.17	1,87	3	1,313.89	10,25	9	1,914.71	4,97
Custeio Agrícola	26	1,798.58	17,80	21	4,194.17	26,85	10	1,943.97	15,17	57	7,936.72	20,59
Atividades Diversificadas	25	1,815.56	17,96	18	2,711.44	17,36	12	2,524.85	19,70	56	7,051.85	18,30
TOTAL	91	10,106.70	100,00	67	15,618.72	100,00	38	12,814.88	100,00	196	38,540.30	100,00

mobilizados, os financiamentos para áreas forrageiras (aparecem em torno de 41%, em ambas as categorias), os custeios agrícolas e, surpreendentemente, aparecem as atividades diversificadas, entre as atividades que se destacam pelo expressivo número de operações e volume de crédito contratados.

Diante destas constatações, uma questão se apresenta relevante: por que os financiamentos concentraram-se mais em algumas comunidades e nas mãos de determinadas categorias de produtores? Esse problema não pode ser explicado somente em função das demandas dos produtores. A dinâmica de organização de cada comunidade, a presença de uma liderança atuante, o acesso à informação e sua difusão, o medo de assumir o risco, o tráfico de influência, as

práticas de favorecimento, entre outras causas, concorrem para essa situação. E alguns desses fatores estão diretamente relacionados com a organização do sistema de financiamento.

5.4.3. ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE FINANCIAMENTO

A análise da evolução da experiência do sistema de financiamento já foi apresentada, em parte, no capítulo anterior. A avaliação da sua organização será apenas no que se refere a: pré-requisitos essenciais para implementação de um sistema de crédito voltado para os pequenos produtores; nível de participação dos produtores; sistema de apoio necessário, e os aspectos legais e condições para execução.

A condição essencial para o funcionamento de um sistema de financiamento rural voltado para o pequeno produtor, que contemple seus interesses e que seja acessível a um grande número de beneficiários de forma mais equitativa, passa, necessariamente, pela garantia da participação dos principais atores do desenvolvimento local - os produtores. Mas essa participação deve ser apoiada numa estrutura institucional de organização apropriada e descentralizada.

Em Massaroca, a dinâmica da organização dos produtores em torno das associações comunitárias e do C.A.A.M., um passado recente de intervenção de vários órgãos de desenvolvimento e um amplo envolvimento institucional com a participação da pesquisa, da extensão e de uma O.N.G., constituíram um ambiente favorável ao desenvolvimento de várias etapas indispensáveis à implementa-

ção da proposta do sistema de financiamento. Pode-se citar, entre elas: identificação dos atores suscetíveis à apropriação da inovação proposta; identificação do espaço econômico da pequena produção de Massaroca; identificação das principais estratégias dos produtores; identificação da necessidade de apoio, e definição das formas de implementação da proposta.

A participação dos produtores ocorre em todos os níveis. A proposta do sistema de financiamento foi concebida como um instrumento de desenvolvimento local, que devia ser apropriado pelos produtores. Por isso, a gestão dos recursos foi atribuída ao C.A.A.M., a instância maior de representação deles ao nível local. Essa idéia inicial foi posta em prática e alcançou, em parte, os resultados esperados.

A apropriação do sistema de financiamento pelos produtores pode ser demonstrada em função das suas próprias demandas e do número de vezes que os produtores recorreram ao C.A.A.M. para obter um financiamento. Nessa perspectiva, a participação maior foi de 41 produtores, ou seja, 33,6% dos beneficiários demandaram mais de uma vez por crédito. Destes, apenas treze se enquadraram na categoria considerada "subsistência" (Tipo I). Eles recorreram 35 vezes ao C.A.A.M. e foram contemplados, principalmente, com financiamentos para atividades diversificadas (doze contratos), dos custeios agrícolas (treze contratos, dos quais, dez operações foram indexadas em horas/trator), financiamento de animais (oito contratos) e construção de cercas (dois contratos). Estes dados evidenciam que a participação dos produtores menos aquinhoados só começa a acontecer nas duas últimas etapas de

funcionamento do sistema de crédito, quando foram adotadas medidas que restringiam os custeios apenas para o preparo do solo indexados em hora/trator e foram introduzidos os financiamentos para atividades diversificadas e para construção de cercas (em lugar das áreas forrageiras). Isto também sinaliza que o redirecionamento que tem sido dado ao sistema de financiamento vai no sentido de alcançar, também, este público.

A apropriação do sistema de financiamento também está presente no discurso e nas atitudes de alguns líderes comunitários e produtores, quando manifestam o sentimento de que estão sendo lesados por aqueles devedores que não se dispõem a reembolsar os empréstimos, da mesma forma quando demonstraram a insatisfação pela decisão do C.A.A.M. de fazer algumas doações, pois percebiam naquilo uma evasão dos recursos que poderiam estar à sua disposição. As iniciativas de pressão para o reembolso, sugeridas pelos próprios produtores e postas em prática pelo C.A.A.M., também são uma demonstração de participação e apropriação da proposta.

Por outro lado, também existem os produtores que só buscam tirar vantagens do sistemas de financiamento. Isto fica evidenciado pela lógica de não reembolso existente entre eles, embutida nos mecanismos de negociação dos débitos; no fato de apostarem no malogro da proposta de sistema de crédito e, com isto, serem isentados do reembolso ou terem suas dívidas anistiadas, e, também, ao se valerem do pretexto da inexistência de garantias e de formas de pressão jurídica para o reembolso. A postura adotada por alguns produtores de não reembolsarem os empréstimos nos termos estabelecidos nos contratos, com a correção devida,

decorre, muitas vezes, dos "vícios" do passado recente de projetos "a fundo perdido" ou a juros altamente subsidiados, que eles tiveram conhecimento ou já foram beneficiados e, também, pelo pânico gerado com a elevação nominal dos valores das dívidas devido à inflação e ao aumento dos preços dos produtos/insumos utilizados como parâmetros de indexação. Esses fatores têm concorrido para o afastamento de alguns produtores dos benefícios do sistema financeiro.

A distribuição dos financiamentos por comunidade (TAB.7) demonstra que a participação dos produtores foi muito heterogênea em termos de demanda. Sem dúvidas, existe vinculação entre o nível de organização de produtores de uma comunidade, a atuação dos seus representantes ou líderes e a demanda por financiamentos. O número elevado de empréstimos realizados nas comunidades Curral Novo, Lagoa do Angico e Lagoa do Meio reflete essa situação. No caso específico de Lagoinha, a maior beneficiada, é indiscutível a influência da liderança local daquele que foi o primeiro presidente da sua associação comunitária e, também, do C.A.A.M., que ainda permanece sediado nesta comunidade. Essa atuação, também, se reflete na comunidade vizinha, Canoa, que aparece como a segunda maior beneficiada. A localização do C.A.A.M. em Lagoinha parece também exercer uma influência sobre a demanda por financiamento, devido à maior facilidade de acesso dos produtores para acompanhamento de suas dívidas, pagamento das parcelas, etc. Isto expõe, de certa forma, uma deficiência do sistema de apoio aos produtores na difusão da informação e organização logística.

Quanto à distribuição por tipo de produtores, houve uma tendência de favorecimento aos produtores ditos em "equilíbrio" ou "de renda" (tipos II e III), no início de funcionamento do sistema de crédito, devido à própria natureza das modalidades de financiamento. E aqui um ponto importante deve ser ressaltado: a composição da direção do C.A.A.M. (os representantes das associações comunitárias), integrada, principalmente, por produtores dessas categorias, também influenciou na definição dessas modalidades e nas condições desses financiamentos. Mas, como mencionado anteriormente, essas distorções estão sendo contornadas com ajustes na gestão do sistema e medidas de apoio técnico, de forma a proporcionar uma distribuição mais equitativa do crédito e não acentuar o processo de diferenciação social, hoje em curso na região de Massaroca.

A gestão dos recursos pelos produtores se apresenta como uma condição essencial para que eles se apropriem do sistema de crédito como um instrumento de desenvolvimento local, que pode se reverter em seu próprio benefício. Mas um apoio técnico e econômico à entidade gestora dos financiamentos é imprescindível. Esse apoio foi importante na concepção da proposta do sistema de crédito, na definição de suas modalidades de financiamentos, na discussão das propostas e elaboração dos projetos, na identificação e discussão das oportunidades econômicas, no acompanhamento técnico dos empreendimentos financiados e, principalmente, no assessoramento à gestão do sistema.

Ainda assim, o apoio técnico, econômico e administrativo foi

deficiente em vários aspectos. A ausência de uma orientação contábil desde o início do funcionamento do sistema de crédito não permitiu um controle efetivo dos recursos mobilizados, abrindo precedentes para realização de despesas alheias ao sistema, em detrimento do fundo de financiamento. Por outro lado, não se dispunha de informações sobre a situação financeira do fundo que pudesse conduzir a ajustes mais consistentes na sua operacionalização. O controle financeiro das operações de crédito também foi muito falho e na ausência de acompanhamento e orientações aos responsáveis pelo recolhimento dos reembolsos e de critérios e parâmetros bem definidos para os cálculos das amortizações das dívidas, ocorreram vários casos de favorecimento a produtores sob a influência dos gestores, com descontos e elastecimento de prazos, quando das negociações dos débitos.

Do ponto de vista técnico-econômico, o apoio também foi falho. Faltaram aprofundamento nas discussões sobre as oportunidades econômicas possíveis de financiamento e adoção de um sistema de informação eficiente sobre os financiamentos e o mercado. A contratação de um agente local para difundir e prestar apoio logístico ao sistema e aos produtores, foi um passo nesse sentido. Entretanto, não funcionou a contento por falta das orientações necessárias e de meios de transporte. Quanto à assistência técnica aos empreendimentos financiados, pode ser considerada boa, enquanto estiveram presentes os técnicos das instituições que atuavam no local (EMATER-BA, EMBRAPA-CIRAD e ADAC-SF). Com o desengajamento gradativo de vários desses técnicos, devido, principalmente, à crise financeira que se abateu sobre suas instituições

de origem, já a partir da segunda etapa de funcionamento do sistema de crédito, este passa a se ressentir não só do apoio técnico mas, também, econômico e administrativo, em que pese a sua deficiência.

Os problemas apresentados ao longo desses três anos de acompanhamento podem ser contabilizados como resultados que foram e podem ser revertidos no aperfeiçoamento do próprio sistema de financiamento ou extensivos para outra experiência, asseguradas as especificidades de cada situação. De qualquer sorte, esses resultados indicam algumas condições essenciais ao seu funcionamento.

A primeira delas diz respeito às condições jurídicas e administrativas do sistema de financiamento. Por se tratar de uma experiência de crédito não institucionalizada, os recursos do fundo foram confiados ao C.A.A.M., mas sem nenhum respaldo legal que conferisse, juridicamente, esta responsabilidade à entidade, inclusive, para que ela pudesse acionar os mecanismos de pressão para o reembolso. Uma possível saída poderia ser o registro do sistema de financiamento como uma pequena cooperativa de crédito, mesmo sem o estatuto jurídico de uma instituição financeira.

Os problemas de administração (gestão) do fundo de financiamento, sob a responsabilidade do C.A.A.M., como mencionado, ocorreram muito em função da falta de apoio técnico, econômico e contábil. Mas a adoção de algumas medidas de caráter administrativo e institucional poderia ter contornado a maioria desses problemas. Essas medidas são:

- A criação de um conselho reunindo representantes das

instituições que trabalham nas comunidades, ou que têm interesse direto na sua proposta, e representantes de produtores, com a responsabilidade de selecionar e aprovar os projetos e acompanhar o desempenho financeiro do fundo de financiamento. Este conselho teria funções deliberativas. Na experiência de Massaroca, foi adotada uma medida nesse sentido com a criação da "comissão de atribuição de crédito";

- A inclusão de algumas competências bancárias - a participação de um profissional, voluntário ou ligado a alguma instituição de crédito com interesse na proposta, poderia contribuir na gestão dos recursos financeiros do fundo e na identificação dos interesses que são comuns aos produtores e às instituições de crédito. Uma proposta nesse sentido foi apresentada pelo CPATSA-CIRAD ao BNB, para acompanhamento da experiência de Massaroca; entretanto, não chegou, ainda, a ser concretizada.

O apoio técnico-econômico é condição indispensável ao sucesso de um sistema de financiamento. Além do atendimento das necessidades de assistência técnica, ele é importante na identificação das oportunidades econômicas e das necessidades de capacitação dos produtores, bem como no apoio à organização coletiva. É importante que esse apoio venha acompanhado de um sistema de informação e divulgação que contemple informes sobre o sistema de financiamento e o mercado, no que se refere aos principais produtos e insumos de interesse dos produtores.

5.5. CONCLUSÃO

Na região de Massaroca, onde os efeitos dos riscos climáticos são freqüentes e podem se acumular por um longo período, os produtores, para garantir a reprodução do grupo social no qual eles se inserem, procuram responder aos desafios com os quais eles se deparam ou que eles mesmos estabelecem no comando dos seus sistemas de produção, adotando as mais diversas estratégias anti-aleatórias de segurança, em sua maioria, extraídas a partir da valorização da diversidade e potencialidades dos recursos naturais.

As possibilidades de gestão dos recursos naturais orientam as escolhas efetuadas em termos de atividades financiadas, mas, também, estão fortemente relacionadas a todo um conjunto de estratégias de equilíbrio, polivalência e complementariedade adotada pelos produtores em busca da estabilização e expansão do seu sistema de exploração. E aí a diversificação das atividades (comércio, artesanato, criação de pequenos animais, atividades de transformação, etc.), também, assume um papel importante.

Essas estratégias são várias, e muitas delas decorrem do próprio processo de integração das unidades de produção e dos produtores à economia de mercado. São normalmente estratégias anti-aleatórias, retiradas do próprio processo de produção, que têm uma importância primordial para a evolução das explorações agropecuárias da região, mas dependem, fundamentalmente, da disponibilidade de recursos financeiros, de mão-de-obra e de meios de produção.

A análise do fluxo monetário das diversas modalidades de empréstimos propiciadas pelo sistema de financiamento evidencia as diferentes formas de condução e gestão dos empreendimentos financiados e das medidas estratégicas adotadas pelos produtores a partir da percepção da sua situação e de seus objetivos, perante um contexto biológico, climático, técnico, econômico e social, bastante complexo. Demonstra, também, a coerência dos sistemas de produção e os elementos de fragilidade e ruptura do seu funcionamento.

Os recursos dos financiamentos assumem uma importância fundamental na evolução das explorações agropecuárias na medida em que concedem atenção e reforçam todo um conjunto de estratégias adotadas pelos produtores que, na região de Massaroca, consistem em: crescimento do efetivo animal; valorização da diversidade dos recursos naturais; diversificação da produção em função da potencialidade do meio; utilização de parte da produção, quando as condições dos recursos produtivos disponíveis possibilitam; adoção de práticas agronômicas e zootécnicas, e diversificação das explorações com atividades extra-agropecuárias, que valorizam, principalmente, a mão-de-obra. Nessas condições, as atividades financiadas respondem aos objetivos dos produtores, sejam eles: assegurar ou aumentar o consumo familiar; conferir maior estabilidade (segurança) ao sistema de produção; acumular meios de produção ("capitalização") e obter renda complementar, entre outros.

Mas devido à diversidade dos meios físico e humano, as

estratégias acima não são acessíveis a todos os produtores e a todas as unidades de produção. No caso específico da região de Massaroca, onde o processo de diferenciação social é significativo, as possibilidades de manutenção de um maior número de explorações agrícolas dependem de uma ação que torne possível o acesso da maioria dos agricultores às modalidades de financiamentos apropriados, cujo desenvolvimento dependerá do meio técnico, político-econômico e social no qual estão inseridos. Isto pressupõe que qualquer recomendação técnica e institucional, definida por um projeto de desenvolvimento local ou regional, tenha em consideração a estratificação dos meios físico e humano e que as hipóteses sobre a transformação da região devem ser diferenciadas em função do público-meta onde se pretende promover o desenvolvimento.

A experiência do sistema de financiamento teve essa preocupação. A sua implementação colocou-se numa situação ambígua: por um lado, ao favorecer o aumento da produção apoiando os produtores em fase de rápida acumulação, graças à introdução de mecanismos que facilitam o seu acesso ao mercado, aos insumos e às inovações, bem como, à apropriação de novas terras pela construção de cercas, contribuindo para o processo de diferenciação social. Por outro lado, ao procurar um desenvolvimento mais equilibrado e melhor distribuído, apoiando-se num tecido social diversificado, respeitando não somente as estratégias atuais dos atores envolvidos, mas, também, as relações que eles mantêm com a comunidade, e permitindo que a maioria das explorações desenvolva-se em ritmo e condições mais

aceitáveis.

Ao assumir a segunda opção, a direção seguida pelo sistema de financiamento conduziu a resultados mais satisfatórios em termos de distribuição dos benefícios e de atendimento dos interesses dos produtores dos mais diversos estratos. Entretanto, ainda apresenta problemas de apoio técnico, econômico e administrativo que não garantem a sua reprodutibilidade. Há a necessidade de implementação e/ou ampliação de outros mecanismos específicos de ajustes, podendo-se citar, entre outros: a parceria com as instituições de crédito; capacitação dos agentes locais de apoio; organização do apoio logístico (deslocamentos, tramitação dos fundos, etc), e implementação de um sistema de acompanhamento das atividades financiadas e do sistema de financiamento como um todo. Há, também, a necessidade de aprofundamento sobre novos questionamentos ou temas que foram superficialmente (ou não foram) tratados, tais como: formas de indexação; taxas de juros; subvenções, e subsídios às atividades financiadas, entre outros. Tudo isto aparece como condição necessária para reprodução do sistema de financiamento.

A experiência tornou-se possível numa escala microrregional, onde os interesses econômicos, sociais e políticos não resultam em muitos conflitos. A especificidade da região de Massaroca não permite enfocar um dos maiores problemas do Nordeste - o acesso a terra - porque este não aparece como limitante. Diante desta situação, a representatividade da região estudada deve ser questionada, não permitindo, portanto, afirmar que a experiência do sistema de financiamento seja extrapolável para as mais

diversas situações ou realidades.

Finalmente, outra questão se apresenta importante: como passar de uma experiência microlocal para uma escala mais ampla, ao nível regional, por exemplo, valorizando o resultado desta e de outras experiências? A avaliação dos efeitos das ações desenvolvidas sobre a dinâmica social das comunidades é um passo nesse sentido. Mas, diante do desafio da mudança de escala, faltam, ainda, aprofundamentos de estudos nesse sentido.

CONCLUSÕES

Os resultados da avaliação do sistema de financiamento de atividades rurais para os pequenos produtores de Massaroca, da sua influência sobre os sistemas de produção e toda a reflexão sobre a evolução do sistema agrário da região na qual ele se insere, permitem compreender os mecanismos que condicionam e influenciam no desenvolvimento rural local e oferecem alguns subsídios para o planejamento e execução das ações das instituições empenhadas na promoção da pequena produção agropecuária da região semi-árida do Nordeste brasileiro. Devido à sucessão de mudanças no curso da evolução da situação analisada, os resultados apresentados a seguir devem ser considerados parciais, mas encerram as conclusões deste estudo:

- A região de Massaroca conhece atualmente uma mudança significativa na economia da pequena produção, decorrente do processo de sua integração ao mercado;
- As atividades agropecuárias associadas a um alto risco climático situam-se em condições de desvantagem, em termos de competitividade e de produção, para outras regiões do país. Mas as rendas das famílias se originam, principalmente, da venda de seus produtos;
- A acumulação dos meios de produção desempenha um papel importante na reprodução da pequena produção agropecuária da região semi-árida e, naturalmente, de Massaroca, por permitir às famílias dos produtores produzirem, assegurarem as necessidades de consumo (familiar e produtivo) e

- conferirem estabilidade aos sistemas produtivos num contexto dominado pelos riscos climáticos e econômicos;
- Os produtores procuram estabilizar e expandir seus sistemas de produção adotando um conjunto de estratégias, em sua maioria, originárias do próprio processo de produção e extraídas a partir da valorização e diversidade dos recursos produtivos;
 - A evolução das explorações está relacionada à capacidade de acumulação e de investimento dos produtores. E no caso específico de Massaroca, traduz-se, principalmente, pelo cercamento das áreas e pela introdução de forrageiras, inerentes ao processo de ocupação do espaço, que caracterizam a evolução recente das propriedades. Esse processo, entretanto, não é igualmente acessível a todos os produtores, pois depende da disponibilidade de recursos financeiros e mão-de-obra, e representa, atualmente, o principal fator de diferenciação social observado nessa região;
 - A manutenção da maioria das unidades de produção depende de uma ação que venha acompanhada de um conjunto de inovações técnicas, econômicas e sociais, adaptadas às condições locais, que sejam capazes de valorizar os recursos produtivos em suas diversas combinações, de forma a garantir a promoção de um grupo social bastante diversificado;
 - Num contexto marcado pelo risco, um sistema de financiamento das atividades rurais acessível a um grande número de pequenos produtores, que corresponda aos seus interesses e atenda aos seus objetivos de segurança e estabele-

dade, deve levar em consideração a complexibilidade das práticas agropecuárias e contemplar modalidades de financiamentos flexíveis, voltadas para as diversas atividades possíveis de serem exploradas por esse estrato de produtores. Uma inovação nesse sentido difere da lógica do crédito rural institucional, cujos financiamentos são rígidos e voltados para produtos ou atividades específicos da produção agropecuária, e, por isso, quase sempre, se apresentam inadequados para a pequena produção;

- O estudo das práticas financeiras e de aplicação dos recursos financeiros ao nível das unidades produtivas, revela as estratégias e projetos dos produtores, permitindo, assim, elaborar uma proposta de financiamento rural mais adequada às suas necessidades. Isto consiste em experimentar instrumentos de apoio ao desenvolvimento local, visando uma posterior mudança de escala;
- A experiência de um sistema cooperativo informal de financiamento voltado para as atividades rurais diversificadas na região de Massaroca, mostra que este é um instrumento incitativo das dinâmicas de desenvolvimento local (comunidades, distritos, pequenas regiões, entre outras) e constitui-se num componente importante no conjunto das políticas voltadas para o desenvolvimento da região. Mas uma iniciativa de financiamento dessa natureza não garante a promoção da pequena produção, se ela não vem respaldada por um conjunto de medidas de políticas agrícolas (preços dos produtos, assistência técnica, investimentos, etc.) e de um apoio técnico, econômico e

social ao nível local. Assim sendo, os sistemas cooperativos de financiamentos informais assumem um caráter complementar nas políticas de desenvolvimento rural;

- O sucesso da implementação de um sistema de financiamento adaptado e acessível aos pequenos produtores depende, fundamentalmente: de um esforço de identificação das oportunidades econômicas que transcendem, inclusive, a produção agropecuária e envolvem as atividades de transformação, comercialização e prestação de serviços, entre outras; do apoio pedagógico (capacitação) aos produtores para gestão dos seus empreendimentos; do apoio à sua organização coletiva, e da capacidade de ser perene e reprodutível;
- A implementação da inovação proposta envolve custos. Dada a situação econômica do seu público beneficiário - os pequenos produtores - esses custos precisam ser subvencionados, principalmente para cobertura das despesas de gestão do sistema de financiamento e do apoio que lhe é necessário. Para os custos relativos aos riscos e aos não reembolsos, é indispensável a existência de um sistema de seguro para atividades que envolvem riscos ou outros mecanismos de compensação para os recursos do fundo de financiamento. Essas medidas são necessárias para garantir a perenidade do sistema;
- Uma série de medidas complementares ao nível de políticas agrícolas e de desenvolvimento poderia ser adotada para estimular certas atividades consideradas prioritárias para o desenvolvimento da região ou favorecer às categorias de

produtores menos privilegiadas. Essas medidas, no caso de Massaroca, poderiam variar desde a concessão de subsídios a algumas atividades financiadas que são essenciais à evolução das explorações, mas não apresentam retorno financeiro (construção de cercas, implantação de pastagens, por exemplo), até a concessão de financiamentos a "fundo perdido", mas, neste caso, apenas para os empreendimentos de interesse coletivo (investimentos nas áreas de "fundo de pasto", por exemplo);

- Um sistema de financiamento rural, que conte com a participação dos pequenos produtores e que lhes ofereça as mais diversas oportunidades para a exploração dos recursos produtivos disponíveis, se subvencionado e apoiado por medidas complementares de políticas agrícolas e de desenvolvimento, contribui para a manutenção de uma parcela significativa da população no meio rural e pode aliviar as pressões que incidem sobre as congestionadas zonas urbanas, onde considerável parcela da população vive marginalizada econômica e socialmente;
- As experiências dos sistemas cooperativos informais de financiamento rural sempre têm um caráter local. Esse problema suscita num questionamento: em que estas experiências, devidamente analisadas, podem contribuir para uma reflexão sobre o crédito rural institucional e ser a base de experiências ao nível regional? O desafio da mudança de escala necessita, ainda, de estudos mais aprofundados.

RÉSUMÉ - L'expérience d'un système alternatif de financement des activités rurales pour les petits producteurs de la région semi-aride du Nordeste brésilien est ici évaluée en tant qu'instrument de mutation technique, économique, sociale et de promotion du développement local. Le thème est examiné sous l'angle de l'analyse de l'organisation et de l'évolution du système de financement, de l'évaluation des activités financées et des conséquences de ces financements sur les systèmes de production et de la faisabilité du système de financement proposé. L'expérience est évaluée après trois ans de fonctionnement dans les communautés rurales de Massaroca, Município de Juazeiro (Bahia). Elle a donné lieu à un grand nombre d'ajustements et d'adaptations afin que le système de financement soit effectivement accessible aux petits producteurs. Une grande flexibilité des modalités de financement a permis de définir un appui financier adapté aux différentes opportunités d'exploitation des ressources productives disponibles. En conclusion, il apparaît que l'innovation proposée, s'appuyant sur la participation effective des producteurs, est un instrument catalyseur des dynamiques de développement local et peut représenter un élément important d'appui aux politiques régionales de développement rural. Mais, l'extension d'une expérience micro-locale à une dimension régionale nécessite des études complémentaires approfondies. La valorisation des expériences locales en cours, une fois leurs résultats analysés, en est la première étape.

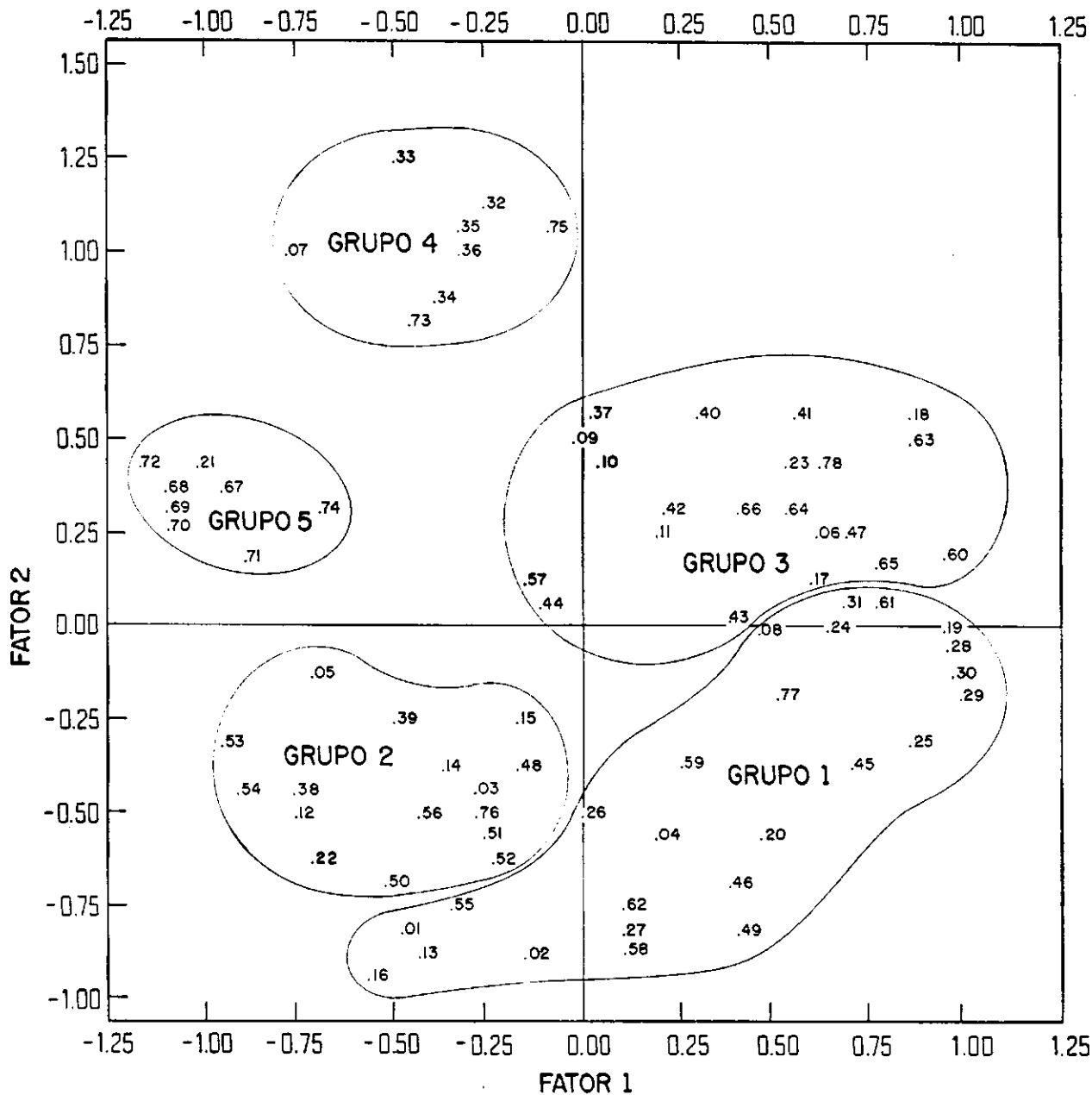
ABSTRACT - This work describes and evaluates an alternative financing system of rural activities for small farmers of the Brazilian semi-arid region, as a tool of technical, economical and social changes and local development. The topic is examined aiming at: studying the organization and evolution of the financing system; evaluating the finances activities and the consequences on farming systems, and studying the feasibility of the proposed financing system. The evaluation is based on the third year of operation of this system among the small farmers of Massaroca county, Juazeiro-BA. It is emphasized the amount of adjustments and adaptations necessary for making a financing system accessible to this class of farmers as well as the flexibility of the kinds of financing which provide support to explore the available resources. It could be concluded that an innovation in a financing system with the effective participation of the farmers is an incitant tool for a dynamic local development and can be an important component of support to policies for regional rural development. However, the generalization of a local experience to a regional magnitude needs complementary and deeper studies. Taking the local experiences into consideration and having their results analyzed

ANEXO 1

ANÁLISE FATORIAL DE CORRESPONDÊNCIA (A.F.C.)

Plano $F_1 \times F_2$

Indivíduos ativos = 78



A A.F.C. permite descrever um conjunto de indivíduos num espaço em "n" dimensões (as "n" variáveis qualitativas que caracterizam os indivíduos). Na representação gráfica acima, visualiza-se a projeção dos indivíduos (as 78 operações de financiamento descritas por 9 variáveis) no espaço em duas dimensões. O agrupamento das operações de financiamento foi possível graças a um recurso oferecido pelo Programa CSTAT, complementar a A.F.C., que permite a classificação dos indivíduos em ordem ascendente e hierárquica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Progresso técnico: a indústria é o caminho. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília, v.2, n.2, p.233-245, 1985.
- ABRAMOVAY, R. **De camponeses a agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1990. 354p. Tese Doutorado.
- AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 179p.
- ANDRADE, M.C.de. **O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste**. Recife: SUDENE, 1975. 67p. (SUDENE. Série Estudos Regionais, 1).
- ANDRADE, M.C.de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980. 278p.
- ANDRADE, M.C.de. **Sertão Sul**. Recife: SUDENE, 1984. 675p.il. (SUDENE. Série Estudos Regionais, 11).
- ASSESORIA DE ESTUDOS, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA RURAL (ASSESOAR) (Rio de Janeiro, RJ). **Fundo rotativo: uma proposta de crédito alternativo a ser construída e experimentada**. Francisco Beltrão, PR, 1989. 16p.

BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. **PDRI Nordeste. Projeto "Fundo de Pastos": Aspectos Jurídicos e Sócio-Econômicos.** Salvador, 1982. 1v.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL(Fortaleza, CE). **Avaliação do POLONORDESTE e do Projeto Sertanejo.** Fortaleza: SEPLAN-PR-IPLAN/MINTER/SUDENE/BNB/ETENE, 1985. 314p. (Projeto Nordeste, 15).

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL(Fortaleza, CE). **FNE. Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.** Fortaleza, 1991. 37p.

BISERRA, J.V. **Utilização do crédito rural pelos agricultores de baixa renda do sertão central do Ceará.** Fortaleza: UFCE, 1977. 34p.

BURSZTYN, M. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste.** Petrópolis: Vozes, 1984. 178p.

CARDOSO, J.L. **Crédito rural um elemento de diferenciação dos pequenos produtores.** *Perspectivas*, São Paulo, v.8, p.85-93, 1985.

CARDOSO, J.L. **Política de crédito rural no Brasil: uma análise dos dados estatísticos de 1983 a 1985.** In: ENCONTRO NACIONAL DO PROJETO DE INTERCÂMBIO DE PESQUISAS SOCIAIS EM AGRICULTURA (PIPSA), 13., 1988, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 1988. v.2, p.773-801.

CARON, P. **Stratégies de production et sécurité alimentaire zone Rurale du Brésil: Étude méthodologique dans le cadre "Développement rural et Santé Publique" - application pratique dans la Région de Massaroca (Etat de Bahia).** Paris: Université Pierre et Marie Curie (Paris VI), Institut Santé et Développement, 1992. 107p. Mémoire de DEA.

CARON, P.; PREVOST, F.; GUIMARAES FILHO, C.; TONNEAU, J.P. **Prendre en compte les stratégies des éleveurs dans l'orientation d'un projet de développement: le cas d'une petite région du sertão brésilien.** In: SYMPOSIUM INTERNATIONAL SUR L'ETUDE DES SYSTEMES D'ELEVAGE EN FERME DANS UNE PERSPECTIVE DE RECHERCHE/DEVELOPPEMENT, 2., 1992, Zaragoza, España. Resumes... Zaragoza: INRA/SAD/CIRAD-IEMVT/CIHEAM-IAMZ/SIA-DGF. Aragon, 1992.

CARON, P.; PREVOST, F.; SILVA, P.C.G. **Evolução de um programa de pesquisa em sistema de produção no Nordeste brasileiro..** Petrolina, PE: EMBRAPA-CPATSA, 1993. 30p. Trabalho apresentado no Encontro em Sistemas de Produção, Londrina, PR, jun. 1993.

CARON, P.; SILVA, P.C.G. da. **Pequena produção e desenvolvimento sustentável: a necessidade de um sistema de crédito adaptado.** Fortaleza, CE: ICID, 1992. 8p.

CASTRO, G.; SOBRAL, S.M.S. **O direcionamento dos Programas de desenvolvimento Rural Integrado - uma abordagem a partir da distribuição dos recursos.** Debates CENPES, Salvador, v.2, n.4, p.93-110, 1985.

CERQUEIRA, P.R.S.; CERQUEIRA, W.L.L.; SILVA, E.B. da; DANTAS, A.F.A; ALBUQUERQUE, M.S. de. **Caracterização da comunidade de Lagoinha: primeira etapa de uma experiência; pesquisa-desenvolvimento rural.** Juazeiro,BA: EMATER-BA, 1986. 40p.

CHALOULT, Y. **Governo de transição com velhas práticas: o que sobra para o trabalhador do campo.** [s.n.t.] Trabalho apresentado no XIII Encontro Nacional do Projeto de Intercâmbio de Pesquisas Sociais em Agricultura (PIPSA). Rio de Janeiro, jun.1988. (mimeo).

CHALOULT, Y. Uma das contradições da nova república: o Projeto Nordeste. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília, v.2, n.3, p.271-304, 1985.

COHN, A. **Crise regional e planejamento.** São Paulo: Perspectiva, 1976. 165p.

DELGADO, G. da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985.** São Paulo: UNICAMP/ICONE, 1985. 240p.

DOURADO, W. de C. **Juazeiro da Bahia à luz da História.** Juazeiro, BA: Prefeitura Municipal de Juazeiro, Fundação Educacional e Cultural de Juazeiro, 1983. 103p.

ELLSASSER, K.; DIOP, M. **La banque expérimentale de Banh: une démarche de Recherche-Développement sur le crédit en milieu Sahélien.** Montpellier, France: CIRAD/DSA, 1990. 37p.

- FAO. Oficina Regional para América Latina y el Caribe. **El desarrollo rural a base de potencialidades.** Santiago, 1991. 49p. (FAO. Desarrollo Rural, 8).
- FAO. Oficina Regional para América Latina y el Caribe. **Desarrollo rural: soluciones simples para problemas complejos.** Santiago, 1988a. 39p. (FAO. Desarrollo Rural, 7).
- FAO. Oficina Regional para América Latina y el Caribe. **La formación de profesionales de ciências agrarias para uma agricultura em crisis.** Santiago, 1988b. 27p. (FAO. Desarrollo Rural, 6).
- FLORES, M.X. **O desenvolvimento rural e o setor público agrícola: a questão tecnológica e uma agenda para o entendimento.** Brasília: EMBRAPA-SEA, 1991. 23p. (EMBRAPA-SEA. Documentos, 7).
- FORMAN, S. **Camponeses: uma participação no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 340p.
- FREIRE, L.C.; ALBUQUERQUE, S.G. de; SOARES, J.G.G.; SALVIANO, L.M.C.; OLIVEIRA, M.C de; GUIMARÃES FILHO, C. **Alguns aspectos econômicos sobre a implantação e utilização de capim buffel em área de caatinga.** Petrolina: EMBRAPA-CPATSA, 1982. 15p. (EMBRAPA-CPATSA. Circular Técnica, 9).
- FURTADO, C. **Formação econômica no Brasil.** São Paulo: Ed. Nacional, 1977. 248p.

- GARCIA, C. A questão agrária: base teórica para os programas de desenvolvimento rural. *Boletim da Agricultura, Recife*, v.5, n.1, p.5-36, 1987.
- GENTIL, D.; FOURNIER, Y. *Financement local*. Paris, France: I.R.A.M., 1991. 33p.
- GUIMARÃES, A.P. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 255p.
- GUIMARÃES FILHO, C.; VIVALLO P., A.G. *Desempenho técnico e viabilidade econômica de um sistema de produção alternativo para caprinos no sertão de Pernambuco*. Petrolina: EMBRAPA-CPATSA, 1989. 34p. (EMBRAPA-CPATSA. Boletim de Pesquisa, 37).
- HOFFMANN, R.; KAGEYAMA, A.A. *Crédito rural no Brasil: concentração regional e por cultura*. *Revista de Economia Rural*, Brasília, v.25, n.1, p.31-50, 1987.
- KAUTSKY, K. *A questão agrária*. 3.ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. 329p.
- LANNOY, C. de. *Fundo rotativo: crédito alternativo no Sudeste do Paraná*. *Alternativas*, Rio de Janeiro, p.18-22, 1990.
- LANDAIS, E. *Principes de modélisation des systèmes d'élevage: approches graphiques*. *Les Cahiers de la Recherche Développement*, n.32, p.82-93, 1992.

LANDAIS, E.; DEFFONTAINES, J.P. Les pratiques des agriculteurs: point de vue sur un courant nouveau de la recherche agronomique. In: SEMINAIRE DU DEPARTEMENT DE RECHERCHES SUR LES SYSTEMES AGRAIRES ET LE DÉVELOPPEMENT (S.A.D.), 1989, Saint-Maximin. **Modelisation systemique et systeme agraire: decision et organisation**; Actes... Paris: INRA, 1990. p.31-64.

LENIN, V.I. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura.** São Paulo: Brasil Debates, 1980. 100p.

MARTINE, G.; BESKOW, P.R. O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola. In: MARTINE, G.; GARCIA, R.C. (org.) **Os impactos sociais da modernização agrícola.** São Paulo: Caetés, 1987. p.19-39.

MARTINS, J.de S. Modernização Agrária e industrialização no Brasil. In: MARTINS, J. de S. **Capitalismo e tradicionalismo.** São Paulo: Pioneira, 1975. Cap. 1, p.1-14

MARTINS, J.de S. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981. 185p.

MARTINS, J.de S. Pequena produção agrícola antimito da produção capitalista no campo (crítica aos críticos). In: MARTINS, J. de S. **A reforma agrária e os limites da democracia na "Nova República".** São Paulo: Hucitec, 1986. Cap. 8, p.113-152.

MELO, M.L.de. **Regionalização agrária do Nordeste.** Recife: SUDENE, 1978. 225p.

- MEYER, R.L.; ADAMS, D.W.; RASK, N.; ARAUJO, P.F.C. de. Mercados de crédito rural e os pequenos agricultores do Brasil. In: ARAÚJO, P.F.C. de; SCHUH, G.E. Desenvolvimento da agricultura: análise de política econômica. São Paulo: Pioneira, 1975. p.151-204.
- MORAES, J.A. O crédito como fator de desenvolvimento das cooperativas brasileiras. In: FUNDAÇÃO FRIEDRIH NAUMANN (São Paulo, SP). A problemática cooperativa no desenvolvimento econômico. São Paulo, 1974. p.167-183.
- MORENO, A. Développement des systèmes financiers ruraux. Montpellier, France: CIRAD/DSA, 1991 6p.
- MUNHOZ, D.G. Economia agrícola: agricultura - uma defesa dos subsídios. Petrópolis: Vozes, 1982. 107p.
- NOWAK, M. Une banque pour les pauvres: la graamen bank. Cahiers de l' Institut d' Etudes Sociales de Lyon, n.1, p.23-29, 1988.
- PARIS, Y. Etude des pratiques et strategies des eleveurs a Massaroca. Montpellier: CIRAD-SAR/EITARC-CNEARC, 1992. 164p. il.
- PAULILO, M.I.S. Crédito agrícola e pequena produção. Planejamento e Políticas Públicas, n.2, p.93-112, 1989.
- PEIXOTO, C.A. Alguns problemas centrais no debate em torno dos pequenos produtores. Brasília: PNUD/FAO/BRA/001, 1983. 31p. (Versão preliminar).

- PERROT, C.; LANDAIS, E. Exploitations agricoles: Pourquoi poursuivre la recherche sur les méthodes typologiques? **Le Cahiers de la Recherche Développement**, n.33, p.13-23, 1993.
- PINTO, L.C.G. **Notas sobre a política de crédito rural**. Campinas: UNICAMP, 1981. 143p. (mimeo).
- PINTO, J.B.G. **Tecnologia e pequena produção no desenvolvimento rural**. Recife: SUDENE, 1981. 24p. (SUDENE. Documento A, 9).
- PORTO, E.R.; GARAGORRY, F.L.; SILVA, A.de S.; MOITA, A.W. **Risco climático; estimativa de sucesso da agricultura dependente de chuva para diferentes épocas de plantio: I cultura do feijão (Phaseolus vulgaris L.)**. Petrolina, PE: EMBRAPA-CPATSA, 1983. 129p. (EMBRAPA-CPATSA. Documentos, 23).
- RODRIGUES, R. **Cooperativismo de crédito rural**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 25., 1987, São Luis, MA. **Anais...** Brasília: SOBER, 1987. p.113-116.
- SAMPAIO, Y.; GOMES, G.M.; IRMÃO, J.F. **Política agrícola no Nordeste: intenções e resultados**. Brasília: BINAGRI, 1979. 360p. il.
- SAMPAIO, Y.; SAMPAIO, L.; MARANHÃO, S. **Desenvolvimento rural no Nordeste: a eficiência do POLONORDESTE**. Recife: CME-PIMES, 1980. 562p.

- SANDERS JUNIOR, J.H.; PEREIRA, J.A.; LOPES NETO, A. Inovações tecnológicas e riscos em pequenas empresas do Sertão Central-Estado do Ceará. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1974. 27p.
- SANDRONI, P. Questão agrária e campesinato: a funcionalidade da pequena produção mercantil. São Paulo: Polis, 1980. 104p.
- SANTOS, J.U.F.dos. Colonos do vinho. São Paulo: Hucitec, 1978. 182p.
- SANTOS, R.F.dos. O crédito rural na modernização brasileira. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v.26, n.4, p.393-404, 1988.
- SAYAD, D. Crédito rural no Brasil: avaliação das críticas e das propostas de reforma. São Paulo: Pioneira/ Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1984. 125p.
- SCHEJTMAN, A. Economia campesina: lógica interna, articulación y persistência. Revista de la Cepal, v.11, n.1, p.121-140, 1980.
- SILVA, J.G. da. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhador rural no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192p.
- SILVA, J.G.da.; ROMÃO, D.A.; WAGNER NETO, J.A.; PINTO, L.C.G. Tecnologia e campesinato: o caso brasileiro. Campinas: UNICAMP/IICA, 1982. 42p.

SILVA, M.M.de; LIMA, D.M.de A. Sertão Norte. Recife: SUDENE, 1982. 344p. il. (SUDENE. Série Estudos Regionais, 6).

SILVA, V. da. Crédito rural: nova década, novos rumos. *Informações Econômicas*, São Paulo, v.20, n.7, p.21-27, 1990.

SILVA, V. da; GATTI, E.U.; TOLEDO, Y.I.M. de. Financiamento agrícola: situação atual, crédito oficial e alternativas. *Informações Econômicas*, São Paulo, v.20, n.7, p.37-41, 1990.

SORJ, B. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. 152p.

SOUZA, R.A.de; VIVALLO PINARE, A.G.; WILLIAMS FUENTES, C.O.; FINSHI, R.P. Consideração sobre o crédito agrícola: o caso de Ouricuri-PE. Petrolina, PE: EMBRAPA-CPATSA, 1985. 29p. (EMBRAPA-CPATSA. Documentos, 34).

TONNEAU, J.P.; LIMA, A.F.; POUDEVIGNE, J. A pesquisa em sistema de produção no CPATSA: orientação metodológica. Petrolina: EMBRAPA-CPATSA, 1990. 24p. (EMBRAPA-CPATSA. Circular Técnica, 24).

TONNEAU, J.P.; POUDEVIGNE, J.; LIMA, A.F. Recherche et développement local dans le Nordeste brésilien: l'expérience de Massaroca. *Cahiers de la Recherche Développement*, Montpellier, n.19, p.75-88, 1988.

TONNEAU, J.P.; RICHÉ, G.; POUDEVIGNE, J.; VIEIRA, V.J. da S.;
SILVA, C.A.; CERQUEIRA, W.L.L.; SILVA, E.B.; COELHO, E.M.
Massaroca: uma experiência de planejamento comunitário.
Petrolina: EMBRAPA-CPATSA/EMATER-BA, 1989. 90p. 2 mapas. il.
No prelo.

WARMAN, A. Los estudios campesinos: veinte años después.
Comércio Exterior. v.38, n.7, p.653-658, 1988.

YUNG, J.M.; ZASLASKI, J. **Pour une prise en compte des stratégies
des producteurs.** Rapport provisoire. Montpellier: CIRAD/DSA,
1990. 77p.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ALBUQUERQUE, D.M.; SANDERS JUNIOR, J.H. Seleção e avaliação de nova tecnologia para os pequenos agricultores do Sertão do Ceará. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v.9, n.1, p.99-118, 1978.
- AMORESE, R.M. **Comunicação participativa como prática cultural: um enfoque para extensionistas.** Brasília: EMBRATER, 1984. 126p.
- ANDRADE, M.C. de. **Geografia econômica do Nordeste: o espaço e a economia nordestina.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 1987. 174p.
- AVENA FILHO, A. **Nordeste e Bahia: os caminhos do desenvolvimento.** Salvador: Universidade Católica de Salvador, 1986. 196p.
- BERTHOME, J.; MERCOIRET, J. **Planification du développement local: guide méthodologique-Suivi de trois études de cas en Afrique de l'Ouest.** Paris: Ministère de la Coopération et du Développement, 1992. 344p. il. (Collection Méthodologie).
- BLANC-PAMARD, C.; BONNEMAISON, J.; BOUTRAIS, J.; LASSAILLY-JACOB, V.; LERICOLLAIS, A. (eds.). **Le développement rural en questions: paysages, espaces ruraux, systèmes agraires - Maghreb, Afrique Noire, Mélanésie.** Paris: ORSTOM, 1984. 505p. il. (ORSTOM. Collections Mémoires, 106).
- BRANDÃO, C.R. **Repensando a pesquisa participativa.** São Paulo:

- Brasiliense, 1985. 252p.
- BRASIL. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste - POLONORDESTE. Brasília, 1976. 43p.
- CAZES, P. Analyse des correspondances multiples: application a l'etude des questionnaires. Paris: ADDAD, 1989. 47p. (ADDAD. Bulletin, 12).
- CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A. Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários. 2.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977. 144p.
- CHAYANOV, A.V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985. 342p.
- CHILCOTE, R.H. Transição capitalista e a classe dominante no Nordeste. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990. 368p. (Coleção Estudos Brasileiros, v.19).
- CHOUDENS, N. de. Etude de l'impact sur le terrain du Projet de Recherche - Développement de Massaroca état de Bahia - Brésil. Montpellier: CNEARC/CIRAD, 1992. 70p.
- CIRAD (Paris, França). L'appui aux producteurs: des démarches, des outils, des domaines d'intervention. Paris, 1992. 432p. il.
- CROUCH, L.A; JANVRY, A. de. El debate sobre el campesinado: teoria y significancia política. Estudio Rurales Latinoamericanos, v.2, n.3, p.282-290, 1979.

- DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1988. 118p.
- DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 2.ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1989. 287p.
- ECO, H. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1977. 170p. (Coleção Estudos).
- FAO. Oficina Regional para América Latina y el Caribe (Santiago, Chile). **Generacion de tecnologias adecuadas al desarrollo rural**. 2.ed. Santiago, 1988. 41p.
- FAURE, C. **Agriculture et capitalisme**. Paris: Ed. Anthropos, 1978. 250p.
- FOUCHER, J.F.; FONTEYRAUD, M.H. **CSTAT: Programa para el procesamiento y análisis estadístico de datos en microcomputadora - análisis de encuestas**. Manual del usuario. Montpellier: CIRAD, 1989. 151p.
- GRAMSCI, A. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 165p.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985. 244p.
- HEYNIG, K. The principal schools of thought on the peasant economy. *Cepal Review*, n.16, p.113-139, Apr. 1982.

- HOSSAIN, M. **Credit for alleviation of rural poverty: the grameen bank in Bangladesh.** Washington: International Food Policy Research Institute, 1988. 89p. (IFPRI. Research Report, 65).
- LANNOY, C. de. **Gestão de fundos rotativos.** Rio de Janeiro: AS-PTA, ASSESOAR, 1992. 37p.
- LEITE, P.S. **Desenvolvimento harmonico do espaço rural.** Fortaleza: BNB, 1983. 240p. (BNB. Estudos Econômicos e Sociais, 19).
- LENIN, V.I. **El desarrollo del capitalismo en Rusia: el processo de la formación del mercado Moscou,** Progreso, 1975. 695p.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 2.ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1990. 231p.
- MARTINS, J. de S. **A reforma agrária e os limites da democracia na "nova república".** São Paulo: Hucitec, 1986. 152p.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [s.d.]. Livro 3, v.6, 1079p.
- MÜLLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária.** São Paulo: Hucitec/EDUC, 1989. 149p.
- ORTEGA, E. **Peasant agriculture in Latin America: situation and trends.** *Cepal Review*, n.16, p.75-111, Apr. 1982.

- PRADO JUNIOR, C. **A revolução brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1978. 267p.
- RAMIREZ MIRANDA, C. La tipología de productores y utilidad en el análisis de la agricultura: la Mixteca Oaxaqueña. **Revista Chapingo.** v.10/11, n.50/51, p.69-74, Oct./dic. 1985 / ene./mar. 1986.
- RODRIGUES, C.M. Política agrícola e pequena produção: um discurso ilusório. **Caderno de Difusão de Tecnologia,** Brasília, v.6, n.2/3, p.237-257, maio/dez. 1989.
- SAMPAIO, Y. Maximização com várias funções objetivo e mudança tecnológica em agricultura de consorciação em parceria no Nordeste do Brasil. **Revista de Economia Rural,** v.15, n.2, p.43-48, 1977.
- SANCHEZ, F.J.; BONNAL, P. **Utilización e interpretación del analisis multivariable en el estudio del medio rural.** Barquisimeto: UIAM/FONAIAP/FUDECO/DSA/CIRAD - Cooperacion Tecnica Francesa, 1988. 119p.
- SIDERSKY, P.R. **Mercado e reprodução da unidade camponesa: estudo de caso sobre pequenos produtores de abacaxi da Paraíba.** Campina Grande: UFPB- Centro de Humanidades, 1989. 264p. il. Tese Mestrado.
- SODRÉ, N.W. **Formação histórica do Brasil.** 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. 415p.

SUDENE (Recife, PE). Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste: Projeto Sertanejo. Recife, 1977. 76p.

TEPICHT, J. *Marxisme et agriculture: le paysan polonais*. Paris: Armond Colin, 1973. 89p.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1986. 108p. (Coleção "Temas Básicos").

VEIGA, J.E. da. *O Desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1991. 219p.

WEITZ, R. *Uma nova estratégia de desenvolvimento rural*. Fortaleza: BNB, 1978. 319p.

WILKINSON, J. *O futuro do sistema alimentar*. São Paulo: Hucitec. 1989. 142p.